



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)  
FACULDADE DE HISTÓRIA (FH)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NATANE RINCON AZEVEDO

**A representação do movimento para salvar o Jockey Clube de Goiás pela  
imprensa goiana**

GOIÂNIA

2023

Timbre  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Natane Rincon Azevedo

#### 3. Título do trabalho

A REPRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO PARA SALVAR O JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS PELA IMPRENSA GOIANA

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO\*

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**

---

logotipo Documento assinado eletronicamente por Yusef Daibert Salomão De Campos, Professor do

Magistério Superior, em 03/03/2023, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---

Documento assinado eletronicamente por **Natane Rincón Azevedo, Discente**, em 03/03/2023, às 15:58, logotipo conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---

QRCode  
Assinatura

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 3569158 e o código CRC 12B59B8A.

---

Referência: Processo nº 23070.002938/2023-31

SEI nº 3569158

NATANE RINCON AZEVEDO

**A representação do movimento para salvar o Jockey Clube de Goiás pela  
imprensa goiana**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração:

Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Orientador: Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Azevedo, Natane Rincon

A representação do movimento para salvar o Jôquei Clube de Goiás pela imprensa goiana [manuscrito] / Natane Rincon Azevedo. - 2023. ccxviii, 218 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos.

Inclui mapas, fotografias, gráfico.

1. patrimônio cultural. 2. Jôquei Clube de Goiás. 3. O Popular. 4. Diário da Manhã. 5. Jornal Opção. I. Campos, Yussef Daibert Salomão de, orient. II. Título.

CDU 94

TIMBRE  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 001/2023 da sessão de Defesa de Dissertação de NATANE RINCON AZEVEDO, que confere o título de Mestre(a) em História, na área de concentração em Culturas, Fronteiras e Identidades.

Ao/s vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, a partir da(s) 14h00, via Videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "A REPRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO PARA SALVAR O JÓQUEI CLUBE DE GOLÁS PELA IMPRENSA GOIANA". Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) Yussef Daibert Salomão de Campos (PPGH/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) Claudia Feierabend Baeta Leal (IPHAN), membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) Cristina Helou Gomide (FE/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) aprovado(a) pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Yussef Daibert Salomão de Campos, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

---

Documento assinado eletronicamente por Yussef Daibert Salomão De Campos, Professor do logotipo Magistério Superior, em 27/02/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---

Documento assinado eletronicamente por Elias Nazareno, Coordenador de Pós-graduação, em logotipo 27/02/2023, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---

Documento assinado eletronicamente por Cristina Helou Gomide, Professor do Magistério Superior, logotipo em 01/03/2023, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---

QRCode Assinatura A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 3465950 e o código CRC B3FCD9A2.

---

Referência: Processo nº 23070.002938/2023-31

SEI nº 3465950

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Dr. Yussef Campos, que me orienta desde a especialização em História e Cultura. Nós enfrentamos o desafio de realizar esta Dissertação de Mestrado durante o período da pandemia da Covid-19, com todas as dificuldades desse período. Agradeço a sua paciência, parceria e todas as oportunidades. Também agradeço às professoras Dra. Cristina Helou e Dra. Claudia Leal, que participaram da nossa Banca de Qualificação e fizeram críticas, considerações e sugestões que engrandeceram o resultado final deste trabalho. Agradeço também pela participação na Banca de Mestrado. Além disso, também agradeço aos suplentes Dr. Mário Ferreira de Pragmácio Telles e Dr. Jiani Fernando Langaro.

Esta pesquisa não seria a mesma sem a Bolsa Fapeg recebida durante o Mestrado. Agradeço à comissão da bolsa e ao Governo de Goiás. Esta dissertação é a minha pequena contribuição para a compreensão da história do meu querido estado. Também agradeço aos professores Dr. Cristiano Arrais e Dr. Rildo Souza pelas disciplinas que cursei durante o Mestrado – as suas considerações e ponderações contribuíram bastante para esta pesquisa. Também agradeço à Dra. Fernanda Ribeiro, minha orientadora na graduação em jornalismo, a quem devo todo o meu conhecimento das teorias do jornalismo. Os meus amigos também me ajudaram durante esse processo. Impossível nomear todos, por esse motivo, citarei apenas três: Isabel e Waléria, obrigada por me ajudarem a encontrar fontes inestimáveis para este trabalho. Isabella, obrigada por toda a ajuda. Igualmente, agradeço à Cíntia Nigro Rodrigues, pela gentileza de responder o meu e-mail e me enviar a sua Dissertação de Mestrado, trabalho que foi imprescindível para esta dissertação.

Por fim, este trabalho não existiria sem a minha família. Muito obrigada pela paciência e ajuda nos momentos de estresse, ansiedade e dificuldades. Vocês foram fundamentais para este trabalho. Agradeço à minha avó Aparecida pelo carinho e ao meu pai, José Hudney, pela compreensão. À minha mãe, Ana Paula, obrigada por toda a paciência e eterno suporte. Você é o meu pilar. Por fim, ao meu irmão, Hugo, que é sempre o meu primeiro leitor, com quem discuto as primeiras ideias que depois tomariam forma nos tópicos e capítulos desta dissertação. Sem você, eu jamais teria considerado a possibilidade de mudar de área, da Comunicação Social para a História. Devo tudo o que alcancei durante a vida ao suporte inabalável de vocês. E é por esse motivo que dedico esta Dissertação de Mestrado à minha família.

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado analisa como a representação do movimento joqueano e do processo de tombamento do Jóquei Clube de Goiás pelos principais jornais goianienses se relacionaria com a história das lutas pela patrimonialização dos bens culturais no Brasil e em Goiânia. Em 2017, a venda do Jóquei Clube de Goiás foi negociada com a Igreja Universal. Se a venda se concretizasse, a sede social do clube poderia ser demolida. Assim, o movimento joqueano, nomeado nas redes sociais de #salvejóquei, surgiu para "salvar" o clube. Simultaneamente, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) entrou com um processo para o tombamento da sede esportiva. Esses eventos receberam uma ampla cobertura dos principais jornais de Goiânia, como *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção*. Para analisar essa representação, recorreremos às análises da memória coletiva e do esquecimento, por Halbwachs (1990), Albuquerque Junior (2007) e Ricoeur (2007); o campo de disputas do patrimônio cultural e a história da patrimonialização no Brasil, por Chuva (2009), Rodrigues (2001) e Campos (2019); a retórica da perda e da identidade nacional, segundo Gonçalves (1996); entre outras; unidas com as teorias do jornalismo, em Traquina (2012, 2016), Tuchman (1999), Wolf (2012), etc. Com essa finalidade, utilizamos o método análise do discurso para analisar a representação dos três jornais.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; memória; representação; Jóquei Clube de Goiás; O Popular; Diário da Manhã; Jornal Opção.

## ABSTRACT

This master's thesis analyzes how the representation of the movement and the process of listing of the Jóquei Clube de Goiás by the main newspapers from Goiânia would relate to the history of struggles for the listing of cultural assets in Brazil and in Goiânia. In 2017, the sale of the Jóquei Clube de Goiás was negotiated with the Universal Church. If the sale went through, the club's headquarters could be demolished. Thus, a movement, named #salvejóquei on social media, emerged to "save" the club. Simultaneously, the Council of Architecture and Urbanism of Goiás (CAU-GO) filed a process for the listing of Jóquei's headquarters as a cultural heritage of Brazil. These events received wide coverage from the main newspapers in Goiânia, such as *O Popular*, *Diário da Manhã* and *Jornal Opção*. To analyze this representation, we resorted to the analyzes of collective memory, by Halbwachs (1990), Albuquerque Junior (2007) and Ricoeur (2007); the field of cultural heritage disputes and the history of listing in Brazil, by Chuva (2009), Rodrigues (2001) and Campos (2019); the rhetoric of loss and national identity, according to Gonçalves (1996); among others; united with theories from media studies, by Traquina (2012, 2016), Tuchman (1999), Wolf (2012), etc. For this purpose, we used the method Discourse Analysis to analyze the representation of the three newspapers.

**Keywords:** cultural heritage; memory; media representation; Jóquei Clube de Goiás; O Popular; Diário da Manhã; Jornal Opção.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>Capítulo I - OS MOVIMENTOS PELA PATRIMONIALIZAÇÃO DOS BENS CULTURAIS</b> .....	25
1.1 - As lutas pela patrimonialização no Brasil .....	33
1.2 - As lutas pela patrimonialização em Goiás e Goiânia .....	52
1.3 - O patrimônio cultural no parecer para o tombamento do Jóquei Clube de Goiás .....	64
<b>Capítulo II - O JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS E AS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE GOIÂNIA</b> .....	75
2.1 - O patrimônio cultural e o espaço urbano .....	81
2.1.2 - O patrimônio cultural e o espaço urbano goianiense .....	91
2.2 - “O Aristocrático”: a primeira sede social do Jóquei Clube .....	99
2.3 - A segunda sede social do Jóquei Clube: do surgimento à crise .....	110
<b>Capítulo III - #SALVEJÓQUEI</b> .....	131
3.1 – <i>O Popular, Jornal Opção e Diário da Manhã</i> na História da Imprensa Goiana .....	138
3.2 – <i>Para sempre na memória</i> : a representação do <i>O Popular</i> .....	151
3.3 – <i>Disputa de Davi contra Golias</i> : a representação do <i>Jornal Opção</i> .....	164
3.4 – <i>O fim do éden na selva de pedra</i> : a representação do <i>Diário da Manhã</i> .....	175
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	189
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	195
<b>Anexo 1</b> – Mapa: proximidade do Jóquei Clube de Goiás com locais tombados pelo Iphan no Setor Central de Goiânia.....	218

## INTRODUÇÃO

– O que é “historicidade”? [...] – É quando uma coisa contém história. Ouça. Um desses dois isqueiros estava no bolso de Franklin D. Roosevelt quando ele foi assassinado. O outro não estava. Um tem uma tremenda historicidade. Tanto quanto qualquer outro objeto já teve. E o outro não tem nada. Dá para sentir? – Deu-lhe uma cutucada. – Não dá. Não dá para saber qual é qual. Não há nenhuma “presença plásmica mística”, nenhuma “aura” em torno deles. [...] Eu sei qual dos dois era. Você vê aonde quero chegar? É uma grande trapaça; e estão todos se enganando. Quero dizer, um revólver sobrevive a uma batalha famosa como a de Meuse-Argonne, e é a mesma coisa que nada, *a não ser que você saiba*. Está tudo aqui – bateu com a ponta do dedo na cabeça. – Está na mente, não no revólver. (DICK, 2009, p.77 e 78).

Em *O homem do castelo alto*, o escritor norte-americano Philip K. Dick imagina como seria o mundo se o Japão e a Alemanha tivessem vencido a Segunda Guerra Mundial. Portanto, o “assassinato” de Franklin D. Roosevelt teria sido um momento decisivo dessa “história alternativa” ao definir os ganhadores da guerra e “alterar” o rumo da história mundial. No trecho, temos dois isqueiros. Ambos remetem a um determinado período, são da mesma marca e também “idênticos”. O que os diferencia é o valor simbólico adquirido por um deles ao participar de um evento histórico importante. Semelhantes indagações sobre historicidade e valor simbólico guiam esta dissertação. O que é o patrimônio cultural? O que move as pessoas a se mobilizarem para “salvar” um bem cultural? Qual dos isqueiros é o Jóquei Clube de Goiás? Como a imprensa local representa essa situação?

O lançamento da pedra fundamental do Jóquei Clube de Goiás<sup>1</sup> ocorreu em 28 de agosto de 1935, então nomeado de “Automóvel Clube de Goiás”. O presidente Getúlio Vargas e o interventor Pedro Ludovico Teixeira participaram da inauguração do clube. O Jóquei Clube de Goiás sediava eventos importantes da cidade, além de fazer parte do cenário cultural da elite goianiense do período. Posteriormente, na década de 1970, a primeira sede foi demolida, dando lugar à atual sede social, com projeto de Paulo Mendes da Rocha. Esse acontecimento gerou uma insatisfação social na época, sendo um dos motivos que levaria uma parcela da população a se preocupar com o patrimônio cultural goianiense, como os primeiros moradores de Goiânia e o escritor, jornalista, historiador e professor José Mendonça Teles.

Uma possível “demolição” do clube se tornaria novamente causa de insatisfação social em 2017, já dentro de outro contexto e com outro público. A sede social do Jóquei Clube de Goiás quase foi vendida no final de 2017 para a Igreja Universal, que pretendia demolir o prédio

---

<sup>1</sup> O Jóquei Clube de Goiás contava com quadras de basquete, tênis e sinuca. Além dos esportes, o clube tinha sauna, salão de festas, restaurante e um espaço infantil, com piscinas, tobogãs e playground.

e construir uma igreja no terreno. Com o objetivo de salvar o prédio, o movimento joqueano surgiu nas redes sociais como #salvejóquei. Além da criação de uma página no *Facebook*, o movimento criou uma petição no site Avaaz com 1.482 assinaturas.<sup>2</sup>

O JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS pode ser DEMOLIDO! O edifício histórico da sede social, obra prima do modernismo de Paulo Mendes da Rocha, vencedor dos maiores prêmios da Arquitetura Mundial, está sendo vendido por seus associados, após anos de má-administração, com um aparente motivo de sanar as dívidas do clube. Empresários do ramo atacadista disputam a venda com a Igreja Universal. Pretende-se então demolir esse patrimônio arquitetônico e cultural da cidade para construir no lugar um Templo de Salomão ou um grande Atacadão, ambos em seus moldes tipicamente megalomaníacos. O Ministério Público e o IPHAN já estão sendo acionados em nível estadual e federal e devem se posicionar em breve à respeito. Demolir o Jóquei é apagar não só um patrimônio, mas parte da nossa história e identidade! É ignorar um grande potencial equipamento de lazer no Centro da cidade que pode fomentar inúmeras atividades esportivas e culturais à toda população goianiense, tão carente de espaços como esse. NÃO PODEMOS PERMITIR! NOSSA MEMÓRIA NÃO PODE SER DEMOLIDA! O JÓQUEI É NOSSO PATRIMÔNIO! Assine este manifesto e participe do Ato em defesa do patrimônio: DOMINGO 03/12 em frente à Sede Social do Jóquei Clube. Acompanhe tudo pela página Salve Jóquei no facebook [www.facebook.com/salvejoquei](http://www.facebook.com/salvejoquei) “Uma cidade sem seus velhos edifícios é como um homem sem memória” #SALVEJÓQUEI (AVAAZ, [2017])<sup>3</sup>

O movimento também realizou manifestações presenciais na sede do clube, que receberam cobertura do jornal *O Popular*. Assim, ao ocupar o espaço urbano, encaixou-se nas definições de movimento social urbano de Viana (2016)<sup>4</sup> e Castells (2013). A liderança do movimento, Maria Ester de Souza, então vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO), entrou com um processo para o tombamento da sede esportiva junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).<sup>5</sup> Além disso, o Jóquei Clube está localizado próximo a locais tombados pelo Iphan (Anexo 1). Em parte por conta do movimento, mas principalmente por causa de outro processo jurídico da Prefeitura de Goiânia, a venda foi cancelada.<sup>6</sup> Posteriormente, em 2018, o movimento também entregou um documento para o então prefeito Iris Rezende defendendo a importância do clube para a história e a memória de Goiânia. Esses eventos receberam uma ampla cobertura dos principais jornais da cidade, *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção*. Neste trabalho, analisamos como a

<sup>2</sup> Checado pela última vez em julho de 2022.

<sup>3</sup> O texto da petição é semelhante a postagem de apresentação do movimento no *Facebook*.

<sup>4</sup> No caso, como será abordado no primeiro capítulo, trata-se de uma manifestação dos movimentos sociais urbanos pela patrimonialização.

<sup>5</sup> A principal justificativa para a patrimonialização centrava-se no arquiteto responsável pelo projeto, o paulistano Paulo Mendes da Rocha, vencedor de prêmios importantes na área da arquitetura como o Mies van der Rohe, o Leão de Ouro e o Pritzker.

<sup>6</sup> A Procuradoria Geral do Município de Goiânia entrou na justiça pela suspensão da venda, enquanto houvesse débitos do Jóquei Clube de Goiás junto à municipalidade, a alienação da propriedade poderia ser considerada fraude à execução fiscal.

representação do movimento joqueano e do processo de tombamento do Jôquei Clube de Goiás por esses três periódicos se relacionaria com a história das lutas pela patrimonialização dos bens culturais no Brasil e em Goiânia.

Em nosso Trabalho de Conclusão de Curso da especialização em História e Cultura, *As lutas pela patrimonialização na cobertura d'O Popular: os casos estádio Antônio Accioly e Jôquei Clube de Goiás*, percebemos uma forte presença da retórica da perda, como entendida por Gonçalves (1996), no discurso do movimento joqueano reforçado pelo *O Popular*. Dentro da narrativa do jornal, o Jôquei Clube de Goiás pertencia à história e à memória de Goiânia. A retórica da perda serviu de justificativa para o processo de tombamento. Contudo, para esta pesquisa, levantamos algumas novas questões: qual a memória em debate? Qual a história? Qual a identidade goianiense? De quem o Jôquei Clube de Goiás seria patrimônio cultural? Há outras explicações para o “abandono” do Jôquei Clube fora das lutas pela patrimonialização?

O objetivo geral foi analisar, dentro da perspectiva da história das lutas pela patrimonialização dos bens culturais no Brasil, a representação do processo de tombamento do Jôquei Clube de Goiás pelos principais jornais impressos de Goiânia, *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção*. Os objetivos específicos do trabalho foram: examinar por meio de uma análise do discurso como os jornais *Diário da Manhã*, *O Popular* e *Jornal Opção* retrataram o movimento dos joqueanos e o processo de tombamento do Jôquei Clube de Goiás; analisar a representação feita pelos jornais e relacioná-la com os conceitos de memória e de identidade regional por meio do patrimônio cultural; analisar como o processo de tombamento do Jôquei Clube de Goiás se relacionaria com a história da patrimonialização dos bens culturais no Brasil e em Goiânia; investigar as mudanças nas práticas sociais do público-alvo do Jôquei Clube de Goiás, as classes alta e média alta, em Goiânia e no Brasil, por meio de uma bibliografia especializada da história, da geografia, da arquitetura, entre outras áreas. O penúltimo objetivo específico foi objeto do primeiro capítulo, enquanto o último objetivo foi alvo de análise do segundo capítulo. Os objetivos restantes, relacionados aos jornais, foram abordados no terceiro e último capítulo desta dissertação.

As principais hipóteses que guiaram esta pesquisa foram: os jornais retrataram o Jôquei Clube de Goiás como pertencente à memória, à história e à identidade goianiense; além disso, os jornais reforçaram a retórica da perda do movimento joqueano; os jornais construíram o patrimônio cultural como detentor da memória e da identidade regional; o processo de tombamento do Jôquei Clube de Goiás refletiria como historicamente bens arquitetônicos são tombados no Brasil e em Goiás, enquanto em Goiânia não haveria uma consulta prévia a população; o Jôquei Clube de Goiás foi construído como detentor da história e da memória de

Goiânia pelos jornais; por fim, o “abandono” do Jóquei Clube de Goiás refletiria uma mudança nas práticas sociais das classes alta e média. Essas classes encontrariam o lazer oferecido pelos clubes sociais e esportivos em seus condomínios, a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI. Como veremos adiante, os condomínios privados de luxo estariam mais para um “último prego” no “caixão” do Jóquei Clube de Goiás do que necessariamente seriam a principal causa da crise do clube. Entretanto, o “abandono” de fato refletiu uma mudança nas práticas sociais em Goiânia no período.

O patrimônio cultural é um lugar de memória. De acordo com Nora (1993), os lugares de memória seriam os vestígios do passado que nasceram e viveram do sentimento de que não há memória espontânea. Ademais, seriam lugares com efeito material, simbólico e funcional. Esses lugares, portanto, seriam os marcos testemunhais de outra era, das ilusões de eternidade, os sinais de reconhecimento e de pertencimento a um grupo. Le Goff (2013), por sua vez, divide os lugares de memória em: lugares topográficos, lugares monumentais, lugares simbólicos e lugares funcionais<sup>7</sup>. Usando como base essa caracterização de Le Goff (2013), o Jóquei Clube de Goiás, para os joqueanos, poderia se encaixar em “lugares monumentais”.

De acordo com Fentress e Wickham (1992), grande parte da memória está ligada à inclusão em grupos sociais de diversos tipos e se estrutura em identidades grupais. A “experiência passada recordada e as imagens partilhadas do passado histórico são tipos de recordações que têm particular importância para a constituição de grupos sociais no presente” (FENTRESS, WICKHAM, 1992, p. 9). Já os movimentos sociais são “mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social” (VIANA, 2016, p. 48). A partir dessa definição de Viana (2016) para movimentos sociais, podemos considerar o movimento dos joqueanos uma ramificação dos movimentos pela patrimonialização dos bens culturais, que, por sua vez, seriam uma ramificação dos movimentos sociais urbanos.

Além disso, qual é essa memória em discussão? Halbwachs (1990) distingue entre a memória individual e a memória coletiva. A memória individual estaria no quadro de personalidade de um indivíduo, no qual haveria as suas lembranças. Por sua vez, a memória coletiva faria com que esse mesmo indivíduo, em determinados momentos, se comportasse “simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 53). Dessa

---

<sup>7</sup> De acordo com Le Goff (2013), lugares topográficos incluem os arquivos, as bibliotecas e os museus. Lugares monumentais, por exemplo, são os cemitérios. Lugares simbólicos: as comemorações, os aniversários. Por fim, lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações.

maneira, a memória individual seria um ponto de vista sobre a memória coletiva. Essa última é o campo discursivo e de força em que as memórias individuais se configuram, para Albuquerque Junior (2007). “São os outros indivíduos que nos ajudam a fixar o conteúdo e a forma de nossas recordações” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 204). A memória coletiva buscaria reconstruir o passado como um contínuo de recordações, aproximando-se da percepção que se tem do momento presente. “As memórias nascem de uma relação consigo mesmo [...] portanto, constroem identidades” (2007, p. 207).

Já Jan Assmann (2008) prefere o termo memória cultural. Esta seria “uma forma de memória coletiva, no sentido de que é compartilhada por um conjunto de pessoas, e de que transmite a essas pessoas uma identidade coletiva, isto é, cultural” (ASSMAN, 2008, p. 118). Essa memória é local, egocêntrica e específica a um grupo e seus valores. Contudo, indivíduos têm diversas identidades, de acordo com os grupos, crenças, etc. a que pertencem, assim como possuem várias memórias coletivas. Aleida Assmann (2011) pontua que no nível coletivo e institucional há políticas específicas de recordação e esquecimento. A memória viva, ou memória cultural da posteridade, implicaria em uma memória suportada por mídias e protegida por portadores materiais (monumentos, memoriais, museus e arquivos). As mídias “fundamentam e flanqueiam a memória cultural como suportes materiais dela, e que interagem com a memória individual de cada um. Cada memória individual é hoje em dia cercada de um conjunto de mídias tecnológicas de memória” (ASSMANN, 2011, p. 24).

De acordo com Ricoeur (2007), o esquecimento diz respeito à noção de apagamento, deriva da evocação do dever da memória – não esquecer. Também estaria ligado ao processo de rememoração, a busca pelas memórias perdidas. As recordações em si seriam narrativas que, por sua vez, são seletivas. As estratégias de esquecimento se configuram no trabalho de evitamento, evasão, estratégia da escusa e fuga. Um empreendimento perverso quando feito de má-fé. Além disso, não existiria memória sem o esquecimento. Assim, para o autor, a história e a memória se fazem a partir de perdas e lacunas. Para Rossi (2010), o “apagamento” não teria haver apenas como a possibilidade de rever, com a transitoriedade ou com a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. “Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade” (ROSSI, 2010, p. 32). Ou seja, o esquecimento é problemático quando é malicioso.

Portanto, dentro dessa perspectiva, esse não seria o caso de um possível “esquecimento” do Jóquei Clube de Goiás com a demolição da sede. Haveria outro motivo? Até que ponto as mudanças do clube são consequências de um “abandono” de um “bem cultural”? E até que ponto seriam uma consequência das gestões do clube e das mudanças ocorridas no espaço

urbano da cidade? Além disso, Heymann (2006) reflete sobre a busca por legitimação e reconhecimento dos grupos sociais e como isso resulta em reivindicações sobre a memória. A percepção de uma eficácia da memória como instrumento de luta política provoca a defesa, por parte de cada grupo, de seu capital memorial.

Este trabalho objetiva identificar como três jornais goianienses representaram o movimento para salvar o Jockey Clube de Goiás, o subsequente processo de tombamento da sede social e como esses eventos se relacionaram à história e à memória de Goiânia. *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção* são os jornais mais tradicionais de Goiânia. Entre eles, *O Popular* é o mais antigo, pois foi fundado em abril de 1938. 84 anos depois, esse jornal continuaria sendo um dos principais e mais influentes periódicos do estado. Ele faz parte do Grupo Jaime Câmara, um conglomerado de mídia formado por 24 veículos de comunicação de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. O grupo também é dono da filiada da rede Globo em Goiás e no Tocantins, a TV Anhanguera. *O Popular*, sob a direção dos irmãos Joaquim Câmara Filho, Vicente Rebouças Câmara e Jaime Câmara, foi o primeiro grande veículo de comunicação do grupo e um dos primeiros de Goiânia. Esse veículo tem um perfil focado em notícias e reportagens, com um espaço menor para cultura e opinião.

O *Jornal Opção*, por sua vez, nasceu em 21 de dezembro de 1975, fundado pelo jornalista Herbert de Moraes Ribeiro. Primeiro possuiu uma periodicidade semanária, depois diária, então voltou a ser semanária e por fim consolidou-se como um jornal diário por causa da Internet. A proposta do *Jornal Opção* era produzir reportagens com análises aprofundadas, se adaptar as mudanças temporais, além de possuir espaços dedicados aos jornalismo especializados, como político, opinativo e cultural. Portanto, há um espaço maior também para artigos de especialistas em comparação com *O Popular* ou mesmo o *Diário da Manhã*.

Já o *Diário da Manhã* (DM), que traz na sua capa impressa a frase “O jornal do leitor inteligente”, iniciou a sua circulação em 1980. O jornal substituiu outro semanário – o *Cinco de Março* – e seu proprietário, Batista Custódio, faz parte da história da imprensa goiana. Para Signates (2019), a história do *Diário da Manhã* confunde-se com a história do próprio jornalismo goiano, com as suas características, virtudes e contradições.<sup>8</sup> Além disso, o autor pontua uma “invenção” do *Diário da Manhã*: a publicação indiscriminada de artigos enviados por colaboradores, publicados no caderno de opinião. Matérias de perfil “chapa branca”

---

<sup>8</sup> O DM é notável pela publicação de cartas psicografadas atribuídas ao falecido filho do proprietário, Fábio Nasser.

receberiam elevada atenção do jornal, com uma forte presença de *releases*<sup>9</sup> em todas as editorias, principalmente no caderno de política, seguido pelo de cultura (DM Revista).<sup>10</sup>

Este trabalho se encaixaria tanto na história social quanto na história cultural. Segundo Langaro (2019), em diálogo com Cruz e Maciel, a imprensa dentro da história social é estudada como uma prática social. Isso significaria “uma reflexão pautada não apenas nos aspectos textuais dos periódicos, mas também na compreensão das forças sociais envolvidas na escrita, em suas articulações políticas e recursos narrativos, que vão muito além da aparente neutralidade” (LANGARO, 2019, p. 245). Assim, busca-se os projetos de sociedade delineados na imprensa, compreendida como uma intervenção na realidade e um instrumento de disputa social. Analisando a imprensa de Toledo - PR, Langaro afirma:

Voltado a esse público, os jornais e as revistas desempenham historicamente a função específica de difundir, elaborar e articular planos para a cidade, defendendo aqueles que são de interesse dos grupos que os mantêm, além de obviamente fazer circular as informações. Assim, também atuam como canal de diálogo entre os leitores e o poder público, a fim de recomendar ou não seus projetos, dentro da linha de apoio (ou oposição) seguida pelo veículo de comunicação. (LANGARO, 2019, p. 247).

Embora essa seja a análise de uma situação específica, é possível relacionar com a mídia local de Goiânia. A maioria das reportagens sobre a situação do Jôquei Clube de Goiás no jornal *O Popular* foram assinadas pelo jornalista Vandrê Abreu, responsável pela cobertura do novo Plano Diretor da cidade.<sup>11</sup> Afinal, este trabalho se encaixa na História Cultural e buscou compreender como três jornais diferentes representaram o mesmo caso. Para Roger Chartier (2002), o principal objetivo da história cultural é identificar o modo como em um determinado lugar e momento foi construída uma determinada realidade social. A representação, segundo o autor, “é instrumento de um conhecimento mediado que faz ver um objecto ausente através de sua substituição por uma <<imagem>> capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é” (CHARTIER, 2002, p. 20).

---

<sup>9</sup> Também chamado de comunicado de imprensa, *release* é um texto jornalístico escrito por uma assessoria de comunicação de uma instituição ou de uma pessoa pública e enviado para a os veículos jornalísticos.

<sup>10</sup> A pesquisa realizada por Signates (2019) verificou que todos os *releases* presentes no jornal atendiam aos interesses das assessorias que lhes originaram, com poucas alterações no conteúdo. Outras constatações foram que: os editores usavam critérios subjetivos para a escolha dos *releases* para publicação no jornal, deixando de fora assuntos que não lhes interessavam; esses serviam para preencher as lacunas pela falta de jornalistas na redação e também para preencher os espaços em branco na versão impressa; por fim, também eram escolhidos por conta dos acordos comerciais do jornal com órgãos e empresas. O seu maior anunciante, até 2018, seria o governo de Goiás, sob o então governador Marconi Perillo.

<sup>11</sup> Inclusive, Vandrê Abreu Batista participou da 71ª Reunião Plenária Ordinária do CAU-GO, no dia 28 de novembro de 2017, como parte dessa cobertura. Na reunião, Maria Ester de Souza, vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO), demonstrou preocupação com o futuro do Jôquei Clube. Maria Ester de Souza (REDE) concorreu a Prefeitura de Goiânia em 2020.

Já para Hall (2016), as representações são uma parte do processo de produção e compartilhamento dos significados entre os membros de uma cultura, ou seja, o processo de produção dos significados dos conceitos mentais por meio da comunicação. “Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 30). Retomando Chartier (2002), as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjaram. Elas estão em um campo de concorrências e de competições “cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 2002, p. 17) – essas seriam as lutas de representações.

A construção da identidade regional também faz parte dessa luta. De acordo com Bourdieu (2010), o que estaria em jogo nessa disputa é o poder de impor uma visão do mundo social por meio dos princípios de “di-visão”. Quando imposto ao grupo, “realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo” (BOURDIEU, 2010, p. 113). Portanto, nesse caso estaria em jogo o monopólio de impor uma definição legítima das divisões do mundo social. Ainda segundo o autor, os critérios da identidade regional, como a língua, o dialeto e o sotaque, também são objetos das representações mentais: os atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento. Burke (1992) afirma que a noção de “hábito” de um grupo social, formulada por Bourdieu, poderia solucionar os problemas da história social.<sup>12</sup>

Conforme Le Goff (2013), a imprensa é um dos fatores que revolucionaram a memória coletiva ocidental. Com a memória jornalística e diplomática, a apropriação da memória ganhou uma nova forma: a opinião pública, nacional e internacional. Os periódicos são meios de comunicação. Para que haja uma transação, ambas as partes devem participar do processo comunicacional, e os participantes precisam compreender a mensagem do produtor do estímulo. A relação entre emissores e receptores é assimétrica. Para Wolf (2012), os meios de comunicação de massa<sup>13</sup> possuem o “papel de difusores das estruturas dominantes de poder” e “a capacidade de gerar um efeito de conformação da audiência” (WOLF, 2012, p. 133).

---

<sup>12</sup> Essa noção compreende a propensão dos membros de um grupo em selecionarem respostas a partir de um repertório cultural particular, seguindo as demandas de uma determinada situação ou de um determinado campo. A grande vantagem do conceito de “hábito”, para o autor, seria o reconhecimento da extensão da liberdade individual dentro dos limites estabelecidos pela cultura.

<sup>13</sup> O sentido do termo “massa” neste trabalho é o mesmo utilizado por vários autores, incluindo Wolf (2012), para se referir a um público composto por um considerável número de pessoas, que é heterogêneo e possui diferentes graus de recepção do conteúdo midiático. Além disso, ainda segundo o autor, os emissores são grupos com níveis organizacionais formais, hierarquias, coesão condicionada por valores profissionais compartilhados e por sistemas de sanções e recompensas. Já os destinatários não possuem formas de agregação comparáveis com as dos emissores e dificilmente tem uma percepção coletiva de si mesma enquanto audiência.

O *agenda-setting*, ou Teoria da Agenda, é a habilidade da mídia de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública. Assim, a agenda da mídia estabeleceria a agenda do público. Segundo McCombs (2009), nem sempre essa influência é deliberada e premeditada, essa saliência de um tópico é consequência dos valores-notícia do jornalismo. McCombs também ressalta que o impacto do agendamento é variado e depende da ressonância do tema com o público. Ainda assim, “os jornalistas influenciam significativamente as imagens do mundo de suas audiências” (MCCOMBS, 2009, p. 42). Outro ponto importante é o agendamento intermídia, quando a agenda da mídia reflete a de outra mídia. A mídia noticiosa de elite, ou seja, mais respeitada, como o *The New York Times*, exerce uma influência significativa na agenda dos outros veículos. “De forma análoga a uma árvore genealógica familiar, este fluxo arterial é de um progenitor a uma multiplicidade de descendentes. Muitas vezes estes rebentos jornalísticos são clones perfeitos” (MCCOMBS, 2009, p. 175). Esse possivelmente seria também o caso da influência exercida pelo jornal *O Popular* sobre as coberturas do *Diário da Manhã* e do *Jornal Opção*, além de outros veículos do estado.

Esse agendamento intermídia pode levar a redundância. Silva (2008), por sua vez, levanta a hipótese de um contra-agendamento, ou seja, que o agendamento poderia partir da sociedade para os veículos – a sociedade também tem as suas pautas e deseja que sejam atendidas pela mídia. A sociedade, por meio da “advocacia”<sup>14</sup>, obteria junto à mídia a mediação desses temas. Contudo, os movimentos sociais “encontram na mídia um espaço de visibilidade, ainda que não façam parte de uma esfera pública propriamente dita, uma vez que não chegam a se inserir numa esfera argumentativa (da polêmica, do debate; do encaminhamento de proposições)” (SILVA, 2008, p. 95). Dessa maneira, os movimentos sociais apareceriam na mídia como notícia, não em uma discussão das suas pautas.

A notícia é o resultado de um conjunto de elementos. Segundo Medina (1988), a matéria origina-se com uma pauta, que pode ser intencional, procurada ou imprevista. Essa pauta, então, passa por um processo de angulação – que funciona em três níveis: nível grupal (linha editorial, empresa), nível massa (“gosto médio”, pensada para um público heterogêneo), nível pessoal (subjetividade do jornalista). Dessa maneira, a mensagem jornalística resulta de articulação de um conjunto de elementos estruturais do processo de informação. “Da realidade, atual e significativa para o homem de hoje, à representação que se faz dessa realidade num veículo de comunicação, a mensagem codificada pode ser analisada nas relações dos principais elos do

---

<sup>14</sup> Para Silva (2008), a advocacia seria um ativismo que é feito em função do contra-agendamento midiático, com o objetivo de trazer visibilidade para temas sociais.

processo” (MEDINA, 1988, p. 73). A angulação definiria se a mensagem seria informativa, interpretativa ou opinativa. Para Tuchman (1999), as notícias são estórias, ou seja, narrativas.<sup>15</sup>

Portanto, qual é a representação da realidade sobre o Jockey Clube de Goiás feita pela mídia local? Qual é a representação da história e da memória de Goiânia em disputa? Para responder essas questões, precisamos questionar “qual a principal pauta do movimento joqueano?” Supomos que possa ser o risco da perda. Segundo Gonçalves (1996), os discursos sobre o patrimônio no Brasil, em geral, também tendem a focar no risco da perda. A visão do patrimônio cultural como uma maneira de se alcançar uma identidade cultural brasileira também seria frequente nesses discursos. Em outro texto, mais recente, Gonçalves (2012) trouxe uma nova perspectiva. A retórica da perda continuaria presente nos discursos sobre o patrimônio cultural. Contudo, de acordo com o autor, discursos centrados em grupos específicos e reivindicações populares substituíram os discursos sobre a identidade nacional e a busca pela redenção. Nesse sentido, condiz com a reivindicação dos joqueanos sobre o Jockey Clube de Goiás pertencer à memória e à história da cidade.

A produção científica goiana foi de suma importância na busca pela história do Jockey Clube de Goiás e da sua relação com Goiânia, além da história das lutas pela patrimonialização na cidade, do desenvolvimento do espaço urbano goianiense e da história da imprensa goiana. Nesse sentido, citaremos apenas alguns autores nesse parágrafo. Há o clássico trabalho de Eliézer Oliveira (1999), sobre a história cultural de Goiânia e o livro do autor em parceria com Cristiano Arrais e Tadeu Arrais (2016), sobre o século XX em Goiás. Irina Oliveira (2015) foi fundamental para a compreensão do desenvolvimento das políticas públicas de patrimônio cultural em Goiás e Goiânia. Para além da historiografia, uma antologia multidisciplinar sobre o patrimônio cultural de Goiânia, organizada por Lima Filho e Machado (2007), deu uma perspectiva sobre o lugar ocupado pelo Jockey Clube nas memórias dos moradores pioneiros de Goiânia.<sup>16</sup> Esta pesquisa também seguiu a periodização de Borges e Lima (2008) da história da imprensa em Goiás.

Por fim, este trabalho propôs uma análise dos discursos dos jornais *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção*. Além disso, também priorizou outras fontes jornalísticas<sup>17</sup> na busca

---

<sup>15</sup> De acordo com Tuchman (1999), as normas que interferem na notícia – o lide, a pirâmide invertida, etc. – comprovam que são estórias, pois não haveria necessidade para normas e ritual de objetividade (apresentação de possibilidades conflitantes dentro da matéria, a apresentação de fatos suplementares que são aceitos como verdadeiros e o uso judicioso das aspas) caso as notícias fossem um reflexo perfeito dos fatos.

<sup>16</sup> Trata-se dos habitantes das primeiras décadas de Goiânia, entre 1930 e 1950/1960.

<sup>17</sup> Por utilizarmos múltiplos jornais e notícias do mesmo ano, optamos por não seguir as regras da ABNT para evitar confusões. Conforme a ABNT, jornais devem ser citados no modelo (NOME DO JORNALISTA, ANO). Neste trabalho, as citações jornalísticas usam o seguinte modelo: (NOME DO JORNALISTA, *JORNAL*, dia mês ano), com o acréscimo da letra “B” caso seja do mesmo dia.

por vestígios do Jockey Clube de Goiás na história de Goiânia. A memória é um conceito fundamental deste trabalho e depoimentos dos moradores de Goiânia, reunidos em livros de memória e em outros trabalhos acadêmicos, também foram importantes fontes para esta pesquisa. Documentos jurídicos, como o pedido de tombamento e a resposta do Iphan, também foram objetos de análises.

Contudo, ao delimitar as fontes, ocorre uma seleção. Em respeito a privacidade dos antigos trabalhadores que entraram com processos judiciais contra o Jockey Clube de Goiás, por dívidas trabalhistas, optamos por não utilizar esses processos. Dessa forma, a principal lacuna deste trabalho está justamente nesses trabalhadores. Similarmente, usuários do clube durante a década de 2000 são outra lacuna. Na medida do possível, buscamos trazer uma perspectiva sobre esse público já durante a crise financeira do Jockey, porém, a quantidade de fontes é consideravelmente menor do que em relação ao clube durante o século XX.

O método análise do discurso, segundo Malhães (2009), analisa uma visão individual. Discurso é a apropriação da linguagem por um emissor. Isso o conferiria um papel ativo, portanto, constituindo-o em sujeito de ação social, “como analisar significa dividir, a análise de discurso é, na verdade, a desconstrução do texto em discursos, ou seja, em vozes” (MALHÃES, 2009, p. 306). Assim, esse método “desmonta” o discurso para compreender como foi montado. Entretanto, para Figaro (2015) o texto, o enunciado e o discurso seriam um único produto no processo comunicativo. O texto manifestaria-se em um discurso, produzido por um sujeito historicamente situado, virando um enunciado ao entrar no sistema da comunicação. Dessa maneira, busca-se compreender “o sujeito (enunciador), a situação/contexto de fala e a relação desse contexto com outros no entorno, o tema e seu destaque em determinada conjuntura, a relação de forças entre os discursos que circulam na sociedade, no tempo e no espaço da história e da memória” (FIGARO, 2015, p. 14).

Brandão tem uma perspectiva similar sobre a análise do discurso jornalístico. “O nível discursivo apoia-se sobre a gramática da língua (o fonema, a palavra, a frase) e sobre os aspectos extralinguísticos que condicionam a sua produção” (BRANDÃO, 2015, p. 19). Dessa forma, o objeto da análise do discurso seria o enunciado completo. Portanto, a abordagem discursiva compreenderia “os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos, que cercam a produção de um discurso e nele se refletem. Considera-se o espaço que esse discurso ocupa em relação a outros discursos produzidos e que circulam na comunidade” (BRANDÃO, 2015, p. 20 e 21).

Assim, o ato da linguagem estaria permeado por fatores exteriores, como a não linearidade das palavras, por exemplo, a ambiguidade e a polissemia; e o sentido do enunciado seria formado pelos contextos entorno desse discurso que foi produzido por um sujeito

histórico. As principais fontes para esta pesquisa foram documentais: as edições do *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção* que noticiaram o movimento joqueano e o processo de tombamento do Jôquei Clube de Goiás entre 2017 e 2020. O site do *O Popular* possui tags para o Jôquei Clube de Goiás, enquanto os sites do *Diário da Manhã* e do *Jornal Opção* contam com um sistema de pesquisa interna.<sup>18</sup>

As edições dos jornais são documentos. O documento, conforme Le Goff (2013), é o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente: da história, da época, da sociedade que o produzira e de todas as épocas em que sobrevivera. Portanto, o documento resultou “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2013, p. 497). Para compreender a representação dos jornais é preciso situá-los historicamente. *O Popular* possui uma ampla bibliografia ao seu respeito.<sup>19</sup> Contudo, nos casos do *Diário da Manhã* e do *Jornal Opção*, recorreremos a outras fontes, como matérias comemorativas de aniversários dos jornais e o livro *Imprensa goiana: depoimentos para a sua história*.

Prost (2014) pontua que a imprensa encaixa-se na categoria de depoimentos voluntários. Dessa forma, são depoimentos constituídos para informar os leitores, do presente ou do futuro. Diferentemente das mídias tradicionais, segundo Pinho (2003), a comunicação na Internet é não-linear, instantânea, interativa, pessoal, acessível e conta com um receptor ativo. Todas essas características influenciaram as três fases do webjornalismo.<sup>20</sup> O webjornalismo se caracteriza pela convergência dos meios.<sup>21</sup> Segundo Silva (2007), a mídia efetua um recorte sobre o presente, influenciando no que é considerado um fato/acontecimento histórico. Portanto, produziria uma narrativa marcada por visões de mundo, lugares sociais e ideologias. Dessa maneira, construiria novos sentidos sobre o passado, assim influenciando no que pertenceria à história e à memória.

Martins e Luca (2006) concordam com Silva (2007). Para as autoras, o conhecimento que temos da realidade é mediado pelas mídias, que “não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo

---

<sup>18</sup> Em complementação, também utilizaremos a ferramenta de buscas avançadas da Google.

<sup>19</sup> Por exemplos, os trabalhos de Arrais (2013) e Nascimento (2016).

<sup>20</sup> De acordo com Barbosa (2007), a primeira geração era a de reprodução dos conteúdos das mídias tradicionais (especialmente do impresso); a segunda foi quando os sites começaram a empregar recursos de interatividade, de hipertexto, entre outros; já a terceira fase, o jornalismo digital de terceira geração, englobaria “os produtos jornalísticos na web, bem como os recursos e tecnologias disponíveis para a disseminação dos conteúdos para dispositivos móveis, como celulares, iPods, MP3, smartphones, entre outros” (BARBOSA, 2007, p. 7).

<sup>21</sup> Jenkins (2009) define que a convergência dos meios ou cultura da convergência, em outras palavras, refere-se aos fluxos de conteúdos por meio de múltiplas plataformas midiáticas, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento dos públicos dos meios de comunicação de massa.

que elegend como fato digno de chegar até o público” (MARTINS, LUCA, 2006, p. 11). Assim, as representações dos jornais *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção* do movimento joqueano e do processo de tombamento do Jóquei Clube de Goiás se relacionam com as representações da memória e da história de Goiânia.

O primeiro capítulo centrou-se na história dos movimentos pela patrimonialização dos bens culturais. Primeiramente, definiu movimento social e conceituou os movimentos sociais urbanos pela patrimonialização. Em seguida, abarcou o surgimento – ou melhor dizendo, auge – desse movimento no Brasil, em 1970 a 1990, além das perspectivas contemporâneas dessa luta no país. A partir das tendências observadas no contexto amplo nacional, buscou-se como essas questões repercutiram em Goiás e Goiânia. Tanto o estado como o município careciam de uma legislação patrimonial específica. Assim, influenciado pelo que observou em outros estados, o agente estatal e jornalista José Mendonça Teles se sobressaiu como o grande defensor do patrimônio cultural local. Por fim, o capítulo analisou o pedido de tombamento do Jóquei Clube de Goiás, pois o pedido de tombamento é o principal instrumento utilizado pelos movimentos pela patrimonialização para impedir a destruição de um bem cultural.

O segundo capítulo analisou a relação do espaço urbano goianiense com o seu patrimônio cultural. A partir das mudanças ocorridas em Goiânia ao longo do século XX e início dos anos 2000, esse capítulo procurou os vestígios do Jóquei Clube de Goiás na memória dos moradores e na imprensa da época, as alterações ocorridas nas práticas sociais do público-alvo do clube e no espaço urbano do setor em que este se localizava. Afinal, o que fez com que esse lugar surgisse como alvo de reivindicação de patrimonialização em 2017? Qual o seu papel na história da cidade? De quem era patrimônio cultural? Quais as causas para o “abandono do clube?” Tais questões guiaram o capítulo.

O primeiro capítulo buscou conceituar e caracterizar os movimentos sociais urbanos para a patrimonialização e o olhar institucional para o tema. O segundo enfocou o Jóquei Clube de Goiás e o espaço urbano goianiense. Por fim, o terceiro capítulo abordou o movimento social para salvar o clube e a representação desse processo pelos jornais. Assim, o capítulo foi dividido em quatro tópicos: o primeiro trouxe a história desses jornais e as suas principais características; o segundo analisou a representação do movimento para “salvar” o Jóquei Clube e do processo de tombamento pelo *O Popular*; o terceiro a representação do movimento e do processo de tombamento pelo *Jornal Opção*. Por fim, o quarto analisou a representação do movimento e do processo de tombamento pelo *Diário da Manhã*, que trouxe uma narrativa diferente dos outros dois. Dessa maneira, buscamos compreender como a imprensa goiana retratou o movimento joqueano e o processo de tombamento do clube. Qual a história e qual a memória de Goiânia

em debate em cada um dos periódicos? Entre os dois isqueiros de Philip K. Dick, qual é o Jockey Clube para Goiânia e para a mídia local? A resposta dessa questão pode variar para cada jornal.

## CAPÍTULO 1

### OS MOVIMENTOS PELA PATRIMONIALIZAÇÃO DOS BENS CULTURAIS

Este capítulo será dividido em três momentos. O primeiro momento dedica-se ao tópico dos movimentos sociais – e como o movimento pela patrimonialização se encaixa dentro dos movimentos sociais urbanos. Como Rodrigues (2001), trabalhamos com a hipótese de que um dos principais objetivos desses movimentos é a gestão urbana coparticipativa. O segundo momento, por sua vez, busca historicizar os movimentos ocorridos no Brasil e em Goiás pela patrimonialização. Já o terceiro momento explora o principal “instrumento” utilizado por esses movimentos para “frear” a “destruição” de um determinado bem cultural: o pedido de tombamento junto aos órgãos públicos. Simultaneamente, analisaremos o parecer para o tombamento do Jockey Clube de Goiás e a definição de patrimônio cultural empregada.

Assim, de acordo com Viana (2016), um movimento social é sempre composto por um grupo social. Ou seja, um conjunto de pessoas que compartilham semelhanças advindas de sua corporeidade, situação ou cultura. Porém, o grupo social existe independentemente do movimento, só produzindo um movimento social quando se mobiliza. O autor lista três tipos de grupos sociais: a) orgânicos (os indivíduos têm em comum a corporeidade, pois já nasceram assim); b) situacionais (a unidade do grupo é gerada pela situação social, como moradores ou estudantes); e c) culturais (as pessoas teriam em comum as crenças, as doutrinas, as suas expressões culturais ou políticas). Viana (2016) também divide os grupos culturais em étnicos, religiosos e contestatórios.

Qual seria o grupo social na base dos movimentos pela patrimonialização? Um dos objetivos deste capítulo é responder essa questão de forma aprofundada. Embora em um primeiro momento pareça possível classificar esse tipo de movimento como pertencente ao grupo social com unidade cultural, argumentaremos adiante que a ligação com o bem cultural também é uma ligação com o território em que este está localizado. Dessa maneira, de modo geral, esses movimentos são compostos pelos **moradores** das cidades e dos bairros em que os bens estão inseridos. Assim, a base seria um grupo social situacional.

Os elementos que definem um movimento social, ainda segundo Viana (2016), são: um grupo social de base em fusão, ou seja, se mobilizando; a situação social que gera a insatisfação social; o senso de pertencimento ao grupo e os objetivos em comum. Além disso, os indivíduos pertencem ao movimento de duas maneiras. Os autóctones fazem parte do grupo de forma direta, enquanto os alóctones não pertencem ao grupo, mas se identificam com a causa. Nos

movimentos pela patrimonialização, os autóctones seriam aqueles que possuíssem uma ligação direta com o bem cultural, os detentores do patrimônio, já os alóctones seriam aqueles que se identificam com a causa da preservação.

A insatisfação social é fundamental para que um movimento entre em “fusão”. Ela é gerada por uma determinada situação social que, por sua vez, resultara de uma insatisfação consciente e reconhecida coletivamente. Pode ser legítima, como por causa de uma opressão ou injustiça cometida contra o grupo. Porém, também pode ser ilegítima, funcionando como uma moeda de troca na busca por vantagens e privilégios ou mesmo na manutenção dos mesmos. O autor cita como exemplo do segundo caso o movimento racista, de supremacistas brancos, que busca manter os privilégios de um grupo sobre os demais. Essa insatisfação deve ser de um grupo inteiro, havendo “um processo de autoconsciência coletiva de descontentamento com determinada situação social” (VIANA, 2016, p. 35) que resultaria na mobilização desse grupo.

Outro fator importante é o senso de pertencimento. Isso significa que “a pessoa se percebe como fazendo parte de um grupo social específico. Isso pode criar sentimentos diversos, como vínculos afetivos, identificação, etc.” (VIANA, 2016, p. 37). Portanto, para que haja uma mobilização por um determinado bem cultural é necessário que haja primeiro um grupo que possua um vínculo afetivo ou de identificação com esse bem. Esse vínculo fará com que as pessoas que pertençam ao grupo social se mobilizem para salvá-lo. Daí porque esse grupo geralmente é composto pelos moradores do território em que esse possível patrimônio cultural está localizado.

Além disso, os movimentos pela patrimonialização são uma ramificação de um movimento maior de “moradores”: os movimentos sociais urbanos. Segundo Viana (2016), os movimentos sociais geram ramificações. Essas surgem de movimentos consolidados, muitas vezes crescendo ao ponto de possuírem vertentes antagônicas e contraditórias. A percepção da existência desses setores dentro dos movimentos, para o autor, permite compreender manifestações específicas em locais ou épocas específicas. Dessa forma, ONGs e outras instituições também são ramificações de movimentos maiores. Enquanto isso, o *Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)* define o movimento pela reforma urbana da seguinte maneira:

Movimento social que reúne diferentes setores da sociedade civil na luta por reformas que promovam a democratização do espaço urbano, garantindo condições dignas de moradia, mobilidade urbana e acessibilidade aos espaços da cidade a toda a população e não apenas a uma parte desta. Articulando associações de classe, instituições de pesquisa, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), este

movimento mobiliza-se em favor da gestão democrática da cidade, pela garantia da função social da propriedade e pelo direito à cidade. (WOLLMANN, 2014, p. 107).

De acordo com Wollmann (2014), em 1963, ocorreu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Uma parcela da sociedade já se mobilizava em favor das Reformas de Base anunciadas no governo João Goulart (1961-1964). Porém, durante a ditadura civil-militar esses debates ficaram em segundo plano, já que os projetos tecnocráticos dos governos militares priorizavam a especulação imobiliária e a progressiva privatização dos espaços. Como veremos adiante, esse fator resultaria na insatisfação social que levaria às primeiras mobilizações significativas pela patrimonialização de bens culturais em cidades brasileiras como São Paulo e Goiânia.

"No período da redemocratização, a questão urbana foi novamente colocada em pauta como uma condição necessária para a redução das desigualdades e para a consolidação da democracia no país" (WOLLMANN, 2014, p. 107). Similarmente, Gohn (2007) pontua que inúmeros movimentos sociais urbanos e formas organizativas populares surgiram nas décadas de 1970 e de 1980.

Os anos 80 trarão um panorama novo na prática e na teoria sobre os movimentos sociais populares urbanos. Na prática, surgem novas lutas como pelo acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia; movimentos de desempregados; movimentos pela saúde. (GOHN, 2007, p. 278 e 279).

Porém, os movimentos tendem a desaparecer ou perder força em algumas situações, como quando a demanda é atendida pelo poder público ou quando é invisibilizada. Por exemplo, Doimo (1983) construiu a sua Dissertação de Mestrado a partir da sua experiência no Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha (ES), ocorrido entre abril de 1978 e novembro de 1979. Além do trabalho teórico bem executado, a autora oferece também um testemunho em primeira mão de suas experiências.<sup>22</sup> A autora considera que os movimentos sociais urbanos seriam majoritariamente reformistas, ou seja, objetivam reformar o sistema, focando nas reivindicações urbanas e por políticas públicas, e não necessariamente nos problemas de caráter estrutural da cidade. Alguns autores de tendência marxista, como a própria

---

<sup>22</sup> Por exemplo, a autora pontua que apesar dos discursos do movimento pelo transporte e da cobertura midiática enfatizarem que se tratava de um movimento do povo e sem lideranças, o movimento teria sido liderado pelos agentes pastorais da região. Assim, haveria também uma ideologia religiosa influenciando essas pessoas a se mobilizarem. Embora Doimo (1983) não denomine qual seria essa ideologia, Gohn (2007) aponta que a teologia da libertação influenciou vários movimentos sociais urbanos (ou movimentos populares) do período.

Doimo (1983), dividem os movimentos sociais em revolucionários (objetivam mudar completamente o sistema político vigente), reformistas (desejam reformar o sistema político) e conservadores (querem a manutenção do sistema). Dessa forma, a crítica marxista aos movimentos sociais urbanos seria por se encaixarem dentro do sistema capitalista.

o caráter policlassista desses movimentos e o fato de se desenvolverem à margem da produção, têm sido elementos usados para sustentar a tese de que esses movimentos são reformistas, ou seja, de que são incapazes de ultrapassar o imediato das reivindicações urbanas. Essa tese estaria fundamentada na seguinte ordem de questões: 1) as contradições urbanas são de caráter conjuntural e, portanto solúveis nos marcos do sistema capitalista; 2) os movimentos não teriam força suficiente para, em circunstâncias mais favoráveis em termos da melhoria urbana, resistir à absorção política pela classe dominante, na figura de um Estado "neutro e regulador" (DOIMO, 1983, p. 16).

Com relação à categoria de “morador”, Doimo (1983) questiona a concepção que opõe morador e Estado na ação reivindicativa, pois a maioria das demandas urbanas seriam voltadas para o Estado e os conflitos das contradições urbanas seriam solúveis dentro do sistema capitalista. Observada essa crítica marxista aos movimentos, ressalta-se o contraponto a essa visão, conforme Doimo (1983), autores como Cohn e Wanderley, defenderiam “que esses movimentos, surgidos a partir de problemas locais e específicos, ao se desenvolverem expandindo suas reivindicações para níveis mais amplos, tendem a formar uma consciência da situação e das necessidades comuns dos grupos envolvidos” (DOIMO, 1983, p. 17 e 18). Dessa maneira, a participação no movimento levaria os seus membros a se politizarem para além da insatisfação social original e se conectarem com outros problemas do espaço urbano. Outro fator fundamental para que o Estado não seja um oposto natural aos movimentos é a democracia. Assim, essa percepção de que deveria haver uma oposição entre movimento e Estado se deve ao contexto da escalada dos movimentos sociais urbanos do Brasil, durante a década de 1970:

Na década de 70, particularmente depois de 1974, quando o chamado "milagre econômico" vai chegando ao fim e as contradições urbanas se avolumam face à política econômica centralizada e adversa à reprodução ampliada da força de trabalho, começam a surgir, com certa intensidade, ao lado do ressurgimento do movimento operário e de outras formas de manifestação da sociedade civil, os movimentos urbanos. A incapacidade do Estado em agir de forma populista, conjugada com a emergência de lideranças comprometidas com um trabalho de base e críticas em relação à política clientelística, populista e personalista - tão própria do período de 45 à 64 - foram fatores que concorreram para uma nova configuração dos MSUs, caracterizando-se agora como elementos de pressão ao Estado e colocando-se a condição de autonomia e independência em relação a ele. (DOIMO, 1983, p. 22).

A autora aponta que esse tipo de movimento pode ocorrer em bairros marginais; bairros periféricos; bairros interclassistas e nos bairros residenciais da classe dominante. Ainda segundo Doimo (1983), os movimentos sociais urbanos seriam gerados por quatro tipos de insatisfação: “a) deterioração súbita das condições de vida; b) ameaça que representa a ação urbanística; c) déficit constante de habitação ou serviços; d) movimentos de oposição [SIC] à política urbana da administração (fase mais adiantada)” (DOIMO, 1983, p. 30). Esses quatro tipos de insatisfação podem aparecer nos movimentos pela patrimonialização, principalmente a “ameaça que representa a ação urbanística”.

Retomando Gohn (2007), a década de 1970 foi marcada pela efervescência de movimentos sociais: das mulheres, dos negros, dos indígenas, os ecológicos, etc. “Foram movimentos que ganharam expressão naquela década, embora fossem lutas já antigas que ressurgiram no Brasil ao final dos anos 70” (GOHN, 2007, p. 282). Já a década de 1980 marcou o período da redemocratização, de um início de otimismo que viria a se tornar perplexidade e, depois, descrença.

Vários fatores contribuíram para essas mudanças, com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação; o consenso, a generalização, e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos 80, absorvendo grande parte da parcela dos desempregados do setor produtivo privado; o surgimento de grandes centrais sindicais; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor da moradia; e, fundamentalmente, o surgimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs - Organizações Não-governamentais. Acrescente-se ainda a este cenário a decepção da sociedade civil com a política, tanto com a praticada pelas elites dirigentes como com aquela praticada pelos partidos políticos, que progressivamente foram perdendo a capacidade de articular as demandas das camadas populares e médias. (GOHN, 2007, p. 285 e 286).

No final da década de 1980 e no início de 1990, o Partido dos Trabalhadores (PT) ascendeu ao poder em várias prefeituras municipais. Assim, “houve uma redefinição de posturas políticas, e a problemática principal passou a ser a da capacitação técnica das lideranças populares para atuar como co-partícipes das políticas públicas locais” (GOHN, 2007, p. 286). Dessa maneira, lideranças dos movimentos se tornaram dirigentes de órgãos públicos e o governo municipal buscava garantir uma participação popular na gestão urbana. Como veremos no próximo tópico, em São Paulo, o governo da então petista Luiza Erundina deu espaço popular na gestão do patrimônio, o que resultara no maior número de mobilizações pelo patrimônio cultural da cidade. A década de 1990 enfatizaria:

duas categorias básicas: a cidadania coletiva e a exclusão social. A primeira, já presente na década anterior, apresentará como novidade pensar o exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições que se legitimaram juridicamente a partir de 88, e que têm de desenvolver um novo aprendizado, pois não se trata apenas de reivindicar, pressionar ou demandar. Trata-se agora de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada, já que o lugar de participação está inscrito em leis, é uma realidade virtual. A segunda, relativa à exclusão, decorre das condições socioeconômicas [...] os efeitos destes sistemas de desagregação social sobre as estruturas organizativas da população (GOHN, 2007, p. 288).

De acordo com Guimarães (2015), a grande segregação espacial é um dos principais problemas das cidades brasileiras na contemporaneidade. Essa segregação levaria tanto a pessoas despejadas de suas casas quanto ao isolamento da elite “em verdadeiros guetos de luxo” (GUIMARÃES, 2015, p. 724). A autora defende que as reivindicações do “movimento popular”, ou seja, dos movimentos sociais urbanos, historicamente têm como primeiro interlocutor as estruturas governamentais. Em relação às conquistas dos movimentos sociais urbanos, “estas ora expressam demandas essencialmente jurídicas e institucionais, ora se confundem com os processos de luta gerados, ponto de encontro/confronto de interesses distintos e antagônicos na condução da política pública urbana” (GUIMARÃES, 2015, p. 730). Além disso, embora haja atualmente uma rejeição das figuras políticas dentro dos movimentos, elas continuariam presentes nos cenários locais:

Os políticos, outrora figuras centrais no encaminhamento dos problemas urbanos, atualmente perdem sua posição de relevo, na medida em que os movimentos passam a se reconhecer como força social, colocando-os num plano secundário, isto é, na condição de elemento intermediário das reivindicações originárias dos bairros, embora não se possa ignorar a expressiva participação de políticos tradicionais, que funcionam como uma espécie de “protetores” das comunidades locais, onde possuem suas bases eleitorais (Silva, 1992). Assim sendo, a reivindicação popular, no território brasileiro, continua vindo à cena acompanhada da ação/articulação com um político local. (GUIMARÃES, 2015, p. 737).

Contudo, a autora enfatiza que esse vínculo dos movimentos com os políticos locais não representaria necessariamente uma busca por alcançar suas demandas apenas por meio da articulação com um vereador ou com um parlamentar. Porém, para Guimarães, os movimentos ainda assim perceberiam nesses políticos canais de acesso mais fácil aos órgãos públicos e às instâncias de poder do Estado. Em troca, essas figuras seriam vistas como “comprometidos com as lutas populares” (GUIMARÃES, 2015, p. 738) e alcançariam mais facilmente os votos da militância. Os problemas do espaço urbano, em particular, são interessantes para a politicagem, pois encontrariam um perfil de eleitor determinado, com base na categoria de problemas urbanos que lhes afligiriam, podendo adequar o discurso para essa base. Assim, “usando o voto

como moeda de troca para barganhar benefícios e serviços para a comunidade. Isso não significa precisamente o desconhecimento por parte dos moradores do jogo político do qual estão sendo objeto” (GUIMARÃES, 2015, p. 738).

Outra característica contemporânea dos movimentos sociais é que estão conectados em rede. Embora tenha uma perspectiva dos movimentos sociais diferente de Viana (2016), Castells (2013)<sup>23</sup> mapeia o funcionamento dos mesmos nas redes sociais. A comunicação se ampliou para todos os domínios da vida social, no que para o autor se configura numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e padronizada. Essa comunicação digital é uma comunicação de massa – atingindo múltiplos receptores e se conectando a infindáveis redes de informações globalizadas – e autocomunicação, pois a produção da mensagem é feita de forma autônoma pelo remetente, assim como são “autosseleccionadas” as mensagens recebidas. O autor também destaca que a horizontalidade das redes dificulta o seu controle por empresas e governos. O resultado disso, ainda segundo Castells, seria a independência do ator social individual ou coletivo perante as instituições sociais.

No contexto dos movimentos sociais, as redes digitais possibilitariam ações coordenadas e “desimpedidas”. Porém, Castells (2013) adverte que a ocupação do espaço urbano ainda seria um fator determinante para a existência de um movimento social. Além disso, os mecanismos de comunicação sempre contribuíram para a existência dos movimentos, como boatos, sermões, panfletos e manifestos transmitidos pela imprensa, pelos indivíduos ou por meio de outras formas de comunicação. Assim, para o autor, as redes digitais operam na atualidade como os veículos de comunicação mais rápidos, autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história.

Castells (2013) lista as características dos movimentos na era da Internet: 1) eles são conectados em rede de múltiplas formas (multimodal, ou seja, se conectam on-line e off-line, com a sociedade, com a mídia e com a blogosfera mundial); 2) eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano (ou seja, quando sair da Internet e ocupar o espaço urbano); 3) O espaço da autonomia seria a forma espacial dos movimentos sociais em rede; 4) Os movimentos são simultaneamente locais e globais; 5) a temporalidade é atemporal. Este último exige uma explicação aprofundada. Quando ocupa o espaço urbano, o movimento se insere dentro de um

---

<sup>23</sup> Castells (2013) define movimentos sociais como tendo as suas raízes na injustiça fundamental das sociedades e como uma forma de se erguer contra a dominação social. Portanto, seriam a fonte da mudança social. Além disso, o autor cita as ideologias por trás dos movimentos como sendo socialista, comunista ou liberal. Como dito anteriormente, Viana (2016) afirma que a insatisfação social na base do movimento pode ser tanto legítima quanto ilegítima. As ideologias podem igualmente ser variadas, inclusive dentro de um mesmo movimento social. Este trabalho se aproxima mais da perspectiva de Viana (2016) do que de Castells (2013).

período específico. Entretanto, nas redes sociais não há necessariamente restrições cronológicas e a temporalidade é ilimitada. Por exemplo, o movimento para salvar o Jóquei Clube de Goiás ocorreu no final de 2017. Em 2022, a petição online para salvar o clube continuava recebendo novas assinaturas:

The screenshot shows the Avaz.org website interface. At the top, there is a navigation bar with the Avaz.org logo and various language options: ENGLISH, العربية, DEUTSCH, РУССКИЙ, FRANÇAIS, ESPAÑOL, BAHASA INDONESIA, 한국어, 日本語, NEDERLANDS, ITALIANO, עברית, TÜRKÇE, POLSKI, ROMÂNĂ, ΕΛΛΗΝΙΚΑ. Below the navigation bar, the main heading reads "Salve o Jóquei Clube!". To the left of the heading is a photograph of the Jockey Club building in Goiás. To the right, a progress bar indicates "1.482 assinaram. Vamos chegar a 2.000". Below the progress bar, there is a list of recent signatories: "Maysa A. assinou 3 semanas atrás" and "Christiane H. assinou mais de um mês atrás".

**Petição criada em 3 de junho de 2018 no site Avaz. Screenshot de 30 de março de 2022, quando a petição ainda recebia novas assinaturas e havia alcançado a marca de 1.482 assinaturas.**

Retomando Castells (2013), outras características dos movimentos em rede são: 6) a sua origem é espontânea, geralmente a partir de alguma indignação, seja por um evento específico ou por causa das ações do governo; 7) são virais e seguem a lógica das redes sociais; 8) sem liderança, embora haja líderes em potencial; 9) criam um sentimento de companheirismo entre os membros; 10) a horizontalidade das redes favorece cooperação e solidariedade, tal como reduz a necessidade de lideranças; 11) são profundamente autorreflexivos sobre as ações do próprio movimento e de seus membros; 12) Ocupam o espaço público, mas não são violentos no início; 13) raramente são programáticos, exceto quando se concentram em algum ponto. Ou seja, esses movimentos teriam múltiplas demandas e não se concentrariam em nenhum objetivo em específico, Castells (2013) pontua que isso dificultaria que suas demandas fossem atendidas.

Contudo, o autor considera que esse problema traria um aspecto positivo, pois 14) dificilmente esses movimentos seriam cooptados por partidos políticos “universalmente desacreditados”, embora estes ainda pudessem lucrar com as mudanças conquistadas pelos movimentos, já que as lutas sociais podem mudar os valores e a opinião pública, tendo consequências eleitorais. Como apontado anteriormente, analisando o contexto brasileiro, Guimarães (2015) oferece uma perspectiva diferente do autor nesse ponto. As figuras políticas veem eleitores em potencial nos movimentos. Assim, a falta de objetivos concretos não teria necessariamente um aspecto positivo. Além disso, Castells (2013) compara as semelhanças

entre as mobilizações urbanas de larga escala, como a Ocupação de *Wall Street*, a Primavera Árabe, 2013 no Brasil, etc. Manifestações urbanas de escala consideravelmente menor tendem a ter um objetivo definido, especialmente no caso da patrimonialização. Por fim, os movimentos 15) são muito políticos no sentido original da palavra. Eles praticam uma forma de democracia direta em rede.

As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada. (CASTELLS, 2013, p. 134).

Essas características não são, necessariamente, padrão de todos os movimentos sociais. Porém, no terceiro capítulo, veremos como elas aparecem na representação dos jornais do movimento para salvar o Jôquei Clube de Goiás. Castells (2013) analisa movimentos sociais urbanos. Essa categoria engloba todos os movimentos relativos ao espaço urbano. Os movimentos pela patrimonialização estão inseridos nesse campo. Assim, seja o momento de seu fortalecimento, na década de 1970, as causas que levaram e ainda levam a insatisfação social na sua base, além das suas características históricas e contemporâneas, esses aspectos em comum formam parte de um “macro” dos movimentos sociais urbanos que reverberariam nos movimentos pela patrimonialização nacionais e locais. Essas características permitem compreender, por exemplo, porque as mobilizações tendem a acontecer quando o bem cultural está “ameaçado” de destruição. O próximo tópico busca contextualizar, caracterizar e historicizar os movimentos pela patrimonialização no Brasil.

### **1.1 As lutas pela patrimonialização no Brasil**

Assim como ocorre com o tema dos movimentos sociais, as lutas pela patrimonialização no Brasil é um debate amplo. Dessa forma, este tópico tem como recorte as principais mudanças no tema da patrimonialização ocorridas a partir da década de 1970 e como essas mudanças influenciaram os movimentos sociais para salvar bens culturais no Brasil. De acordo com Poulot (2009), a novidade das décadas finais do século XX para a patrimonialização, em uma

perspectiva global, era a ideia de que “a familiaridade com o patrimônio pode ser legitimamente incluída no número dos direitos humanos” (POULOT, 2009, p. 228). Assim, o povo emergia como ator de seu patrimônio, da mesma maneira que havia uma visão mais crítica de um passado erigido como uma referência absoluta. Além disso, a noção de patrimônio cultural também se tornou mais democrática e mais acessível para a população.

Enquanto isso, nas instituições internacionais como a Unesco, “o imperativo de uma gestão do patrimônio pelos valores exige, então, que seja identificada precisamente a importância valorativa reconhecida a determinado patrimônio por suas comunidades de interpretação” (POULOT, 2009, p. 229). Essa percepção do patrimônio cultural como um direito humano, particularmente como um direito social, segundo Rodrigues (2001), foi fundamental para que surgissem as mobilizações pelos bens culturais urbanos no Brasil. O objetivo deste capítulo é fazer um apanhado geral das características dessas mobilizações. O trabalho de Rodrigues (2001) é uma das principais referências desta pesquisa. Por causa disso, os exemplos específicos serão focados na cidade de São Paulo (SP).

Primeiramente, nem toda manifestação por patrimônio cultural é parte desse movimento social. A campanha em benefício de Ouro Preto (MG), ocorrida entre 1949 e 1950, oferece um parâmetro de comparação para as mobilizações. Ao contrário dos movimentos sociais pela patrimonialização, essa campanha pela preservação da cidade surgiu na esfera estatal, encabeçada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Ouro Preto, conforme Motta (2008), ocasionara diversos momentos importantes da história da preservação no Brasil, tendo sido declarada um Monumento Nacional desde o Decreto Federal n. 22.928, de 12 de julho de 1933. Essa nomeação antecedeu a Inspetoria de Monumentos Nacionais, um departamento do Museu Histórico Nacional criado no ano seguinte; e ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937 e que posteriormente passaria a se chamar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, depois, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Com “a criação do SPHAN e o encerramento dos trabalhos da Inspetoria, a proteção da cidade tombada motivou os primeiros embates sobre as diferentes visões de patrimônio e possibilidades de preservação” (MOTTA, 2008, p. 12).

A campanha para “salvar” Ouro Preto ocorreu durante a administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do Dphan. Ela buscava angariar fundos particulares em benefício de um casario da cidade, realizar um estudo do conjunto urbano tombado pelos técnicos do departamento e, por meio do montante arrecadado, fazer intervenções para recuperar o conjunto arquitetônico. “Sobretudo, foi um momento em que integrantes das elites intelectuais, artísticas,

econômicas e políticas do país foram chamados a colaborar com a causa da preservação e valorização do patrimônio histórico e artístico nacional” (SORGINE, 2008, p. 18).

O que diferencia essa campanha dos movimentos sociais pela patrimonialização? Em primeiro lugar, não havia um grupo social com senso de pertencimento com a cidade de Ouro Preto no centro dessa questão. A campanha fora encabeçada por Graciema Melo Franco de Andrade e por seu marido, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), então diretor-geral do órgão público de preservação. Rodrigo Melo Franco de Andrade liderou a campanha porque o Dphan não dispunha de recursos financeiros para garantir a preservação e a restauração do casario e do conjunto urbano da cidade. Além disso, a campanha buscou por doações junto à elite intelectual da época, usando como base o decreto-lei 2.809, de 23 de novembro de 1940, sobre a aplicação de donativos particulares ao órgão.

"Na iniciativa referente a Ouro Preto, em 1949, o casal Melo Franco de Andrade apelou pessoalmente aos membros dos seus círculos de relacionamento pessoais e profissionais para que doassem verbas destinadas à preservação do casario” (SORGINE, 2008, p. 20). O pedido saiu dos círculos pessoais do casal e chegou a outras famílias tradicionais e intelectuais, além de receber atenção tanto positiva quanto negativa da mídia. Com relação à recepção negativa, que questionava o orçamento estatal e a iniciativa de “pedir esmolas”, o diretor-geral do DPHAN enviara cartas em resposta aos jornais. Porém, a reação negativa da população de Ouro Preto foi elucidativa quanto ao caso, retratada em uma matéria do jornal *O Diário*, que destacou se tratar dos interesses de uma elite intelectual de origem mineira, sem uma participação direta dos moradores da cidade.

Foi a matéria do jornal *O Diário*, de Belo Horizonte, do dia 13/9/1949. Nesta, o repórter, enviado à cidade de Ouro Preto, afirmava que a população ouropretana sentia-se ofendida com o teor das notícias publicadas a respeito da cidade, alardeando estar a mesma em estado avançado de ruína. Segundo a reportagem, para aquela população, esse tipo de notícia possuía um “caracter maligno” aos interesses da cidade, que estaria em plena “fase de progresso”. [...] É com apuro que o repórter percebe e relata os interesses e valores em disputa na preservação do patrimônio histórico de Ouro Preto: os valores construídos e reproduzidos pelas narrativas do patrimônio competindo com os valores produzidos e multiplicados pelas narrativas associadas ao processo de modernização industrial; **os valores e interesses de uma elite intelectual de origem mineira, há muito residente na capital federal e comprometida com a política de preservação do patrimônio e seus símbolos, em oposição aos interesses e valores dos habitantes do conjunto histórico, diante de outras dimensões de seu município, que não as relativas à preservação do patrimônio. Nesse sentido, é possível perceber de modo geral, que a campanha foi empreendida à revelia da participação dos habitantes da cidade,** principalmente, da parcela da população menos favorecida financeiramente, proprietária de parte do casario que se previa restaurar com o dinheiro arrecadado. Enquanto isso, para os doadores da campanha, residentes em sua maioria na capital federal, colaborar com o financiamento da recuperação do patrimônio histórico e arquitetônico nacional significava capitalizar-se simbolicamente, integrando-se a

partir de então ao “rol dos sabidos” [...] Para aqueles já integrados ao “rol”, como muitos dos intelectuais envolvidos nesse episódio, era de todo modo uma forma de reafirmar a sua pertença. (SORGINE, 2008, p. 28 e 29) (grifo meu)

Assim, essa campanha partiu do órgão público, atraindo a atenção de pessoas que se identificavam com a causa, mas que não possuíam ligação direta com o bem cultural. Portanto, mais incomodou do que mobilizou a população da cidade em prol da preservação. Esse caso se difere substancialmente da primeira mobilização para salvar um patrimônio cultural em São Paulo, no final da década de 1970, que colocava a população contra o Estado em prol da “salvação” de um bem cultural local. Para compreender o que mudou nesse período é necessário primeiro fazer um apanhado histórico desse tema no Brasil nessa década.

De acordo com Fonseca (2017), a partir da década de 1970, quando o regime militar entrou em crise, a política do SPHAN passou a ser criticada por seu caráter elitista. Além disso, os intelectuais da época tinham um novo perfil, novos valores e novos interesses: a modernização da noção de patrimônio cultural e a politização da política de preservação, pois os agentes propunham atuar como mediadores dos grupos marginalizados junto ao Estado. Eles viam na cultura um espaço possível de resistência à Ditadura Militar. Objetivavam ampliar o alcance da política federal de patrimônio, ou seja, democratizá-la a serviço da cidadania. Segundo Carvalho (2008), a cidadania plena é um ideal ocidental, que serve de parâmetro para analisar a qualidade de vida em cada país e momento histórico. Cidadania seria possuir direitos civis, políticos e sociais. Assim, não havia cidadania durante a ditadura.

Retomando Fonseca (2017), havia uma disputa entre duas linhas de preservação entre 1970 e 1980. De um lado, a linha “pedra e cal”, dava continuidade ao SPHAN; do outro, a linha de referência, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975. “A hegemonia do grupo de referência, na verdade, limitou-se ao plano discursivo; na prática, foi através dos tombamentos efetuados pela Sphan que continuou a ser construído o patrimônio histórico e artístico nacional” (FONSECA, 2017, p. 20). A linha da referência propunha também uma articulação com os movimentos sociais e com outras áreas do governo, buscando ampliar a noção de patrimônio cultural e estimular a participação popular por meio da colaboração entre Estado e sociedade.

A politização de referências culturais, raça e sexo, o surgimento de temas como a ecologia e a presença de novos atores sociais influenciaram esse grupo de intelectuais. Conforme Fonseca (2017), a classe social enquanto único princípio verdadeiro passou a ser criticado, pois seria um dogma marxista e eurocêntrico. Alguns fatores para essa mudança foram: a orientação das disciplinas que fundamentavam a preservação mudara, principalmente

da História; a difusão da democracia como um valor em outros campos (sexo, etnia, etc.); a luta pelos direitos civis da população negra dos Estados Unidos; o processo de descolonização e criação de novos Estados-nações. Enquanto isso, o Sphan, na década de 1960, não possuía recursos, nem renovação de quadro já que os cargos eram vitalícios, e lidava com a especulação imobiliária. A ideologia desenvolvimentista, ou a “modernização” da ditadura, trouxera consequências para a preservação.

Um fator digno de nota, ainda segundo Fonseca (2017), era que os dois momentos decisivos da história do patrimônio brasileiro ocorreram durante regimes autoritários. Tanto em 1937, com a criação do Sphan, quanto na década de 1970, com a reinvenção do conceito de patrimônio. Porém, enquanto os modernistas (os intelectuais que influenciaram esse primeiro momento) gozavam de hegemonia no meio intelectual de sua época, os intelectuais dos anos 1970 eram postos sob suspeita por outros intelectuais. As críticas questionavam se estariam sendo cooptados pela ditadura e o fato de que se afirmavam como porta-vozes dos interesses populares enquanto a sociedade civil se reestruturava.

Afinal, o Estado, durante a Ditadura Militar, censurou e perseguiu a atividade artística. Segundo Fonseca (2017), apenas no início da “distensão”, no governo Geisel, o Estado passou a atuar mais na área cultural. Além de repressor, passou também a organizador da cultura. Em 1975, foi feita a primeira proposta global de uma política para a área de cultura no regime, a “Política Nacional de Cultura”. Porém, o fechamento do Congresso e o “pacote de abril”, “em 1977, tornaram problemático o apoio ao governo Geisel por parte de intelectuais que se queriam democráticos. Além disso, o processo de rearticulação da sociedade civil levava a um redimensionamento das estratégias de resistência ao regime autoritário” (FONSECA, 2017, p. 143). A luta pelos direitos políticos, contra o autoritarismo, pela anistia e pelas eleições diretas unia toda a oposição ao governo militar.

“Na segunda metade da década de 1970, já surgiam manifestações da sociedade através de movimentos populares pela melhoria da qualidade de vida e da urbanização dos bairros” (FONSECA, 2017, p. 143). A crise econômica e de legitimidade do regime militar, segundo a autora, levou também a crise da modernização implantada pelo regime. Esse aspecto em particular, como veremos no próximo tópico, seria fundamental para o surgimento das manifestações pela patrimonialização em Goiânia. Entretanto, para Fonseca (2017), a abertura política lenta e gradual “concedida” pelo regime militar dissolveu a união entre os intelectuais contra o autoritarismo.

Nesse período, também houve uma descentralização da preservação. Os encontros de governadores estaduais resultaram no Compromisso de Brasília (1970), no Compromisso de

Salvador (1971), no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973), além da já mencionada criação do CNRC em 1975. Essas reuniões teriam sido fruto da sugestão do então ministro da Educação, Jarbas Passarinho (1920-2016), quem considerava que a preservação deveria ser uma responsabilidade partilhada com os governos estaduais.

Esses documentos recomendavam que os estados e os municípios tivessem uma atuação supletiva à federal nos bens nacionais. Já com relação aos bens de valor regional, que seguissem a orientação do Dphan, protegendo esses bens e criando legislações e instituições próprias para esse objetivo. Em 1973, O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), com os recursos da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan), propiciou “a criação, durante as décadas de 1970 e 1980, de órgãos locais de patrimônio e elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo os caminhos efetivos para a descentralização” (FONSECA, 2017, p. 152).

Outro ponto importante dessa década foi a unificação da política federal de preservação com a fusão do então Iphan com o PCH e o CNRC. Essa fusão ocorreu quando Aloísio Magalhães fora nomeado diretor do Iphan, em 1979, apoiado pelo ministro Eduardo Portela e pelo general Golbery do Couto e Silva. A filosofia patrimonial de Aloísio Magalhães (1927-1882), ou seja, do CNRC, “vencera” no campo discursivo. A partir da década de 1970, ainda segundo Fonseca (2017), o número de processos de tombamento abertos por iniciativa externa ao órgão estatal aumentou significativamente.

Por exemplo, entre 1970 e março de 1990, 78 processos arquivados eram de origem externa. Contudo, entre os bens tombados, “pouco mais da metade” (FONSECA, 2017, p. 195) partiram de representantes do Sphan ou do Iphan. Assim, menos da metade dos bens tombados partiram de origem externa. O perfil dos solicitantes externos, traçado pela autora, eram: políticos de assembleias legislativas ou de prefeituras, seja por iniciativa do político ou por este atuar como intermediário dos grupos locais; instituições culturais; proprietários e pessoas familiarizadas com a questão da preservação (arquitetos, historiadores, intelectuais em geral). Fonseca (2017) cita alguns exemplos de possíveis movimentos sociais pela patrimonialização, porém acredita que sejam exceções à regra. Além disso, considera que há pouca presença de mobilizações quando o processo já está em andamento. É importante apontar que a autora analisa processos de tombamento. Como veremos adiante, o caso de São Paulo pode elucidar melhor essas questões e oferecer uma perspectiva do porque as mobilizações desaparecem com a abertura do processo.

Com relação ao grande número de pedidos que partiram de assembleias e prefeituras, Fonseca (2017), defende que houve uma apropriação do discurso preservacionista por esses

atores políticos, sobretudo de memória e identidade, para angariar fundos para solucionar problemas urbanos locais. Como mencionado anteriormente, para Guimarães (2015), as figuras políticas se interessam particularmente pelos problemas do espaço urbano, pois esses ajudariam na especificação do discurso para um perfil de eleitor determinado, com base na categoria de problemas urbanos que lhe aflige de maneira direta.

A partir da década de 1980, as manifestações culturais brasileiras adquiriram uma conotação política. “É pela via da participação social – e não mais pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional que se vai legitimar a política de preservação nos anos 1980” (FONSECA, 2017, p. 169). De acordo com Fonseca (2017), esse recurso se estendia para além do âmbito cultural. Afinal, o lema da abertura política do governo Geisel era “reativar a sociedade civil”. Portanto, esse discurso preservacionista era compatível com os últimos governos militares e também com a Nova República.

A Constituição de 1988 também contribuiu para a nova percepção do patrimônio cultural. A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi instaurada em 1 de fevereiro de 1987. “A possibilidade de envio de sugestões à ANC, de participação em audiências públicas e reuniões parlamentares (nas subcomissões temáticas), bem como o aditamento de emendas populares, permeou a ANC de um viés popular e democrático inédito em nosso país” (CAMPOS, 2019, p. 116). De acordo com Campos (2019), haviam propostas populares que tornavam o patrimônio cultural um objeto da Constituinte. Algumas “propuseram a modificação do então artigo 180 da Constituição em vigor, enquanto outras a proteção do patrimônio via ação civil pública, entre outras” (CAMPOS, 2019, p. 118).

Segundo Campos (2019), o Congresso recebera ao todo 12.000 correspondências dos próprios constituintes e 72.000 de entidades e cidadãos. Entre essas últimas, “88 tiveram como indexador os termos patrimônio cultural, patrimônio histórico, patrimônio artístico e/ou patrimônio histórico cultural” (CAMPOS, 2019, p. 62). O Sphan também enviou a sua proposta para a comissão, com base no pensamento de Aloísio Magalhães e no anteprojeto de Mário de Andrade. Entretanto, ainda segundo o autor, a base teórica do que viria a se tornar o art. 216 da Constituição Federal privilegiara a Comissão dos Notáveis – que havia sido organizada pelo presidente Sarney e rejeitada pelos Constituintes responsáveis por esse tema. Assim, a Constituição de 1988 define patrimônio cultural como:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

- II - os modos de criar, fazer e viver;
  - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
  - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
  - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
- § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
- § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
- § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988).

Chuva (2009) não considera essa nova definição como uma mudança total na noção vigente de patrimônio cultural. Para a autora, trata-se de uma ampliação e de uma modernização dessa noção. Assim, a definição da Constituição de 1988 seria uma atualização do decreto-lei nº 25, de 1937, para os novos tempos. "A ampliação da noção de patrimônio foi consagrada constitucionalmente em 1988, momento em que o decreto-lei nº 25/1937 foi reinvestido de atualidade, na medida em que os agentes envolvidos com a preservação cultural adaptaram sua aplicação aos novos preceitos" (CHUVA, 2009, p. 149). Dessa maneira, para Chuva, ainda não contemplava as novas formas de proteção, embora definisse de forma mais detalhada e ampla o que merecia proteção tutelar "e novas formas para sua efetivação além do tombamento, embora até hoje não regulamentadas por lei" (CHUVA, 2009, p. 149).

Assim, é nesse contexto de ampliação da noção de patrimônio que se inserem as mobilizações em São Paulo (SP) nas últimas décadas do século XX. Rodrigues (2001) analisou os pedidos de tombamentos feitos por entidades civis, conseguidas junto aos órgãos competentes que atuavam em São Paulo. Além disso, também entrevistou membros desses movimentos e assistiu as mobilizações presencialmente. De acordo com a autora, uma parte significativa das lutas pelo tombamento tiveram origem nas associações de bairros, principalmente de classe média e classe média/alta. Haveria três bases da cidadania presentes na estruturação dessas mobilizações sociais: gestão urbana coparticipativa, retomada da esfera pública e território como seu *locus* preferencial. Dessa maneira, para Rodrigues (2001):

Com relação à esfera participativa, apontamos para o fato de que os grupos sociais que lutam em favor de tombamentos vislumbram uma coparticipação no processo de gestão do espaço urbano e de seus territórios de referência. Quanto à retomada da esfera pública, demonstramos que esses grupos sociais elaboram a *coisa* e o *espaço* público, como meios de referência, apesar de suas lutas não se completarem totalmente dentro desta esfera, adquirindo, assim, um caráter ambíguo. Por fim,

mostramos que o território se afirmando como *locus* das relações coletivas de significação e de sociabilidade, impulsiona o surgimento de tombamentos de espaços de vivência e uso comum na cidade de São Paulo. Ressaltamos, porém, que a conformação de um território em bem patrimonial, revela-se sempre conflituosa, justamente porque nestes territórios são gestados diversos interesses e territorialidades pelos diferentes agentes que neles se confrontam. (RODRIGUES, 2001, p. 13 e 14).

Ainda segundo a autora, as mobilizações e a difusão da causa preservacionista foram impulsionadas pelas práticas preservacionistas surgidas nas últimas décadas do século XX – ou seja, pelo que denomina de processo de democratização do patrimônio cultural. 1) O papel do patrimônio na memória dos diferentes grupos sociais; 2) A defesa da natureza do patrimônio visando as gerações futuras; 3) a ideia de um patrimônio cultural comum a toda humanidade; e, por fim, 4) a mercantilização do patrimônio feita pela indústria do turismo. Além disso, para Rodrigues (2001), haveria também quatro orientações permeando o discurso preservacionista: "1) Urgência de salvaguarda; 2) Retorno ao passado; 3) Refúgio identitário; 4) Legitimidade cultural" (RODRIGUES, 2001, p. 16).

Outro fator relevante foi a ampliação geográfica do patrimônio no espaço cultural: “partindo do bem isolado (*monumento*), para os conjuntos de imóveis circunscritos à área central (*centros históricos*), chega-se a uma escala bem mais ampla e diversa (*território urbano*)” (RODRIGUES, 2001, p. 23). Além disso, a vinculação do patrimônio com a memória social também contribuiu para que fosse visto como um direito social e, assim, alvo de reivindicações civis. Com o direito à memória, vem o direito à memória do grupo – e ao sentimento de pertencimento que esse determinado grupo social tem com um determinado bem cultural. “o *direito ao patrimônio* enseja que bens materiais investidos de função mnemônica sejam efetivamente protegidos. Afinal é a permanência de referências materiais, sobretudo espaciais, que viabiliza o reconhecimento do próprio grupo social e o situa no mundo” (RODRIGUES, 2001, p. 25).

A percepção do patrimônio como um direito, como mencionado anteriormente, foi uma das principais mudanças da década de 1970. Fenelon (1993) compreende o patrimônio histórico como uma prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes. Por esse motivo, a cidadania cultural se caracterizaria por “diversas práticas que possibilitam garantir, em todos os níveis, o direito à cultura a toda uma população socialmente diferenciada, diluindo as fronteiras hierarquizadas das experiências culturais na cidade” (FENELON, 1993, p. 32 e 33). Essa definição também acarretaria em colocá-los a serviço da população da cidade. “Pensada como uma diretriz geral, a cidadania cultural envolve também as questões pertinentes à preservação e o registro como parte do direito à memória” (FENELON, 1993, p. 32 e 33). Portanto, o direito

à memória iria contra uma concepção do patrimônio como reconhecimento e reafirmação de um certo passado, de uma história e de uma memória vinculadas à nação. Assim, buscaria compreender os bens culturais como testemunhos materiais portadores de significação e patrimônios coletivos de sujeitos sociais diversos.

[...] a memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder. Por isto mesmo, a diferença e a multiplicidade precisam estar presentes no interior de uma política cultural que tenha como eixo central a compreensão da memória como um direito. Os bens culturais - marcos físicos ou registros documentais do passado - não devem ser entendidos ou tratados como despojos que testemunhem o longo triunfo de alguns. São patrimônio coletivos de sujeitos sociais diversos, capazes de conhecer suas diferenças e seus direitos e enfrentar a força criadora da multiplicidade. Trata-se de não mais espezinhar os mortos, mas deixar que a vida volte a animar sua presença na cena histórica [...] Falar em direito à memória implica, portanto, modificar o significado da noção corrente de "bens culturais". Eles não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas. Não apenas monumentos, bens isolados e descontextualizados, mas testemunhos materiais portadores de significação, passíveis de muitas leituras. Não apenas aqueles que um certo saber selecionou e atribuiu valor, mas todos aqueles que brotam de escolhas e ações coletivas. (FENELON, 1993, p. 33 e 34).

A noção de patrimônio natural também aproximou o campo patrimonialista do movimento ecológico<sup>24</sup>. Embora sejam movimentos distintos, houve uma troca entre esses grupos que também contribuiu para a percepção do patrimônio com um direito social. “O surgimento de debates conjuntos, envolvendo a memória social, o patrimônio natural, o patrimônio da humanidade e o turismo cultural, de diferentes modos tem possibilitado que a preservação do patrimônio ganhe inúmeros “adeptos”” (RODRIGUES, 2001, p. 31). Entretanto, essa mudança na percepção do que é um patrimônio não necessariamente alteraria as práticas preservacionistas estatais.

Já com relação às orientações que guiam o discurso preservacionista, ainda com base em Rodrigues (2001), a urgência da salvaguarda se refere a disseminação da consciência patrimonial que colocaria não preservar como um “sacrilégio”. A ameaça, real ou imaginária,

---

<sup>24</sup> "Movimento marcado pela multiplicidade de ideias, linhas de pensamento e estratégias de ação e que encontra na mobilização em torno das questões ambientais um eixo comum para possíveis articulações. Atuando a partir de movimentos sociais, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e da política institucional, o Movimento Ambientalista vêm buscando, por meio das redes articuladas a nível local, nacional ou global, um canal para mobilizações coletivas mais amplas. Por mais que a formação dos primeiros Movimentos Ambientalistas no Brasil remonte ao período da redemocratização do país, é possível vislumbrarmos algumas iniciativas pioneiras voltadas para questão ambiental, ainda nos anos 1950, por meio da União Protetora do Ambiente Natural (Upan), criada em 1955 em São Leopoldo-RS pelo naturalista Henrique Roessler e da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), criada no Rio de Janeiro em 1958 por pesquisadores de ciências naturais e membros da burocracia estatal. De caráter preservacionista, essas entidades desempenharam um papel importante ao tentar influenciar o Estado a tomar medidas de caráter ambiental, tais como a criação de leis e a elaboração de políticas públicas acerca do tema" (WOLLMANN, 2014, p. 42).

do esquecimento ou da destruição dos bens culturais ou naturais moveria esses grupos a se mobilizarem. Trata-se, assim, da retórica da perda. Gonçalves (1996) define a *retórica da perda* a partir da maneira como as práticas modernas de preservação histórica se associam com a narrativa de que valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento. A perda é vista como um processo histórico objetivo.

Assim, os intelectuais – para o autor, mas também as lideranças das mobilizações – definiriam a sua missão para proteger o patrimônio cultural ameaçado. Dessa forma, apropriaram-se de múltiplos e heterogêneos objetos, atribuindo-lhes valores que caracterizariam uma “autêntica” identidade nacional. Logo, para o autor, a perda seria uma estratégia discursiva de apropriação de uma cultura nacional. A nação é apresentada por meio do prisma da perda da memória e, conseqüentemente, da identidade. Desde o início do século XX, no Brasil, a proteção dos patrimônios históricos e artísticos “tem sido justificada pela identificação de uma situação de desaparecimento e destruição de monumentos históricos e obras de arte em território brasileiro” (GONÇALVES, 1996, p. 90). Em um trabalho mais recente, Gonçalves (2012) pontua que a retórica da perda continuou presente no século XXI. Porém, os discursos sobre a identidade nacional foram substituídos por discursos centrados em grupos sociais específicos e nas reivindicações populares.

Retomando Rodrigues (2001), a segunda orientação seria o retorno ao passado, ou seja, assegurar a continuidade histórica de uma determinada sociedade ou coletividade. Em outras palavras, nostalgia ocasionada pelas “transformações e diluições da vida urbana moderna, vivemos hoje numa espécie de *era dos arquivos*, na qual há a idolatria de tudo o que é antigo. Daí surge uma forte tendência de retirar os objetos de sua contemporaneidade” (RODRIGUES, 2001, p. 33). A autora cita como exemplo disso a revitalização urbana ao invés de uma renovação urbana.

A terceira orientação, o refúgio identitário, trata-se da questão da identidade no multiculturalismo contemporâneo, o discurso de respeito à diferença repercutiu no patrimônio cultural e este passou a ser visto como um campo de afirmação das várias identidades coletivas. “Assim, a partir das noções de direitos que envolvem as reivindicações pela identidade, se firma a ideia de *inventário de diferenças*” (RODRIGUES, 2001, p. 34). Contudo, esse refúgio pode resultar na objetificação e na fetichização das culturas, com a gestão do patrimônio acumulando “restos” e administrando estereótipos. Também correria o risco de forjar identidades meramente simbólicas.

Já a quarta orientação, a legitimidade cultural, seria uma consequência do “alargamento” de acesso ao status patrimonial. “Esse alargamento implica em que os indivíduos que se

relacionam diretamente com um bem cultural, cada vez mais, passem a ter a legitimidade de transformá-lo em seu *patrimônio* (mesmo que a presença de uma “instância competente” ou de “experts” ainda seja exigida)" (RODRIGUES, 2001, p. 36). Essa busca por uma legitimidade cultural também pode resultar nos grupos procurando o apoio de figuras políticas para as suas mobilizações por bens culturais.

"Nesse sentido, as lutas em favor da sua preservação não podem ser caracterizadas, a *priori*, como boas ou más. Elas devem ser compreendidas dentro de um campo conflituoso por excelência" (RODRIGUES, 2001, p. 38). Assim, a percepção do patrimônio com um direito fez com que surgissem mobilizações sociais pela patrimonialização no Brasil. O tombamento tornou-se a principal reivindicação dessas mobilizações. Embora originalmente não fosse “um direito a ser adquirido, já que foi sempre algo outorgado pelo poder público, o tombamento surge, muitas vezes, como um recurso extremo a fim de garantir a manutenção de marcos e referenciais urbanos significativos" (RODRIGUES, 2001, p. 39).

Dessa maneira, há duas características principais nos movimentos sociais urbanos pela patrimonialização de bens culturais: a insatisfação social que gera o movimento geralmente é o risco da perda de um bem cultural. Em segundo lugar, como o objetivo é impedir a perda, o pedido de tombamento aparece como um instrumento eficaz para a manutenção do bem. A finalidade principal é o tombamento, mas o processo em si já impede que o bem seja “destruído” a curto prazo. Portanto, isso fornece uma possível explicação para porque os movimentos tendem a desaparecer quando os processos de tombamento são abertos. Principalmente quando se leva em consideração que esse é o único papel direto do movimento e da sociedade civil na patrimonialização.

Em geral, a atuação da sociedade civil está limitada à solicitação de abertura de processo de estudo de tombamento e à divulgação de sua luta junto aos meios de comunicação e fóruns públicos, visando o esclarecimento da opinião pública como importante instrumento de pressão política. Apenas em alguns casos são criados vínculos consistentes (que envolvem diálogos, debates e atuação conjunta) entre técnicos e a comunidade. Mas, a maioria das decisões ainda tem ficado restrita à avaliação dos experts do patrimônio. (RODRIGUES, 2001, p. 43).

Portanto, a gestão patrimonialista do Iphan não acata realmente as pressões da sociedade civil. Afinal, como demonstrou Fonseca (2017), aumentaram os números de pedidos feitos pela sociedade civil, porém a maioria dos bens tombados continuaram sendo aqueles cujos pedidos partiram de agentes estatais do órgão preservacionista. Dessa forma, segundo Rodrigues (2001), o planejamento urbano fica restrito à atuação do Estado e dos especialistas, em detrimento de uma esfera participativa. Em São Paulo, por exemplo:

Apesar das Coordenadorias Regionais do órgão (hoje chamadas Superintendências Regionais) terem sido concebidas como instâncias capazes de manter um estreito relacionamento com as instituições governamentais e representantes de sociedades locais e entidades privadas, sabe-se que no caso da 9ª Superintendência Regional de São Paulo pouquíssimo diálogo foi estabelecido com a sociedade civil desde a sua criação. Segundo Cecília Rodrigues dos SANTOS, que esteve na direção da 9ª Superintendência do IPHAN em São Paulo, entre os anos de 1994 e 1998, **os pedidos de tombamento por parte da sociedade civil não costumam ser acatados pelo órgão preservacionista federal porque, grande parte das vezes, desconsideram as condições deste ato administrativo. Ou seja, negligenciam o fato de que sua instituição interfere diretamente no direito de propriedade e, por isso, mesmo, seu decreto deve ser muito bem embasado tecnicamente para não comprometer a credibilidade do órgão preservacionista ao qual interessa zelar por bens de interesse nacional.** (RODRIGUES, 2001, p. 59). (grifo meu)

A autora delimita três momentos distintos das mobilizações pela patrimonialização em São Paulo: *tempos de afronta* (1975-1981), *tempos de abertura* (1982-1992) e *tempos de clausura* (1993-2000). O primeiro período ocorreu durante a Ditadura Militar, nos governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e de João Batista Figueiredo (1979-1985). A autora também reforça que foram governos marcados por insatisfações políticas e sociais agravadas pela crise econômica. Também correspondendo a um período de interesse pelas questões preservacionistas e pela ampliação da noção de patrimônio. Dentro desse contexto, a primeira mobilização por um bem cultural de São Paulo se apresentou como uma forma de resistência ao regime militar. Em 1975, houve um movimento para salvar o Instituto de Educação Caetano de Campos.

Com a possibilidade de destruição do edifício, em outubro de 1975, foi criada a Associação de Ex-Alunos do Instituto Caetano de Campos com o intuito de agir em favor de sua preservação. Com grande alarde público e apoiada por importantes jornais e revistas da época, a sociedade civil conseguiu se organizar e agir judicialmente contra o projeto, em pleno período de repressão política. [...] Dentro desse contexto de afronta do autoritarismo político, a intenção de demolição do educandário causou muita indignação. Os motivos eram vários. Em primeiro lugar, existia a repulsa ao caráter fortemente tecnocrático que estava por trás da construção de importantes obras que estavam sendo realizadas na cidade pelo governo militar, como as novas estações do Metrô, que vinham arrasando e descaracterizando diversas áreas da cidade. A constante falta de consulta junto ao público para a realização destas intervenções e a demolição de referenciais construtivos e paisagísticos significativos começavam a ser questionadas. Outro fator de indignação relacionava-se ao fato de que se pretendia destruir um dos marcos mais significativos da memória escolar do país. A construção do Instituto Caetano de Campos, inaugurado em 1894 no antigo Largo dos Curros, marcou o impulso em favor da laicização do ensino público no Brasil. (RODRIGUES, 2001, p. 85 e 86).

Assim, a população e a mídia paulistana poderiam confrontar abertamente a autoridade e se manifestar politicamente dentro desse tema civil, já que não podiam confrontar abertamente

o regime. De acordo com Rodrigues (2001), isso fez com que esse caso ganhasse grande repercussão dentro da mídia. O movimento saiu temporariamente vencedor e o edifício foi tombado, porém, ele foi fechado e posteriormente, em 1978, tornou-se sede da Secretaria de Educação do Estado, perdendo a sua função social original. De acordo com a autora, essa ação possivelmente foi uma retaliação pela derrota da Secretária de Educação (que queria demolir o prédio).

Já o período “tempos de abertura” (1982-1992) corresponde a redemocratização do país, a reabertura política, a campanha por eleições diretas e a criação da Assembleia Nacional Constituinte. “Entre estes anos de 1982 a 1992, surge grande parte das mobilizações em favor de tombamentos de áreas e bairros da cidade de São Paulo. Os debates referentes à preservação do patrimônio despontam significativamente no cenário social e político da capital” (RODRIGUES, 2001, p. 91). Nesse período teve um predomínio de solicitações de tombamentos de áreas verdes, em reflexo a ascensão do movimento ecológico. Além disso, os movimentos pela patrimonialização juntavam-se muitas vezes com o ecológico, em prol do tombamento dessas áreas. Porém, não eram formados pelo mesmo grupo social.

Segundo a autora, havia rivalidade e conflitos entre os dois movimentos sociais. Afinal, como mencionado anteriormente, os movimentos pela patrimonialização são desdobramentos dos movimentos sociais urbanos. A participação na gestão urbana é o grande foco desse movimento, podendo assim tanto se aliar as pautas ecológicas como entrar em conflito com as mesmas. Embora houvesse um viés ecológico, vários desses pedidos objetivavam o tombamento de bairros-jardins, com um discurso centrado na defesa da qualidade de vida dos moradores.

Nesse sentido, o governo municipal da então petista Luiza Erundina foi marcado por uma forte ligação com os movimentos sociais e pela abertura para a participação civil na gestão urbana. “Por ser um período de maior abertura dos órgãos de preservação à participação da sociedade civil, abarca o maior número e a maior diversidade de mobilizações em favor de tombamentos” (RODRIGUES, 2001, p. 93). Esses pedidos variavam de áreas verdes a locais relacionados às memórias de grupos sociais. Já nos *tempos de clausura* (1993-2000), essa participação civil desapareceu gradualmente e, conseqüentemente, houve uma diminuição nos movimentos pela patrimonialização.

Entretanto, para além das delimitações cronológicas, há casos em que uma mobilização possa ter ocorrido durante um período específico, mas o caso se alastrar durante décadas. Por exemplo, entre as mobilizações paulistanas, destacou-se a mobilização pelo Parque Modernista. Afinal, o Conselho de Entidades Preservacionistas do Estado de São Paulo (CEPESP) surgiu a

partir da Associação Pró-Parque Modernista, que havia sido criada como parte da mobilização pelo tombamento desse local na década de 1980 – também uma das maiores mobilizações pela patrimonialização na cidade. Entre várias ações, os moradores entregaram um abaixo-assinado com 3.000 assinaturas para a prefeitura e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), em dezembro de 1983.

Segundo Ayrton CAMARGO E SILVA, a primeira grande batalha da Associação Pró-Parque Modernista foi o tombamento do Parque, que foi conseguida. A segunda, a de agir em favor do uso cultural do Parque e a terceira, a de agir em favor do uso público do Parque, o que sempre esteve presente no slogan da Associação, ainda constituem batalhas que ainda estão em andamento (RODRIGUES, 2001, p. 107).

Um aspecto interessante dessa mobilização é se tratar de um bem cultural **privado** que se tornou um lugar de memória dos moradores do bairro, também associado a qualidade de vida por se tratar de uma área verde. Conseqüentemente, a luta pela patrimonialização desse local também colocou como objetivo o seu uso **cultural e público**. O uso público também foi uma questão significativa no tombamento do Parque do Povo, um local com tradição de futebol de várzea e tombado por esse motivo, embora o tombamento em si não pudesse garantir a preservação da sua função original. Tal desvirtuamento ocorreu com outra mobilização paulistana, a Fábrica de Cimento Perus e áreas adjacentes, um conjunto de bens culturais relacionados à trajetória de trabalhadores fabris:

O tombamento da fábrica de cimento, entretanto, não satisfez os moradores do bairro, que até hoje são impedidos de visitar suas antigas instalações. Os proprietários da área mantêm um vigia no local a fim de impedir que haja a entrada de pessoas “estranhas”. Descontentes, os moradores do bairro e a Associação dos Aposentados de Perus ainda almejam a transformação daquele local num centro cultural, de lazer e de convivência. Além disso, se indignam com o fato de um imóvel tombado não poder ter sua visitação pública garantida. (RODRIGUES, 2001, p. 149).

De acordo com Rodrigues (2001), abaixo-assinados com assinaturas dos moradores dos bairros em que esses bens culturais se localizavam eram recorrentes nos pedidos de tombamentos encaminhados ao Condephaat pelas mobilizações. Contudo, a autora pontua que o conhecimento dos critérios técnicos e das normas de encaminhamento do Iphan na elaboração dos pedidos de tombamento eram decisivos para a sua aprovação. Portanto, privilegiava-se automaticamente os grupos que possuíam conhecimento técnico sobre patrimônio cultural e também acesso aos canais oficiais. Assim, contribuindo para que ainda houvesse um caráter elitista mesmo nos movimentos pela patrimonialização de bens culturais.

Arriscamos uma interpretação que não é casual o fato de que grande parte das reivindicações em favor de tombamentos surjam em bairros de classe média e média alta. Afora a discussão da vertente “cultura” que perpassa os debates sobre a preservação do patrimônio, é interessante lembrar que foram as classes médias as mais favorecidas durante o regime militar, condição esta que vem sendo perdida nos últimos anos. (RODRIGUES, 2001, p. 195).

Uma forma de contornar essa necessidade de possuir conhecimento especialista surgiu nas ligações maiores dos movimentos sociais urbanos: as associações de bairros que realizavam as mobilizações pela patrimonialização se conectaram com o Movimento Defesa São Paulo, uma ramificação mais ampla do movimento social urbano que abraçava toda a capital. As trocas de informações também permitiram que os movimentos vissem no pedido de tombamento uma forma eficaz de “barrar” a ameaça da perda do bem cultural. Outro resultado desse contato foi que “muitas associações de bairro começaram a ampliar suas reivindicações para além do tombamento e a se envolver com outras causas comuns relativas a outros bairros e à cidade de São Paulo como um todo” (RODRIGUES, 2001, p. 201). A autora usa um depoimento para demonstrar esse fato:

Mas, logo a gente já entrou no Defesa São Paulo. Então, você começa a perceber os outros problemas da cidade. Então, você sai um pouco do seu bairro e começa a ajudar os outros. Tem, por exemplo, o programa da Guarapiranga, que é um problema muito grande... Então, a hora que você vê que os outros bairros têm problemas maiores do que o seu, você larga o seu um pouquinho e vai para o grande. Eu acho que, de um modo geral, as pessoas começam com a causa pertinho de você; aquilo que você está vendo que está errado na sua esquina; que está errado no seu bairro. Daí, aos poucos, você começa a ver que aquilo que está errado no seu bairro, está errado não só no seu bairro. Está errado na cidade inteira. Então, o movimento da gente se alarga muito mais. (RODRIGUES, 2001, p. 201 e 202).

Portanto, isso também demonstra o caráter iminente urbano dos movimentos pela patrimonialização. A participação no movimento ampliava o conhecimento da população dos problemas estruturais da cidade. Dessa forma, o principal objetivo desse movimento é uma gestão urbana coparticipativa. Ou, pelo menos, uma ampliação dos canais de participação popular nas políticas públicas, como ocorrera durante o governo de Luiza Erundina. “No caso dos grupos sociais que lutam em favor de tombamentos, pudemos constatar que eles agem com indignação em relação à política urbana autocrática que predomina na cidade de São Paulo como um todo” (RODRIGUES, 2001, p. 202).

Assim, o poder judiciário é utilizado como um apoio pelos movimentos. Afinal, o pedido de tombamento é um instrumento jurídico. “Um exemplo é a prática muito comum realizada por grande parte desses grupos de mover ações civis públicas junto ao Ministério Público, visando a apuração de casos de burla e desrespeito da legislação em vigor”

(RODRIGUES, 2001, p. 204). Dessa maneira, por mais que tombamento ainda seja visto como uma concessão do poder público para a sociedade civil e como uma finalidade específica, resultando na desestruturação “de muitas entidades e grupos civis após suas reivindicações terem sido atendidas. Outras vezes, o tombamento é encarado como uma estratégia de ação e, com isso, os intuitos dessas entidades e grupos não se encerram por aí e deslocam-se para outras reivindicações” (RODRIGUES, 2001, p. 204).

Além disso, há uma tensão inerente entre público e privado nas manifestações em São Paulo. “A luta contra a apropriação privada do público, por exemplo, é uma importante premissa de quase todos os casos de mobilizações em favor de tombamentos em São Paulo” (RODRIGUES, 2001, p. 207). Se a privatização do público ocasiona insatisfação, a percepção de que os órgãos estatais – que deveriam zelar pelos espaços públicos – privilegiariam os interesses privados também é uma forte causa de insatisfação social. “No âmbito da política urbana da cidade de São Paulo e nas políticas de defesa do patrimônio (bens públicos, por excelência) isso é fortemente sentido” (RODRIGUES, 2001, p. 207). Assim, aos poucos, a insatisfação social vai se direcionando contra o próprio Iphan e contra os órgãos de preservação locais:

A percepção de que tais órgãos públicos preservacionistas não vêm executando suas atividades em defesa do interesse público faz com que muitas das entidades analisadas assumam uma postura mais fiscalizadora e intercedam, por meio de outros órgãos governamentais, em favor da implantação de uma conduta mais ética no âmbito das políticas concernentes tanto ao patrimônio, quanto ao planejamento urbano. [...] Em segundo lugar, pudemos notar que a sobreposição do privado sobre o público vem sendo sentida em razão dos acessos e usos dos espaços públicos se mostrarem cada vez mais restringidos e, muitas vezes mesmo, ameaçados. [...] Ao mesmo tempo, essas mobilizações respondem a interesses privados dos próprios solicitantes, já que muitas destas áreas que se querem preservadas se relacionam diretamente com seus locais de moradia. [...] Portanto, o grande desafio dessas mobilizações é deixarem de estar restritas ao mundo privado. O domínio da propriedade privada dificulta esse percurso. (RODRIGUES, 2001, p. 209 e 210).

Porém, ao longo da luta e da mobilização para “salvar” um bem cultural, começam a mudar da lógica do “morar” para o “habitar” a cidade: “Algo que viabiliza essa transição (sempre alternante), é a progressiva constatação de que os bens culturais, pelos quais se luta, têm uma significação histórica, ambiental ou afetiva maior” (RODRIGUES, 2001, p. 222). Assim, a autora pontua que há um caráter reativo em todas as mobilizações analisadas. Todas agiam de forma defensiva diante da possibilidade de transformação dos seus espaços de vivência e uso, sobretudo, quando havia o risco da perda de parte ou da totalidade desses locais.

Conseqüentemente, buscaram uma proteção jurídica para impedir a demolição ou a descaracterização desse local.

Grande parte dos grupos sociais analisados vêm sendo impelidos a solicitar tombamentos a fim de garantir a não “mutilação” dessas áreas urbanas e edifícios significativos. O tombamento é almejado com a finalidade de legitimar (judicial e socialmente) a preservação de espaços que viabilizam o “localizar-se” e o “pertencer” desses grupos. [...] O papel do Ministério Público, nesse sentido, tem sido fundamental. Com o apoio dos promotores de justiça, várias das associações de bairro ou entidades civis mencionadas impetraram *ações civis públicas* a fim de garantir o cumprimento da legislação (principalmente, no que concerne às áreas que já estão tombadas ou com o processo de tombamento em aberto). [...] Num outro sentido, é oportuno apontar para o fato que a utilização desse instrumento, por exemplo, com a intenção final de garantir que se cumpram as regulamentações impostas pela Lei de Zoneamento, é vista pelos próprios grupos sociais que se mobilizam, como um certo desvirtuamento da função do tombamento, instrumento tradicionalmente utilizado para garantir a preservação de bens de valor excepcional. [...] Eles se apoiam tanto em critérios tradicionais, como em critérios mais “novos” da preservação. Por um lado, tais grupos têm, ou adquirem ao longo da luta, conhecimentos mais aprofundados desse instrumento e, com isso, sabem bem a respeito das justificativas que são mais utilizadas pelos órgãos preservacionistas para proferir tombamentos. A “fórmula” do pedido de tombamento inclui, justamente, a questão do cunho “histórico” do bem cultural, assim como o encaminhamento de seu estudo necessita ser dotado de um caráter “técnico-científico”. Esse caráter é uma importante garantia para que a preservação oficial se viabilize. (RODRIGUES, 2001, p. 223-226).

Posteriormente ao trabalho de Rodrigues em 2001, além do pedido de tombamento, surgiria outra alternativa para esses grupos que desejam “salvar” algum bem cultural: serem cooptados por figuras políticas que usariam o legislativo no lugar de atuação do Iphan. De acordo com Fernandes (2021), desde a criação do registro como instrumento de salvaguarda dos bens intangíveis, ou seja, do patrimônio imaterial, por meio do Decreto nº 3.551, de 2000, deputados e senadores passaram a apresentar projetos de leis para transformar bens em patrimônios culturais nacionais.

Vale ressaltar que o Registro de determinado bem ou expressão significa mais do que a mera atribuição de um título. Seu principal efeito é administrativo, na medida em que estabelece a obrigação, por parte do Poder Público, de documentar a manifestação – sua origem, sua trajetória, as modificações por que passou, seus produtores, seu modo de produção, a forma como circula, entre outros aspectos relevantes – e dar ampla divulgação dessas informações a toda sociedade pelos mais diferentes meios de comunicação. Segundo a legislação vigente, o Registro de determinado bem cultural imaterial, em um dos mencionados Livros, ocorre a partir de um processo administrativo que pode ser provocado pelas seguintes partes: o Ministro de Estado da Cultura, instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal e sociedades ou associações civis. A análise dos processos de registro é estritamente técnica e cabe ao IPHAN, com a colaboração do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a decisão final acerca da inscrição do bem imaterial no respectivo livro de Registro. (FERNANDES, 2021, p. 323 e 324).

Assim, os parlamentares não podem requerer diretamente a inscrição em um dos Livros de Registro do patrimônio imaterial ou apresentar um projeto de lei declarando um bem como patrimônio cultural. Porém, os deputados podem apresentar uma “Indicação” para o Iphan. Segundo o autor, essa é uma proposição legislativa que garantiria ao parlamentar a possibilidade de sugerir ao Poder Executivo alguma medida que não fosse da alçada do legislativo. Contudo, somente na atual legislatura (2019-2023), contabilizando até 2021, já haviam sido apresentados 12 projetos de lei nesse sentido. Ao todo, incluindo de outras legislaturas, tramitavam 20 projetos dessa natureza no Congresso.

“Não é da competência do Legislativo a elaboração de leis que venham determinar se um determinado bem deve ser considerado patrimônio cultural brasileiro. Isso é da alçada do órgão do Poder Executivo, responsável pela implementação da política de preservação” (FERNANDES, 2021, p. 331). Afinal, esse ainda é um processo de caráter técnico, cabendo ao Iphan verificar e avaliar os bens culturais e torná-los ou não patrimônio cultural nacional. O papel do legislativo é outro.

Além da Indicação, o Deputado Federal pode, no âmbito de sua tarefa de fiscalização das políticas públicas implementadas pelo Executivo, convocar ou convidar para audiências públicas o titular da pasta da Cultura que poderá comparecer na Comissão para prestar esclarecimentos sobre assuntos referentes à política de preservação do patrimônio cultural. Pode também promover seminários sobre a temática, com a participação de órgãos governamentais, representantes de movimentos sociais, técnicos e especialistas. O objetivo da realização de audiências públicas, seminários e debates é contribuir para o trabalho de fiscalização que é inerente ao Legislativo, bem como trazer subsídios da sociedade para o devido aperfeiçoamento da legislação em vigor. (FERNANDES, 2021, p. 334)

Vale apontar que o trabalho de Fernandes (2021) analisa apenas casos nacionais, não verificando ocorrências similares nas câmaras estaduais e municipais. Portanto, é possível que essas figuras políticas estejam fazendo um uso eleitoreiro do patrimônio cultural. A partir do momento em que a sociedade civil encontra as portas do órgão federal metaforicamente fechadas para suas reivindicações, os movimentos pela patrimonialização tanto podem buscar amparo nas comissões estaduais e municipais quanto serem cooptados por políticos que veem eleitores em potencial nos grupos sociais que compõem cada movimento social.

Como dito anteriormente, o debate é amplo. Neste tópico objetivamos realizar um panorama geral das mobilizações brasileiras pela patrimonialização. As características dos movimentos pela patrimonialização assemelham-se com as dos movimentos sociais urbanos. Além disso, também tiveram a sua efervescência nas décadas de 1970 e 1980, como demonstra o trabalho de Rodrigues (2001), altamente influenciadas pelas mudanças nas noções de

patrimônio cultural que também ocorreram nessas décadas. No tópico a seguir, analisamos os movimentos pela patrimonialização em Goiás e Goiânia, que resultaram na criação das legislações patrimoniais estadual e municipal.

## 1.2 As lutas pela patrimonialização em Goiás e Goiânia

### **Poema do Tombamento**

Era uma casa deste tamanho  
 Com tantas portas e janelas  
 Era uma casa de muitos anos  
 [...] Casa antiga, muro de taipa  
 Cercando os olhos da memória.  
 Era uma casa de aroeira  
 que um século inteiro desafiou  
 Mas veio o homem, autoridade  
 E a casa velha desmoronou  
 Foi-se a história de muito tempo  
 Foi-se a história de nossos pais  
 Esta é a sina, sina assassina  
 dos homens públicos do meu Goiás!  
 - José Mendonça Teles  
 (TELES, 2011, p. 18)

Este tópico objetiva analisar como o contexto da preservação no final do século XX e os movimentos pela patrimonialização no Brasil repercutiram em Goiás e Goiânia.<sup>25</sup> Por se tratar de um assunto amplo, optou-se por recortá-lo nos exemplos da Cidade de Goiás e, de forma mais aprofundada, Goiânia, assim trazendo as duas capitais que o estado de Goiás teve ao longo de sua história. Além disso, é possível apontar uma correlação entre os momentos mais significativos da patrimonialização de bens culturais dessas duas cidades. Afinal, Cidade de Goiás obteve o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade em 2001, enquanto isso, Goiânia teve o seu Núcleo Pioneiro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2003.

Conforme Gomide (2020), houve dois marcos importantes da Cidade de Goiás para a história da patrimonialização em Goiás: 1) o primeiro vazio, com o fim do Ciclo do Ouro no século XIX e a diminuição do fluxo de pessoas no seu espaço urbano, resultando na construção da imagem de decadência do estado; 2) o segundo vazio, com o movimento de 1930 e Pedro Ludovico Teixeira assumindo a frente política em Goiás, nomeado por Getúlio Vargas. A

---

<sup>25</sup> A relação específica do espaço goianiense com o seu patrimônio cultural é objeto do segundo capítulo, assim como a transferência da capital de Cidade de Goiás para Goiânia no início do século XX.

transferência da capital permitiu que Pedro Ludovico se estabelecesse como força política local, sem que houvesse as disputas políticas com o grupo que estivera anteriormente no poder, os Caiados, que continuava presente na Cidade de Goiás.

Ainda segundo Gomide (2020), a transferência teria deixado uma sensação de vazio, dor, saudade e abandono nas narrativas dos moradores da antiga capital, pois famílias inteiras mudaram para Goiânia, enquanto prédios públicos ficaram vazios e abandonados. Essa sensação de “abandono” unida a um movimento de retomada da cidade deram início a noção de preservação em Cidade de Goiás, em 1942, cujo patrimônio histórico e cultural se concentraria no ambiente urbano do período colonial.

Nesse processo de reação ao “vazio” gerado pela mudança da capital, o sentimento de preservação do espaço urbano emergiu após a transferência e já começou a ser expresso nos artigos de jornal e, em 1942, a primeira alusão à necessidade de reconhecimento do valor dos monumentos da cidade, tal qual acontecera a Ouro Preto (GOMIDE, 2020, p. 106).

Esse discurso dos jornais de Cidade de Goiás se diferenciava do discurso do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), abordado no tópico anterior, pois almejava reviver o movimento oposicionista a mudança da capital, destacar a relevância daquele espaço urbano e também a construção de novos edifícios na cidade. Assim, “preservar significava a retomada do reconhecimento histórico da cidade, seu valor como antigo espaço de representação política do estado de Goiás” (GOMIDE, 2020, p. 106). Nesse contexto, a primeira leva de tombamento do patrimônio arquitetônico e artístico da cidade ocorreu em 1950. Em 1978, já dentro da ampliação da noção de patrimônio analisadas no tópico anterior, as malhas urbanas da Cidade de Goiás foram tombadas. Por fim, em 2001, a cidade obteve o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, pela Unesco.

Como veremos no próximo capítulo, Goiânia foi construída para ser uma cidade moderna, em oposição ao velho representado por Cidade de Goiás. Assim, a patrimonialização de bens de Goiânia ocorreria apenas na década de 1980. Influenciado pelos intelectuais e movimentos pela patrimonialização em outros estados, José Mendonça Teles<sup>26</sup> se sobressaiu como o grande defensor do patrimônio cultural goianiense nas últimas décadas do século XX. “Em algum lugar de Goiânia há um prédio ameaçado? Mendonça já está tomando providências para defendá-lo [SIC] e preservá-lo” (SAMPAIO, 2011, p. 9). Escritor, professor, jornalista,

---

<sup>26</sup> José Mendonça Teles (1936-2018) nasceu em Hidrolândia (GO), foi jornalista, professor e historiador, além de Secretário de Cultura de Goiânia e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Entre as suas contribuições para a história da capital, destacaram-se a defesa pelo patrimônio cultural goianiense e os livros com depoimentos dos moradores pioneiros de Goiânia.

historiador e agente estatal, José Mendonça Teles teria sido para o contexto local o que o escritor Mário de Andrade foi para o contexto nacional. Assim como o anteprojeto de Mário de Andrade influenciou na legislação patrimonial brasileira, Teles também contribuiu para a legislação estadual e municipal.

Mendonça nunca gritou no deserto, porque sua voz sempre encontrou ressonância. Em Defesa de Goiânia comprova as lutas de quem nunca se omitiu e sempre soube mobilizar opiniões, reunir esforços, conjugar ideais, abrir canais, construir pontes para a defesa de uma cidade. Muito à sua maneira, Mendonça escreveu uma história de amor. (SAMPAIO, 2011, p. 10).

Como demonstra o prefácio de *Em Defesa de Goiânia*, importante fonte para este tópico, José Mendonça Teles não agia sozinho. Embora não haja estudos específicos ou coletâneas focadas nas possíveis mobilizações pela patrimonialização que teriam ocorrido na época, e não seja possível afirmar que houveram “movimentos sociais” de fato, ainda assim ocorreram ações compartilhadas a partir de uma insatisfação social em comum. As crônicas, artigos e editoriais de Teles – publicados em vários veículos jornalísticos da capital, principalmente no *O Popular* – possivelmente serviram de gatilho para mobilizar uma parcela da população local em defesa de seu patrimônio cultural. Para compreender porque a insatisfação social de Teles encontrou eco na população goianiense, analisemos o contexto em que se inseria a sua atuação.

De acordo com Eliézer Oliveira (1999), Goiânia passara por um intenso processo de desenvolvimento urbano, especulação imobiliária e crescimento desenfreado a partir da década de 1960. O traçado inicial da cidade, concebido por Attilio Corrêa Lima, resistiu até 1950. Simultaneamente, a cidade “crescia para cima”, ou seja, verticalmente, com a construção de prédios. “A Goiânia de Attilio Corrêa Lima começava, então, a se desvanecer diante dos novos impulsos modernizantes” (OLIVEIRA, 2015, p. 62). Esse processo se agravou durante a Ditadura Militar, segundo Irina Oliveira (2015), pois os sucessivos governantes nomeados pelo regime deram continuidade ao ideário desenvolvimentista de Pedro Ludovico Teixeira e Juscelino Kubistchek. Porém, ao contrário desses últimos, eleitos democraticamente<sup>27</sup>, não havia cidadania durante a ditadura ou a possibilidade de demonstrar insatisfação nas urnas. Assim, a década de 1970 em Goiânia fora marcada por intensas alterações no espaço urbano.

Em meio ao turbilhão de conflitos gerados pela metrópole em processo de explosão demográfica e territorial, tornava-se imprevisível dirigir as atenções para a solução de seus mais graves problemas, como a sobrecarga do sistema viário e do transporte coletivo. De acordo com a mentalidade corrente entre os administradores públicos

<sup>27</sup> Em referência ao governo de Pedro Ludovico Teixeira durante a década de 1950, não ao seu período como interventor em Goiás durante a Era Vargas. Para mais informações sobre isso, ver o cap. 02.

daquele momento, esse progressismo seria traduzido na forma de intervenções urbanas de grande impacto. [...] Dentro desse contexto, observa-se que as premissas desse utilitarismo progressista não pareciam deixar brechas para a frugalidade dos jardins da Praça Cívica e da Avenida Goiás, sacrificando o pitoresco de Corrêa Lima em nome do “bem-estar das pessoas e [d]o conforto dos trabalhadores” (DIÁRIO DA MANHÃ, 19 nov. 1981), como afirmou o Prefeito Índio Artiaga, ao justificar a retirada de árvores dessa via para a instalação das baias destinadas às paradas de ônibus naquele mesmo período. (OLIVEIRA, 2015, p. 65 e 66).

Portanto, edificações históricas do núcleo inicial da cidade, como o Mercado Municipal e o canteiro central da Avenida Goiás, encontravam-se em um estado de abandono e arruinamento. O estado deteriorado desses monumentos justificaria “sua eliminação em nome do bem-estar coletivo, conforme comentado anteriormente, configurando-se como mais um revés oriundo da renovação do discurso progressista que, agora, vitimizava a história da cidade que ele mesmo ajudou a criar” (OLIVEIRA, 2015, p. 67).

Dentro desse contexto, a destruição do Coreto da Praça Cívica marcou o início de uma preocupação com o monumento histórico e a preservação do patrimônio da capital, de acordo com uma matéria do *Jornal Opção* da época (OLIVEIRA, 2015). O monumento teve as suas características originais recuperadas “após uma série de apelos populares” (OLIVEIRA, 2015, p. 67), no final da década de 1970. O Coreto esteve entre os primeiros bens tombados pelo governo de Goiás, em 1982, como parte das reivindicações de José Mendonça Teles.

Do final da década de 1970 em diante, segundo Oliveira (2015), surgiram as primeiras iniciativas para a preservação “dos testemunhos materiais da construção da capital. A motivação para essas ações partiu da reação à demolição de alguns edifícios do núcleo pioneiro da cidade, como a antiga sede do Jôquei Clube, a Santa Casa de Misericórdia e residências pioneiras da Rua 20” (OLIVEIRA, 2015, p. 90 e 91). Nos depoimentos dos moradores pioneiros de Goiânia, a perda da Santa Casa de Misericórdia, na década de 1980, durante a redemocratização e já no governo eleito de Iris Rezende, aparece como um motivo de revolta. Por exemplo, o pioneiro Dante Ungarelli expressou a sua insatisfação com a destruição de forma contundente:

Sou contrário à demolição da Sta. Casa. Eu não vejo com bons olhos esse comportamento, porque tem muita área em Goiânia que podia se construir coisa bem melhor sem demolir o prédio da Santa Casa, que é histórico. Eu sou contra esse comportamento. Sinto mal e chego a pensar coisas que não devo dizer. (TELES, 1986, p. 71).

Já outros, como o depoimento de Célia Coutinho Seixo de Britto, não expressaram o descontentamento de forma tão explícita, embora ainda seja perceptível um incômodo com as

“consequências” do progresso desenvolvimentista do período. Reforçando a importância do edifício para a história e a memória da cidade, a moradora pioneira manifestava a sua insatisfação com o progresso desenfreado:

A Santa Casa de Misericórdia, com todo seu longo passado de extraordinária assistência, sobretudo aos mais necessitados, agora não resistindo à fúria do progresso e à carestia da vida, foi vendida e demolida, para em seu lugar ser edificado um grande e luxuoso hospital público. [...] A Santa Casa não desapareceu. Amada e respeitada pela população de Goiânia, que guarda na memória e no coração a história comovente e humanitária de sua vida, apenas mudou-se para outro lugar (TELES, 1986, p. 51).

Em uma crônica publicada no jornal *O Popular*, em 5 de janeiro de 1985, José Mendonça Teles ofereceu informações sobre o seu livro em parceria com a Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), *Memórias Goianienses*, que colheira, por exemplo, os depoimentos acima. Além disso, trouxera também detalhes sobre o desconforto gerado em uma parcela da população por essa demolição. De acordo com Teles, os “defensores do patrimônio histórico protestaram, mas nenhuma campanha foi feita com o objetivo de impedir a demolição” (TELES, 2011, p. 35). Diante do “silêncio” da população, o governo teria aproveitado para acelerar o projeto de derrubada da Santa Casa com o argumento de que construiria no local o Hospital do Servidor Público.

Algumas entidades culturais reuniram-se para protestar. Chegaram a assinar um documento que seria entregue ao senhor governador. Quando que nada mais adiantava, fiz contatos junto às autoridades, com o intuito de se preservar ao menos a igreja, símbolo de nossa fé cristã e onde vêm se casando filhos e netos da família goianiense. A igreja não será demolida, disse-me a autoridade. [...] Sei que não estou sozinho nessa luta pela preservação da memória de Goiânia. Agora mesmo, coordenando o projeto “Memória Goianiense”, da Universidade Católica de Goiás, cuja finalidade é recuperar a memória de nossa cidade, através do depoimento vivo de seus pioneiros, tenho a oportunidade de sentir a revolta que vem causando, em todos eles, a demolição da Santa Casa. Muitos pioneiros, emocionados e com lágrimas nos olhos, falam da grande obra social de dona Gercina. Acredito que, a estas alturas, de nada valerá o meu grito, e a ele se junta o grito de revolta de todos os pioneiros da cidade (TELES, 2011, p. 35 e 36).

Em uma crônica publicada no jornal *O Popular* no ano seguinte, em 23 de fevereiro de 1986, Teles relembrou esse caso. Intitulada de “O Crime da Santa Casa”, Teles reforçou “o crime que o governo de Iris Rezende perpetrava contra a memória da cidade” (TELES, 2011, p. 41). De acordo com o cronista, a publicação causou revolta, mas falhou em “sensibilizar o Sr. Iris Rezende, que continuou deitando as picaretas nas paredes da Santa Casa, até que ela veio abaixo dando lugar a uma cratera, um enorme buraco que, imediatamente recebeu o nome de ‘buraco da saúde’” (TELES, 2011, p. 42). O caso fora lembrado porque o então presidente

do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás (IPASGO), José Quinan, informara a imprensa que o hospital não seria mais construído naquele lugar. “E diz mais: que foi um crime o que fizeram com a Santa Casa, que jamais deveria ser demolida, por tratar-se de patrimônio histórico” (TELES, 2011, p. 43).<sup>28</sup> Já em um artigo publicado na revista *Análise*, em 1987, Teles comparou esse caso com outro, do Convento dos Padres<sup>29</sup>, dessa vez bem sucedido em “salvar” um prédio histórico:

Há muito que venho protestando contra a falta de sensibilidade de nossos homens públicos. Sem nenhum preparo intelectual – politiquinhos, apenas –, assumem o poder e vão dilapidando a nossa memória histórica. Veja o triste exemplo da Santa Casa. Sem consultar os órgãos culturais, o governador Iris Rezende mandou derrubar o prédio histórico, com a promessa de construir um hospital para os servidores. Terminou o governo deixando lá o “buraco da saúde”, como réplica ao famoso “buraco da cultura”, que o governador nomeado, Leonino Caiado, construiu no Bosque dos Buritis. Se não fosse um artigo meu, com o título “Da Santa Casa ao Convento dos Padres”, publicado no jornal *O Popular*, denunciando e provocando reação popular, Iris Rezende teria derrubado o Convento dos Padres, aquele casarão histórico ao lado do Colégio Santa Clara, no bairro de Campinas. O governador queria construir, em toda a área, uma praça de esportes. O projeto, feito na calada da noite, na Suplan, já estava pronto para receber o “de acordo” do governo. Uma funcionária da Suplan, anonimamente, telefona-me e conta tudo. Pus a boca no mundo. Escrevi o artigo e provoqueei a televisão. A reação foi contundente. O governador voltou atrás e com isso preservou-se um prédio histórico, e que agora pode ser ocupado pelas entidades culturais, principalmente do bairro de Campinas. (TELES, 2011, p. 50 e 51).

Dessa maneira, José Mendonça Teles manteve a sua luta pela preservação dos bens culturais de Goiânia mesmo depois da legislação patrimonial e dos primeiros bens tombados da cidade e do estado. Porém, quando teria começado essa luta? Primeiramente, com base em Oliveira (2015), a preocupação em proteger e salvaguardar as “belezas naturais e o patrimônio histórico e artístico” (OLIVEIRA, 2015, p. 99) aparece na Constituição Estadual de Goiás de 1935. A Constituição Estadual de 1945 seguiu as diretrizes da política preservacionista federal. Ainda segundo a autora, a constituição de 1967 ampliou a noção do que é patrimônio cultural, ao trazer a noção de paisagem e de documentos e obras de valor histórico e artístico.

Em nível federal, o conjunto arquitetônico e urbanístico de Pilar de Goiás fora tombado em 1954. Em âmbito estadual, a Cidade de Goiás tornara-se cidade monumento por meio da

<sup>28</sup> Junto ao veículo e a data de publicação, há uma nota acrescentada a essa crônica na coletânea *Em Defesa de Goiânia*: “Negligência, incompetência ou seja lá o que for, dos escombros da Santa Casa à tragédia do CÉSIO 137, que se abateu sobre Goiânia, em setembro de 1987” (TELES, 2011, p. 43).

<sup>29</sup> Campinas fora uma cidade antes de ser anexada como bairro de Goiânia, completando 212 anos em 2022. A forte relação desse bairro com o seu patrimônio cultural é tema de vários estudos, como Paula (2019), Prado (2018) e Godinho, Oliveira e Prado (2017). Por exemplo, no começo dos anos 2000, o Estádio Antônio Accioly poderia ser demolido. Um movimento social urbano pela patrimonialização ocorreu para salvá-lo, reunindo os torcedores do Atlético Clube Goianiense e a população campineira, que realizaram um abraço coletivo em volta do estádio. Anos depois, o local voltaria a ser alvo de reivindicação. O movimento ainda não conseguiu que o local fosse tombado, porém o estádio foi reformado e reinaugurado.

Lei nº 5.290/196446. Por fim, a Lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, segundo Teles (2011), dispôs sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual de valor excepcional. Além disso, teve o projeto elaborada por José Mendonça Teles, a pedido do então presidente da Fundação Cultural de Goiás, Jacy Siqueira. Entretanto, teria sido a preocupação com os bens culturais de Goiânia que teria motivado Teles a propor uma legislação específica para o estado e posteriormente para o município:

Segundo o historiador José Mendonça Teles, a ideia para elaboração da referida lei surgiu em uma visita que fez à Academia de Letras de Alagoas, como membro do Conselho Estadual de Cultura em 1980. A sede da instituição era um edifício do século XIX doado pelo governo, fato que o inspirou a incentivar a preservação do patrimônio histórico local, conforme descreve: “Goiânia tem pouco mais de 50 anos, mas seus prédios históricos já estão desaparecendo. Voltei com a idéia de lutar pela aprovação de uma Lei de Tombamento. O escritor Jacy Siqueira era o presidente da Fundação Cultural de Goiás na época. Juntos, elaboramos um projeto que se tornou a Lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980” (JORNAL OPÇÃO, 26 jan. 1997). [...] Relata que seu interesse pelo patrimônio histórico local se inicia em meados da década de 1970, quando começou a participar de encontros de intelectuais brasileiros como Afonso Arinos (um dos ex-presidentes do IPHAN) e Gilberto Freyre, ainda na condição de membro do CEC-GO, conforme declara: “[...] pude ver o tanto que esses intelectuais valorizavam a preservação do patrimônio histórico e o quanto Goiás estava atrasado neste aspecto. [...] A partir daí resolvi fazer disso uma das minhas lutas diárias” (JORNAL OPÇÃO, 26 jan. 1997).” (OLIVEIRA, 2015, p. 100 e 101)

Em uma crônica de 1976, José Mendonça Teles pontua que “desenvolvimento não se faz destruindo a história” (TELES, 2011, p. 24), afirmando que, com essa lógica desenvolvimentista, a Europa seria “hoje um continente de fábricas e chaminés, sem vestígios sequer de sua civilização milenar” (TELES, 2011, p. 24). Citando como exemplos de “praticamente extintos” o Lago das Rosas, o Cruzeiro do Setor Sul, o Coreto e o Obelisco da Praça Cívica e o Coreto da Praça Joaquim Lúcio em Campinas, Teles considerava que em “nome da febre do desenvolvimento, administradores apressados cometeram o crime de destruir os marcos mais importantes de nossa história. Em menos de uma geração, Goiânia tornou-se uma cidade sem memória” (TELES, 2011, p. 24). Essa crônica mereceu destaque pelo próprio autor, que a leu no seu pronunciamento no Conselho Estadual de Cultura, ocorrido no dia 2 de setembro de 1981. Nota-se, por exemplo, a menção ao Jóquei Clube de Goiás, com uma descrição negativa em relação à nova sede social.

Talvez a ressonância da revolta que atingiu a população goianiense, quando da destruição de alguns marcos históricos, tenha concorrido para que os dirigentes administrativos se conscientizassem e reconstruíssem alguns desses monumentos, como aconteceu com o Coreto da Praça Cívica, com o Cruzeiro do Setor Sul e com o Lago das Rosas. Contudo, o perigo ainda continua, se considerarmos que o progresso, premissa maior de um processo de desenvolvimento, é uma realidade no contexto goiano, e a explosão populacional, provocando sérios transtornos no planejamento

urbanístico, pode ocasionar a destruição desse patrimônio tão enraizado em nossas tradições. [...] Poucas são as casas existentes nessas ruas que ainda guardam a fisionomia do passado. Alguns bangalôs da rua 7 e umas casas da rua 20, ainda resistem à epidemia do progresso. **O Automóvel Clube (atual Jockey Clube) foi derrubado para ser colocada em seu lugar uma caixa de cimento armado;** o prédio feito especialmente para a Assembleia Legislativa, atual edifício da Loteria, na Av. Tocantins, virou aquilo que está lá; o prédio dos Correios e Telégrafos, da Praça Cívica, foi criminosamente destruído, sem falar nas casas residenciais que, a cada ano que passa, cedem diante dos tentadores arranha-céus. [...] Urge que tomemos providências enérgicas para salvar alguns patrimônios da cidade, tão nova e já desmemoriada. [...] Já trazendo explícito o tombamento de vários monumentos de cidades interioranas, a Lei 8.915, dá margem, em seu art. 22, que se evoquem fatos memoráveis da nossa história. Ora, Goiânia [...] não pode ficar alheia aos benefícios da Lei 8.915. É por isso que venho na tribuna deste Egrégio Conselho Estadual de Cultura, valendo-me também da condição de membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e Diretor do Centro de Cultura Goiana da Universidade Católica de Goiás, solicitar o apoio dos ilustres Conselheiros, “antes que o tempo passe tudo o raso”, para [...] propor o tombamento dos seguintes bens culturais. (TELES, 2011, p. 24-28) (grifo meu).

Teles listou esses bens culturais na seguinte ordem: Praça Cívica (todo o conjunto arquitetônico); Prédio do Grande Hotel; Relógio da Avenida Goiás; Liceu de Goiânia; Teatro Goiânia; Prédio da Justiça Federal; Lago das Rosas; Casa de Pedro Ludovico Teixeira; Ateneu Dom Bosco; Estação Ferroviária; Prédio do antigo Grupo Escolar Modelo; Igreja do Sagrado Coração de Maria; Igreja do antigo Seminário dos Padres Redentoristas; Sede do Fórum e da Prefeitura Municipal de Campinas e Prédio da Escola Técnica Federal de Goiânia. Em alguns casos, ofereceu uma explicação mais aprofundada, seja da localização, da relevância ou do conjunto proposto para tombamento. Por exemplo, ressaltou que o Prédio da Justiça Federal abrigou a Faculdade de Direito da rua 20. A ordem dos bens é relevante, pois o despacho nº 1.096, de 1982, a seguiu na íntegra:

Governo do Estado de Goiás *Processo do CEC nº 302/81 (2100-2299/82), em que JOSÉ MENDONÇA TELES propõe o tombamento de bens imóveis de inestimável valor histórico.* DESPACHO Nº 1.096/82 – Face aos pronunciamentos e informações constantes dos autos, resolvo, nos termos do art. 32 da Lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980 e demais disposições pertinentes, determinar o tombamento dos seguintes bens: Praça Cívica, Prédio do Grande Hotel, Relógio da Avenida Goiás, Liceu de Goiânia, Teatro Goiânia, Prédio da Justiça Federal, que abrigou a Faculdade de Direito da rua 20, Lago das Rosas, Casa de Pedro Ludovico Teixeira, Ateneu Dom Bosco, Estação Ferroviária, Prédio do antigo Grupo Escolar “Modelo”, Igreja do Sagrado Coração de Maria, Igreja do antigo Seminário dos Padres Redentoristas, Sede do Fórum e da Prefeitura Municipal de Campinas, Prédio da Escola Técnica Federal de Goiás, todos descritos no expediente de fls. 2/6. Para as devidas providências, encaminhe-se o processo à Fundação Cultural de Goiás. Goiânia, 18 de outubro de 1982 Ary Ribeiro Valadão GOVERNADOR DO ESTADO (Teles, 2011, p. 31).

Assim, todos os pedidos de tombamento feitos por Teles foram acatados. A Constituição Estadual de 1989, vigente atualmente, seguiu a Constituição de 1988, definindo o patrimônio

cultural goiano como bens de natureza material e imaterial. A lei também prevê que a proteção do patrimônio seria uma responsabilidade compartilhada entre a União, o Estado e os municípios. Porém, em “1998, ocorre uma segunda leva de tombamentos estaduais em Goiânia, por intermédio do Superintendente de Memória e Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Estado, Adovaldo Fernandes Sampaio. Trata-se do Decreto nº 4.943/1998” (OLIVEIRA, 2015, p. 103). Essa leva também incluiu itens da primeira leva de tombamentos, sob alegação de falta de validade jurídica do despacho.

Em seu Artigo 261, a Lei Orgânica nº 01, de 12 de julho de 1990, traz a definição de “Patrimônio Cultural Goianiense” como bens de natureza material e não material [...] Essa lei regula, ainda, o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Goiânia, como órgãos consultivos, normativos e fiscalizadores compostos por representantes da sociedade civil, entidades classistas e instituições governamentais e não governamentais ligadas à história [SIC], à cultura, às artes e ao meio ambiente. Também estabelece como papel da Prefeitura a vigilância permanente dos bens tombados e aplicação das devidas punições em relação aos danos causados a eles. Destaca-se, por fim, a criação de uma emenda que estabelece providências para a preservação e recuperação do patrimônio arquitetônico em *art déco*. (OLIVEIRA, 2015, p. 105).

Essa lei espelhava a legislação estadual. Ainda segundo Oliveira (2015), a Lei nº 6.962, de 21 de maio de 1991, também listava os patrimônios municipais que não deveriam ser alterados. "Por fim, as legislações municipais mais recentes, voltadas para o âmbito cultural, são a Lei nº 8.795/2009, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, e a Lei nº 8.967/2010, que cria a “Linha do Turismo”” (OLIVEIRA, 2015, p. 107). Dessa forma, as políticas públicas locais não divergiram das diretrizes nacionais. Ambas apresentariam os mesmos entraves para a implantação, para a autora, decorrentes dos problemas das cidades atuais (econômicos, políticos, etc.).

o IPHAN anuncia o tombamento realizado no núcleo inicial da capital goiana, ápice de um longo processo em busca da defesa de seu patrimônio cultural, iniciado vinte anos antes. Segundo a Memória da ação do tombamento (IPHAN, 2010, p. 17-18), no momento da criação da 14ª Superintendência Regional do IPHAN em Goiânia, em setembro de 2001, já se pensava na proposta para a preservação no núcleo inicial da cidade. Reuniões com um grupo de pessoas interessadas pelo tema foram realizadas com o objetivo de discutir a ideia, chegando ao consenso quanto ao foco no acervo arquitetônico *art déco*. Foram, então, selecionados dezenove imóveis públicos e o traçado urbano dos núcleos pioneiros de Campinas e Goiânia para a proposta. [...] Nesse ponto, é possível retomar os recorrentes questionamentos às ações isoladas do IPHAN, que se mantêm, ainda, muito distantes da participação comunitária efetiva, sobretudo quanto às eleições dos bens “patrimonializáveis”, restringindo-se à contribuição de pequenos grupos de intelectuais e especialistas no tema. Mesmo que se mencione a intenção de integrar a população nesses processos, buscando reforçar os laços de pertencimento da comunidade local com sua história, ela permanece em nível teórico, não sendo vistas ações práticas em prol da consolidação dessa iniciativa. Tal postura pode explicar as dificuldades verificadas pela população em

autorreconhecer-se nesse patrimônio, resultando na pouca representatividade e apropriação da identidade *art déco*, atualmente observadas em Goiânia, deixando transparecer que o tombamento do núcleo pioneiro da cidade é um ato muito mais político e jurídico do que sociocultural. (OLIVEIRA, 2015, p. 108 e 109).

Assim, o Núcleo Pioneiro de Goiânia e Campinas foi tombado pelo Iphan em 18 de novembro de 2003, tornando-se um patrimônio cultural nacional sob o discurso de possuir um acervo arquitetônico de *art déco*. As consequências desse discurso são objeto do próximo capítulo. Porém, é notável a divergência discursiva para as crônicas de José Mendonça Teles. Afinal, as crônicas apresentavam um forte recurso da retórica da perda e uma preocupação com os bens que representariam a história e a memória dos primeiros anos da cidade, sem se alongar no aspecto arquitetônico desses bens culturais.

Além disso, é possível que a luta de Teles tenha obtido “sucesso” junto ao poder público pela sua função enquanto agente estatal, especialmente da área cultural. José Mendonça Teles tinha conhecimento especialista sobre o tema da preservação, além de acesso direto aos governantes e aos conselhos municipais. Entretanto, seria realmente a sua função enquanto agente estatal que faria a sua luta ecoar até certo ponto em uma parcela da população? Trabalhamos com a hipótese de que, nesse caso, o papel de Teles enquanto jornalista teria sido mais relevante.

Gouthier (2016) pesquisa o impacto da mídia na percepção e na construção de um discurso que cria valores em relação ao bem patrimonial. A autora atuou na assessoria de imprensa da Superintendência do Iphan-GO, entre 2014 e 2016, como parte do curso de mestrado da instituição. “Atualmente, no âmbito de sua esfera de ação, uma equipe de assessoria de comunicação é responsável, entre outras coisas, pelas relações entre o Iphan e a imprensa. Esta, por sua vez, é tida como uma das responsáveis pela mediação entre a instituição e a sociedade” (GOUTHIER, 2016, p. 15 e 16). Durante a pesquisa, a autora percebeu que existiam dois fluxos de atuação entre o Iphan e a imprensa em Goiás:

[...] um de fora para dentro, a partir das demandas que surgem na sociedade ou na própria imprensa e chegam até o Iphan; e outro, de dentro para fora, a partir da produção de conteúdo da própria instituição e que, então, chega até a imprensa por meio de *releases* ou notas informativas. Esses dois fluxos, que serão abordados mais adiante, são norteados na pesquisa pela proposta de comunicação como um espaço de debate ou, em termos *habermasianos*, da imprensa enquanto componente da esfera pública. (GOUTHIER, 2016, p. 16).

Além disso, Gouthier (2016) analisou 80 matérias jornalísticas sobre a Praça Cívica (privilegiando as matérias do *O Popular*), em 2015, e realizou entrevistas com os jornalistas do *O Popular*. De acordo com a autora, a imprensa local tende a reproduzir os releases da

Prefeitura de Goiânia. “A proposta de “devolver a Praça para o povo” é reforçada pela imprensa e muitos jornais apenas reproduzem o conteúdo disponibilizado pelas instituições oficiais, entendidas como fontes tão credíveis que dispensam muita apuração” (GOUTHIER, 2016, p. 68). Assim, as matérias seguiam a linha do poder público, construindo a Praça Cívica como um espaço central da cidade, que seria devolvido para a população após uma grande intervenção urbanística.

Segundo a autora, a imprensa falhou ao focar apenas nos acontecimentos, sem contextualizá-los ou problematizá-los, sem incentivar um debate e uma reflexão sobre o que faria aquela praça ser de fato pública. Esse discurso também teria sido difundido pelo Iphan, “quando produz suas atividades de comunicação – tais como os releases difundidos, o atendimento à imprensa por meio de entrevistas ou mesmo com a divulgação de informações por meio de seu portal na internet e redes sociais” (GOUTHER, 2016, p. 81). O órgão emitia informações por conta própria, enquanto simultaneamente influenciava o discurso jornalístico. Além disso, Gouthier (2016) entrevistou as jornalistas Cileide Alves, então editora-chefe do *O Popular*, e Malu Longo, repórter que cobriu a reforma da Praça Cívica para o periódico. A autora percebeu que havia uma atenção com o patrimônio cultural de Goiânia nos discursos dessas jornalistas, por conhecerem a história da cidade, porém essa atenção tenderia a aparecer de uma maneira implícita dentro das matérias.

Entendendo as profissionais entrevistadas como agentes fundamentais e ativas na construção dos discursos jornalísticos, pudemos perceber em suas falas uma forte preocupação com a cidade de Goiânia, que, mesmo não sendo o local onde nasceram, é onde escreveram suas trajetórias – tanto pessoais, quanto profissionais. **Assim, o patrimônio da cidade, sua história e os usos que fazem dela são o foco da atenção de ambas as entrevistadas, mesmo quando elas negam uma relação direta de seus afetos com a Praça Cívica.** Na memória pessoal das duas, a Praça não ocupa um protagonismo em si, como parte de suas lembranças de infância ou de família, por exemplo, mas como parte integrante e fundamental da cidade. **E é por conhecerem a história dessa cidade** – seja pelos livros de história, pelas histórias que lhes contaram nos anos de redação, ou pelas fotografias citadas por Malu Longo – **que sua atenção se volta para aquele ponto específico que é a Praça.** [...] **Esse entusiasmo, os conhecimentos acumulados sobre aquele lugar e os afetos que o permeiam não estão, entretanto, impressos nas estórias publicadas em O Popular. Mas estão inegavelmente marcados no olhar, nas escolhas, nos enfoques privilegiados, nos recortes temáticos e em cada uma das entrelinhas dos jornais.** (GOUTHIER, 2016, p. 90 e 91) (grifo meu).

Assim, a representação jornalística é um fator importante nas lutas pela patrimonialização no Brasil, em Goiás e em Goiânia. No nível nacional, a imprensa dava espaço para os gestores públicos do Iphan e de outros órgãos culturais defenderem seus pontos de vistas, trazia discussões sobre o estado do patrimônio cultural e as reações populares a esse

tema. Em São Paulo, a cobertura jornalística marcou a primeira mobilização pela salvaguarda de um bem cultural. Tanto em Goiás quanto em Goiânia, José Mendonça Teles despontou como um árduo defensor do patrimônio cultural, utilizando-se do seu espaço na imprensa para defender a causa e incentivar a população a se mobilizar contra a gestão urbana. Curiosamente, o mesmo José Mendonça Teles também atuava como agente público, o que possivelmente facilitaria para que suas demandas fossem atendidas. Porém, a reunião desses fatores – imprensa, população insatisfeita, instituições e agentes estatais abraçando a causa – não é uma garantia da preservação dos bens culturais.

A Secretaria Municipal de Cultura (Secult) de Goiânia já negou o pedido de tombamento de cerca de 200 dos 392 imóveis que constam em uma lista elaborada pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e universidades federais no começo da década passada. A informação é do Jornal O Popular. O MP-GO conseguiu oito anos depois de acionar a justiça que a Prefeitura de Goiânia avaliasse os imóveis com o objetivo de transformá-los ou não em patrimônio histórico e arquitetônico. De acordo com O Popular, na semana passada a Secult publicou a terceira resolução na gestão do prefeito Rogério Cruz (Republicanos) com arquivamento de mais oito processos do inventário de bens de interesse histórico e cultural proposto pelo MPMGO. Com essa decisão, já são 34 imóveis avaliados na atual gestão e mais 170 na gestão Iris Rezende. Todos eles tiveram a negativa para o tombamento. A Secult não detalhou os imóveis que foram avaliados e nem os motivos das negativas. (CAPPELLESSO, *CURTA MAIS*, 3 mai. 2022).<sup>30</sup>

Os bens em questão localizavam-se em Campinas e no Setor Central. O Jockey Clube de Goiás está entre os prédios dessa lista elaborada pelo Ministério Público, pelo Iphan-GO e pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Este tópico abordou o papel de José Mendonça Teles, um jornalista e um agente estatal, em influenciar a população a defender a “causa preservacionista” e na construção da legislação patrimonial estadual e municipal. Como Goiás e Goiânia não possuíam legislações específicas, a luta patrimonial se voltou para a criação de leis nas décadas finais do século XX. Entretanto, em 2017, o movimento social urbano pela patrimonialização do Jockey Clube de Goiás reivindicou o tombamento do clube e entrou com o pedido junto ao Iphan. No tópico anterior, o pedido de tombamento foi um instrumento utilizado por esses movimentos para garantir a salvaguarda imediata do bem cultural ameaçado. O próximo tópico analisa o pedido de tombamento do Jockey Clube de Goiás e a resposta do Iphan, que indeferiu o pedido. Assim, também há um exemplo em Goiânia de como o pedido de tombamento pode ser utilizado para “frear” a ação urbanística.

---

<sup>30</sup> Optamos pela notícia do jornal cultural *Curta Mais* ao invés da fonte original, *O Popular*, pois demonstra a capacidade deste último em influenciar a agenda dos outros veículos jornalísticos do estado.

### 1.3 O patrimônio cultural no parecer para o tombamento do Jóquei Clube de Goiás

O pedido de tombamento, como vimos, é utilizado pelos movimentos pela patrimonialização como um instrumento para “salvar” um bem cultural da “destruição” a curto prazo. Além disso, como pontuou Rodrigues (2001), a tendência é que esses pedidos sejam indeferidos pelo Iphan. Neste tópico, analisamos como essas duas questões aparecem no parecer para o tombamento do Jóquei Clube de Goiás solicitado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) no final de 2017. O parecer foi assinado pelo arquiteto e urbanista Lucas Jordano, professor da Universidade Federal de Goiás.

De acordo com o parecer de Jordano (2017), embora tenha sido inaugurada em 1938, a primeira sede social do Jóquei Clube de Goiás foi demolida. Para Jordano (2017), essa sede não representaria mais os sócios, pois não possuía a antiguidade das cidades litorâneas e nem a “nova modernidade” da década de 1950. “A sensação de inferioridade resultante acabou vencendo a pouca história e decidiram pela demolição do edifício, que deveria dar lugar a uma referência nacional em arquitetura de clubes recreativos” (JORDANO, 2017, p. 3). Como Goiânia carecia de arquitetos, houve um concurso nacional para escolher os arquitetos para a nova sede social em 1962. O projeto vencedor foi feito por Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) e João Eduardo de Gennaro (1928-2013).

Pelo exposto, nota-se que, embora a demolição da primeira sede do Jóquei Clube tenha sido uma perda irreparável, o novo edifício apresenta um conjunto de paradigmas urbanos, técnicos e estéticos, muito bem orquestrados pela linguagem da época. Constitui-se em peça importante da cultura arquitetônica brasileira e um novo marco qualitativo para as construções do Estado de Goiás (JORDANO, 2017, p.8).

A importância do Jóquei Clube de Goiás se centraria, então, na sua relevância para a cultura arquitetônica brasileira. Essa ideia está presente nos argumentos utilizados para o tombamento do clube, que veremos mais adiante, e no reconhecimento de que, atualmente, o Jóquei Clube de Goiás é “obsoleto” para a população do centro de Goiânia. De acordo com Jordano (2017), esse seria um problema conjuntural da região central de Goiânia. “O Jóquei Clube insere-se nesse contexto espacial e com a mesma caracterização de obsolescência de uso” (JORDANO, 2017, p. 8).

A definição de patrimônio cultural aparece brevemente na página 9. O parecer recorre ao Art. 1º do Decreto-Lei nº 25, de 1937, para defender que esse edifício “deve ser considerado

como bem imóvel de excepcional valor artístico e, por isso, deve ser inscrito no Livro de Tombo das Artes Aplicadas, como meio de proteger um patrimônio brasileiro” (JORDANO, 2017, p. 9). Conforme o Decreto-lei nº 25, de 1937,

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, [1937]).<sup>31</sup>

Em comparação, a definição da Constituição de 1988, presente no Art. 216, relaciona diretamente o patrimônio cultural com a identidade, a memória e a diversidade dos grupos formadores da sociedade brasileira: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Segundo Chuva (2012), a noção, ou seja, a definição, de patrimônio cultural orienta as políticas públicas de preservação cultural e é historicamente constituída, tendo se transformado ao longo do tempo. No Brasil, essa trajetória levou a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividindo-a entre material e imaterial. A autora enfatiza que no percurso da construção da noção de patrimônio, há diferentes concepções em jogo, desde “a demarcação de questões a constituição de temas tornados clássicos em cada um desses campos, até a estabilização de nichos e a consolidação de visões hegemônicas, inclusive com a separação de categorias por cada um deles” (CHUVA, 2012, p. 149).

Dessa maneira, o caráter multidisciplinar da área do patrimônio cultural atrapalharia a percepção da luta de representações pelo domínio, que é travada entre os diferentes setores e áreas. Afinal, essa área “engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbito do social” (CHUVA, 2012, p. 152). Como a noção de patrimônio cultural não é única, para a autora, a noção em uso e quais são as divisões provocadas por ela devem ser averiguadas. Então, por que o parecer utiliza uma definição de 1937 e não a da Constituição de 1988?

---

<sup>31</sup> Optamos por utilizar o texto do próprio Decreto-Lei nº 25, de 1937, ao invés da citação feita no parecer. Há diferenças ortográficas nas palavras “constitue/constitui”, “interesse/interese” e “história/História”. “Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL *apud* JORDANO, 2017, p.9).

No campo da cultura e no da patrimonialização, a reprodução da ordem ocorre por meio das ideologias oficiais, cuja manutenção é feita pelos aparelhos do Estado (PAES, 2020). O Decreto-Lei nº 25, de 1937, ocorreu durante o governo Vargas, um período ditatorial. Esse também seria o contexto da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o primeiro órgão governamental dedicado ao patrimônio cultural no Brasil, que “deu-se quase sem exceções em uma chave interpretativa do passado orgulhosa e ufanista, os bens preservados servindo como emblema da nacionalidade ou das regionalidades” (CYMBALISTA, 2017, p. 213).

Quais “heranças” desse primeiro momento continuam determinando a escolha dos patrimônios brasileiros? De “quem” eram patrimônio? O que representavam? Quais profissionais definiam essas escolhas? Destacamos, segundo Chuva (2009), que o Sphan reconheceu que os arquitetos seriam os profissionais mais “adequados” para selecionar os tombamentos, em detrimento dos historiadores. As escolhas desse órgão optavam pelo que deveria expressar a memória nacional. Os bens tombados nesse período inicial foram arquitetônicos. “A história da preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil ficou marcada pela relação entre “conservação do passado” e “modernização do presente”, especialmente em função dos agentes envolvidos com a questão” (CHUVA, 2009, p. 209).

O patrimônio cultural, para Wickramasinghe (2014), pode ser considerado uma prática cultural centrada no presente e um instrumento de poder cultural. Em outras palavras, o patrimônio é tanto uma construção do presente quanto uma interpretação do passado. Portanto, o que daria valor para os patrimônios históricos, em particular os arquitetônicos, seriam as interpretações culturais contemporâneas e as atividades que ocorrem ao redor deles. Assim, artefatos e lugares adquirem significado e valor por meio da apropriação cultural.

Dessa maneira, de acordo com Smith (2006), todo patrimônio cultural é imaterial. Como Wickramasinghe (2014), a autora também considera que são os processos culturais feitos dentro e em torno desse bem cultural que o identificam como a representação física e simbólica de eventos culturais e sociais particulares, dotando-o de valor e significado, assim o tornando um patrimônio cultural. O patrimônio, para Smith (2006), também é uma promoção de uma versão “consenso” da história por instituições culturais controladas pelo governo e pela elite para regular as tensões culturais e sociais do presente.

A autora é crítica da maneira como o discurso em torno do tombamento (e do que será deixado para as futuras gerações) é baseado em valores de uma elite cultural ocidental – que seriam tratados como universais. Além disso, o turismo ao redor dos patrimônios históricos levaria ao que ela denomina de *Disneyfication* (Disneyficação) do patrimônio. Já Gonzáles

(2017) pontua que a patrimonialização também pode gerar uma relação fetichista, na qual a máquina patrimonial mediaria pela lógica do lucro às relações sociais em torno dos bens culturais. Entretanto, retomando Smith (2006), o patrimônio cultural também pode ser um recurso usado para desafiar e redefinir valores e identidades pelos vários grupos subalternos. Assim, o patrimônio tem o potencial de também ser uma ferramenta de mudanças culturais.

Além disso, ainda segundo Smith (2006), o patrimônio tem intersecção com vários debates culturais e sociais sobre a legitimidade dos diversos valores e das inúmeras identidades e, subsequentemente, participaria de um processo de validação, negociação e regulação. Dessa maneira, o gerenciamento do patrimônio tem consequências para além da simples preservação. Afinal, trata-se de um processo e de uma escolha política.

*Ultimately, the process or moment of heritage is shown to be potentially critically active and self-conscious, through which people can negotiate identity and the values and meanings that underlie that, but through which they also challenge and attempt to redefine their position or 'place' in the world around them. Heritage is not only a social and cultural resource or process, but also a political one through which a range of struggles are negotiated. (SMITH, 2006, p. 7).<sup>32</sup>*

Similarmente, segundo Campos (2010), o patrimônio cultural é um meio de interpretação da história e um uso político da memória coletiva, que seria selecionado mediante a conveniência nacional. Ele pertence a um campo de disputas: memória e esquecimento; preservação e destruição; identidade e diferença (CAMPOS, 2019). Além disso, lugar e território são conceitos intrínsecos a noção de patrimônio. Sobretudo para o patrimônio material, pois parece “que o patrimônio material se presta a ser lugar de memória, diferentemente do patrimônio imaterial” (CAMPOS, 2021, p. 106).

Isso porque, para Nora (1993), havendo rastro, distância, mediação, não estaríamos mais dentro da verdadeira memória – e sim dentro da história. “O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7). Os lugares de memória nasceriam e viveriam do sentimento de que não há memória espontânea. Não são naturais, pois seriam a forma extrema em que subsistiria uma consciência comemorativa clamada pela história – mantidos artificialmente pela vontade de uma coletividade pela sua transformação e pela sua renovação. Dessa maneira, os lugares de

---

<sup>32</sup> Em tradução nossa, “Finalmente, o processo ou o momento do patrimônio é mostrado como potencialmente sendo criticamente ativo e autoconsciente, no qual as pessoas podem negociar identidades, valores e significados que fundamentariam isso, mas também que desafiariam e tentariam redefinir a sua posição ou "lugar" no mundo a sua volta. Patrimônio não só é um recurso ou processo social e cultural, mas também um recurso político em que vários conflitos são negociados.”

memória seriam os marcos testemunhais de outras eras, os sinais de reconhecimento e de pertencimento a um grupo. Eles possuem efeito material, simbólico e funcional.

Le Goff (1990) separa os lugares de memória em lugares topográficos (como os arquivos, as bibliotecas e os museus); lugares monumentais (cemitérios e arquiteturas); lugares simbólicos (comemorações, peregrinações, aniversários etc.) e, por fim, lugares funcionais (manuais, autobiografias etc.). Seria a sede social do Jockey Clube de Goiás um lugar de memória monumental? Ela possuiria efeito material, simbólico e funcional? Essas questões simbólicas ficaram de fora do parecer para o tombamento do Jockey Clube, que optou por focar nos aspectos arquitetônicos da edificação.

Fonseca (2003) analisa vários pareceres para tombamento, como o da Cidade de Goiás, para demonstrar como os aspectos simbólicos costumam ficar de fora do processo de patrimonialização. Em outros casos, parte da história desses bens é apagada - como a presença dos escravos em alguns locais. "São esses os bens passíveis de tombamento, e a leitura deles feita, como incorporados ao patrimônio, está centrada em seus aspectos arquitetônicos, integrando marginalmente dados históricos e análises de sua relação com a cidade e a paisagem" (FONSECA, 2003, p. 59).

Por causa da leitura feita pelos técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a esmagadora maioria dos bens tombados são predominantemente arquitetônicos. Os instrumentos disponíveis de acautelamento limitados entre 1937 e 2000<sup>33</sup> tiveram "como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo "preservação", que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento" (FONSECA, 2003, p. 61). Isso reforça a ideia de que as políticas de patrimônio são conservadoras e elitistas, "uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes" (FONSECA, 2003, p. 61 e 62).

Ainda segundo Fonseca (2003), as políticas de patrimônio centradas no tombamento resultaram na associação da prática de preservação com as noções de conservação e de imutabilidade. Portanto, afastando-se das ideias de mudança ou de transformação e "centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo" (FONSECA, 2003, p. 64). A autora defende pensar a produção de patrimônios culturais como narrativas ou mesmo como uma "formação discursiva", que serviria para "mapear" os conteúdos simbólicos usados para constituir uma identidade cultural brasileira. Outro problema

---

<sup>33</sup> O Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (SOARES et al., 2021).

do foco excessivo nos aspectos técnicos, para Fonseca (2003), seria perder de vista o que justificaria a proteção desse bem cultural.

Para que essa função se cumpra, é necessário que a ação de "proteger" seja precedida pelas ações de "identificar" e "documentar" - bases para a seleção do que deve ser protegido -, seguida pelas ações de "promover" e "difundir", que viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados. (FONSECA, 2003, p. 65).

Fonseca (2003) também considera a preservação do patrimônio cultural uma prática social. Isso implica dizer que se trata de um processo de interpretação da cultura como uma produção material e simbólica. Assim, para a autora, o patrimônio cultural nacional precisa se encaixar na definição da Constituição de 1988, fazendo referência à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira.

De acordo com Smith (2006), a função do patrimônio como uma prática cultural e social é continuamente obscurecida, como um resultado de naturalizar efeitos do que a autora denomina de “*authorized heritage discourse*” (discurso patrimonial autorizado). Ou seja, nesse discurso o conhecimento técnico e estético do especialista é mais relevante do que as práticas e tradições culturais associadas ao patrimônio em questão. Esse discurso seria hegemônico e institucionalizado por meio das instituições culturais estatais. Além disso, ele teria duas faces: as narrativas de nação e de classe de um lado; o conhecimento técnico e o julgamento estético do outro. Assim, privilegiando monumentalidade e grande escala, significância inata relativa ao tempo de existência de um artefato ou de um local, julgamento científico ou estético de um especialista, um consenso social e a formação da nação.

*[...] a hegemonic 'authorized heritage discourse', which is reliant on the power/knowledge claims of technical and aesthetic experts, and institutionalized in state cultural agencies and amenity societies. This discourse takes its cue from the grand narratives of nation and class on the one hand, and technical expertise and aesthetic judgement on the other. The 'authorized heritage discourse' privileges monumentality and grand scale, innate artefact/site significance tied to time depth, scientific/aesthetic expert judgement, social consensus and nation building. It is a self-referential discourse, which has a particular set of consequences. (SMITH, 2006, p. 11).*<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Em tradução nossa, “um "discurso patrimonial autorizado" hegemônico, que é dependente do poder/conhecimento técnico e estético dos especialistas, e institucionalizado em agências estatais culturais e em sociedades de conveniência [N/T: organizações que monitoram o planejamento e o desenvolvimento no Reino Unido]. Esse discurso se baseia nas narrativas grandiosas das nações e das classes por um lado, e na especialidade técnica e no julgamento estético do outro. O "discurso patrimonial autorizado" privilegia a monumentalidade e a grande escala, inata aos artefatos/locais com antiguidade significativa, julgamento especialista científico/estético, consenso social e construção da nação. É um discurso autorreferencial, que tem algumas consequências específicas.”

Esse discurso possuiria, para a autora, algumas consequências. A primeira seria a materialidade. O que é patrimônio passa a ser definido por especialistas e não pela comunidade. Com isso, limita-se o debate e as contestações dos valores culturais e sociais estabelecidos por meio desse bem cultural. Esse discurso também resulta em foco no gerenciamento da conservação dos patrimônios culturais e na visitação desses pelo turismo. A autora denomina de *Disneyfication* (Dysneficação) o turismo, marketing turístico e interpretação do patrimônio com essa finalidade comercial. Além disso, esse discurso constrói o patrimônio como algo que é engajado de forma passiva pelo público.

Dessa maneira, talvez a maior consequência desse discurso entre as listadas pela autora é a definição de quem são os legítimos porta-vozes do passado: as instituições governamentais e os especialistas. Além disso, para Smith (2006), o discurso centrado na nação explicitamente promoveria as experiências e valores da elite. "*Within the narrative of nation, the heritage discourse also explicitly promotes the experience and values of elite social classes*" (SMITH, 2006, p. 30)<sup>35</sup>. O Jóquei Clube de Goiás era, afinal, um clube da elite goianiense. Assim, considerando esse discurso patrimonial autorizado, que privilegia os critérios estéticos, estes são os argumentos do parecer para o tombamento do clube:

sustentar-se-á, por meio de quatro argumentos, que o edifício em questão deve ser considerado como bem imóvel de excepcional valor artístico e, por isso, deve ser inscrito no Livro de Tombo das Artes Aplicadas, como meio de proteger um patrimônio brasileiro. O primeiro argumento refere-se a inserção do edifício no cenário mundial, representante de um estilo difundido após a Segunda Guerra, e nacional, como experiência importante na construção de um "discurso" ético dentro de um conjunto de ensaios arquitetônicos brasileiros. O segundo argumento visa apontar a divulgação do edifício do Jóquei Clube de Goiás em publicações internacionais, de modo a evidenciar o reconhecimento de sua qualidade diante da heterogeneidade cultural do mundo. O terceiro argumento é o do reconhecimento, também internacional, do principal autor do projeto arquitetônico do edifício, a saber, Paulo Mendes da Rocha, por meio da outorga de condecorações que destacam a importância de sua visão de arquitetura em um cenário global. Por fim, o quarto argumento intenta apresentar a solução ecológica do projeto como paradigma de ação urbana para a cidade de Goiânia. (JORDANO, 2017, p. 9).

O primeiro argumento analisa a importância do edifício para a arquitetura nacional. A sede social do Jóquei Clube encaixa-se dentro do estilo arquitetônico brutalismo e seria contemporânea ao surgimento dessa "nova etapa" da arquitetura brasileira. Tal fato a tornaria uma das protagonistas da arquitetura brasileira do século XX. Desse modo, não seria "um

---

<sup>35</sup> A tradução está no próprio parágrafo.

simples testemunho, mas um protesto genuíno em favor de uma arquitetura da democracia brasileira” (JORDANO, 2017, p. 12).

O segundo argumento enfatiza o reconhecimento internacional do edifício, pois Paulo Mendes da Rocha recebeu prêmios importantes e a sede social do Jockey Clube de Goiás era mencionada tanto nessas premiações quanto nas publicações sobre o arquiteto. Além disso, esse argumento objetiva demonstrar que há interesse internacional na sede social do Jockey Clube de Goiás por causa da sua relevância para o estilo arquitetônico brutalismo e entre as obras de destaque de Paulo Mendes da Rocha.

Como cada publicação precisa rejeitar a maior parte da produção do arquiteto, por limitações de custo, a presença constante do Jockey Clube de Goiás revela o seu valor não apenas para o Brasil, mas para o mundo, interessado nessa específica manifestação de uma arquitetura ao mesmo tempo global, por vínculo com o Brutalismo, e local, por expressar um modelo brasileiro de uma arquitetura democrática [...] Aliada à consciência acerca da qualidade e da relevância internacional do edifício do Jockey Clube de Goiás, as instituições estrangeiras estão também cientes de seu estado de conservação ruim e dos riscos que isso pode acarretar à preservação de um patrimônio de interesse para o mundo. (JORDANO, 2017, p. 12 a 15).

O terceiro argumento é similar ao segundo. Paulo Mendes da Rocha é um arquiteto de renome mundial, ganhador dos prêmios Pritzker (2006), Leão de Ouro (2016), Prêmio Imperiale (2016) e a Medalha de Ouro do RIBA (2017). “Posto o reconhecimento internacional do arquiteto, reforça-se a tese sobre o valor patrimonial do conjunto de sua obra, da qual o Jockey Clube de Goiás faz parte” (JORDANO, 2017, p. 17). Assim, os três primeiros argumentos se centram na arquitetura e, principalmente, em um dos arquitetos responsáveis pelo projeto da sede social.

O quarto e último argumento defende que o projeto arquitetônico original trazia uma solução ecológica. O parecer de Jordano (2017) considera que é possível reverter às alterações que foram feitas ao longo dos anos e recuperar a nascente do Córrego dos Buritis. O projeto era responsável ecologicamente, entretanto “esse mérito não pode ser atualmente constatado, devido à decisão de desmatar a vegetação da quadra e cobrir com cimento o afloramento de água. Por outro lado, a situação é completamente reversível se mantida a integridade do edifício” (JORDANO, 2017, p. 20).

Em 2019, a então presidente do Jockey Clube de Goiás, Iwana Nápoli, participou de um *workshop* do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico de Goiânia (Codese), onde foi mostrado projetos para a revitalização da sede do Jockey Clube (ABREU, *O Popular*, 15 ago. 2019). Na época, *O Popular* divulgou que o conceito seria manter a estrutura

principal do prédio e revitalizar o afloramento do Córrego dos Buritis. Então, mesmo sem o tombamento, essa possibilidade foi considerada pela Prefeitura de Goiânia e pelo clube, mas não foi levada em frente.

O parecer para o tombamento do Jockey Clube de Goiás apresenta argumentos que privilegiam a relevância arquitetônica da sede social. Sobretudo, a ênfase do parecer centra-se em um dos arquitetos responsáveis pelo projeto da sede, o paulista Paulo Mendes da Rocha. Dessa maneira, a definição de patrimônio cultural nas entrelinhas do parecer alinha-se com o Decreto-lei nº 25, de 1937, e não com a definição da Constituição de 1988. O parecer técnico nº4, referente ao processo de tombamento número 1846-T-18, do Jockey Clube de Goiás, foi assinado por Andrey Rosenthal Schlee<sup>36</sup>, que inicia o texto elogiando a competência da elaboração do pedido pelo arquiteto Lucas Jordano de Melo Barbosa. Em seguida, o parecer técnico teceria críticas similares sobre o documento.

Em resposta ao primeiro argumento, “quando analisada a totalidade da obra do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, a Sede do Jockey Club [SIC] de Goiás não faz parte dos edifícios fundamentais ou “paradigmáticos”, como estamos chamando, o que justificaria uma proteção nacional” (SCHLEE, 2019, p. 9 e 10). Além disso, o parecer técnico de Schlee reforça que mesmo os bens significativos da obra do arquiteto – como o Ginásio de Esportes do Clube Paulistano, o Pavilhão de Osaka e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – não haviam sido tombados pelo Iphan até aquele momento.

Com relação ao segundo argumento, reconhecimento internacional, o parecer lembra “que o IPHAN não trabalha com tal critério para o acautelamento de bens patrimoniais” (SCHLEE, 2019, p. 10). Relembrando a ênfase do Decreto-Lei nº 25, de 1937, a importância para o Brasil para justificar um tombamento federal, pontua que isso implicaria “na identificação de valores atribuídos ao bem que justifiquem o tombamento federal. Não sendo o “reconhecimento internacional” um valor a considerar” (SCHLEE, 2019, p. 10). O terceiro argumento não recebeu uma resposta direta, provavelmente porque também enfatiza a relevância internacional do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Por fim, sobre o quarto argumento, o Iphan afirma que o Jockey Clube possui um valor “absolutamente local”:

Já o quarto e último “argumento” – **A solução ecológica do projeto arquitetônico** – deixa claro o valor atribuído ao bem por parte da comunidade que deseja o seu tombamento. O Parecer para solicitação de tombamento do Edifício Sede do Jockey Club [SIC] de Goiás detalha, nas páginas 17 a 20, a importância da edificação no

---

<sup>36</sup> Em 2018, na condição de diretor nacional do Iphan, Andrey Rosenthal Schlee foi entrevistado pelo *O Popular*, que o questionou sobre o processo de tombamento do Jockey Clube de Goiás. Cof. Tópico 3.2 *Para sempre na memória: A representação do O Popular*.

contexto local: da proposta urbanística de Atílio Corrêa Lima, passando pela definição da Quadra F44 no setor Sul da cidade; a existência do córrego Buritis e a implantação do Jôquei Club [SIC]; o desenvolvimento do projeto dos arquitetos Paulo Mendes da Rocha e João Eduardo de Gennaro em 1962 e, finalmente, a respeitosa forma de implantação do edifício, concluindo que: “Visto que o edifício do Jôquei Club considera e responde adequadamente à relação com os meios naturais, sua solução deveria ser preservada, não apenas pela correta acomodação a uma demanda local específica, mas também por seu potencial de reverberação na gestão dos espaços urbanos brasileiros”. Portanto, mesmo que defendendo uma “reverberação” nacional, **trata-se de valor absolutamente local.** (SCHLEE, 2019, p. 10). (grifo meu).

Além disso, o parecer técnico de Schlee (2019) também chama atenção para o tombamento casuístico. Ou seja, o pedido de tombamento de um lugar para evitar a construção de outro. No caso em questão, a demolição do clube para a construção de um “Templo de Salomão”. Assim, o parecer defende que o Iphan deve evitar esse tipo de tombamento, definindo-o como “aquele que se faz não em função precípua do bem a proteger, mas sim como consequência de empreendimento que se deseja impedir” (SCHLEE, 2019, p. 11). Também pontua que já seriam vários casos recentes de solicitação de aplicação do Decreto-Lei nº 25, de 1937, com a finalidade de garantir uma “censura estética”.

Se o que se deseja é impedir a construção de torres em altura que prosperam em nossas cidades, deve-se discutir e questionar a política urbana municipal e não solicitar o tombamento de lote abandonado, defendendo o “valor do vazio” (seja lá o que isso significa...). Se o que se deseja é uma “censura estética” frente ao gosto, dito duvidoso, de novas construções, deve-se lutar pela melhoria da qualidade dos novos projetos e não argumentar pela simples – e romântica – manutenção do imóvel pré-existente. A preservação do Patrimônio Cultural deve ser baseada no reconhecimento dos valores atribuídos pelos grupos sociais a determinados bens. Ao IPHAN cabe, explicitar tais valores e sua significação cultural, tendo como referência o quadro amplo do que chamamos de “patrimônio nacional”. Desde 1937, o Decreto-Lei nº 25 tem permitido a proteção de milhares de bens móveis e imóveis vinculados a fatos “memoráveis”, possuidores de “excepcional” valor ou possuidores de feição “notável”. (SCHLEE, 2019, p. 11).

O parecer técnico de Schlee (2019) também cita, em crítica ao uso da definição de 1937, a definição “atualizada” de patrimônio cultural da Constituição de 1988, que enfatiza referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. Portanto, concluí pelo indeferimento ao pedido de tombamento do Jôquei Clube de Goiás. “As características do bem e os valores a ele atribuídos ao longo da instrução do Processo revelam que cabe, conforme vontade constitucional, ao município de Goiânia ou, talvez, ao Estado Goiás, um estudo sobre a possibilidade de seu acautelamento” (SCHLEE, 2019, p. 12).

Primeiramente, as críticas do parecer técnico de Schlee (2019) ao pedido de tombamento do Jôquei Clube se aplicariam também ao movimento para salvá-lo? Seria justo acusar os insatisfeitos com a demolição do clube de objetivarem uma “censura estética”? A petição para

o tombamento do Jóquei Clube de Goiás reúne mais de mil assinaturas, ainda recebendo novas assinaturas em 2022. Será que todas essas pessoas se incomodaram apenas com a construção da igreja? Assim sendo, por que a petição recebeu novas assinaturas mesmo depois que a Igreja Universal desistiu da compra do terreno? Por que a página do *Facebook* do movimento #SalveJóquei ainda tem 921 curtidas? Ou então o que motivou os membros a entregarem um documento para o prefeito Íris Rezende no ano seguinte, apresentando o "Movimento Salve Jóquei, na luta pela preservação de um importante patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e social goianiense: o Jóquei Clube de Goiás" (MOVIMENTO SALVE JÓQUEI, [2018])?

Por fim, o que diferencia um bem cultural de valor federal de um com valor “absolutamente local”? Ademais, o pedido de tombamento do clube não se encaixou na definição da Constituição de 1988 justamente por ignorar a relação do Jóquei Clube de Goiás com a identidade, a história e a memória goianiense. Como veremos adiante, os jornais analisados apresentam outra interpretação do Jóquei Clube de Goiás e, principalmente, outra noção de patrimônio cultural. Porém, antes de analisar a representação jornalística contemporânea, é importante olhar para um aspecto ignorado pelo parecer: o lugar do Jóquei Clube de Goiás na história e na memória da capital de Goiás.

## CAPÍTULO 2

### O JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS E AS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE GOIÂNIA

O lançamento da pedra fundamental do Jóquei Clube de Goiás ocorreu antes do Batismo Cultural de Goiânia, em 1942, havendo realizações de eventos no clube também antes da inauguração da cidade. Dessa maneira, a história do clube se entrelaça com a história da cidade. Nesse período de quase um século, tanto Goiânia quanto o clube passaram por alterações significativas. Portanto, este capítulo analisa as mudanças nas práticas sociais da cidade ao longo do século XX e início dos anos 2000, e como essas mudanças afetaram a relação da cidade com o seu patrimônio cultural e com o Jóquei Clube de Goiás.

Conforme Gomide (2003), a ideia de transferir a capital de Goiás surgiu no governo do interventor Pedro Ludovico Teixeira<sup>37</sup>, que ascendeu ao poder na década de 1930, nomeado por Getúlio Vargas. Porém, em outras épocas, diferentes líderes políticos e governantes já haviam considerado essa possibilidade, como em 1754, quando o governador Conde dos Arcos cogitou mudar a capital de Goiás para o Arraial de Meia Ponte (atual Pirenópolis). “Transferir a capital foi sobretudo um ato de disputa política. Por isso, Pedro Ludovico começou a discutir os problemas da cidade de Goiás, pois assim teria motivos para promover a transferência da capital” (GOMIDE, 2003, p. 36). Além disso, o interventor também defendia que uma “nova e moderna” capital serviria de exemplo para as outras cidades goianas.

A proposta de construção da nova capital “baseava-se na formulação de um espaço urbano que representasse o Estado de Goiás em seu tempo. Em outras palavras, construir uma

---

<sup>37</sup> “Pedro Ludovico Teixeira nasceu em 23 de outubro de 1891 na cidade de Goiás, que no período era a Capital do Estado. [...] Rio Verde, no sudoeste goiano, aonde chega em 1917. No ano seguinte casou-se com Gercina Borges Teixeira, filha do coronel Antônio Martins Borges, que se opunha a situação política goiana, que era comandada pela família Caiado. [...] Em Rio Verde Pedro Ludovico entrou em contato com a política por meio do Jornal “O Sertão”, do qual foi redator, onde combatia os políticos que detinham o poder na época. Foi preso duas vezes, antes de 1930, a mando, segundo seus biógrafos e ele próprio, da família Caiado, que controlava o Estado. Em 1930 viu fracassar a sua tentativa de integrar a Câmara Federal pelo Partido Republicano, embora fosse o mais votado entre os candidatos da oposição. Em outubro, com o movimento propiciado pela Revolução de 1930, que levaria Getúlio Vargas ao poder, Pedro Ludovico foi a Minas Gerais arremeter homens para invadir o território goiano. Depois de três combates, com os seus cento e dez comandados que aos poucos foram se dispersando, rendeu-se, ficando preso por quinze dias na cadeia de Rio Verde, até ser conduzido à Cidade de Goiás, por determinação do Senador Totó Caiado. Era 24 de outubro de 1930 quando iniciou o trajeto de quase 300 quilômetros de Rio Verde à Capital goiana. Pouco antes de chegar a sua terra natal foi surpreendido com a notícia da vitória da Revolução e que a família Caiado abandonou a cidade se refugiando nos arredores. [...] E de preso, Pedro Ludovico passou, então, a líder do movimento revolucionário em Goiás, angariando, com isso, boa parte do seu capital político que o manteria inicialmente no poder. [...] Em 21 de novembro do mesmo ano, entretanto, foi nomeado Interventor Federal em Goiás” (SOUZA, 2015, p. 19 a 21).

nova capital era mostrar que ele de fato estava fazendo algo novo e moderno” (GOMIDE, 2003, p. 37). Nesse período, havia disputas políticas entre o grupo político que estivera no poder antes do Movimento de 1930, ligado à família Caiado, e o grupo que agora assumia ao poder, liderado por Pedro Ludovico Teixeira. “Idéias políticas que emergiram a partir da Revolução de 1930 pregaram o progresso e a instituição da modernidade. No caso de Goiás, a modernidade poderia trazer mais dinamismo econômico e estimular o crescimento populacional” (GOMIDE, 2003, p. 37). Assim, a transferência da capital seria o primeiro passo para o desenvolvimento de Goiás e, para isso, seria necessária uma capital que trouxesse esses valores da modernidade. Entretanto, para que Goiânia fosse vista como moderna e promissora, a Cidade de Goiás foi vinculada ao “velho” e ao “atrasado”.

“Em meio aos conflitos político-partidários, Goiânia vai se erguendo como símbolo da modernidade, ao passo que a cidade de Goiás vivia a nostalgia de seus dias de capital” (GOMIDE, 2003, p. 39). Dessa forma, a Cidade de Goiás foi reduzida a sua falta de infraestrutura e saneamento, as suas baixas taxas de crescimento, assim não possuiria condições adequadas para ser a sede administrativa do estado em uma época em que o progresso e a modernidade eram as metas do governo. Esses discursos que opunham as duas capitais goianas intensificaram as disputas entre mudancistas e antimudancistas.

[...] o grupo político que conseguiu ascensão após o movimento de 1930 apoiou a transferência da capital, sobretudo para tentar implementar novas formas de poder no Estado de Goiás. Assim, a construção de Goiânia recebeu o apoio não somente dos políticos progressistas locais, mas da política brasileira daquele momento, que defendia a exploração das riquezas nacionais. (GOMIDE, 2003, p. 41).

Acreditava-se então que essa nova capital poderia estimular as economias local e nacional. Ainda segundo Gomide (2003), Goiânia foi idealizada em 1932, iniciada em 1933, transferida provisoriamente em 1935 e em definitivo em 1937, com o Batismo Cultural em 1942. Inicialmente a cidade foi pensada para 50 mil habitantes, o que pode ter contribuído para o problema do crescimento desenfreado, como veremos adiante. Goiânia nascia “moderna”, pois “grande parte das pessoas achava que a cidade de Goiás era atrasada e sem condições de ser capital do Estado. Sua história, como cidade moderna, iniciava-se com a idéia de um projeto mudancista e “revolucionário”, que visava minar as forças políticas locais” (GOMIDE, 2003, p. 44 e 45). Assim, a Cidade de Goiás teve que ser vista como representante do passado para que Goiânia fosse reconhecida como moderna.

Segundo Souza (2015), é impossível dissociar Pedro Ludovico Teixeira da cidade idealizada por ele. “É quase onipresente, uma vez que, por todos os lados que se vire, se deparar-

se-á com Pedro Ludovico. Ao sair da praça, seu nome é evocado em museu, escolas, colégios, ruas, avenidas, bairro e mercado” (SOUZA, 2015, p. 17). Um exemplo disso é a Praça Cívica, cujo nome real é Praça Pedro Ludovico Teixeira. Souza (2015) defende que ocorreu um processo de construção mítica da figura de Pedro Ludovico, que se tornara um mito, consagrado pela memória coletiva e pela história, sendo perpetuado pelas ruas, pelos monumentos e no museu onde antes fora a sua casa em Goiânia. “Como a construção de Goiânia se mostrou acertada, Pedro Ludovico colheu durante toda a sua vida política os louros por tal iniciativa. Dessa forma, a história de Goiás pode ser dividida em antes e depois da transferência da Capital” (SOUZA, 2015, p. 241).

Para Souza (2015), essa construção mítica de Pedro Ludovico também estaria presente nos testemunhos dos moradores pioneiros de Goiânia, que tenderiam a inserir o político nas suas memórias. Embora seja possível que isso também ocorreria em algum nível com as menções a Pedro Ludovico Teixeira nos testemunhos sobre o Jockey Clube de Goiás, os quais veremos adiante neste capítulo, este trabalho parte do pressuposto de que havia, de fato, uma relação entre Pedro Ludovico Teixeira e esse clube social. Por exemplo, o depoimento do morador pioneiro Acary de Passos Oliveira apontava que Pedro Ludovico doara a área para a construção do Jockey Clube de Goiás:

Para possibilitar as reuniões em família, foi fundado o Automóvel Clube, atual Jockey Clube. Dr. Pedro doou a área, dr. Carlos de Freitas, que era o primeiro presidente, tinha uma cerâmica e ele trazia o material de construção, dirigindo ele mesmo o caminhão, e eu, deputado Oscar Campos, Irani Ferreira, engenheiro Oscar Niedemayer e outros, descarregávamos o caminhão, e assim fizemos o automóvel clube. Quando havia festas as nossas esposas é que iam para cozinha. (TELES, 1986, p. 14).

Com base no depoimento de outro morador pioneiro, Paulo Fleury da Silva e Sousa, que participou da construção do Automóvel Clube, atual Jockey Clube de Goiás, Pedro Ludovico teria acompanhado de perto a construção do clube. “Pedro Ludovico olhava a construção de Goiânia sob todos os aspectos, haja vista o seu entusiasmo na construção do Automóvel Clube, [...] Jockey Clube de Goiás” (TELES, 1986, p. 116). O jornalista Hélio Rocha, no seu livro *Sete décadas de Goiânia*, sustenta que Pedro Ludovico teria sido o primeiro presidente de honra da diretoria do Jockey Clube. Além disso, que teria pedido donativos para a criação desse clube social para o então ministro da Fazenda.

Por que razão o Automóvel Clube tornou-se Jockey Clube? A explicação exige um recuo até a origem do clube. Os estatutos haviam sido aprovados no dia 29 de agosto de 1935, antes, pois, da mudança definitiva da capital, pelos primeiros associados

(cada ação custou o valor de um conto de réis), cujo procurador legal era Licardino de Oliveira Ney. Os sócios-pioneiros do Automóvel Clube outorgaram a Pedro Ludovico a condição de presidente de honra da primeira diretoria. Numa viagem ao Rio, na qual foi recebido pelo ministro da Fazenda, o gaúcho Oswaldo Aranha, Ludovico pediu também uma ajuda para o clube, mas quanto a isto não teve resposta imediata. Algumas semanas depois, o ministro lhe comunica que o governo federal poderia ajudar, sim, mas desde que o clube investisse em hipismo, pois havia verba disponível para apoiar projetos de criação de cavalos de raça e de corrida. Mudou-se a denominação e, como Jóquei Clube, a ajuda federal foi viabilizada. No governo Coimbra Bueno (1947-1950), o clube recebeu do Estado duas doações: a antiga piscina de sua primeira sede social, na Avenida Anhanguera, e o terreno do Hipódromo da Lagoinha. (ROCHA, 2003, p. 80).

Assim, o Jóquei Clube de Goiás tinha uma ligação com o grupo político de Pedro Ludovico Teixeira. Além disso, também recebera doações, em dinheiro e terras, dos governos nacional e estadual. Desse último, receberia doações também em outros períodos, como analisamos mais adiante neste capítulo. O primeiro clube social da nova capital fora também o mais popular durante décadas, mas depois passaria por uma crise financeira que levaria ao “abandono”. Esta pesquisa parte da hipótese de que essa crise estaria relacionada às mudanças pelas quais Goiânia passou ao longo do século XX e início de 2000, inclusive nas suas práticas sociais. Contudo, o que seriam essas “práticas sociais”?

De acordo com Chartier (2002), as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos sociais que as forjaram. Essas percepções não seriam discursos neutros, pois produziriam estratégias e práticas que imporiam autoridades, legitimariam projetos e justificariam para os indivíduos as suas escolhas e as suas condutas. Essas práticas seriam sociais, escolares, políticas e discursivas. Para o autor, as estruturas do mundo social seriam historicamente produzidas por essas práticas articuladas.

Justamente por isso, constituiriam o objeto da história cultural. As práticas discursivas, em particular, seriam “produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação” (CHARTIER, 2002, p. 27 e 28). Embora não defina diretamente o conceito de práticas, a visão do autor se aproxima da teoria da prática de Bourdieu (2002).

Nessa teoria, Bourdieu (2002) defende que as estruturas constituem um tipo de meio ambiente socialmente estruturado. Esse meio produziria *habitus*, ou seja, sistemas de disposições duradouras que estruturariam as práticas e as representações. Essas “podem ser objectivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada serem o produto da obediência a regras, objectivamente adaptadas ao seu fim sem suporem a mira consciente dos fins” (BOURDIEU, 2002, p. 163).

Os *habitus* tenderiam a reproduzir as estruturas objetivas justamente porque seriam essas estruturas, enquanto a prática forneceria apenas uma "liberdade condicional": haveria livre arbítrio dentro dessas estruturas já estabelecidas. Já com disposições duradouras, Bourdieu se refere ao “resultado de uma ação organizadora” com o sentido próximo ao “de estrutura; designa, por outro lado, uma *maneira de ser*, um estado habitual (em especial do corpo) e, em particular, uma *predisposição*, uma *tendência*, uma *propensão* ou uma *inclinação*” (BOURDIEU, 2002, p. 163).

Essas regularidades determinariam quais seriam os comportamentos “razoáveis” e quais seriam “não razoáveis” ou “loucuras”. Entraria nessa questão os ditados, os preceitos éticos (como achar que alguma coisa não é adequada para determinado grupo), os lugares-comuns, até mesmo os princípios inconscientes. Essas práticas resultariam também no conflito intergeracional, pois os *habitus* foram produzidos de acordo com modos de geração e de existência diferentes, gerando experiências que são naturais para uns e escandalosas para os outros. Ou seja, acontecem mudanças nas práticas sociais de uma geração para outra.

as práticas [...] são as estruturas características de um tipo determinado de condições de existência, que, através da necessidade económica e social que fazem pesar sobre o universo relativamente autónomo das relações familiares, ou melhor, *através* das manifestações propriamente familiares dessa necessidade externa (e.g. interditos, preocupações, lições de moral, conflitos, gostos, etc.), produzem as estruturas do *habitus*, as quais estão por sua vez no princípio da percepção e da apreciação de toda a experiência ulterior. Assim, em razão do efeito de *hysteresis* que se encontra necessariamente implicado na lógica da constituição dos *habitus*, as práticas expõem-se sempre a receber sanções negativas e, portanto, um "reforço secundário negativo", quando o meio ambiente com que realmente se confrontam é demasiado afastado daquele ao qual se encontram objectivamente ajustadas. (BOURDIEU, 2002, p. 166).

Assim, para Bourdieu (2002), há um processo de interiorização nos esquemas coletivos e de integração no grupo. A harmonização dos *habitus* do grupo ou da classe social seria o que faria as práticas dos indivíduos se assemelharem mesmo na ausência de interações diretas entre eles. Dessa maneira, dentro de grupos sociais e de classes sociais específicas, haveria influências mútuas e lideranças em comum, fazendo com que ao seguirem as “próprias leis”, essas pessoas acabariam concordando – ou se assemelhando – com as outras pessoas do mesmo grupo, sociedade ou classe.

o *habitus* não é outra coisa a não ser essa lei imanente, *lex insita*, deposta em cada agente pela primeira educação, que é a condição não só da concertação das práticas, mas também das práticas de concertação, uma vez que as emendas e os ajustamentos conscientemente operados pelos próprios agentes supõem o domínio de um código comum e que os empreendimentos de mobilização colectiva não podem ter êxito sem um mínimo de concordância entre o *habitus* dos agentes mobilizadores (e.g. profeta,

chefe de partido, etc.) e as disposições daqueles cujas aspirações eles se esforçam por exprimir. (BOURDIEU, 2002, p. 174).

Dessa forma, as práticas seriam o produto das disposições interiorizadas das mesmas estruturas objetivas. Portanto, essas práticas de um mesmo grupo ou de uma mesma classe recebem sentido objetivo, unitário e sistemático, transcendendo as intenções subjetivas e conscientes dos indivíduos ou dos coletivos que as adotaram. O *habitus* seria um sistema subjetivo com esquemas de percepção, de concepção e de ação comuns a todos os membros de um mesmo grupo ou de uma mesma classe.

Assim, essas práticas se estabelecem historicamente “entre os *habitus* dos membros de um mesmo grupo ou de uma mesma classe na medida em que são o produto da interiorização das mesmas estruturas fundamentais” (BOURDIEU, 2002, p. 183). Portanto, seja na história individual ou na história coletiva de um grupo ou de uma classe, percebe-se a presença das “*variantes estruturais* do *habitus* de grupo ou de classe, sistematicamente organizadas nas próprias divergências que as separam e em que se exprimem as diferenças entre as trajetórias e as posições no interior ou no exterior da classe” (BOURDIEU, 2002, p. 184).

Ainda segundo Bourdieu (2002), até mesmo o “estilo pessoal” não deixaria de pertencer a essa lógica das práticas, pois também seria regulado e codificado por referências ao estilo próprio de uma época ou de uma classe, remetendo ao estilo comum tanto pela conformidade como também pela diferença que faz a “maneira” comum de se comportar ou de se vestir. Por sua vez, Leite (2010) afirma que a noção de *habitus* delimita a forma do conteúdo das ações. Por causa disso, o autor prefere a visão de Michel de Certeau, que analisa a ação cotidiana a partir das feições conflitantes, como veremos no tópico a seguir.

“Trata-se de um jogo articulado de práticas de dois tipos: as *estratégias* e as *táticas*. Com esse par de conceitos, Certeau rompe com a definição de cotidiano como rotinização para dar lugar à ideia de cotidiano como *movimento*” (LEITE, 2010, p. 746). Então, Certeau enfatizaria os procedimentos variáveis da ação, por meio da lógica processual e da dinâmica das relações de poder da vida cotidiana e do espaço urbano. De fato, o espaço urbano não seguiria uma lógica pré-definida, sendo um espaço de conflitos e de tensões. Entretanto, observada a crítica, as noções de *habitus* e de práticas sociais de Bourdieu (2002) são importantes para compreender as mudanças que o espaço urbano de Goiânia e o Jóquei Clube de Goiás passaram desde as suas respectivas inaugurações.

## 2.1 O patrimônio cultural e o espaço urbano

Este tópico objetiva problematizar a relação entre o patrimônio cultural e o espaço urbano para compreender como essa relação se reflete no caso do Jóquei Clube de Goiás. Como dito anteriormente, a escolha de um patrimônio cultural produz um discurso sobre o passado de um determinado local. Assim, quando os jornais constroem o Jóquei Clube como um patrimônio cultural e um detentor da história e da memória de Goiânia, há também um discurso sendo produzido sobre a cidade.

Michel de Certeau (1998) analisa a cidade a partir das práticas organizadoras da cidade habitada. Para o autor, a cidade é composta por “uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra” (CERTEAU, 1998, 171). O autor pontua que há uma visão funcionalista no discurso urbanístico, que privilegiaria o progresso e o tempo, assim adquirindo características utópicas.

Esse discurso seria definido por uma tríplice operação: 1) a produção de um espaço próprio, ou seja, haveria uma organização racional que ignoraria as poluições físicas, mentais ou políticas da cidade; 2) o estabelecimento de um sistema sincrônico, objetivando substituir as resistências das tradições, com os critérios científicos se sobrepondo as táticas dos usuários; 3) a própria cidade se tornaria um sujeito universal e anônimo, pois a atribuem as funções e os predicados dos múltiplos indivíduos, grupos e associações que nela residem e governam. Por causa disso, para o autor, há uma rejeição daquilo que constituiria os “detritos” da administração funcionalista. Certeau (1998) cita como exemplo a morte, a doença, a anormalidade, etc. Essa visão funcionalista:

faz esquecer a condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não-pensado de uma tecnologia científica e política. Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade. (CERTEAU, 1998, p. 174).

Goiânia foi uma cidade planejada. Além disso, o conceito de “modernidade” relaciona-se com os discursos produzidos sobre a cidade ao longo do século XX.<sup>38</sup> Outra questão levantada por Certeau (1998) é como as experiências individuais influenciam na percepção de um determinado lugar. Principalmente se houver memórias de infância associadas a ele. Essas

---

<sup>38</sup> Conf. Tópico 2.1.2.

memórias, ainda segundo Certeau, criam no espaço urbano planejado uma cidade metafórica, "uma enorme cidade construída segundo todas as regras da arquitetura e de repente sacudida por uma força que desafia os cálculos" (CERTEAU, 1998, p. 191).

Argan (1998) também analisa a cidade como fruto de suas contradições. De acordo com o autor, a cidade não é apenas uma concentração de produtos artísticos, ela é em si mesma um produto artístico. A obra de arte, para o autor, seria a soma dos componentes que vão além de uma única pessoa ou de uma única época. Da mesma maneira, a "cidade real reflete as dificuldades do fazer a arte e as circunstâncias contraditórias do mundo em que se faz" (ARGAN, 1998, p. 74).

O autor também diferencia entre a cidade "real" e a cidade "ideal". A "cidade ideal" é uma idealização comum na história, que é usada como um ponto de referência para medir os problemas da cidade real. Ela é a cidade funcional, utópica e sem problemas, como descrita por Certeau (1998). Contudo, para Argan (1998), é a cidade real que pode "ser concebida como uma obra de arte que, no decorrer da sua existência, sofreu modificações, alterações, acréscimos, diminuições, deformações, às vezes verdadeiras crises destrutivas" (ARGAN, 1998, p. 73).

Há uma ideia implícita de qualidade em disputa com quantidade atrás do pensamento da cidade ideal. Nessa idealização, haveria um *valor de qualidade* imutável mesmo diante da mudança na quantidade, assim possibilitando uma proporcionalidade entre ambas. Entretanto, essa relação que é colocada como sendo proporcional no passado, teria se tornado antitética no presente e por isso estaria no centro da problemática urbanística ocidental. Isso implicaria, segundo o autor, numa não continuidade do desenvolvimento entre as cidades históricas e as cidades modernas – ou pré-industriais e pós-industriais. Essa ruptura no desenvolvimento seria justamente o que geraria o foco excessivo e artificial na historicidade intrínseca ao núcleo antigo da cidade. Isso resultaria nesse núcleo sendo automaticamente aceito como histórico, da mesma maneira que o moderno é justaposto como não histórico ou anti-histórico.

Essa contraposição entre cidade moderna e cidade antiga, em consequência dessa idealização, faz com que a moderna possa "continuar a mudar sem uma ordem providencial e que, portanto, exatamente a sua mudança contínua é representativa, de modo que o que resta do antigo é interpretado, sim, como pertencente à história, mas a um ciclo histórico já encerrado" (ARGAN, 1998, p. 75). Para o autor, não há uma "lógica da história" refletida na cidade, mas sim uma desordem de eventos que se refletiriam no espaço urbano, a qual foi herdada do passado. Argan (1998) defende que a imagem da cidade é mutável e eloquente, sendo constituída por toda a vivência da sociedade e dos indivíduos que a habitam.

Além disso, o autor afirma que na atualidade haveria uma recusa em se considerar apenas as formas expressivas das grandes instituições como núcleo representativo, ou seja, como patrimônio cultural. Não seria mais apenas por um critério puramente estético, que privilegiava ao monumental, como vimos estar presente no Decreto-Lei nº 25, de 1937. Atualmente, na atribuição de valor histórico e artístico às partes remanescentes dos tecidos urbanos antigos também haveria um juízo sobre a historicidade desses locais e objetos. Argan considera que os tecidos antigos não deveriam "ser conservados se tiverem perdido todas as suas funções e, cortados do dinamismo urbano, constituam uma espécie de *temenos* envolvido pela desordem e pelo barulho da cidade moderna" (ARGAN, 1998, p.78). O termo "centro histórico" ajuda a impedir a sua destruição pelo novo, mas esse conceito é para o autor teoricamente absurdo, pois se deseja:

conservar a cidade como instituição, não se pode admitir que ela conste de uma parte histórica com um valor qualitativo e de uma parte não-histórica, com caráter puramente quantitativo. Fique bem claro que o que tem e deve ter não apenas organização, mas substância histórica é a cidade em seu conjunto, antiga e moderna. [...] O próprio prestígio maior que o centro histórico tem tornou-se um motivo de atração, chama atividades administrativas antagônicas à sua estrutura e à sua história, favorece a diáspora, inclusive voluntária, da população que tradicionalmente nele mora mas que, evidentemente, ali não vive mais à vontade. (ARGAN, 1998, p.78 e 79)

Essa discussão sobre historicidade global também levanta o debate sobre o valor e a legitimidade histórica da sociedade contemporânea. Dessa maneira, para o autor, a "salvação" do centro histórico precisaria estar no âmbito de uma política urbanística, que deveria levar em consideração todos os problemas territoriais da cidade. O que não significa modernizá-la. Argan (1998) acredita que é possível compreender a estrutura histórica, valorizar a memória e a presença do passado na cidade, sem perder de vista a previsão-projeto de seu futuro.

O Jôquei Clube de Goiás localiza-se no Setor Central de Goiânia. O parecer para o tombamento do clube pontua que ele é obsoleto para a população do setor. Leite (2020) define o centro histórico como sendo as áreas urbanas que delimitam os núcleos originais (ou antigos) das cidades. Portanto, o centro de Goiânia encaixa-se dentro dessa definição. “Paradoxalmente, é justamente quando os centros históricos perdem sua importância funcional que passam a ter maior reconhecimento patrimonial, em decorrência de sua transformação em relíquia do passado” (LEITE, 2020, p. 51).

Do ponto de vista econômico, o título de patrimônio para um centro histórico contribui para a captação de recursos e para a reativação de economias locais. Contudo, também pode tornar essas regiões em zonas extensivas de negócios. Portanto, de acordo com Leite (2020),

esse interesse pelos centros históricos auxilia na recuperação de edificações e de equipamentos urbanos degradados, mas também pode alterar de forma drástica o uso desses locais – ou objetos – pelos usuários. Uma consequência disso, citada por vários autores, como Leite (2020), Smith (2006) e o próprio Argan (1998), é a elitização desses espaços urbanos patrimonializados.

Essa é uma preocupação também para Paes-Luchiari (2005), para quem os centros urbanos “são heranças que carregam a multiplicidade da história, com seus fluxos e refluxos, na produção do espaço” (PAES-LUCHIARI, 2005, p. 1). A autora afirma que esses centros históricos se transformaram em um fetiche do olhar, principalmente do olhar do turista sobre os artefatos culturais, que são tratados como objetos “exóticos” de consumo. Assim, muitas vezes os processos de renovação urbana dos centros históricos acabariam servindo aos interesses do mercado. Segundo a autora, esses projetos são feitos a partir de uma parceria do Estado com o setor privado e com a sociedade.

Estes projetos reinventam a memória local, resgatam o capital simbólico e cultural como espetáculo, e padronizam as formas edificadas, adequando-as ao gosto da fruição visual, e tornando-as atrativas para a mercantilização do lugar que, no processo de acumulação flexível, é transformado em mercadoria turística. [...] problema é dar demasiada importância à dimensão estética das formas, e atribuir-lhes um valor econômico em detrimento do seu valor cultural original, destituindo destas paisagens o que as transforma em lugar: as habitações, os usos diversificados das práticas sociais cotidianas, o sentimento de pertencimento das populações locais. (PAES-LUCHIARI, 2005, p. 9 e 10).

Assim, para Paes-Luchiari (2005), a discussão sobre o consumo dos bens culturais centra-se em torno do valor simbólico (ou valor de uso) e do valor econômico (ou de troca). Entretanto, a valorização turística dos patrimônios históricos e culturais também possibilita a implementação de estratégias de preservação desses centros. Na contramão da autora, Monnet (1996) tem uma interpretação negativa da patrimonialização desses lugares. Apesar disso, o autor traz importantes reflexões sobre o patrimônio cultural e o espaço urbano.

Em primeiro lugar, Monnet (1996) pontua que a proteção do patrimônio é usada frequentemente como um alibi para a despolitização das políticas urbanas, contribuindo para desmobilizar a população diante das escolhas das autoridades. Para o autor, a preservação fabrica um passado ideal. O patrimônio encarna a ilusão da busca da idade de ouro urbana, que corresponderia, falsamente, à época feliz em que se respeitava a natureza, não sacrificava-se a tradição no altar da modernidade, “as edificações eram feitas para durar, o espaço público favorecia a vida social, as classes eram harmoniosamente misturadas. Enfim, um tempo em que a cidade estava em “escala humana”.” (MONNET, 1996, p. 220). Nesse ponto, a sua perspectiva assemelha-se a de Argan (1998).

Segundo Monnet (1996), o discurso dominante sobre a cidade tem uma visão catastrófica, tanto o científico como o midiático. Esse lirismo é usado para descrever as dificuldades urbanas do mundo contemporâneo. O autor questiona se é pertinente falar em “crise” das cidades. Isso porque essa expressão denotaria num paroxismo, estado excepcional, no momento em que se atingiria o máximo de intensidade dos fenômenos particulares, problemas e dificuldades da cidade. Portanto, descrever uma cidade como estando em “crise” teria uma implícita comparação com o passado, com um tempo anterior a essa crise. Embora a palavra “crise” não esteja presente nos discursos em torno do Jóquei Clube de Goiás, como veremos adiante, há uma forte presença da retórica da perda nas representações dos jornais.

Conforme Gonçalves (1996), os discursos sobre o patrimônio no Brasil tendem a focar no risco da perda. Esse discurso coloca a necessidade de uma salvaguarda estatal sob os patrimônios culturais para protegê-los da destruição. A 16ª Sessão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo pertencente ao Conselho Consultivo do Iphan discutiu sobre a possibilidade do tombamento do Jóquei Clube. Nessa ocasião, a Câmara deliberou que o poder público de Goiânia deveria ser convocado a participar da preservação, reocupação e recuperação da sede social do clube:

A Câmara recomenda a abertura do processo de tombamento e se colocou à disposição para contribuições. “Além disso, recomenda-se que o município seja provocado a participar de soluções para preservação, reocupação e recuperação. Recomenda-se, ainda que o CAU entre com pedido de reconhecimento nas esferas municipais e estaduais, considerando as atribuições de cada um desses entes neste caso (SCHLEE, 2019, p. 3).

Além disso, o patrimônio cultural é construído como uma forma de se alcançar uma identidade cultural brasileira. Em uma obra mais recente, Gonçalves (2012) trouxe uma nova perspectiva. A retórica da perda continua presente nos discursos sobre o patrimônio cultural. Como demonstra o trecho acima, havia uma forte presença da retórica da perda dentro do discurso para salvar o clube. Contudo, de acordo com o autor, discursos centrados em grupos específicos e reivindicações populares substituíram os discursos sobre a identidade nacional e a busca pela redenção. O movimento social para salvar o Jóquei Clube partiu de um grupo específico, que considerava a demolição do clube como também uma perda para a memória e a história de Goiânia.

Similarmente, Candau (2018) critica o que denomina de “febre patrimonial” e como o patrimônio participaria de um fenômeno de fragmentação das memórias, “que, como as identidades que fundam, tornam-se cada vez mais parceladas, particulares e particularistas”

(CANDAU, 2018, p. 159). Essa febre patrimonial, para o autor, demonstraria uma incapacidade de viver no tempo presente, respondendo a uma demanda social originada de um mal-estar em relação ao presenteísmo atual.

Esse seria um modo de pensar retromaníaco (em que o passado seria venerado por aqueles que têm laços menos firmes com as suas origens) e que “se dedica a encontrar ou fabricar tudo o que pode ter função de traços, relíquias, vestígios ou de arquivos, ou seja, tudo o que permite a um grupo narrar-se a si próprio” (CANDAU, 2018, p. 159). Goiânia, afinal, ainda é uma capital relativamente nova para os padrões brasileiros. Como Candau (2018), Monnet (1996) também é crítico do “passadismo”.

o perigo em considerar que "antes" o espaço urbano era mais equilibrado, a sociedade menos fragmentada, a economia melhor organizada, a ação política mais eficaz, é grande. Essa tentação de se referir a um estado anterior, mais satisfatório na maior parte das vezes, não ajuda os atores envolvidos a imaginar soluções inovadoras e apropriadas para as condições do momento. (MONNET, 1996, p. 221 e 222).

A proteção do patrimônio, para Monnet (1996), é uma das utopias fundadoras da ação urbanística contemporânea. Isso porque essa representação idealizada do passado urbano excluiria as violências. O autor cita como exemplo a “violência arquitetônica”, que só é denunciada quando um imóvel novo não se integra ao tecido antigo da cidade. Essa idealização esconde a violência do passado da história urbana. Assim, “as segregações sociais, as opressões econômicas, as tiranias, a insalubridade ou a marginalização das mulheres, tudo isso se funde e desaparece em um continuum que reintegra o vernacular e o monumental, o povo e as elites, a tradição e o progresso” (MONNET, 1996, p. 222).

O Jóquei Clube de Goiás era um clube da elite goianiense. De acordo com Oliveira (1999), era proibida a entrada dos moradores de Campinas dentro do clube social nos seus primeiros anos. Não seria essa uma forma de violência simbólica<sup>39</sup>? Além disso, as alterações no projeto de Paulo Mendes da Rocha possivelmente tinham um cunho elitista. Elas visariam impedir que o clube passasse pelo processo de popularização que atingia o Setor Central na década de 1980. Esse foi o caso da criação do estacionamento privado, que substituiu a passagem que ligava às quadras do clube à Avenida Anhanguera e à Rua 3. O conjunto de intervenções mudou a relação que o Jóquei Clube de Goiás “possuía com o espaço urbano – a entrada do edifício era praticamente uma extensão da calçada – foi perdida, sinalizando a

---

<sup>39</sup> Bourdieu (2002) define violência simbólica como uma violência que ocorre no campo simbólico, sem a necessidade de violência física ou corporal. Por exemplo, quando a televisão dá espaço para alguém esbravejar insultos contra uma minoria social.

dissociação que ocorreria, a partir dos anos 1990, entre o edifício e seu entorno” (BOAVENTURA et al, 2016, p. 150).

Retomando Monnet (1996), o patrimônio também serviria para a defesa da identidade a serviço do poder. O autor usa como exemplo disso que o patrimônio não ser respeitado é considerado um indicador de uma sociedade que perdeu as suas referências, sendo um fator de perda de identidade de uma cidade. Ele pontua que há um paradoxo, pois a luta pela defesa se apresentaria como uma luta contra a adaptação destrutiva da mundialização, ideológica e econômica. Contudo, isso seria contraditório, pois “o que há de mais universal do que a ideologia do patrimônio? Do mesmo modo que as técnicas de restauração, os discursos que legitimam a conservação são, em todos os lugares, os mesmos e isso produz, em locais muito variados, resultados similares” (MONNET, 1996, p. 222).

Assim, o autor considera irônico que há também uma globalização no turismo em torno do patrimônio, embora muitos discursos – e políticas de preservação – legitimam a intervenção sob o espaço urbano justamente na necessidade de se preservar o que está ameaçado pela globalização. Assim, para ele, a proteção do patrimônio não seria uma salvaguarda de objetos-testemunhos, que para ele já perderam seu passado e nada mais são do que a imagem que o presente projetaria no passado. Dessa maneira, a preservação seria um ato moderno, fabricante da história e da memória, invocando “incessantemente” a lembrança. Daí a necessidade de saber quem controla esses processos dentro da cidade, como também defendeu Fonseca (2003).

A atenção de Monnet (1996) volta-se para como a ideologia burguesa, a alienação de classe e a interiorização dos modelos culturais de dominação se traduzem em atos e palavras. Ou seja, os discursos dos que decidem e são mediadores sociais eleitos: tecnocratas, universitários, arquitetos, jornalistas, etc. Essas pessoas são aquelas que elaboram o "complexo imaginário" partilhado por muitos. É em função desse imaginário que estruturam-se as intervenções no espaço urbano.

A política do patrimônio aparece, então, como um elemento do modernismo funcionalista, pois ela participa de um zoneamento funcional dos espaços, atribuindo-se a alguns bairros as funções "patrimoniais". Assim, as políticas do patrimônio transformaram-se em peças essenciais das estratégias de imagens das cidades. Essas estratégias são para uso interno (legitimação das autoridades pela mobilização em torno de valores consensuais) e externo (localização no mercado turístico ou nos mercados de emprego sensíveis à imagem: artistas, executivos, pesquisadores etc.). Isso faz das políticas do patrimônio verdadeiras ações urbanísticas. (MONNET, 1996, p. 226)

Essas estratégias de marketing urbano fazem intervenções em espaços essenciais da cidade, principalmente nos centros. Por exemplo, interferem na estética urbana, nas dimensões

econômica e social, assim como nos aspectos funcionais da cidade (como o controle da circulação). Portanto, “as políticas de proteção do patrimônio urbano são verdadeiros instrumentos de gestão das cidades” (MONNET, 1996, p. 226). Essas medidas ocultariam esse objetivo urbanístico por meio do discurso da salvaguarda do patrimônio cultural. Dessa maneira, sob um consenso, essas políticas patrimoniais podem esconder um projeto urbano conformado a interesses particulares.

Portanto, seriam utilizadas para legitimar uma intervenção no espaço público, além de servirem como um instrumento que traga adesão social a um projeto. Um dos motivos do Iphan para pedir o arquivamento do pedido de tombamento do Jôquei Clube de Goiás foi que o órgão não pretendia ser utilizado como uma ferramenta nas disputas urbanísticas locais. Especialmente por envolver a construção de uma Igreja Universal no local do clube. Então, a crítica de Monnet (1996) é pertinente para o caso desse clube social goianiense.

Similarmente, Araújo (2008) também se opõe a essa “museificação estética mercantil” do patrimônio, que serviria mais a indústria do turismo do que seria realmente uma consagração das tradições populares locais. Porém, analisando o caso específico da cidade de Goiânia e a reabilitação do centro, assim com os discursos de diferentes gestores, a autora afirma que predomina uma intenção de melhorar a cidade para seus habitantes:

Em Goiânia, a utilização da paisagem histórica para o consumo ainda não está delineada. Houve, por ocasião do tombamento do Centro Histórico, ações de reabilitação com vistas à melhoria das condições de vida nessa região e adjacências. Esse fato sugere uma referência à conexão global/local, mas não podemos afirmar que a intenção primeira seja a de transformá-la em cidade global, considerando mais pertinente dizermos que se trata de destacá-la no contexto nacional. Essa afirmação é alicerçada na evidente relação de proximidade espacial, de datas de tombamento e conexão de efeitos entre o tombamento do Núcleo Pioneiro de Goiânia e a nomeação da Cidade de Goiás como Patrimônio Histórico da Humanidade. O poder de atração de um monumento de repercussão global, no caso a cidade de Goiás, certamente trará benefícios econômicos à cidade de Goiânia, local de passagem obrigatória para a cidade de Goiás. As ações de reabilitação empreendidas na cidade podem também traduzir a intenção de tornar o ambiente do Núcleo Pioneiro um local acolhedor para seus habitantes - até o presente momento, não há referência a financiadores internacionais envolvidos nesse processo, visto o interesse manifesto por parcerias com a iniciativa privada para viabilizar as ações pretendidas. (ARAÚJO, 2008, p. 87 e 88).

Embora este trabalho distancie-se da visão de Monnet (1996) e aproxime-se da visão de Araújo (2008), as críticas do autor são pertinentes para este estudo. Afinal, como pontua Arantes (2006), as diversas tensões envolvidas na patrimonialização têm como consequência a crítica que basicamente todos os trabalhos precisam fazer sobre o patrimônio cultural. Ainda segundo Arantes (2006), os bens culturais estão situados em contextos espaço-temporais

específicos, pois localizam-se em determinado tempo-espaço, integram atividades de grupos sociais particulares, recebendo significados e sentidos que são constantemente construídos e transformados por essas estruturas sociais.

Desse modo, com a inserção do patrimônio na lógica do mercado, o seu valor se encontraria em um “divisor de águas” das escolhas políticas e das posturas éticas. Portanto, haveria duas alternativas: explorar as potencialidades do mercado patrimonial (seu valor de troca) ou a facilitação da sua apropriação pelos habitantes da cidade (seu valor de uso). Por mais que considere haver um prevaecimento da dimensão "capital imobiliário" e de uma estilização dos sentidos alegóricos (transformados em descartáveis) nas cidades reais, Arantes (2006) acredita em uma visão sustentável do patrimônio como saída:

O patrimônio serve também para desenvolver a cultura pública e por isso deve ser valorizado: o patrimônio urbano é bom para o desenvolvimento sustentável, para as festas, para a civilidade e também, porque não, para os negócios. O desafio que se apresenta ao sistema como um todo é encontrar o ponto de equilíbrio entre essas forças, ou seja, construir a sustentabilidade econômica e socioambiental da preservação. (ARANTES, 2006, p. 432)

Assim, em outras palavras, Arantes (2006) defende um planejamento urbano e regional a longo prazo, atrelado as políticas preservacionistas. Por fim, Castro e Tavares (2016) trazem uma interpretação do patrimônio cultural e do espaço urbano a partir de uma perspectiva geográfica. Os autores abordam teoricamente como a proteção do patrimônio cultural é analisada nos estudos geográficos.

O termo “patrimonialização” tem sido utilizado, nas análises geográficas, em referência às relações socioespaciais dos processos de eleição e classificação de elementos culturais dos lugares como patrimônio cultural. Essa noção e seus correspondentes práticos, portanto, possuem agentes sociais responsáveis por estratégias que definem o modo como esse processo ocorre. [...] a patrimonialização, enquanto processo socioespacial, tem contribuído significativamente para a produção social do espaço urbano, com conflitos entre interesses exógenos a essas áreas, e às dinâmicas sociais locais, resultando, diversas vezes, em políticas concebidas sem eficiência para atender aspirações ou solucionar problemas societárias e cidadinas. (CASTRO et al, 2016, p.118 e 119)

Assim, Castro e Tavares (2016) consideram a patrimonialização como uma tendência atual de construção do espaço urbano. Para os autores, as dimensões sociais são diretamente influenciadas pela configuração espacial da sociedade. Ou seja, as relações sociais, a cultura, a política, a economia e até mesmo o lazer são influenciados pelo espaço urbano. Essa seria uma relação recíproca: o espaço urbano também é influenciado pelas dimensões sociais. Dessa maneira, o espaço do patrimônio cultural vai além da materialidade, pois também é produzido

a partir das relações sociais entre “os diversos agentes envolvidos nos processos que transformam os espaços da cultura em espaços do patrimônio cultural” (CASTRO et al, 2016, p. 120). Portanto, os autores analisam o espaço socialmente produzido a partir da integração simultânea da materialidade do espaço físico com as práticas humanas realizadas naquele determinado local.

As cidades “tem sua história de adequação das práticas humanas considerando aspectos da materialidade dada, ao mesmo tempo em que, por consequência das reações entre os diversos agentes presentes nesse espaço, os objetos espaciais transformam-se, em forma e significado” (CASTRO et al, 2016, p. 121). Alguns espaços urbanos mantêm o seu contexto e as suas funções específicas, enquanto outros podem criar novas formas ao longo do tempo. Conforme Castro e Tavares (2016), a renovação do espaço urbano utiliza o discurso do espaço vazio (ou esteticamente indesejado), quando esses espaços possuem funções sociais que não são consideradas esteticamente adequadas (do ponto de vista estético/comercial). Um argumento similar foi utilizado pelo Iphan para arquivar o pedido de tombamento do Jóquei Clube. Contudo, a demanda pela patrimonialização partiu de um movimento social urbano.

Referindo-se aos agentes dos processos de patrimonialização, Canclini (1999) aponta o setor privado, o Estado, e os movimentos sociais como os tipos de agentes que interagem, contraditoriamente, no processo de patrimonialização, enquanto disputa econômica, política e simbólica. No entanto, este autor ressalta que é incorreto considerar que as classes populares apenas estão em posição de subordinação em relação aos grupos hegemônicos. [...] Desse modo, é incorreto reduzir a apropriação e utilização do espaço patrimonializado por agentes do mercado a uma deterioração (física e simbólica), já que muitas vezes são esses agentes quem financiam o “cuidado” com o patrimônio, as ações de preservação, reforma e conservação, visando a agregação de valores econômicos aos seus negócios. (CASTRO et al, 2016, p. 130 e 131)

Por mais que haja uma expectativa de lucro ou de melhorar a imagem da empresa por meio do marketing social, segundo Castro e Tavares (2016), ainda assim há iniciativas privadas que contribuem para a valorização e o cuidado com os aspectos materiais e imateriais dos espaços urbanos patrimonializados. Uma possibilidade apresentada para a “recuperação” do Jóquei Clube de Goiás seria transformá-lo em um Centro Cultural Banco do Brasil em Goiânia<sup>40</sup>. Essa possibilidade traria um novo uso para o espaço do clube social. O próximo

---

<sup>40</sup> O arquiteto Paulo Mendes da Rocha criticava abertamente a transformação de edifícios em centros culturais, tendo uma visão particularmente negativa sobre o Centro Cultural Banco do Brasil. “Veja mais um exemplo: o Centro Cultural Banco do Brasil. É uma estupidez que não tem tamanho! Tanto no Rio como em São Paulo, já que há Banco do Brasil! E está numa esquina exemplar como arquitetura de uma certa época, nada mais exemplar, para que o povo veja, que fosse sede do banco! Porque ele existe! Agora, constrange a cultura, convoca os artistas, os arquitetos, para transformar aquilo num centro cultural enquanto impossível... E tanto no Rio como aqui, é o pior teatro da cidade, o mais miserável auditoriozinho, o espaço mais impróprio para exposições! O banco com

tópico discutirá a relação do patrimônio cultural com o espaço urbano goianiense para, enfim, chegar no lugar do Jóquei Clube de Goiás dentro desse espaço.

### ***2.1.2 O patrimônio cultural e o espaço urbano goianiense***

Embora o patrimônio cultural goianiense, na ânsia pelo progresso, possa ter sido negligenciado ao longo da história da cidade, Goiânia e a legislação patrimonial brasileira são contemporâneas. Afinal, como argumenta Lopes (2018), Goiânia e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foram fundados em 1937, durante a Era Vargas. Ambos trazendo, portanto, alguns ideais da *Marcha para o Oeste*. Araújo (2008) também pontua a presença ideológica do Estado Novo na paisagem de Goiânia:

Pretendia-se integrar o país, conhecê-lo, ocupá-lo, preenchendo os vazios do território nacional, direcionando fluxos migratórios. A forma assumida pela cidade também refletia o ideal de modernidade. Cidade planejada dentro dos moldes considerados ideais, a configuração do traçado e a arquitetura dos edifícios representavam o modelo utilizado por Getúlio Vargas na representação de seu governo. No panorama local, a implantação da cidade significou a consolidação da ideologia do moderno, do progresso, “a expressão de um novo tempo” e substituição de antigas oligarquias. Também promoveu mudanças culturais ao promover o contato da sociedade goiana, até então isolada na imensidão do sertão, com outros, vindos de todas as partes do país. No aspecto da materialidade das formas, introduziu uma nova linguagem arquitetônica, alterando as paisagens notadamente coloniais, e inovou as técnicas de construção pelo uso de novos materiais construtivos. Hoje, pode-se perceber, na paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia, a tentativa de disseminar a ideologia da memória, da preservação e do culto ao patrimônio, bem como, subjacente a isso, o consumo cultural. (ARAÚJO, 2008, p.67 e 68)

Dessa maneira, o estilo *Art Déco* refletia as aspirações ideológicas do período, seja como insinuação totalitária ou como representação identitária da “modernidade” da nova capital de Goiás<sup>41</sup>. Lima Filho (2007) é particularmente crítico do tombamento do Conjunto *Art Déco*,

---

certeza está num prédio novo, de cristal, com ar-condicionado, e nós obrigados a fazer um centro cultural! Estou convencido de que em grande parte essa ideia de capital privado que subvenciona pode ser um instrumento para constranger, amargar e desviar os altos interesses justamente do que poderia ser a cultura, porque as artes, as ciências não exigem proteção, querem é liberdade! Encurrular, dar donativos e obrigar você a dizer: eis um centro cultural!, quando entretanto serviria muito bem para computadores e agência de banco! Estou começando a ver que é necessário discutir muito para criar uma política de regeneração e transformação da cidade para que o capital privado, de fato, colabore na construção de um futuro democrático. Se é patrimônio histórico, nada melhor que seja o que sempre foi, na medida do possível, é claro” (ROCHA *apud* ROCHA, VILLAC, 2021, p. 235). O arquiteto, em outros momentos, defendeu que esses edifícios reformados fossem usados para atender problemas urbanos que considerava mais urgentes: abrigos para moradores de rua, etc. ao invés de se tornarem centros culturais.

<sup>41</sup> “O *art déco* foi oficialmente lançado em Paris, em 1925, na Exposição Internacional de Artes Decorativas Industriais Modernas e espalhou-se largamente pela Europa e pelas Américas. Esse estilo se consolidou nas décadas de 1930 e 1940, tendo ocorrido algumas manifestações tardias também na década de 1950. O *art déco* tem como raízes estilísticas os movimentos de vanguardas artísticas do século XX, tais como: o fauvismo, o

pois considera contraditório que tenha ocorrido enquanto simultaneamente desapareciam sobrados e casas-tipos da época da fundação da cidade. Irina Oliveira (2015) defende que esses bens eram de fato patrimônios culturais da cidade, porém a retórica da *Art Déco* teria sido um discurso utilizado para conseguir o tombamento federal. O Decreto nº 4.943, de 1998, tombara esses bens no nível estadual, graças ao intermédio do então Superintendente de Memória e Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Estado, Adovaldo Fernandes Sampaio.

Na redação do decreto não há menções ao *art déco*, entretanto, membros do governo do Estado, por meio da Fundação Pedro Ludovico Teixeira – Agepel, já tratavam do tema. O Ofício nº 457/GP-1998, enviado por essa fundação à Prefeitura de Goiânia comunicando a publicação do Decreto nº 4.943/1998, menciona a criação de um “programa de defesa, preservação e resgate da memória cultural de Goiás” (AGEPEL, 1998), no qual destaca que a cidade estaria se tornando “A Capital Art Decó [sic] do Brasil”, conforme campanha de divulgação da própria entidade. Essas podem ser as origens do discurso de identidade *art déco* difundido no início dos anos de 2000, construído para subsidiar a obtenção do tombamento federal do núcleo inicial da cidade em 2003. (OLIVEIRA, 2015, p. 104).

Entre os bens tombados de Goiânia estão “os componentes do Plano Urbanístico inicial: vias, organização de quadras, edifícios e o núcleo urbano histórico de Campinas. No Núcleo Pioneiro de Goiânia, destaca-se a Praça Cívica” (ARAÚJO, 2008, p. 32). O plano urbanístico desenvolvido pelo urbanista e arquiteto Atílio Corrêa Lima<sup>42</sup> possuía princípios clássicos de concepção de uma cidade. Ele objetivava um espaço urbano compatível com as atividades industriais, a civilização contemporânea e o mundo moderno. Dessa forma, era coerente com as propostas socioeconômicas da Era Vargas. Além disso, esse plano ressaltava a monumentalidade (SILVA, 2007). Esse conceito, como vimos anteriormente, era central também para o Sphan. Esse plano corresponde ao atual Setor Central de Goiânia e, portanto, ao núcleo pioneiro tombado.

Contudo, como dito anteriormente, ao contrário de Araújo (2008) e Irina Oliveira (2015), Lima Filho (2007) argumenta que a representatividade do conjunto *Art Déco* não condiz com as memórias dos moradores “pioneiros” da cidade. Ou seja, que o tombado não teria sido “eleito” pelas pessoas, por ser um estilo predominante nos prédios públicos e não nos

---

futurismo e o cubismo, dentre outras, além da iconografia maia, as cores (vermelho, violeta, preto) dos balés russos tão vigorosos em Paris e também elementos de estilos franceses. [...] O estilo foi adotado pelos regimes totalitários europeus em ascensão (nazismo e fascismo) e pelas grandes corporações americanas, impondo-se pela monumentalidade e pela austeridade, como forma de representação de poder econômico. No Brasil, durante o período desenvolvimentista do Estado Novo do presidente Getúlio Vargas, o *art déco* foi largamente utilizado, razão pela qual foi adotado para os edifícios públicos então construídos em Goiânia” (MAHLER et al, 2007, p.119 a 121)

<sup>42</sup> Em 1935, Atílio Corrêa Lima deixou o projeto, sendo substituído pelo arquiteto Armando de Godoy. Se a influência de Atílio estava na escola francesa de urbanismo, Godoy tinha formação americana e forte influência inglesa. Ele buscou inspiração nos princípios das cidades-jardins (SILVA, 2007).

particulares. Nesse sentido, Mahler e Silva (2007) analisam os estilos arquitetônicos predominantes nas primeiras três décadas de Goiânia. Os autores pontuam que embora o *Art Déco* fosse usado nos prédios públicos, as casas e as demais construções privadas optavam por outros estilos. Havia liberdade na escolha dos elementos e também dificuldade de encontrar mão-de-obra especializada, o que resultaram em construções com uma caracterização complexa devido à mistura aleatória de elementos.

Entre os estilos mais presentes nessas primeiras construções privadas, destacava-se o neocolonial. Popular no início da década de 1930, caracterizava-se por “soluções inspiradas no passado e repetidas exaustivamente até depurarem-se formalmente” (MAHLER et al, 2007, p. 113). Esse estilo em Goiânia, para os autores, representava uma modernidade conservadora, da classe alta, funcionando como uma ponte entre o antigo e o novo. A primeira sede social do Jôquei Clube de Goiás foi construída dentro desse estilo.

No âmbito municipal, a lei orgânica de preservação, de 1990, segue o texto da Constituição de 1988. O Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Goiânia surgiu em 1992. Esse conselho era parte da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente, sendo composto por notáveis, especialistas, “que passam a dar legitimidade às ações do Poder Público no campo do patrimônio” (MOREIRA et al, 2018, p. 126).

Contudo, as autoras Moreira, Rodrigues e Jardim (2018) questionam o que é patrimônio cultural para o conselho responsável pela preservação no âmbito municipal. Afinal, a lei nº 7.164 também foi inspirada no Decreto-Lei nº 25, de 1937, e segue uma linha de pensamento similar, pois consagra a preservação dos valores culturais oficiais. Dessa maneira, as autoras concluem que apenas os bens tombados e inscritos no Livro do Tombo são considerados integrantes do patrimônio histórico e artístico goianiense.

Conseqüentemente, a seleção de memórias representadas apenas por esses edifícios e obras específicas pode resultar na perda de outras memórias. Além disso, pelas “regras jurídicas, percebe-se que as demarcações de patrimônio ou valor cultural para o município de Goiânia são definidas continuamente por interesses políticos e de classes” (MOREIRA et al, 2018, p. 127). Além disso, Goiânia é a sede da Superintendência Estadual do Iphan em Goiás:

A 14ª Superintendência Regional do Iphan chegou a representar, ao longo dos anos, os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins. Sua sede foi mantida em Brasília até 2004, quando então se fixou em Goiânia (GO), passando a responder pelo estado de Goiás apenas no ano de 2009 (THOMPSON, 2015). A Unidade possui, além de seu edifício sede, dois Escritórios Técnicos nas cidades de Pirenópolis e Goiás. O estado detém cinco conjuntos urbanos tombados

(nos municípios de Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Pilar de Goiás e Goiânia) e 43 bens tombados individualmente. (GOUTHIER, 2016, p. 51).

Araújo (2008) investigou a recepção dos moradores do Setor Central de Goiânia para o tombamento do Conjunto *Art Déco*. A autora realizou uma pesquisa semi-estruturada com a população sobre a percepção dos patrimônios culturais goianienses (76,66% residia em Goiânia na época, enquanto o restante morava no entorno, mas trabalhava no centro de Goiânia). Embora essa pesquisa já esteja antiga, ela foi feita pouco após o tombamento, apresentando informações sobre a reação da população enquanto esse assunto vigorava na mídia. A maioria desconhecia o tombamento, por mais que tivessem uma visão favorável da preservação da história da cidade. Apenas 66,70% dos entrevistados citaram bens que consideram patrimônio cultural. Alguns dos principais resultados da pesquisa:

O resultado mostra que, de alguma forma, o conhecimento abrange bens tombados nas instâncias municipal, estadual e federal e que os moradores não diferenciam esses níveis, englobando-os genericamente na categoria patrimônio (Tabela 01 e Tabela 02, Apêndice C). A Figura 38 expõe os bens citados mais relevantes. Há referência à Avenida Goiás e ao Centro como um todo, o que remete ao valor do projeto urbanístico da cidade. [...] as respostas dadas indicam a predominância do valor histórico. [...] O valor histórico prevalece no entendimento que os entrevistados manifestam sobre o que é patrimônio histórico. 46,66% dos indivíduos entendem-no como construção antiga relacionada à história do lugar. Para alguns o patrimônio é um “marco histórico que fala da cidade”. Como será visto adiante, Lynch (1999) afirma que a conjunção de forma física e significado pode fazer com que elementos urbanos se tornem marcos, pontos de referência da cidade. (ARAÚJO, 2008, p.151 a 155).

Portanto, com base nessa pesquisa, o valor histórico (o que é “antigo”) era visto como um elemento que caracterizava o patrimônio cultural para o goianiense. Entretanto, o desconhecimento da população pouco após o tombamento do conjunto indicaria a possibilidade de que houvesse o que a autora denomina de “inteligibilidade” no patrimônio da cidade. Isso porque “a paisagem patrimonial do Centro de Goiânia ainda não é perceptível, não permeia o imaginário do morador, e sua imagem também não é visível” (ARAÚJO, 2008, p. 189). Assim, o imaginário da cidade ainda não estaria consolidado, pois a apreensão desse patrimônio dependeria do repertório cultural individual. Similarmente, a pesquisa de Araújo (2008) também constatou que na época, apenas 33,33% dos entrevistados afirmavam conhecer a história de Goiânia, enquanto 40% a desconhecia completamente.

Como é essa questão entre aqueles que conhecem essa história por que a vivenciaram em primeira mão? Medeiros (2007) também realizou uma pesquisa, dessa vez com os moradores pioneiros da capital (residentes entre 1930 e 1960). O autor pediu que cada

entrevistado fizesse um mapa de memórias<sup>43</sup>. Essa pesquisa possibilitou ver a imagem da “Goiânia antiga” presente nos relatos de seus moradores mais antigos. Entre esses mapas individuais, destacava-se o da professora Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas:

Como pedido, assinei os locais que me vêm à lembrança, como os que mais freqüentava: [...]

GOIÂNIA – 1949-1955

- 1 – Casa de meus pais (Rua 8, nº 28, Centro).
  - 2 – Edifício do IAPI – Avenida Goiás (meu primeiro emprego: escrituraria do IAPI).
  - 3 – Avenida Goiás, entre a Rua 3 e a Praça do Bandeirante: footings, sorveterias, encontros com amigos. Quase na esquina da Avenida Anhangüera com a Goiás, foi assassinado o jornalista Haroldo Gurgel, em 1953. Passei pelo local momentos depois; acompanhei o cortejo que se formou, levando o corpo ensangüentado até o Palácio das Esmeraldas.
  - 4 – Relógio e coreto: ponto de encontro para passeios com amigos.
  - 5 – Cine Goiânia: cinema, teatro, vesperais dançantes, barzinho.
  - 6 – Ateneu Dom Bosco: missa aos domingos.
  - 7 – **Jóquei Clube: festas, encontros com amigos, esporte.**
  - 8 – Associação Comercial: vesperais dançantes.
  - 9 – Avenida Paranaíba: fim do asfalto.
  - 10 – Colégio Santo Agostinho – ali funcionava a Faculdade de Filosofia onde estudei.
  - 11 – Estação da Estrada de Ferro: limite norte da cidade.
  - 12 – Praça Cívica: limite sul da cidade, fim da área asfaltada.
  - 13 Palácio das Esmeraldas: garden parties nos jardins, festas a rigor.
  - 14 – Casa onde residi de 1955 a 1980 (Rua 94, nº 949, Setor Sul).
  - 15 – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde comecei a lecionar em 1957.
- Essa área urbana era percorrida a pé ou de bicicleta; raramente andávamos de carro, que meu pai reservava para viagens. Na Avenida Goiás também aconteciam desfiles cívicos, paradas, gincanas etc. (Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas, setembro de 2002) (MEDEIROS, 2007, p. 221 e 222) (grifo meu).

Assim como os moradores mais recentes do Setor Central associavam os marcos da cidade com o seu cotidiano, como percebido por Araújo (2008) em sua pesquisa, nos mapas mentais dos moradores pioneiros as memórias individuais também se misturavam com as memórias coletivas. No depoimento de Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas há uma explicação para cada lugar de memória. É o caso do Jóquei Clube, que para ela era um local de festas, de se encontrar com os amigos e de praticar esportes. A imagem da cidade, como argumentam Araújo (2008) e Certeau (1998), está intimamente conectada com as vivências dela no cotidiano de cada morador.

<sup>43</sup> “Os “mapas de memórias” são produtos de atores e autores interessados em interpretar a cidade em que vivem, numa espécie de contraposição à cidade moderna, que é produto de um urbanismo fisicista e formalista, que, apesar toda a sua monumentalidade, tem sido um paradoxal mundo de transitoriedades, abrigando não muito mais do que a irrelevância. [...] o que se admite a seguir é que os “mapas de memórias” não necessariamente solucionam consensos, nem mesmo evocam “imagens públicas” como se elas devessem ser obrigatórias em estudos urbanos. [...] A essa criação de imagens mentais intensamente presentes aos sentidos, nítidas, claramente identificadas, estruturadas e úteis ao ambiente denominamos de “mapas de memórias” (MEDEIROS, 2007, p. 217).

Goiás passou por inúmeras mudanças econômicas e sociais ao longo do século XX que alteraram a vida dos cidadãos. Para Arrais, Alencar Arrais e Oliveira (2016), essas mudanças resultaram da ampliação das redes de comunicação e de circulação de pessoas. Essas alterações modificaram as condições de vida, os hábitos e os costumes locais dos habitantes durante esse período. No século XX, Goiás tornou-se uma estrutura administrativa agente no processo de integração estatal à dinâmica federativa. Com a modernização, também houve uma maior inserção do Estado na vida social da população.

O principal acontecimento sócio-político de Goiás no século XX, para os autores, foi a construção de Goiânia. A nova capital também impulsionou o campo artístico e o cultural do estado, especialmente com a criação da Universidade de Goiás (atual PUC-GO), em 1959, e da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1960. As construções de Goiânia e de Brasília também contribuíram para a urbanização do estado. Assim, o cenário cultural também passou por mudanças ao longo do último século.

Além disso, enquanto o projeto de Goiânia buscava, por meio dos discursos oficiais ufanistas de políticos e de jornalistas, identificá-la com a modernização, os depoimentos dos moradores pioneiros revelaram outra imagem da cidade. Os autores citam como exemplo que havia animais selvagens e faltava infraestrutura básica na cidade. Por exemplo, havia constantes quedas de energia, com o sistema só se estabilizando no final da década de 1950.<sup>44</sup>

A maioria das obras sobre Goiânia, mudancistas, ou acadêmicas, consideraram-na, desde a sua fundação, uma cidade moderna. [...] os seguintes fatores: o fato de a cidade ser planejada segundo critérios urbanísticos modernos, de estar vinculada à expansão capitalista para o interior do país, de sua construção possibilitar relações sociais novas (capital e trabalho) e de ter uma arquitetura (*Art Déco*) moderna. Todos esses fatores realmente estão relacionados à cidade de Goiânia, mas ela, nos seus anos iniciais, não era só isso. Analisá-los somente, implica numa explicação por demais coerente que desconsidera a cidade como um ambiente, sobretudo, ambíguo. (OLIVEIRA, 1999, p. 29)

Oliveira (1999) argumenta que há três “imagens” de Goiânia ao longo de sua história: a de uma cidade provinciana [1933-1960], a de uma cidade moderna ou uma metrópole [1960-1980] e de uma cidade pós-moderna [a partir de 1980]. Essas imagens resultaram de

---

<sup>44</sup> Nesse sentido, uma moradora pioneira, Mariana Augusta Fleury Curado, relatou um caso sobre a falta de energia em uma festa do Jôquei Clube. "A energia elétrica era deficiente, rara a festa em que a luz se mantinha até o fim. Em certa ocasião, houve um baile muito badalado, todas as moças iriam de vestido cor-de-rosa. O baile foi ao Automóvel Clube. Em meio à alegria geral, a beleza das moças trazendo vestidos rosa e, quando as danças estavam no auge, a luz pifou. Houve um rebuliço. Escuridão total. Nisto uma pequena claridade era uma senhora, segurando uma vela que mal ilumina em seu redor, aflita a perguntar: "Vocês viram minha filha? Ela está com um vestido cor-de-rosa", explicava para melhor identificação. Apesar das risadas altas que se seguiram à pergunta, a senhora teimava: "Viram minha filha? Ela está de vestido cor-de-rosa"..." (TELES, 1986, p. 112 e 113).

determinadas características culturais, que dominaram períodos e discursos sobre a cidade. Oliveira (1999) aponta ainda que a relação entre a imagem e a cultura da cidade nem sempre se completava, por vezes havendo colisões entre elas. Dessa maneira, essa ambiguidade gerava uma tensão, por consequência dessa representação imagética múltipla no âmbito mental dos habitantes de Goiânia.

Nos próximos tópicos examinaremos como o Jockey Clube de Goiás se encaixava dentro do lazer e da cultura de Goiânia. As categorias de análise de Oliveira (1999) podem oferecer um aporte teórico para as diferenças entre a primeira sede social e a segunda sede social do Jockey Clube e a maneira como elas se relacionavam com o espaço urbano goianiense. A primeira sede se inseria no contexto da cidade provinciana, como veremos adiante, enquanto a segunda surgiu durante a cidade moderna ou metrópole, tendo seu período de crise já na cidade pós-moderna.

Além disso, Arrais, Alencar Arrais e Oliveira (2016) consideram os eventos da década de 1980 – a criação do estado do Tocantins e o acidente radioativo com o Césio-137 – como o “final” simbólico do século XX em Goiás. Oliveira (1999), em sua Dissertação de Mestrado, também apontava a década como um ponto importante de mudança cultural em Goiânia. Inclusive, essa mudança afetaria a relação dos habitantes e do poder público com o patrimônio cultural da cidade. Em setembro de 1987, dois catadores de papel recolheram uma bomba de Césio-137 em um terreno baldio:

Os catadores de papel Roberto Alves Santos e Wagner Mota retiraram a blindagem de chumbo e venderam-na, juntamente com o cilindro contendo Césio-137, a Devair Alves Ferreira, dono de um ferro-velho, que, fascinado pelo brilho noturno do Césio-137, o distribuiu para amigos e familiares, ampliando a contaminação. As pessoas contaminadas logo passaram a sentir os efeitos da radiação no organismo: perda de paladar, náuseas, vômitos, dores e queimaduras na pele. [...] Maria Gabriela Ferreira Alves intuiu que os sintomas poderiam estar associados à “peça” que brilhava no escuro. Diante disso, com a ajuda de um empregado, Geraldo Guilherme da Silva, levou-a de ônibus coletivo à Vigilância Sanitária. [...] No dia 29 de setembro de 1987, foi chamado o físico Walter Mendes Ferreira para examinar o equipamento e este detectou a contaminação radioativa. (ARRAIS et al, 2016, p.136)

As áreas contaminadas foram imediatamente isoladas. Essas áreas são: o prédio da Vigilância Sanitária, os ferros-velho e as residências do Bairro Popular, que é parte do atual Setor Central. O lixo radioativo foi levado para Abadia de Goiás. Considerado a maior catástrofe do estado de Goiás, o acidente deixou um saldo de quatro vítimas fatais e centenas

de vítimas no total<sup>45</sup>. Também resultou na maior discriminação da história de Goiânia. Os autores listam alguns exemplos disso: turistas cancelando reservas de hotéis; exigência de atestado de não contaminação para que os residentes de Goiânia pudessem entrar em outras unidades da Federação; produtos exportados por Goiás recusados; etc.

Desde o começo, segundo Oliveira (1999), os moradores de Goiânia se preocupavam que ela fosse vista como desenvolvida e representativa do progresso pelos moradores dos outros estados. Com o acidente do Césio-137, a imagem de eficiência e progresso foi invertida, dando lugar a uma imagem negativa, de negligência, ignorância e pobreza. Além disso, a maior discriminação da história de Goiânia causou prejuízos à economia goiana como um todo. Desse modo, fez-se necessário um novo discurso visando criar uma nova imagem de Goiânia após o acidente do Césio-137.

Este trabalho tem como uma de suas hipóteses que o acidente com o césio-137 contribuiu para que a cidade repudiasse suas características progressistas e se voltasse para uma postura pós-moderna (no sentido de crítica à ideologia do progresso). Desse modo, ela vai repudiar suas características de metrópole, tais como crescimento populacional, desenvolvimento industrial, verticalização, poluição ambiental. Assim, há uma mudança nos discursos dos administradores da cidade que agora utilizam como palavras-chaves na propaganda da cidade respeito ao meio ambiente, a qualidade de vida, a recuperação da memória histórica, etc. (OLIVEIRA, 1999, p. 133)

Assim, houve várias ações das administrações públicas na década de 1990 para recuperar a imagem de Goiânia. Como resultado disso, a imprensa nacional elogiava as características relacionadas à ecologia, à qualidade de vida e às raízes sertanejas de Goiânia na década de 1990. Outra mudança significativa foi a preocupação com o passado. Durante o período entre 1960 e 1980, Oliveira (1999) demonstra que vários monumentos históricos foram destruídos ou tiveram a sua função desvirtuada. Esse é o caso da primeira sede social do Jôquei Clube de Goiás, que foi demolida nesse período.

A preocupação em defender as tradições históricas não era vista, até os anos 80, como uma agenda política importante. Assim, a defesa desses monumentos era feita por alguns poucos intelectuais entusiastas do passado. [...] Pouco a pouco, vozes em defesa do passado da cidade foram somando-se, conquistando mais espaço na mídia e, pelo Despacho n. 1.096 de 1982, do Governador Ary Valadão, foram tombados os primeiros monumentos de Goiânia. [...] Nos anos 90, a preservação dos monumentos históricos, assim como a questão ambiental, não podiam ser tratadas com indiferença por qualquer pessoa com ambições políticas. Em 1998, foi inaugurada a primeira

---

<sup>45</sup> As vítimas foram “divididas em: Grupo 1) aquelas que receberam altas doses de radiação: 53 pessoas; Grupo 2) aquelas que receberam doses de radiação consideradas médias: 44 pessoas; e Grupo 3) geralmente vizinhos dos focos e parentes que ficaram expostos ao risco de radiação: 517 pessoas; mas posteriormente a quantidade aumentou” (ARRAIS et al, 2016, p. 136 e 137).

etapa do projeto de revalorização do centro histórico da cidade. A Praça Cívica retomou sua aparência dos anos 50, com as fontes luminosas e com seus prédios que recuperaram o estilo Décó original. Essa postura preservacionista difere substancialmente da desenvolvimentista e enquadra-se no ambiente da pós-modernidade. (OLIVEIRA, 1999, p. 148 e 149).

Assim, Oliveira (1999) defende que após o acidente radioativo com o Césio-137 e também por causa do crescimento desregrado dos anos anteriores, a população goianiense apresentava um quadro de pessimismo com o futuro e horror ao presente. A “solução” foi trazer o passado de volta. Retomando as autoras Moreira, Rodrigues e Jardim (2018), o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Goiânia foi criado justamente em 1992. A relação do espaço urbano goianiense com o patrimônio cultural se firmava nessa terceira “etapa” da cidade: a cidade pós-moderna. Entretanto, a primeira sede social do Jóquei Clube de Goiás já havia sido demolida e a segunda sede entrava no seu período de crise. Nos próximos tópicos, investigaremos a relação específica do Jóquei Clube de Goiás com as mudanças culturais de Goiânia ao longo do século XX.

## 2.2 “O Aristocrático”: a primeira sede social do Jóquei Clube

O Jóquei Clube de Goiás foi fundado como Automóvel Clube de Goiás, com o lançamento da sua pedra fundamental em 28 de agosto de 1935. Apenas em julho de 1943 que se tornaria Jóquei Clube de Goiás (MEDEIROS, 2010). Arrais, Alencar Arrais e Oliveira (2016) o descrevem como um clube social da elite, que fazia festas fechadas. Funcionários públicos mais graduados, políticos e alguns fazendeiros eram os frequentadores do clube, que “formavam uma espécie de aristocracia fechada, com um divertimento próprio (como as festas no Automóvel Clube ou nas casas de famílias)” (ARRAIS et al, 2016, p. 127). O jornalista Cirano de Bergerac<sup>46</sup>, na coluna “Gente bem” do *Jornal de Notícias (GO)*, referia-se ao clube pelo apelido “O Aristocrático”:

Vocês já devem saber do sucesso alcançado quarta-feira última na apresentação em nossa capital, no Jóquei Clube de Goiás, da Orquestra do Cassino de Sevilha. **Nunca vimos “O Aristocrático” tão movimentado.** Uma coisa que estamos para compreender é a presença naquela noite, de mais de quinze microfones. Até parecia a

---

<sup>46</sup> Pseudônimo de Jovecy Fleury de Amorim. Em 1958, foi candidato a vereador e pediu votos na coluna “Gente bem” do *Jornal de Notícias (GO)*.

irradiação de uma das mais movimentadas reuniões da ONU (conhecemos pelo cinema). (BERGERAC, *JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 7 fev. 1957, p. 3) (grifo meu).

O mesmo colunista também descrevia o Jóquei Clube como aquela “entidade esportiva e social, que abriga a melhor sociedade de nossa Capital” (BERGERAC, *JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 29 out. 1959, p. 3). Arrais, Alencar Arrais e Oliveira (2016) pontuam que o lazer dos pobres era diferente do lazer dos ricos em Goiânia. Assim, supomos que a “melhor sociedade” da capital, para o colunista, seria a sua “aristocracia”, ou seja, a sua elite. Para Lima Filho (2007), Goiânia já nascera elitizada, com divisões sociais claras. Da Avenida Paranaíba para “cima” abrigaria as residências dos “ricos”, para baixo ficaria a classe média, enquanto os pobres ficavam para além do Botafogo.

Oliveira (1999), por sua vez, enxerga uma rivalidade entre Goiânia e Campinas<sup>47</sup> nas primeiras três décadas da capital. Essa rivalidade se refletiria no público aceito nas dependências do Jóquei Clube de Goiás: moradores de Campinas não participavam dos bailes de carnaval do clube. O Jóquei “foi o ponto de encontro da elite social de Goiânia. Ser sócio desse clube era uma marca distintiva de status social. Ele também servia para discriminar a população de Campinas, impedida de participar dos famosos bailes de carnavais da época” (OLIVEIRA, 1999, p. 45). O autor, como mencionado no tópico anterior, afirma que a imagem inicial de Goiânia era de uma cidade provinciana, com valores tradicionais.

Enfim, havia uma sociabilidade provinciana que a cidade só começou a perder por volta da década de 60 [...] Enfim, as principais formas de lazer da Goiânia pré-anos 60 ou eram uma apropriação dos hábitos antigos de Campinas (festas religiosas, banhos de rios, caça e pesca), ou eram formas novas (os clubes sociais, réveillions, footing, etc.). **Estas últimas, apesar de terem uma aparência moderna, eram sempre deformadas pela mentalidade provinciana dominante. Qualquer que fosse a situação, as formas de lazer em Goiânia eram assentadas no pressuposto do conhecimento mútuo.** O conhecimento era o fator que possibilitava tanto a distinção entre ricos e pobres, como a distinção entre os de Goiânia e os de Campinas ou os do Bairro Operário. Distinção que, apesar de não ser absoluta, caracterizou também esse aspecto da vida cultural de Goiânia, nesse período. (OLIVEIRA, 1999, p.29 e 58) (grifo meu).

Portanto, Oliveira (1999) defende que Goiânia seria uma cidade culturalmente provinciana até a década de 1960. O termo “provinciana” se refere aos conceitos de tradição, de comunidade e de cidade pequena. Os valores dos habitantes são de suma importância para a sua análise. Dessa forma, Goiânia até a década de 1960 era uma cidade em que todos se

---

<sup>47</sup> Campinas antecede Goiânia. O interventor Pedro Ludovico Teixeira escolheu Campinas como o local para abrigar a nova capital de Goiás. Entre os locais observados, a cidade atendia a todas as condições desejadas: água, bom clima e topografia adequada, seguindo as concepções urbanísticas do período (ARRAIS et al, 2016). Posteriormente, Campinas se tornou um bairro de Goiânia.

conheciam. Membros da elite apresentavam as filhas para a “sociedade” no Jóquei Clube de Goiás, como veremos adiante, que também realizava concursos de *Miss Brotinho*. As pessoas iam de mesa em mesa cumprimentar uns aos outros nas festas do clube. “Todos se conhecerem” foi um ponto de elogio ao clube na descrição de duas moradoras pioneiras, Maria Lucy Veiga Teixeira e Edith Amaral Ferreira:

Em Goiânia eu fazia parte dos blocos. Um detalhe interessante que eu achava era quanto aos bailes do Jóquei. A gente voltava para casa ali pelas cinco, seis horas da manhã. E a gente vinha assim tão cansada, que tirava o sapato. Carregava os sapatos nos dedos e vinha descalça. Mas assim... Numa alegria aqui em Goiânia, no começo. Todo mundo se conhecia, era muito bom. Eu me lembro que nas festas de reveillon [SIC] a gente ia de mesa em mesa cumprimentando as pessoas quando era meia-noite. E todo mundo se cumprimentava porque todo mundo se conhecia. Era muito bom. E a gente voltava para casa sem medo de assalto, sem medo de nada. Que hoje a gente não pode fazer nada. (SANTANA et al, 2007, p. 185 e 186).

Antes de me casar, até brinquei muito no Jóquei, no carnaval. Estava o Pedro Ludovico, aquela coisa toda, até brinquei com o Pedro ali. A gente conhecia todo mundo, sabe? Você podia ficar bem à vontade, você conhecia todo mundo. Hoje eu não conheço mais ninguém. Antigamente era gostoso, a gente saía cumprimentando todo mundo, a gente conhecia as festinhas no Jóquei, era o único lugar de festa que tinha era o Jóquei. (SANTANA et al, 2007, p. 186).

Maria Lucy Veiga Teixeira inclusive descreveu os famosos bailes de carnaval e ano novo do Jóquei Clube. Tais bailes seriam rememorados pelo *O Popular* como “os mais memoráveis da capital” ao relembrar a história do Jóquei Clube de Goiás (ABREU, *O POPULAR*, 2017). Santana, Bonett e Macêdo (2007) apresentam uma visão semelhante ao periódico, pois afirmam que o Jóquei Clube de Goiás teria sido o espaço mais famoso para o carnaval goianiense e para o réveillon nas três primeiras décadas de Goiânia.

O Jóquei Clube publicou anúncios no *Jornal de Notícias (GO)* para divulgar os detalhes do baile de carnaval de 1958. O clube também anunciou os ensaios para o carnaval e o preço das mesas individuais para o evento de 31 de janeiro de 1958. Cada mesa custaria Cr\$ 2.000,00 no salão e Cr\$ 1.500,00 no alpendre. Além disso, esclareceu que exigiria carteiras de identificação para a entrada no clube. Esse mesmo aviso apareceu nas edições 00231, 00232, 00233 e 00234. A edição 00232, em particular, listava as regras do evento:

**Jóquei Clube de Goiás**

A DIRETORIA DO JOQUEI CLUBE DE GOIÁS avisá aos associados que, a partir do dia 1.º de fevereiro do corrente ano a sede será aberta de terça-feira ao sábado, para os bailes carnavalescos. Quando houver que, nos dias 1, 3 e 12 de fevereiro os bailes serão abertos com a Orquestra de Geraldo Azevedo. DIA S, DOMINGO, HAVERÁ UM JANTAR DANÇANTE CARNAVALESCO, ABRELIANTADO COM A PRESENÇA DE BILE FARE. O preço das mesas para o dia 3.º de Fevereiro será de Cr\$ 200,00, cada.

↓

**A Diretoria do Jóquei Clube de Goiás**

avisá aos associados que a partir do dia primeiro de fevereiro próximo serão exigidas na carteira do Sócio, as cartelas de identificação de cada um deles e de seus dependentes. Esperamos que os associados, compreendendo o alcance dessa providência, não se faturem de colaborar conosco.  
Goiânia, 28 de Janeiro de 1958.

Anúncio do carnaval na edição 00231. Fonte: *Jornal de Notícias (GO)*, 1958, disponível na Biblioteca Nacional Digital.

**Jóquei Clube de Goiás**  
— AVISO —

A DIRETORIA DO JOQUEI CLUBE DE GOIÁS notifica aos seus associados que fará cumprir, rigorosamente, durante os festejos carnavalescos, as seguintes normas:

- 1) não terão entrada na Sede Social os sócios Proprietários e Contribuintes de ambos os sexos que não estiverem quitados com a Tesouraria do Clube (recibo n.º 2 para os contribuintes e pagamento da prestação do mês de fevereiro para os Proprietários de títulos da nova emissão);
- 2) igualmente não terão entrada os dependentes de sócios Proprietários e Contribuintes, que não tiverem providenciado a regularização de suas carteiras (cartão de 1958);
- 3) não terão nenhuma validade, nos dias de carnaval, os convites expedidos por esta Diretoria para visitantes, os quais só terão ingresso na Sede Social, mediante apresentação por sócios Proprietários e pagamento do «Cartão-Convite» diário, na importância de Cr\$ 500,00 (Quinhentos Cruzeiros), ficando a critério da Diretoria, a aceitação ou não do apresentado;
- 4) Será convidado a se retirar dos salões, durante os festejos do Momo, ficando totalmente vedada a sua entrada em qualquer dependência do Clube, o sócio de qualquer categoria que:
  - a) — praticar qualquer ato notoriamente reprovável;
  - b) — desobedecer as ordens emanadas de qualquer membro da Diretoria;
  - c) — desatentar a Diretoria, associado e funcionário do Clube;
  - d) — aspirar lança-perfume;
  - e) — portar qualquer arma;
- 5) as reservas de mesas serão feitas na Secretaria do Clube, com o Sr. Vasco Araújo, obedecendo o seguinte critério:
  - a) — Sócios Proprietários — das 8,00 horas do dia 24 de janeiro, às 17,00 horas do dia 5 de fevereiro;
  - b) — Sócios Contribuintes — das 8,00 horas do dia 6 de fevereiro em diante.
- 6) O preço das mesas com direito a quatro cadeiras, para os dias de carnaval, será de Cr\$ 2.000,00 no salão e Cr\$ 1.500,00 no alpendre;
- 7) O preço das mesas para as manhãs e tardes carnavalescas, infantis e juvenis, será de Cr\$ 100,00.
- 8) A Diretoria fará o sorteio da disposição das mesas vendidas no salão, dois dias antes do carnaval;
- 9) Os sócios Proprietários de títulos da nova emissão que não regularizarem a sua situação com o Clube, satisfazendo as exigências do item 1 (um), só terão acesso em suas dependências mediante a apresentação do «Cartão-Convite», a que se refere o item 3 (Três);
- 10) Fica terminantemente proibido o uso da lança-perfume nas manhãs e tardes dançantes;

Goiânia, 22 de Janeiro de 1958.  
ALÍPIO GONÇALVES — 1.º Secretário.

Regras para participar do baile de carnaval do Jóquei Clube de Goiás. Fonte: *Jornal de Notícias (GO)*, 1958, edição 00232, disponível na Biblioteca Nacional Digital.

O réveillon também era como a moradora pioneira Moema de Castro e Silva Oliva lembrava-se do clube “Festas de fim de ano eram no Jóquei” (SANTANA et al, 2007, p. 187).

A moradora pioneira descreveu também uma ocasião em que o pai de uma amiga filmara o carnaval na cidade. “Meninos e meninas no Jóquei, a coisa mais bonitinha. E nós lá, 8 anos, 9 anos, no carnaval do Jóquei! É uma coisa interessante, porque reproduz o Jóquei como ele era” (SANTANA et al, 2007, p. 185).



Anúncio na capa do jornal (*JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 1956).

Nesse jornal da década de 1950, o clube aparecia principalmente na coluna “Gente bem”, de Cirano de Bergerac. O colunista social frequentemente divulgava e comentava os eventos do clube. Também era convidado para algumas festividades. Além disso, o *Jornal de Notícias (GO)* realizava eventos em parceria com o Jóquei Clube de Goiás e outras organizações. A lista das “10 mais elegantes” ganhou um ano de cobertura em 1958 e o jornal também participou do concurso “Miss Brotinho”:

J.N. colaborando com o Grêmio Carlos Gomes e o matutino “O Popular”, apresentará a linda menina-moça Dorothy Flores Teixeira, filha do casal Leandro Teixeira, ao concurso “Miss Brotinho” que será elevado a efeito a 10 de maio, nos salões de festas do Jóquei Clube de Goiás. (BERGERAC, *JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 21 abri. 1956, p. 3).

Assim, o Jóquei Clube de Goiás era um local de apresentar as moças para a sociedade. Os eventos divulgados na coluna eram variados: apresentações musicais; bailes de caridade; concursos de *miss*, de *rainhas da primavera*, *as 10 mais elegantes*, entre outros concursos de beleza feminina, além de concursos de homens mais influentes. O clube também fazia manhãs e “jantares-dançantes” diariamente. Esses eventos geralmente contavam com uma apresentação musical. Em novembro de 1959, a diretoria do clube, liderada pelo deputado Nelson Siqueira, considerou a possibilidade de contratar permanentemente uma orquestra. A estimativa do contrato mensal estava na casa dos Cr\$ 190.000,00 (BERGERAC, *JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 25 nov. 1959, p. 3). Esse valor é digno de nota, considerando que a Prefeitura de Goiânia convocou o clube “amigavelmente” a pagar a dívida do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em 29 de março de 1959. A dívida do Jóquei Clube seria então de Cr\$ 14.400,00.

Os contribuintes abaixo relacionados, proprietários de prédios e Lotes situados nos Setores Central e Norte desta Capital, foram inscritos na Dívida Ativa do exercício de 1.958, por falta de pagamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano. Dentro do prazo de trinta dias (30), a contar da data da publicação do presente aviso, a Prefeitura receberá amigavelmente tais débitos, já acrescidos da multa de móra [SIC] de 10% (dez por cento). Excedido aquele prazo [SIC], as certidões de dívida serão encaminhadas ao Cartório dos Feitos da Fazenda Pública para a cobrança executiva. DEPARTAMENTO DE FAZENDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Goiânia, 14 de março de 1.959 (JORNAL DE NOTÍCIAS (GO), 29 mar. 1959, p. 6).

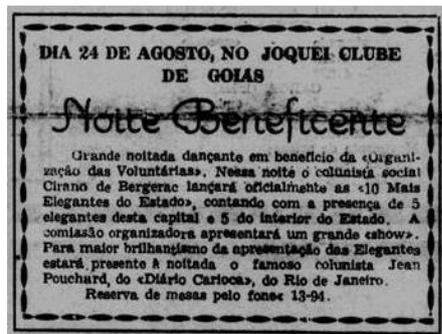
**Prefeitura Municipal de Goiânia — Departamento da Fazenda**  
**SERVICO DE VIDA ATIVA**  
 Os contribuintes abaixo relacionados, proprietários de prédios e Lotes situados nos Setores Central e Norte desta Capital, foram inscritos na Dívida Ativa do exercício de 1.958, por falta de pagamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano.  
 Dentro do prazo de trinta dias (30), a contar da data da publicação do presente aviso, a Prefeitura receberá amigavelmente tais débitos, já acrescidos da multa de móra de 10% (dez por cento).  
 Excedido aquele prazo, as certidões de dívida serão encaminhadas ao Cartório dos Feitos da Fazenda Pública para a cobrança executiva.

**DEPARTAMENTO DE FAZENDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANIA.**  
**Goiânia, 14 de março de 1.959**

João Cândido de Oliveira Rua 59 n. 2 5.700,00	João Carvalho Rua 56 n. 1 1.600,00	João Vicente Carneiro Rua 16 n. 37 2.400,00	Rua 55 n. 61 750,00
João Friche Paes Rua 27, Q. 84, L. 6 1.530,00	João Chaves Dr. Rua 56, Q. 113, L. 47 n. 47 1.030,00	João Vicente de Paula Rua 8 Q. 28, L. 80 2.400,00	Rua 8 Q. 28, L. 80 2.400,00
João José da Silva Av. Anhangaba, Q. 72, L. 8 2.513,00	João Pereira de Oliveira Rua 72 n. 1 6.000,00	João Vital Soares Dr. Rua 49 n. 66 2.400,00	Av. Faramitã, Q. 112, L. 1.50 339,00
João Manoel da Silva Av. Anhangaba, eq. R. 57 21.23,33	João Cunha Júnior Rua 59 n. 2 1.020,00	João Vital Soares Dr. Rua 72, Q. 122, L. 29 305,00	Rua 69 n. 66 2.400,00
João de Silva Abreu Rua 60, Q. 113, L. 49 n. 61 6.580,00	João Darvalino Antunes Rua 48, Q. 162, L. 38 4.260,00	João Xavier Ferra Rua 52 n. 35 600,00	Rua 8 Q. 54, L. 77 675,00
João Dias dos Santos Rua 52 n. 21 1.914,00	João Emanoel Faria de Souza 58. 60. 2. 4. 6 4.750,00	João Jacob de Almeida Rua 74 Q. 130, L. 45 1.500,00	Av. Faramitã n. 74 780,00
João Filho Rua 5 n. 4 8.000,00	João Elroy Gomes Pinheiro Rua 67 n. 23 1.980,00	João José Costa e Silva Filho Rua 19 n. 26 1.500,00	Av. Arapuanã n. 12 2.400,00
João Mariano da Silva Rua 70 n. 51 10.080,00	João Estanislau Peixoto Rua 23 n. 60 2.400,00	João Vitorino Rua 74 Q. 130, L. 45 1.500,00	Rua 19 n. 26 1.500,00
João Teodoro Rua 77 n. 24 3.710,00	João Fátima Soares Av. Botafogo, n. 37 2.350,00	João Vitorino Rua 55 n. 53 2.400,00	Rua 74 n. 58 8.750,00
João Pinheiro de Sá João Schiavato Av. Goiás, Q. 128, L. 173 n. 167 2.880,00	João Francisco Rua 54 n. 10 4.350,00	João Vitorino Rua 2, Q. 18, L. 1.2 1.800,00	Rua 77 n. 6 4.020,00
João Schiavato Av. Goiás, Q. 128, L. 173 n. 167 2.880,00	João Gomes Louza Dr. Rua 77, Q. 111, L. 6 n. 4 4.250,00	João Vitorino Rua 72 n. 6 4.020,00	Rua 72 n. 68 4.450,00
João Vicente da Silva Al. Botafogo, Q. 84, L. 72 1.500,00	João Gomes Pinto IAPI Rua 63 n. 4 2.160,00	João Vitorino Av. Goiás, 171 1.800,00	Rua 68 n. 33 1.800,00
Joaquim Alcibíades de Amorim Rua 23, Q. 69, L. 37 1.046,00	João Isaac Sobrinho Rua 8 n. 25 18.000,00	João Vitorino Rua 67, B. Q. 141, A. L. 49 250,00	Rua 16, Q. 17, L. 11 1.920,00
Joaquim Angelo de Lima Rua 78 n. 31 1.046,00	João Isaac Sobrinho Rua 51 n. 12 13.100,00	João Vitorino Av. Universidade, 47 2.400,00	Rua 47, B. Q. 141, B. L. 82 500,00
Joaquim Alves da Silva Av. Fátima, eq. R. 57 2.200,00	João Jacinto Rua 29 n. 40 5.400,00	João Vitorino Rua 69 n. 1 1.200,00	Rua 22 n. 2, Q. 64, L. 11 600,00
Joaquim Antonio Pereira Rua 18, Q. 39, L. 11.9.35 1.780,00	João Jacinto Rua 70 n. 53 11.530,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 27 n. 23 600,00
Joaquim Batista de Abreu Cordeiro Rua 25 n. 4 2.400,00	João Joaquim de Souza Rua 56, Q. 103, L. 10 n. 8 2.280,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
Joaquim Batista de Abreu Cordeiro Rua 25 n. 4 2.400,00	João Marques de Figueiredo Rua 70 n. 53 11.530,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
Joaquim Chaulino da Silva Rua 82 n. 1 1.940,00	João Marques dos Santos Al. Botafogo, n. 33 1.800,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
Joaquim de Faria Pereira Dr. Rua 18 n. 27 2.400,00	João Normando Pedroso Rua 8, Q. 9, L. 64, n. 56 3.600,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
Joaquim Francisco Leite Rua 53, Q. 145, L. 60. 2 4.862,00	João Normando Pedroso Rua 67, A. Q. 141, A. L. 40 500,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
Joaquim José da Silva Filho Rua 62 n. 8 3.050,00	João Normando Pedroso Al. Botafogo, n. 33 1.800,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
Joaquim Machado de Araújo Av. Arapuanã, 56 3.600,00	João Pedro Almeida Rua 8, Q. 9, L. 64, n. 56 3.600,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
Joaquim Marques Feres Sobrinho Av. Goiás, Q. 3, L. 15 5.840,00	João Pedro Neto Rua 67, A. Q. 141, A. L. 40 500,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
Jóquei Clube de Goiás Av. Anhangaba, 141 900,00	João Pedro Neto Rua 67, A. Q. 141, A. L. 40 500,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
José Alcino Frenkel Rua 72, Q. 112, L. 15 n. 11 2.160,00	João Raulino Borges — IPASE Rua 67, B. Q. 141, B. L. 72 500,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
José Aníbal dos Santos Rua 52 n. 25 4.800,00	João Raulino Borges — IPASE Av. Goiás, 143 10.080,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
José Aquino Porto Rua 20 n. 92 5.400,00	João Raulino Borges — IPASE Av. Goiás, 143 10.080,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
José Arantes Costa Rua 3 n. 66 1.560,00	João Raulino Borges — IPASE Av. Goiás, 143 10.080,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
José Augusto Ferreira Dr. Rua 73 n. 5 1.560,00	João Raulino Borges — IPASE Av. Goiás, 143 10.080,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
José Barbosa de Amorim Rua 77, Q. 137, L. 40 220,00	João Raulino Borges — IPASE Av. Goiás, 143 10.080,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
José Batista de Moraes Av. Goiás, n. 100 3.570,00	João Raulino Borges — IPASE Av. Goiás, 143 10.080,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
José Bernardo F. de Souza Dr. Rua 5 n. 50 2.100,00	João Raulino Borges — IPASE Av. Goiás, 143 10.080,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00
José Cândido Louza Rua 4 n. 44 3.000,00	João Raulino Borges — IPASE Av. Goiás, 143 10.080,00	João Vitorino Av. Faramitã n. 135 2.400,00	Rua 22 n. 15 2.700,00

Cobrança da prefeitura de Goiânia. Fonte: *Jornal de Notícias (GO)*, 1959, disponível na Biblioteca Nacional Digital.

Como vemos adiante neste tópico, o Jôquei Clube de Goiás passaria por constantes reformas nesse período. Entre as parcerias mais frequentes para eventos no Jôquei, encontravam-se o Grêmio Carlos Gomes e o Clube Social Feminino. Também eram comuns bailes sociais de caridade realizados nas suas dependências, como a Noite Beneficente, em parceria com a Organização das Voluntárias. O Jôquei Clube divulgou um anúncio desse evento na capa do *Jornal de Notícias (GO)*:



Esse evento apareceu em várias edições do jornal, incluindo um anúncio na capa da edição 00181, de 4 de agosto de 1957.

Nos primeiros anos do Jóquei Clube, quando era nomeado Automóvel Clube de Goiás, já ocorriam eventos beneficentes no local, organizados pela elite. Santana, Bonett e Macêdo (2007) destacam uma campanha beneficente organizada pela primeira-dama Gerciana Borges Teixeira, esposa do interventor Pedro Ludovico Teixeira, em 1941. Na época, houvera uma enchente no Rio Grande do Sul e Gercina Borges Teixeira realizara um festival no Automóvel Clube para angariar fundos:

As campanhas organizadas pela primeira Dama, dona Gercina Borges Teixeira, além de realizadas no interior, aconteciam também em Goiânia. Uma delas foi o festival no Jóquei Clube em prol de grande parte da população do Rio Grande do Sul, quando lá aconteceu uma enchente calamitosa, em 1941. Esse episódio foi tão marcante que a musicista goiana Belkiss Spenzi Carneiro de Mendonça, no dia 31 de outubro de 1998, relembrou o fato em coluna do jornal O Popular. Por ocasião das enchentes, as notícias e os pedidos de ajuda eram veiculados via rádio e jornal. O Jóquei Clube, então ainda denominado Automóvel Club de Goiaz, abriu seu salão de baile para receber aqueles que contribuiriam com a arrecadação (SANTANA et al, 2007, p. 187)

No ano anterior, o Automóvel Clube recebera uma visita ilustre. Medeiros (2010) resgatou os eventos da visita de Getúlio Vargas a nova capital de Goiás, em 1940. Segundo Medeiros (2010), em seguida a uma reunião no Palácio do Governo, Vargas conhecera a cidade e visitara inúmeros locais. Um desses teria sido o Automóvel Clube de Goiás. Nesse evento no clube teriam sido lançados os fundamentos da *Marcha para o Oeste*:

Coimbra Bueno lança a Cruzada Rumo ao Oeste em agosto de 1940, no dia em que o Presidente visitou Goiânia. Presente ao lançamento da Cruzada, Vargas disse: "A sociedade ora fundada tão oportunamente, em Goiânia, com o nome de "Cruzada Rumo a Oeste", é merecedora de nosso apoio e do nosso aplauso, porque pretende, pela propaganda, desenvolver o pensamento e a ação em torno desse tema que é um roteiro da nossa civilização (**apud BUENO, 1961: 9**) [...] Vale ressaltar que este é mais um caso de "apagamento da memória", já que o fato citado não é registrado na história oficial, muito menos a presença de Coimbra Bueno em Goiânia quando da visita de Getúlio Vargas. **A Cruzada Rumo ao Oeste teria sido lançada no Automóvel Clube.** Os irmãos Coimbra Bueno haviam se afastado das obras de Goiânia desde 1938, pois o Governo alegava que os engenheiros construtores deviam ao Estado a quantia de 961.953, 20 cruzeiros, pendência que só veio a ser resolvida em 1946, um ano após Ludovico ter deixado o Governo. (MEDEIROS, 2010, p. 126) (grifo meu)

O autor considera esse um acontecimento “apagado da memória”. A relação do Jóquei Clube de Goiás com a política não terminaria nesse episódio. Em 28 de março de 1954, o clube seria alvo de um requerimento na Assembleia Legislativa. O deputado Lisboa Machado (UDN), relator da Comissão de Finanças e líder da oposição, denunciou o descumprimento do orçamento estadual pelo governo e um uso eleitoral na possível distribuição dos lucros

líquidos da Loteria do Estado. Na ocasião, havia a possibilidade do Jóquei Clube receber Cr\$ 200.000 do governo estadual.

Se for realizada essa distribuição, sem uma lei da Assembléia Legislativa, vamos, de logo, denunciar o ato como atentatório à Constituição e à moral pública. Corre, com insistência, a notícia de que a relação dos contemplados já está organizada e é verdade que desconhecemos o critério adotado para a distribuição de verbas. Sabemos, entretanto, que várias entidades desta Capital serão aquinhoadas e, dentre elas, o Jóquei Clube de Goiás, que receberá a quantia de duzentos mil cruzeiros. Pode essa instituição merecer a dádiva oficial. Pode ser justíssima. Mas está errado. [...] Evidentemente, se o Jóquei Clube de Goiás vai receber 200 mil cruzeiros, é preciso que saibamos quanto será destinado à Santa Casa de Goiânia e o que o Atlético de Campinas (entidade desportiva que congrega um numeroso grupo de aficionados [SIC] do futebol goiano) também obterá do governo. Em Buriti Alegre há diversas instituições de caridade e, em Anápolis, outras ainda mais existem que podem e devem merecer a ajuda oficial. E os clubes do interior? Ademais, é preciso que saibamos como serão empregados os 200 mil cruzeiros destinados ao Jóquei Clube de Goiás, se para a construção de ginásio, da piscina ou de uma praça de esportes? (*JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 28 mar. 1954, p. 6).

Assim, o deputado enfatizou, segundo o jornal, que a verba deveria se voltar para questões sociais (assistência social, filantropia, desportivo, etc.) e teria que ser fiscalizado pelo poder público e pelo Tribunal de Contas. Lisboa Machado levava um requerimento à consideração do plenário. A matéria do jornal, não assinada, era favorável ao deputado. Por exemplo, o título era: “(Um grande deputado em ação) Vai falar sôbre as rendas da loteria e sua aplicação o [SIC] Tribunal de Contas” (*JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 28 mar. 1954, p. 6).

A visão favorável pode ter relação com Antônio Lisboa Machado (1916-1997) ser um aliado político do diretor do jornal, o jornalista, professor e servidor público Alfredo Nasser (1905-1965). O *Jornal de Notícias (GO)* foi publicado durante a década de 1950. Conforme a Associação Goiana de Imprensa (1980), na sua primeira fase, em 1952, o jornal era um órgão do Partido Social Progressista. Na segunda fase, em 1956, passaria a ser um jornal noticioso. Em ambas com direção de Alfredo Nasser, que fora duas vezes deputado estadual em Goiás e também duas vezes deputado federal por Goiás. Também foi senador por Goiás. Lisboa Machado, por sua vez, fora suplente de Nasser, tendo assumido o mandato de deputado federal em seu lugar na legislatura de 1963. Alfredo Nasser, por sua vez, participara da campanha da Aliança Liberal, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Já em 1935, participara da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Ele exercera cargos públicos enquanto dirigia o jornal, pois era membro do Conselho Nacional de Economia. Em 12 de outubro de 1961, fora nomeado ministro da Justiça, o que pode ter ocasionado no fim das atividades do *Jornal de Notícias (GO)*.

Há mais de uma centena de edições do *Jornal de Notícias* (GO) com menção ao Jóquei Clube no arquivo da Biblioteca Nacional Digital. Contudo, as menções às atividades esportivas eram poucas. De modo geral, nessas ocasiões, o time de basquete era o foco. Por exemplo, na edição 00241, o jornal cobriu a reunião de planejamento do ano de 1958 da equipe de basquete do Jóquei Clube de Goiás. O jornal dera destaque para Giovane Peclat, que salientara que seria “exigida rigorosa disciplina dos atletas. Disse que irá fazer um corte dos elementos inscritos no quadro de atletas do Jóquei, elementos êstes [SIC] que não aparecem nos treinos e não levam a sério os seus compromissos” (*JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 26 fev. 1958, p. 6). Santana, Bonett e Macêdo (2007) trazem um único depoimento com uma menção a uma atividade esportiva, de Marilda de Godoi Carvalho:

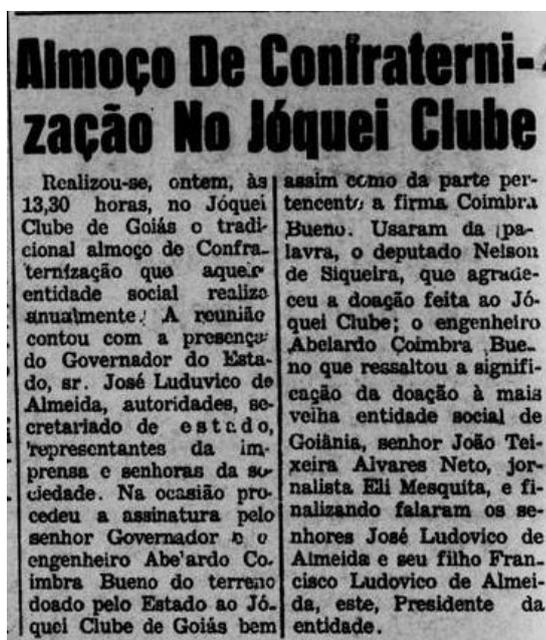
Quando fundaram o Automóvel Club, que depois trocou para Jóquei, foi também uma maravilha! Eu mesma, em solteira, jogava basquete lá. A filha do Pedro, a Lívia, era uma pessoa muito modesta, ela... participava dos bandos. Nesse tempo, a gente já morava numa casa na Rua 7. Nós íamos em bando de noite jogar basquete lá. Todas já terminando o Curso Normal, já tendo outras atividades. E também... meu marido mesmo quando chegou aqui jogava tênis lá. (SANTANA, BONETT, MACÊDO, 2007, p. 186).

Desse modo, trabalhamos com a hipótese de que o Jóquei Clube de Goiás nesse período atuava mais como um clube social no espaço urbano goianiense do que como um clube esportivo. Entretanto, nenhuma dessas atividades seria acessível para a maioria da população. Como mencionado anteriormente, o colunista Cirano de Bergerac elogiava as festas do Jóquei Clube. Contudo, algumas críticas transpareciam em algumas ocasiões. Principalmente em relação ao “preço exorbitante” do clube. “O Jóquei Clube de Goiás, apesar de toda a renda, só promove para seus associados, as seguintes festas: Carnaval (mesa com preço exorbitante), Festa Junina e o “Reveillon”.” (BERGERAC, *JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 24 jun. 1958, p. 2). Na edição 00413, de 30 de janeiro de 1959, o colunista informava um aumento na mensalidade dos sócios contribuintes. O novo valor seria de Cr\$ 200,00. Em 1959, as mesas para o reveillon custariam Cr 1. 000,00 (BERGERAC, *JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 17 dez. 1959, p. 3). Um valor menor do que as mesas para o carnaval de 1958, o que possivelmente explicaria porque o preço da mesa de carnaval causava uma maior indignação no colunista.

Em 3 de dezembro de 1958, o colunista fora ainda mais crítico aos preços do clube ao divulgar a possibilidade de uma apresentação da Orquestra Ruy Rei no Jóquei Clube de Goiás. “Os associados daquela novel entidade encontram-se em intensa expectativa a espera dos preços que serão fixados, para as duas noitadas. Além de cobrarem caríssimo, os associados ficam

obrigados a reservar as mesas para as duas noitadas” (BERGERAC, *JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 3 dez. 1958, p. 3).

Retomando a ligação do clube com os políticos, um evento se destacaria dos demais: a doação de terras por parte do governo estadual e da empresa Coimbra Bueno para o Jockey Clube de Goiás. Em 5 de janeiro de 1957, ocorreu um almoço “tradicional” nas dependências do clube. O então governador do estado de Goiás, José Ludovico de Almeida, e o engenheiro Abelardo Coimbra Bueno assinaram a doação das terras para o clube durante esse evento. Rememorando esses eventos, *O Popular* (2017) e o *Jornal Opção* (2018) apontariam que a área doada fora de cerca de 22 mil metros quadrados.



Notícia da doação na capa do jornal. O colunista Cirano de Bergerac também mencionou esse evento na coluna “Gente bem”, também publicada na edição 00127. Fonte: *Jornal de Notícias (GO)*, 1957, disponível na Biblioteca Nacional Digital.

Assim, participaram dessa reunião o então governador do estado, José Ludovico de Almeida, e o engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, além de jornalistas e “senhoras da sociedade”. O engenheiro ressaltara “a significação da doação à mais velha entidade social de Goiânia” (*JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 6 jan. 1957, p. 1). Além disso, o então presidente do Jockey Clube de Goiás, Francisco Ludovico de Almeida, era filho do governador José Ludovico de Almeida, quem, por sua vez, era sobrinho de Pedro Ludovico Teixeira.

A reunião contou com a presença do Governador do Estado, sr. José Ludovico de Almeida [SIC], autoridades, secretariado de estado, representantes da imprensa e senhoras da sociedade. Na ocasião procedeu a assinatura pelo senhor Governador e o

engenheiro Abe'ardo Coimbra Bueno [SIC] do terreno doado pelo Estado ao Jóquei Clube de Goiás bem assim como da parte pertencente a firma Coimbra Bueno. (*JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 6 jan. 1957, p. 1).

Curiosamente, essa doação de terras aparentemente não recebera a mesma cobertura crítica do jornal como a doação da quantia de Cr\$ 200.000. Por fim, o colunista Cirano de Bergerac cobriu o processo de reforma do Jóquei Clube. Já em 1957, o Jóquei Clube ficaria fechado um mês para uma reforma em todas as suas instalações. “Depois de terminar a reforma pela qual está passando o Jóquei Clube de Goiás, (somente das instalações), a diretoria daquela entidade recreativa abrirá as suas portas para freqüência diária e também funcionará o serviço de restaurante” (BERGERAC, *JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 28 mar. 1957, p. 3).

Em 1959, o colunista debochou dessa reforma ao divulgar que o clube passaria novamente por uma reforma. “O Jóquei Clube de Goiás vai mesmo passar por uma reforma em todas as suas instalações. Quando foi anunciada uma completa reforma, aquela entidade permaneceu longo tempo fechada, reabrindo sem modificação nenhuma. Somente a pintura” (BERGERAC, *JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 28 fev. 1959, p. 3). Alguns meses depois, já durante o processo de reforma, o colunista voltaria a apresentar uma visão negativa. Dessa vez, apontava que durante o período em que ficasse com as portas fechadas, o Jóquei Clube de Goiás poderia perder espaço para a concorrência no cenário cultural de Goiânia:

Naquela oportunidade, o senhor Edgar Magalhães, em breves palavras, colocou os ouvintes da Rádio Anhanguera, bem como os associados do Jóquei Clube de Goiás, a par dos acontecimentos que vem desenvolvendo atualmente com a diretoria dessa entidade, no que se diz respeito a reforma de suas instalações. Finalizando, ainda diz, que o Jóquei Clube, ao ser reaberto, manterá diariamente, em funcionamento, uma bem decorada boite, um perfeito serviço de restaurante e churrascaria, que contará, para maior surpresa de todos, com a animação de um conjunto, permanente, a ser contratado na Capital Paulista. Boa notícia, sem dúvida alguma. Agora, resta esperar mais alguns dias. **Enquanto isso o “baby” vai crescendo.** (BERGERAC, *JORNAL DE NOTÍCIAS (GO)*, 24 out. 1959, p. 3). (grifo meu).

A previsão do colunista se tornaria realidade quando o Jóquei Clube fechasse novamente as suas portas na década de 1960. Oliveira (1999) aponta que a partir dessa década, novos clubes sociais reduziram o brilho do Jóquei Clube de Goiás. Como veremos no próximo tópico, Goiânia passou por várias mudanças culturais nessa época, além de um acentuado crescimento demográfico graças à construção de Brasília. “Do período que vai de 1964 a 1974, Jóquei Clube ficou em reforma, perdendo a população de Goiânia o seu principal local de encontro” (OLIVEIRA, 1999, p. 68). Assim, a reforma que demolira a primeira sede social para a

construção da segunda foi um momento em que a população de Goiânia passaria a procurar o lazer em outros clubes sociais e em outras atividades.

### **2.3 A segunda sede social do Jóquei Clube: do surgimento à crise**

Enquanto o tópico anterior buscava compreender o lugar da primeira sede social do Jóquei Clube de Goiás no espaço urbano goianiense, este tópico busca os motivos que levaram a crise financeira do clube. Ginzburg (1989) propõe um paradigma indiciário, que seria um método interpretativo focado nos “resíduos” e nos “dados marginais” reveladores. Assim, como um médico ou um detetive literário, “a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 152). Dessa maneira, para o autor, a existência de uma conexão aprofundada “que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177).

A partir desse paradigma, este tópico investiga uma das hipóteses deste trabalho: que o “abandono” do Jóquei Clube de Goiás refletiria uma mudança nas práticas sociais da população da cidade. Como abarca um período de mais de 50 anos da história de Goiânia, entre a década de 1960 e o início dos anos 2000, optou-se por alguns eixos norteadores para a análise: 1) as motivações por trás da construção da nova sede, além da reação negativa de uma parcela da população; 2) as mudanças na cidade no período analisado referentes à cultura e à moradia, com foco no Setor Central, além dos usos do clube pela população, sugerindo um lento processo de mudança no público-usuário; 3) por fim, a crise e o abandono.



**Jóquei Clube de Goiás em 2016. Na imagem é possível notar as telhas quebradas e as piscinas esvaziadas do clube. Fonte: Jornal Opção (2016).**

O jornalista Lourival Batista Pereira, colunista do jornal *O Popular* que se mudara para Goiânia em 1953, rememorou que já nessa década o "Clube mais frequentado era a Associação Bancária de Goiânia. O Jóquei Clube de Goiás passava por uma fase de baixo astral, mal funcionava. Os jovens preferiam a Associação Bancária de Goiânia" (GOIÂNIA, 1985, p. 257). O próprio Francisco Ludovico de Almeida, que fora presidente do clube na década de 1950, ofereceu um relato semelhante. Enquanto em 1943 o "ponto de encontro" dos médicos de Goiânia era o Jóquei Clube, nas décadas posteriores:

Nessa fase pioneira de nossa medicina que se organizava, a base social de Goiânia, continuava sendo o Jóquei Clube de Goiás, mas a boate do Lago das Rosas representava uma boa alternativa para os prolongamentos da noite. [...] Depois daquela fase inicial, onde era possível fixar pontos de convergência social e mesmo de encontros, o desenvolvimento da cidade foi de tal intensidade que todos nós nos diluímos e apenas em alguns fatos ligados à atividade profissional podemos nos situar. (GOIÂNIA, 1985, p. 238 e 239).

Percebe-se também no depoimento evidências da mudança cultural pela qual passava a cidade. Goiânia entrava na fase que Oliveira (1999) denominou de metrópole [1960-1980]. "O crescimento demográfico dificulta a homogeneização das práticas de lazer que se diversificavam entre as danceterias, bares, festas universitárias, etc." (OLIVEIRA, 1999, p. 57). As características destacadas pelo autor para definir esse novo momento da cidade são: o crescimento demográfico acentuado; exercer uma função de liderança econômica e política; além de possuir meios de transporte rápidos e constantes. Com isso, também houve um agravamento dos problemas infra-estruturais da cidade, embora nesse momento a "modernidade" ainda era vista como um sinal de progresso.

**O antigo monopólio de lazer para a elite de Goiânia exercido pelo Jóquei Clube, a partir da década de 60, começa a perder seu vigor. Há uma diversificação de**

novos clubes sociais como o *clube privé*, mais tarde (196) *Country Clube* (formado quase exclusivamente por médicos), o *Clube de Regatas do Jaó* (fundado em 1962), o *Goiânia Tênis Clube*, o *Balneário Meia Ponte*, o *Clube Oásis*, etc. **A desagregação da elite goianiense ocorreu em conseqüência de seu crescimento.** (OLIVEIRA, 1999, p. 77) (grifo meu).

As festas de *réveillon* e os bailes de carnaval, ainda segundo o autor, também se fragmentaram por causa do surgimento de novos grupos sociais sem vínculos com as famílias tradicionais. A juventude na década de 1960, como demonstrou o depoimento de Francisco Ludovico de Almeida, frequentava as casas noturnas (boates e dancings). A maioria localizada no centro da cidade. Para Oliveira (1999), essa nova forma de lazer também demonstrava uma mudança nos valores culturais:

Essas casas dançantes, freqüentadas principalmente por jovens **exprimem mudanças de valores culturais, já que nos anos 40, a diversão tinha caráter mais familiar.** [...] Já as festas em boates e danceterias dos anos 60, 70 e 80 tornaram mais movimentadas. [...] a luz negra ou o jogo de luzes impediam que se reconhecessem as pessoas que dançavam ao seu redor - **enquanto a conhecibilidade era o pré-requisito das festas dos anos 40 e 50, agora o anonimato tornou-se o ideal. Isso dava uma certa liberdade** aos freqüentadores desses ambientes, se **comparado às festas nos clubes** ou em casas de família. (OLIVEIRA, 1999, p.80) (grifo meu)

Em textos posteriores, o autor continuaria defendendo a mesma posição.<sup>48</sup> Mesmo limitando a comparação apenas aos clubes sociais e esportivos, a década de 1960 também representou uma proliferação destes em Goiânia. Além disso, a maioria contava com ambientes mais modernos do que o Jóquei Clube, uma área física maior e programas mais amplos do que aquele que até então era o mais tradicional clube da cidade. Frota e Caixeta (2011) fazem uma sucinta comparação entre os novos clubes e o Jóquei:

Goiânia, então, contava com vinte e nove anos de idade. Neste período, surgem uma série de outros novos clubes: o Clube Balneário Meia Ponte (1960-62) e o Country Clube de Goiás (1960-64), ambos projeto do arquiteto Eurico Godoy; o Clube Caiçara

---

<sup>48</sup> "Entre as décadas de 1960 e 1980, a cidade de Goiânia passou por uma forte mudança cultural. Nesse período, parte de seus habitantes abandona os hábitos provincianos e adota valores típicos de habitantes de grandes cidades. O fator sociológico que explica essas mudanças culturais foi o aumento demográfico, conseqüência do êxodo rural, que marcou a sociedade brasileira da época e da imigração impulsionada pela construção de Brasília, uma vez que muitos imigrantes optaram por morar em Goiânia. O crescimento demográfico foi vertiginoso, de 74 mil habitantes em 1955, aumentou para 251 mil em 1965, 518 mil em 1975 e 800 mil em 1980. (IBGE, p. 1981). Por um lado, esse incremento populacional foi responsável pelo crescimento desordenado da cidade e, conseqüentemente, pelos loteamentos sem infra-estrutura e pelas inúmeras ocupações urbanas que descaracterizaram o planejamento inicial da cidade, agravando os problemas de pavimentação, saneamento básico, transporte coletivo e degradação ambiental. Por outro lado, esse crescimento veio acompanhado de novidades infra-estruturais importantes: a Usina Serra Dourada (1960), as Universidades Católica (1959) e Federal (1960), o Cemitério Parque (1961), o Centro Penitenciário de Goiás – CEPAIGO (1964), o Estádio Serra Dourada (1973), o Autódromo Internacional de Goiânia (1973), o Parque Infantil Mutirama (1969), o edifício-estacionamento Parthenon Center (1976), edifícios de apartamentos, motéis, etc." (OLIVEIRA, 2012, p.143 e 144).

(c. 1962), projeto Ulpiano Muniz; o Automóvel Clube de Goiás (final de 1962), projeto de Elder Rocha Lima; e ainda, o Clube Social Feminino (c.1958-62); o Goiânia Tênis Clube (1960-); o Clube Oásis (c.1962-) e o Clube Cruzeiro do Sul (1962-68), a maioria deles localizada em zonas suburbanas e com características marcantes do clube campestre. **O Jóquei Clube de Goiás, fundado em 1938, era, até então, o único clube da cidade. Localizado no centro urbano, próximo ao Teatro Goiânia, ele ocupava uma área de 26 mil m<sup>2</sup> e sua sede era composta por um sobrado eclético, uma piscina olímpica com trampolim e um bosque.** Grande parte da vida social girava em torno deste clube que, juntamente com a Rua 20, compõe um dos espaços mais representativos na memória coletiva dos pioneiros da cidade. (cf. LIMA & MACHADO, 2007) A sede dos novos clubes envolvia amplos programas, edifícios modernos e ocupavam uma área total bem maior que a do, então, Jóquei Clube. **A área inicial do Clube de Regatas Jaó abrangia 110 mil m<sup>2</sup>, com 6.000 metros de área coberta e “decoração da mais alta categoria”, segundo crônica da época.** (FROTA et al, 2011, p. 5 e 6) (grifo meu)

Ainda a título de comparação, o Clube de Regatas Jaó oferecia:

estacionamento, a área social, administrativa e esportiva; possuía em sua área coberta, além dos ambientes de apoio, um grande hall de distribuição, com 200 m<sup>2</sup>, que dividia a área administrativa da área social e as ligava à área esportiva (quadras e piscinas); um salão social com 1.100 m<sup>2</sup>, previsto para festas, shows e eventos; uma biblioteca e o chamado "Cassino", localizado em edificação separada. (O SOL, 1967) Já a segunda, composta pelo clube infantil, incluía em seu programa áreas cobertas e áreas de recreação aberta. O projeto aproveitou as águas do córrego Jaó, para formar espelhos d'água, cascatas e bicas que permeiam ao longo do clube. [...] A área externa desta parte do clube possui quatro piscinas, dois vestiários subterrâneos, duas quadras de vôlei, duas quadras de peteca, seis quadras de tênis, duas quadras de basquete, duas quadras de futsal e três campos de futebol society. Possui em sua área coberta lanchonete, berçário, vestiários e salão de festas; e em sua área externa piscinas infantis, quadras de basquete, vôlei e futsal infantil, além de dois campos de areia (futebol, vôlei e peteca) e dois play-grounds. A documentação existente contabiliza as seguintes áreas inicialmente construídas: 4.830 m<sup>2</sup> de lagos ornamentais, 4 fontes luminosas, 10 repuchos ornamentais e 2 lagos para pescaria. (FROTA et al, 2011, p. 7)

Eis que em 1962, a diretoria do clube lançou um concurso nacional para arquitetos projetarem uma nova sede social no mesmo local da antiga (JORDANO, 2017). Em 1963, os arquitetos Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) e João Eduardo de Gennaro (1928-2013) projetaram a nova sede social.<sup>49</sup> Para a construção da nova sede, o prédio da antiga sede foi demolido. Assim, o Jóquei Clube ficara fechado por uma década, entre 1964 e 1974 (OLIVEIRA, 1999). O novo edifício era localizado em um terreno compacto em relação aos novos clubes que proliferavam pela cidade, possuindo uma área construída de 11.500 m<sup>2</sup> e sendo um clube de caráter eminentemente urbano (CAIXETA et al, 2013).

<sup>49</sup> Há um desencontro de informações sobre o ano em que teria sido realizado o concurso e saído o resultado. 1963 é o ano listado na cronologia de projetos e obras do livro *América, cidade e natureza*, do arquiteto Paulo Mendes da Rocha com Maria Isabel Villac. Curiosamente, a cronologia não lista João Eduardo de Gennaro como co-autor do projeto. Paulo Mendes da Rocha comentou sobre o projeto do Jóquei Clube no livro, agradecendo a ajuda do engenheiro Siguer Mitsutani com as estruturas do Jóquei Clube e da Capela de São Pedro.

A destruição da primeira sede social, segundo Irina Oliveira (2015), foi um dos primeiros acontecimentos que geraram uma preocupação com o patrimônio cultural da cidade. Eliézer Oliveira (1999), por sua vez, considera essa preocupação com os bens culturais de Goiânia como pertencente principalmente a uma parcela pequena da intelectualidade do período. Porém, notamos nos depoimentos dos moradores pioneiros a semente da insatisfação social que levaria a luta pela patrimonialização dos bens culturais de Goiânia. Além disso, intelectuais são cidadãos como quaisquer outros, também fazendo parte dos vários grupos sociais que compõem a sociedade.

Como mencionado anteriormente, movimentos sociais são “mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social” (VIANA, 2016, p. 48). Embora essa insatisfação só traria mobilizações maiores nas décadas seguintes, ela se relaciona com um movimento social crescente no mundo e no país. Assim, podem ser vistas como “embriões” que levariam as lutas pela patrimonialização em Goiânia. Entre esses “intelectuais” destacava-se o professor, escritor, historiador e jornalista goiano José Mendonça Teles (1936-2018). De acordo com Irina Oliveira (2015) e como visto no primeiro capítulo, Teles foi um dos grandes atores na defesa do patrimônio cultural de Goiânia.

Em Goiânia, um processo semelhante a esse pode ser observado, do fim da década de 1970 em diante, com o surgimento das primeiras iniciativas para a preservação dos testemunhos materiais da construção da capital. A motivação para essas ações partiu da reação à demolição de alguns edifícios do núcleo pioneiro da cidade, como a antiga sede do Jóquei Clube, a Santa Casa de Misericórdia e residências pioneiras da Rua 20. [...] Diante desse panorama, intensifica-se a preocupação de um determinado grupo da sociedade em preservar os testemunhos históricos dos primórdios da cidade. Isso resulta nos processos institucionais de salvaguarda patrimonial, que culminaram no tombamento federal de 2003 (OLIVEIRA, 2015, p.90 e 91).

Irina Oliveira (2015) explora como os moradores pioneiros lamentaram o crescimento desenfreado da cidade nas décadas de 1960 e 1970, o aumento da violência, a perda do patrimônio cultural e da memória dos primeiros anos de Goiânia. Percebemos o mesmo sentimento presente nos depoimentos dos moradores pioneiros colhidos na década de 1980, seja em Goiânia (1985) ou em Teles (1986). O trabalho de Lima Filho (2007) colheu e analisou depoimentos dos pioneiros já no início dos anos 2000. Mesmo com uma passagem de tempo de mais de 20 anos, esses moradores continuavam apresentando sentimentos semelhantes, especialmente em relação ao patrimônio perdido.

A escritora Marietta Telles Machado, por exemplo, considerou um “crime” contra a cidade a demolição da primeira sede do Jóquei Clube de Goiás. “Um dos crimes perpetrados

contra a cidade foi a demolição da antiga sede do Jóquei Clube, um dos símbolos de Goiânia. Em seu lugar, construíram um barracão de concreto, destituído dos mais leves traços de beleza e de bom gosto” (GOIÂNIA, 1985, p. 312 e 313). A moradora pioneira Célia Coutinho Seixo de Britto, filha do primeiro vice-presidente do Jóquei Clube, dedicou uma considerável parte do seu depoimento sobre a memória cultural da cidade para o clube. Embora destacasse a modernidade da nova sede, também demonstrava tristeza pela perda da antiga e uma preferência pela mesma:

Goiânia, desde o início tratou da organização da sua sociedade. Logo no começo de sua vida, dia 20 de abril de 1935, foi fundado seu primeiro clube - o Automóvel Clube, já na sua sede própria construída à Avenida Anhanguera, passando a chamar-se depois Jóquei Clube. Nasceu, pode-se dizer, com Goiânia, há 50 anos. O Dr. Carlos Alberto de Freitas, um médico baiana, fanático pela nova Capital e muito dinâmico, antes dono e operador de um hospital de Bonfim, hoje Silvânia, foi o primeiro presidente do Automóvel Clube, meu pai, João José Coutinho, o vice-presidente. **Sua primeira sede, no mesmo local da de hoje, comportava folgadoamente a sociedade goianiense da época. Seu estilo pitoresco era agradável e convidativo. Mas, apesar do seu amplo salão de festas e de dependências suficientes para tudo, com o tempo tornou-se pequena, não servindo mais para a sua importância social.** A população crescera exageradamente e os associados aumentaram muito. A elite social ali se concentrava para as festas de gala: "reveillons", bailes de formatura, recepções de grandes casamentos, bodas e jubileus, jantares dançantes aos domingos, festas juninas e os famosos e quentes bailes carnavalescos. O antigo Jóquei Clube ficara célebre na crônica social de Goiânia pelas desordens que às vezes ocorriam nos seus festejos de Momo, pela falta de polidez e excesso... de animação de foliões descontrolados. **Demolida a primeira e histórica sede do Clube, que serviu muitos anos, levantou-se em seu lugar a de hoje, grande, moderna, imponente, outro estilo arquitetônico; mas, para mim, sem o agradável acolhimento da antiga, com sua singeleza, suas numerosas colunas e suas pérgulas floridas.** (TELES, 1986, p. 46 e 47) (grifo meu).

Esse depoimento demonstra como a primeira sede aparece nas memórias dos pioneiros. A segunda sede, por sua vez, só apareceu nesses dois depoimentos analisados. Em ambos os casos de uma forma depreciativa. Além disso, como pontua Irina Oliveira (2015), a partir de 1964, os governantes eram nomeados pelo regime ditatorial. Esses “persistiam no ideário desenvolvimentista herdado de Ludovico e reforçado por Juscelino Kubistchek com Brasília, marcando profundamente a configuração da cidade” (OLIVEIRA, 2015, p. 66). A capital vivia problemas gerados pela explosão demográfica e territorial, além de uma sobrecarga no sistema viário e do transporte coletivo.

De acordo com a mentalidade corrente entre os administradores públicos daquele momento, esse progressismo seria traduzido na forma de intervenções urbanas de grande impacto. Assim, estimulam-se o adensamento urbano, através da verticalização do centro da cidade; a implantação de infraestruturas, como a rede de drenagem pluvial da Avenida Anhanguera, executada na gestão do Prefeito Manoel dos Reis; o alargamento de vias e a criação de estacionamentos, como os propostos

para a Avenida Goiás; a expansão de eixos viários, como o ocorrido com a Avenida Goiás Norte na década de 1980. Dentro desse contexto, observa-se que as premissas desse utilitarismo progressista não pareciam deixar brechas para a frugalidade dos jardins da Praça Cívica e da Avenida Goiás, sacrificando o pitoresco de Corrêa Lima em nome do “bem-estar das pessoas e [d]o conforto dos trabalhadores” (DIÁRIO DA MANHÃ, 19 nov. 1981), como afirmou o Prefeito Índio Artiaga, ao justificar a retirada de árvores dessa via para a instalação das baias destinadas às paradas de ônibus naquele mesmo período. (OLIVEIRA, 2015, p. 66).

O primeiro capítulo deste trabalho abordou as lutas que surgiram nesse período pela salvaguarda dos bens culturais. Portanto, neste tópico interessa principalmente como o Jóquei Clube esteve entre esses bens culturais perdidos. Entretanto, como vimos no primeiro capítulo, as décadas de 1960 e 1970 marcaram a perda de vários monumentos. “Diante desse panorama, intensifica-se a preocupação de um determinado grupo da sociedade em preservar os testemunhos históricos dos primórdios da cidade” (OLIVEIRA, 2015, p. 91).

Dentro desse grupo, havia José Mendonça Teles. Em 1980, Teles, membro do Conselho Estadual de Cultura, e o também escritor Jacy Siqueira, presidente da Fundação Cultural de Goiás, elaboraram o projeto que se tornaria a Lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, a primeira legislação municipal de preservação do patrimônio cultural goianiense. Teles também contribuiria na elaboração de outras legislações municipais e estaduais relativas à preservação. Dessa maneira, é de suma importância observar as suas motivações, por exemplo, a descrição negativa que fez da nova sede do Jóquei Clube e do “desenvolvimento” que levava a perda dos “marcos mais importantes” de Goiânia:

Vê-se, pois, que Goiânia é profundamente uma cidade nova, e que somente agora está colhendo os frutos da primeira geração. Entretanto, que tristeza carregamos nós, seus frutos dessa primeira geração, nós que vivemos as três primeiras décadas enraizados no calor humano de suas ruas, sentindo nos olhos o reflexo do desenvolvimento, ao deparar-nos, entrestecidos [sic], **que os marcos mais importantes da Cidade desapareceram em menos de 20 anos, para atender, segundo os administradores, aos reclamos do desenvolvimento. [...] Talvez a ressonância da revolta que atingiu a população goianiense, quando da destruição de alguns marcos históricos, tenha concorrido para que os dirigentes administrativos se conscientizassem e reconstruíssem alguns desses monumentos**, como aconteceu com o Coreto da Praça Cívica, com o Cruzeiro do Setor Sul e com o Lago das Rosas. **Mas o perigo ainda continua, se considerarmos que o progresso, premissa maior de um processo de desenvolvimento, é uma realidade no contexto goiano, e a explosão populacional, provocando sérios transtornos no planejamento urbanístico, pode ocasionar a destruição desses patrimônios tão enraizados em nossas tradições.** [...] Quando se deu o Batismo Cultural de Goiânia, em 1942, a Cidade se orgulhava de mostrar aos visitantes aqueles monumentos que se tornaram símbolos de uma urbe moderna, como, por exemplo, o Cine Teatro Goiânia, todo o conjunto de edifícios públicos da Praça Cívica, com seus obeliscos, fontes luminosas e coreto, o ajardinamento da Av. Goiás, a rua mais larga de Goiânia [...]. **O Automóvel Clube (atual Jóquei Clube) foi derrubado para ser colocada, em seu lugar, uma caixa de cimento armado;** [...] o prédio dos Correios e Telégrafos, da Praça Cívica, foi criminosamente destruído, sem falar nas casas residenciais que a cada ano que passa cedem diante dos tentadores arranhas-céus. [...] Urge que tomemos

providências enérgicas para salvar alguns patrimônios da Cidade, tão nova e já desmemoriada. (TELES *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 101) (grifo meu).

José Mendonça Teles possuía um grande carinho pela primeira sede social do Jóquei Clube, chegando a questionar numa crônica como um morador de Campinas poderia gostar tanto desse clube que não era “seu”.<sup>50</sup> Por mais que houvesse uma reação negativa em parte dos moradores pioneiros, haveria novos usos e apropriações da nova sede do Jóquei Clube pela população. Em um lento processo, o público do clube também mudaria. Se a primeira sede seria mais lembrada como um clube social da elite, a nova sede aparece nos depoimentos em lembranças esportivas das décadas de 1970, 1980 e 1990. Além disso, em 2000, o clube seria apropriado por uma população marginalizada, como veremos adiante.

No período da Goiânia “metrópole” [1960-1980], de acordo com Oliveira (1999), a cidade passou por inúmeras atitudes que mudaram as práticas sociais da população, tais como um crescimento demográfico acentuado; uma maior complexidade na divisão de trabalho; novas formas de moradia, lazer e de meios de transporte. Além de possuir uma juventude universitária, graças às construções da Universidade Federal de Goiás e da Universidade de Goiás (PUC-GO), assim como uma maior relevância do estado de Goiás dentro do país (ARRAIS et al, 2016). As décadas seguintes também trariam mudanças.

Oliveira (1999) considera o período seguinte como “cidade pós-moderna”, a partir de 1980 até o ano de publicação da dissertação (1999). Consideramos que a análise do autor se sustenta pelo menos até 2020, quando a pandemia da Covid-19 alteraria o cenário cultural da cidade.<sup>51</sup> Assim, ampliamos a categoria “cidade pós-moderna” para o período entre 1980 e 2020. O autor usa dois critérios principais para essa nova categoria: a intensificação da relação entre Goiânia e as cidades do entorno, ou seja, com o interior de Goiás; e o acidente radioativo do Césio-137.<sup>52</sup> Além disso, vale ressaltar que a partir da segunda metade da década de 1980 e durante os anos 1990, o país passava pelo período da redemocratização, o que também afetaria os hábitos culturais da população.

---

<sup>50</sup> "Desta vez a lembrança busca o Jóquei Clube de meu tempo [...]. Eu disse Jóquei de meu tempo, apenas numa visão histórica, porque o Jóquei mesmo estava em Goiânia, e eu estava em Campinas [...] Campinas de lá, Goiânia de cá [...]. Tenho tantas lembranças desse Jóquei que não era meu. [...], pois lugar de campineiro era em Campinas" (TELES *apud* AMARAL, 2008, [online]). Além disso, Teles também contribuiu para que o Hipódromo da Lagoinha fosse tombado pelo município.

<sup>51</sup> A pandemia alterou os hábitos da população. Por causa das regras de isolamento social, vários estabelecimentos ficaram fechados durante meses ou abriram com ocupação reduzida, as viagens foram dificultadas, etc. Os eventos culturais com participação popular, em alguns casos, passaram a ser transmitidos *online*. O próprio Jóquei Clube de Goiás aderiu ao momento e criou um canal no *Youtube* para transmitir as corridas de cavalo no Hipódromo da Lagoinha. O canal pode ser acessado pelo link: <<https://www.youtube.com/c/JoqueiClubedeGoi%C3%A1s>>.

<sup>52</sup> Conf. o tópico 2.1.2 O patrimônio cultural e o espaço urbano goianiense.

A partir de 1980, segundo o autor, houve uma mudança no discurso predominante sobre Goiânia, pois o crescimento populacional descontrolado trouxera problemas e a cidade sofrera discriminação depois do acidente. Desde o começo, os moradores de Goiânia se preocupavam que fosse vista como desenvolvida e representativa do progresso pelos outros estados. Com o acidente do Césio-137, a imagem de eficiência e progresso foi invertida, dando lugar a uma imagem negativa, de negligência, ignorância e pobreza. Essa foi a maior discriminação da história de Goiânia, causando prejuízos a economia goiana. Assim, surgiu um novo discurso sobre a cidade, visando criar uma nova imagem de Goiânia após o acidente do Césio-137: uma cidade ecológica.

Essa “mudança de imagem de Goiânia em direção à ecologia foi responsável pela recuperação da imagem positiva da cidade, externamente abalada após o acidente radioativo em 1987” (OLIVEIRA, 1999, p. 141). Dessa maneira, a imprensa nacional elogiava as características relacionadas à ecologia, à qualidade de vida e às raízes sertanejas de Goiânia na década de 1990. Assim, houvera um ressurgimento de diversões ligadas à natureza, agora com os goianienses viajando para o entorno, também graças ao desenvolvimento dos meios de transporte. Afinal, os rios do interior não estavam tão poluídos quanto os da capital. Dessa forma, nos períodos das férias, do carnaval e do ano novo ocorreram migrações dos goianienses para as cidades vizinhas.

Essas são características de uma cidade pós-moderna, pois “se procura simular a tradição - uma prática de subsistência como a pesca é transformada numa venda, que mantém apenas aparência de pesca” (OLIVEIRA, 1999, p. 142). Portanto, as cidades do entorno absorveram a demanda dos goianienses que desejavam um “lazer tradicional”. O Jôquei Clube perdia público para as suas duas principais festas: réveillon e carnaval. Simultaneamente, o comércio varejista do Setor Central também perdia o seu público para os *shoppings center*. Principalmente, o centro deixava de ser atrativo para a elite, pois as lojas do centro exibiam “praticamente produtos populares”.

Além de perder as lojas comerciais, o Centro da cidade perdeu a sua função de lazer. A partir dos anos 60, o Centro passou a ter o maior número de cinemas, tendo perdido essa posição para os *Shoppings*. Perdeu também a sua função de servir como local de *footing* da juventude mais elitizada dos anos 50. Agora, os *shoppings* são locais que atraem esse grupo. (OLIVEIRA, 1999, p. 144 e 145).

As classes altas deixavam o centro, comercial e culturalmente. Oliveira (1999) pontua que no cenário pós-moderno, busca-se retornar aos valores tradicionais, como a proximidade da natureza e da comunidade, porém dentro da lógica do consumo. “Então ele *compra essas*

*formas tradicionais*, tira-as de seu contexto natural e as artificializa. Ele tenta fabricar a tradição, mas tradição fabricada não é tradição, é mercadoria” (OLIVEIRA, 1999, p. 152). Para o autor, Goiânia foi construída para ser “moderna” e se opor ao que representava uma sociedade tradicional. Entretanto, a contaminação da cidade ocorreu justamente por causa da tecnologia moderna. Assim, a cidade teria absorvido valores pós-modernos precocemente.

Esses valores pós-modernos também influenciaram nas formas de moradias dos habitantes, por meio dos condomínios horizontais fechados. Entretanto, antes desses condomínios, proliferaram primeiramente as moradias “verticais”. De acordo com Romualdo (2018), as torres de apartamento se popularizaram em São Paulo e no Rio de Janeiro já nas décadas de 1930 e 1940. Em Goiânia, contudo, essa nova forma de moradia se popularizou apenas nos anos 1950. Nesse período, esses edifícios surgiram primeiro nos setores Central, Oeste e Sul. Em 1960 e 1970, os prédios se expandiriam para os setores Marista e Bueno, até se espalharem por toda a cidade. “Segundo o PDIG – 2000 [...] foram construídos, entre 1975 e 1985, 4.304 edifícios de apartamento, sendo que, no Setor Central essa produção ultrapassa em poucas unidades a inicial de 1953 a 1975” (ROMUALDO, 2018, p. 60).

Segundo a autora, os apartamentos, na segunda metade do século XX, eram destinados majoritariamente para as classes alta e média. Os prédios do centro não possuíam estacionamento ou grandes áreas de lazer. Portanto, embora a verticalização do Setor Central atingisse o “auge” entre 1965 e 1975, já se encontravam estagnados nessa época. Assim, iniciava-se um lento processo de abandono gradativo do Setor Central. A autora considera que a Lei 5.019, de 1975, responsável pela implantação do sistema integrado de transporte da cidade e a inauguração do *Flamboyant Shopping Center*, em 1981, contribuíram para acelerar esse processo. “Inicia-se o abandono gradativo das camadas de alta renda e dos profissionais liberais do Setor Central, que migram para os setores do entorno e provocam a distribuição das atividades para outras localidades da cidade como o Setor Bela Vista e Bueno” (ROMUALDO, 2018, p. 60).

Dessa forma, a verticalização ocorreu também nos outros bairros. Enquanto o processo de verticalização do centro continuava de forma desacelerada, a verticalização dos outros bairros se intensificava. Simultaneamente, também surgia mais uma forma de morar na cidade nas décadas seguintes: os condomínios horizontais fechados. Esses condomínios eram voltados para as camadas com maior poder aquisitivo, oferecendo “atrativo de lazer, status social, qualidade de vida, segurança, proximidade com a natureza e facilidade de serviços” (CARVALHO, 2017, p. 45).

Oliveira (1999) defende que esses condomínios horizontais refletiriam os ideais da pós-modernidade, já que seriam a versão mercadológica de uma “comunidade” e de um contato mais intenso com a natureza. Similarmente, Carvalho (2017) também relaciona esses locais com a lógica mercadológica das cidades contemporâneas. “Além de estabelecer uma drástica ruptura na paisagem urbana, separando o espaço coletivo de uso privado do espaço público, o muro evidencia processos de intensa desigualdade social” (CARVALHO, 2017, p. 46). Isso porque a maioria desses condomínios localizava-se nos subúrbios da cidade, dividindo o espaço urbano com a população das classes baixas, porém com um “muro” garantindo a separação espacial e simbólica entre essas pessoas.

No caso dos condomínios horizontais fechados, podemos perceber a repetição de um modelo padrão. A imagem, nesse tipo de empreendimento, é cuidadosamente trabalhada para resgatar referências positivas no imaginário da sociedade. O simbolismo é um dos elementos utilizados na estratégia de valorização imobiliária, buscando sempre relacionar os condomínios à qualidade de vida, segurança e valorização. Segundo Márcia Metran de Mello (2006), o imaginário goianiense possui raízes sólidas no mundo rural e um sentimento saudosista da vida do campo. Ao fazer uma relação entre essa afirmação e a realidade dos CHFs, pode-se imaginar que esse sentimento seja um dos elementos importantes para o sucesso dos condomínios horizontais fechados em Goiânia, já que eles se apresentam como uma forma tranquila de se morar. Entretanto, é preciso considerar a questão do *status social* como um dos principais elementos que garantem o sucesso desse tipo de empreendimento na capital goiana. [...] os condomínios horizontais fechados se caracterizam como a imagem de um lugar ideal para a moradia da classe média e da elite. Os projetos trabalham paisagens bucólicas, o contato com a natureza. E a presença marcante de muros e portarias trabalha a imagem de elementos essenciais para a garantia da segurança. Outros aspectos se tornaram aliados ao marketing usado para a promoção desses empreendimentos. O medo da violência urbana, a busca pelo contato com a natureza, a fuga dos problemas comuns às cidades e o *status social* são também utilizados para a sedução dos compradores de terrenos em condomínios horizontais fechados (CARVALHO, 2017, p. 52 e 53)

Os condomínios verticais de luxo, ainda segundo Carvalho (2017), aumentaram entre as décadas de 1980 e 1990. Assim, em pouco tempo esses setores teriam se saturado, o que faria o mercado imobiliário perceber uma demanda por outra tipologia de habitação de luxo, dessa vez em condomínios horizontais. Silva (2003), a partir de uma abordagem sociológica, divide em dois momentos específicos a migração das classes alta e média goianienses em busca de se afastar da violência urbana: em um primeiro momento, o refúgio dos condomínios verticais fechados, que ofereciam segurança, mas pouco lazer e áreas verdes; e em um segundo momento, os condomínios horizontais fechados, que “além de guaritas, circuitos internos de TV, eles contam com áreas verdes e de lazer” (SILVA, 2003, p. 56).

Dessa maneira, esses locais representariam uma nova forma de habitar a cidade e de fazer uso dos seus espaços urbanos. Eles ofereceriam segurança, tranquilidade e qualidade de

vida. “O diferencial dos condomínios horizontais em relação aos verticais se dá no espaço dispensado para a localização de aparelhos de uso coletivo, tais como praças, lagos, playgrounds, quadras esportivas e campos de futebol” (SILVA, 2003, p. 63). Dessa forma, para a autora, os moradores desses lugares teriam a sua disposição tudo que precisassem para evitar a vida pública da cidade.<sup>53</sup>

Silva (2003) pontua ainda que justamente por oferecerem uma estrutura de “alto nível”, com equipamentos esportivos, quadras e campos para práticas de esportes, pistas de *cooper*, áreas verdes, farmácias, supermercados, etc. que exigem grandes lotes para as suas construções, tornando-se inviáveis nos centros tradicionais. Eles seriam como “minicidades” dentro do espaço urbano. Segundo a autora, em 2003 já haviam quatorze condomínios fechados regularizados em Goiânia. Por exemplo, os condomínios Jardins Florença (1996) e Jardins Viena (1995) já ofereciam na segunda metade da década de 1990:

Tal Condomínio foi construído pela FGR Construtora S/A e lançado em 1996. Está localizado na Região Sudoeste, saída para Aparecida de Goiânia. Tem 160 moradores e um total de 480 lotes que variam de 434 a 1525m<sup>2</sup>. **Seu interior conta com bosque com nascentes, praças, quadras poliesportivas, pista de cooper e playgrounds, sistema integrado de segurança, monitoramento, rondas internas e externas. Costumam promover como eventos sociais: café da manhã, festas juninas, torneios esportivos e coleta seletiva do lixo.** [...] Lançado em 1995, o Jardins Viena também foi construído pela FGR Construtora S/A. Está localizado na Av. Rio Verde em Aparecida de Goiânia, com 185 famílias sendo uma média de 4 pessoas para cada família. Um espaço que contém 423 lotes variando de 434 a 1582m<sup>2</sup>, **com praças, pistas de cooper, quadras poliesportivas e playground.** **A realização de festas juninas, café da manhã, torneios esportivos e coleta seletiva do lixo são exemplos de seus eventos sociais.** (SILVA, 2003, p. 72 e 73) (grifo meu).

Se as mudanças nas práticas sociais dos habitantes de Goiânia já haviam retirado parte do público do Jockey Club nas festas de ano novo e de carnaval, os condomínios fechados na década de 1990 e começo de 2000 já realizavam por conta própria a festa junina e os torneios esportivos. Também contavam com amplos espaços para a prática de esportes em geral. Longe de representarem o único motivo para a crise do Jockey Club de Goiás, os condomínios

---

<sup>53</sup> A partir de 2000, os condomínios verticais também adquiririam características dos “condomínios-clubes”: “Os condomínios-clube ou clubes residenciais são assim definidos por incorporarem a imagem de um clube devido à quantidade de equipamentos de lazer disponíveis. Esses condomínios se instalam em terrenos grandes [...] O mercado imobiliário vem denominando “condomínios-clube” aqueles que oferecem áreas de lazer, sistema de segurança e pretensa “qualidade de vida”. A última denominação significa, com base em parâmetros almejados e ditados pelo mercado imobiliário, a oferta e disponibilidade de lazer e serviços complementares, tais como sala de ginástica, piscinas, sala gourmet, brinquedoteca e outros, cuja existência pressupõe que o morador não precise se expor à rua, domínio visto como o espaço da insegurança e da violência. A promessa de um condomínio-clube é proporcionar habitação e lazer reunidos e concentrados dentro dos limites do Condomínio” (SAMPAIO, 2009, p. 13)

horizontais fechados podem ser considerados como o último prego do caixão em relação à perda do público elitizado.

Entretanto, e os outros públicos em potencial do clube? De acordo com Boaventura, Fiaccadori e Boaventura (2016), a nova sede se destacava principalmente pelos torneios esportivos que promovia, como os de basquete e de sinuca. As festas de carnaval e de ano novo também continuavam sendo duas grandes atrações do clube. Os jornais *O Popular* (2017) e *Jornal Opção* (2018) rememoraram as décadas de 1970 e 1980 como o “auge” do Jóquei Clube, justamente porque o time de basquete obteve reconhecimento internacional nesse período. A afirmação do *O Popular* de que a década de 1990 representara a decadência do clube recebeu críticas de Jane Sebba, ex-diretora da associação na década de 1990, quem afirmara que essa década não representara a decadência do clube porque o time de basquete continuou tendo resultados positivos nesse período (ABREU, *O POPULAR*, 19 ago. 2019).

Dessa forma, a perda do público-alvo não ocorrera de uma vez. Ela ocorreu gradativamente à medida que a cidade, o Setor Central e os hábitos da população iam mudando. Boaventura, Fiaccadori e Boaventura (2016) defendem que nesse primeiro momento, o Jóquei Clube recebeu usuários mais jovens, muitas vezes adolescentes, esportistas e de classe média. Esse novo público guardou o Jóquei Clube nas suas memórias, como um lugar de atividades esportivas, encontros e festas.

O Jóquei, durante muitos anos, foi um clube muito frequentado. Muito cheio. Com muitos jovens, muita gente bonita. Mais do que os outros clubes da época, ele sempre se destacou por isso, pela jovialidade das pessoas. Acho que o principal foi isso: essa sensação de estar em clube de jovens, um clube novo. Novo no aspecto da arquitetura e novo no aspecto do ambiente. (CAIXETA *apud* BOAVENTURA et al, 2016, p. 148).

Além disso, por contar com uma piscina grande, o clube serviu de local de treino para uma das primeiras nadadoras profissionais goianienses, Zulma Batata. Entretanto, faltava apoio do clube e a infraestrutura era precária, sem sequer uma piscina olímpica. Por exemplo, Zulma Batava teve como professor Moacir Cícero de Sá, que “era dentista e dava aula no Jóquei, tinha uma turma de madrugada e outra no final da tarde” (CAMPOS et al, 2015, p. 280). O jornal editado pelo Jóquei no período, *O Aristocrático*, dava mais espaço para esportes como futebol do que para a natação. A atleta revelou que começara a receber mais incentivo quando o Jóquei Clube se encontrava na fase “áurea do basquete”:

O clube também não priorizava a natação. Mesmo defendendo o clube, este não dava muita atenção à natação. Começou a focar mais quando o Jóquei teve a fase áurea do

basquete. Um dos melhores basquetistas que o Brasil teve estava aqui no Jóquei, aí a natação pegou carona, sobretudo quando ganhava um campeonato. (CAMPOS et al, 2015, p. 278).

O Jóquei Clube também possuía outros atletas profissionais. Entre esses, um medalhista paralímpico também treinava no local. Como no caso de Batata, o atleta pagava para ter aulas no local. O estudo de Barreto e Almeida (2016) resgatou a história de atletas paralímpicos medalhistas brasileiros entre 1976 e 1992. Os autores fizeram um quadro com as instituições que desenvolveram ou incentivaram o esporte paralímpico no período. Nesse quadro, há apenas quatro atletas goianos, provindos de duas instituições: o Jóquei Clube de Goiás (1 atleta) e a Associação de Deficiente do Estado de Goiás - ADFEGO (3 atletas). O Jóquei Clube de Goiás se encaixava no perfil institucional dos clubes que ofereciam a prática esportiva para pessoas sem deficiência, mas por iniciativa dos próprios atletas, acabaram também desenvolvendo o esporte paralímpico.

Participante 16: Com 6, 7 meses de cego, eu estava buscando alguma coisa para “mim” poder fazer, para dar uma descarregada na tensão, no nervosismo, que eu ficava em casa, não tinha como fazer nada, e eu pensava que eu tinha ficado inútil para o resto da vida. Procurei um clube aqui de Goiás, que era o Jóquei Clube de Goiás, tinha um professor, um japonês, que chama Lhofei Shiozawa, ele era professor da equipe do jóquei, de judô (BARRETO et al, 2016, p. 9 e 10).

Assim, o atleta também procurava o clube por iniciativa própria. Caixeta e Dias (2013) realizaram uma pesquisa com 22 sócios e ex-sócios do Jóquei Clube, sendo a maioria usuária do clube nas décadas de 1970 e 1980. Por possuírem um grau elevado de escolaridade, as autoras consideram que provavelmente eram de classe média alta ou da classe alta. O ambiente do clube mais lembrado por essas pessoas era o salão de festas.

As festas que o clube realizava, entre carnavais, shows e eventos em geral, eram o motivo de maior frequência entre os entrevistados. As piscinas e os jogos, principalmente de basquete, também foram bastante citados como motivos para frequência entre os usuários. Entre as atividades formais, a que gerava maior frequência era a natação. O basquete era considerado o principal esporte do clube e, por isso, também apresentava uma grande frequência, principalmente masculina. (CAIXETA et al, p. 275).

Caixeta e Dias (2013) lidam com a História Oral, assim como Boaventura, Fiaccadori e Boaventura (2016). Dessa maneira, é possível que o público identificado como de classe alta pelas autoras convivesse com o público identificado como classe média no outro estudo. Além disso, a maioria dessa pesquisa frequentava outros clubes sociais e esportivos além do Jóquei Clube. Em comum entre os estudos estão as memórias das festas então promovidas pelo Jóquei,

assim como dos torneios e das atividades esportivas. Portanto, essa diferença entre os entrevistados dessas duas pesquisas pode indicar um lento processo de mudança do usuário do clube, embora o Jóquei ainda visasse à elite como público-alvo.

Segundo Caixeta e Dias (2013), os aspectos destacados como positivo pelos entrevistados eram a localização e os espaços amplos, ou seja, a arquitetura do clube. Já entre os aspectos negativos, “destacam-se alguns aspectos da infra-estrutura atual como o estacionamento reduzido, o atual acesso ao edifício (poluído visualmente), as atuais instalações dos banheiros e dos vestiários [SIC], a ausência de áreas verdes e a má administração” (CAIXETA et al, 2013, p. 278). As autoras destacam um depoimento comparando a antiga e a nova sede, por demonstrar como o clube era mais elitizado na primeira do que na segunda. A segunda sede teria possibilitado a ampliação do número de usuários e da prática de esportes em parcerias com outras instituições. O entrevistado usufruía do clube tanto como usuário quanto posteriormente como profissional esportivo:

O Jóquei daquela época [1938 a 1962, período anterior à construção da nova sede] era chamado de ‘aristocrático’ e os sócios eram a nata da sociedade goianiense. A piscina – só tinha uma – possuía um trampolim bem alto, onde se exibiam os mais audaciosos. Com a demolição da antiga sede, da piscina, da quadra de tênis e da quadra polivalente, só restou o bosque. O Jóquei vendeu muitas ações e criou a categoria de sócio-remido, a fim de angariar recursos para a construção do novo clube, que se popularizou, sem, contudo, perder a qualidade de frequência. Quando o colégio de Aplicação ainda era apêndice da Faculdade de Educação e não tinha espaço para a prática da educação física, a UFG (Universidade Federal de Goiás) fez contrato com o Jóquei para a cessão do espaço para as aulas, o que durou alguns anos. (JORDÃO *apud* CAIXETA et al, 2013, p. 279).

Nessa pesquisa, anterior ao movimento pela patrimonialização do Jóquei Clube que ocorreria em 2017, as autoras questionaram nove entrevistados sobre a possibilidade de patrimonialização do clube. Sete responderam positivamente para o tombamento do clube, enquanto dois discordaram da possibilidade. Enquanto um defendia que o clube era mais do que um patrimônio cultural para a cidade, outro apontava que a patrimonialização apenas pelo aspecto físico do edifício em nada contribuiria para a memória da cidade:

Quanto à necessidade de preservar sua atual sede como forma de ajudar a preservar a memória da instituição e da própria cidade; dentre os nove entrevistados, sete responderam que sim e dois responderam que não. Um dos entrevistados do primeiro grupo afirma, inclusive, que o Clube seria “mais que um patrimônio” para a cidade (OLIVEIRA, 2011). Outro, por sua vez, complexificou a questão da preservação [SIC] do edifício, na medida em que estaria, segundo ele, na “esteira” do processo de desvalorização e degradação do próprio Centro da cidade (ARAUJO FILHO, 2011). Dos entrevistados que discordaram que preservação do edifício ajudaria a preservar a memória da cidade, um deles considerou que [SIC], “por seu aspecto físico”, sua preservação em nada ajudaria a preservar a memória do clube ou da própria cidade

(HUMBOLDT, 2011); o outro, por sua vez, afirmou que o simples fato de preservar apenas o edifício não seria suficiente para a preservação da memória da cidade, criticando a “patrimiolialização das cidades” por muitas vezes estar “desprovida de significado para as pessoas”. (FERRO, 2011). (CAIXETA et al, 2013, p. 280).

Assim, na segunda metade do século XX, o público-usuário do Jóquei Clube passava por um lento processo de alteração, com uma maior presença da classe média. Com a saída das elites do centro, por que o clube não continuou se popularizando? Com o público-usuário mudando das classes elitizadas para as classes médias e baixas? Possivelmente porque o clube continuou visando à elite como público-alvo e, nisso, buscando afastar as classes baixas de suas dependências. Na década de 1980, o Jóquei Clube passou por modificações que alteraram o projeto de Paulo Mendes da Rocha. “Essas reformas buscavam, sobretudo, adequar o clube às novas demandas, solicitadas pelo seu público frequentador, que já temia que o ainda elitista clube sofresse o mesmo processo de popularização que atingia o Setor Central” (BOAVENTURA et al, 2016, p. 149).

O clube ganhou três quadras de tênis nesse período, um estacionamento privativo e mais uma piscina. O estacionamento privado substituíra a passagem que ligava a entrada do clube à calçada. Assim, o clube perdia a relação que possuía com o seu entorno, vital para o projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Por exemplo, o arquiteto comentou sobre outro projeto esportivo de sua autoria, o ginásio do Paulistano, focando no que acreditava ser importante para um espaço esportivo:

O ginásio do Paulistano é muito interessante sob esse aspecto: são para mim formas livres que, porém, surgem da reflexão sobre como construir aquilo que você tem na mente: uma varanda ampla que pudesse fazer conviver, nos intervalos dos espetáculos, o público com a população, como quem passa na animada rua de comércio. Nunca admiti que ali pudesse haver um ginásio totalmente fechado, fosse o que fosse, um teatro, mas sim uma visão lúdica do esporte. Na tradição grega, que não tinha essa eficiência que hoje se exige do esporte, o esporte era um esporte, sim, mas também era teatro, música, e nada disso tinha que ver diretamente com a inspiração, digamos, de uma forma barroca ou isso ou aquilo quanto ao passado, mas essa historicidade, que acho que aqui é mais autêntica, da arquitetura com a técnica. (ROCHA *apud* ROCHA et al, 2021, p. 38).

Segundo o próprio arquiteto nos textos reunidos em Rocha e Villac (2021), ele possuía influências marxistas e altamente críticas ao colonialismo. Sobretudo, o olhar do arquiteto se voltava para a função social da arquitetura. Esse olhar influenciava no estilo arquitetônico adotado pelo arquiteto. Subirats (2021) assim define a arquitetura de Mendes da Rocha, que denomina de brutalismo caboclo: “é antes de tudo uma arquitetura urbana: uma arquitetura que se abre para a cidade, que dialoga com a cidade aberta, democrática, igualitária. [...] rompe as

fronteiras rígidas entre o espaço interior e o espaço exterior por meio de múltiplas mediações e espaços intermediários” (SUBIRATS, 2021, p. 13).

O estacionamento privativo também resultou em um muro separando o clube do espaço urbano da cidade. Qual a finalidade desse muro, uma alteração drástica do projeto? No caso dos condomínios fechados, o “isolamento, por meio do muro e por meio de todos os equipamentos e medidas de segurança, materializa essa divisão social e evita perigosas misturas de pessoas de diferentes classes sociais” (CARVALHO, 2017, p. 51). O muro do Jóquei Clube representaria a mesma função, física e simbolicamente, de afastar as classes populares emergentes no centro da cidade das dependências do clube.

Porém, a alteração mais significativa foi a remoção do bosque para a criação de um novo espaço infantil. Segundo os autores, esse espaço contava com mais uma piscina, tobogãs e playground. Esse bosque removido possuía a nascente do Córrego Buritis. Assim, o local da nascente encontra-se ainda hoje debaixo de cimento. Maria Ester de Souza, a líder do movimento social para salvar o clube em 2017, como veremos no próximo capítulo, listaria a nascente como a sua principal motivação em uma entrevista para o *Jornal Opção*. Também relembrou da sua reação quando cimentaram o local do bosque:

Eu me lembro do dia em que demoliram o bosque, creio que no fim da década de 80. Fiquei chocada e sei de pessoas que ficaram doentes. Ficamos sem ação, porque não havia internet, não tinha muito como mobilizar. Alguns joqueanos tentaram evitar de toda forma, mas foi uma decisão de outro grupo, que estava na diretoria. (DIAS et al, *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017).

Esse bosque também foi lembrado com carinho e nostalgia por um morador pioneiro, Gerson de Castro Costa, que dedicou uma parte considerável do seu depoimento para ele sob o título de “Jóquei Clube”:

O Jóquei Clube, que nasceu com o nome de Automóvel Clube, foi construído e tinha um belo bosque privativo, onde vicejavam frondosas árvores de generosas sombras. O carnaval, que se iniciara desde cedo em Campinas, começou a transferir-se para Goiânia, já com grandes bailes. A sociedade, já então fixada no centro da cidade, comparecia às comemorações de Momo e a muitas outras festas que começaram a realizar-se no Jóquei Clube. O interventor Pedro Ludovico, sempre vestido de terno de linho branco, aparecia invariavelmente com a família, assentando-se a uma das mesas do salão repleto de convidados. O prefeito Venerando de Freitas Borges, muito animado, sempre fazia parte de um cordão carnavalesco, caracterizado de caipira e trazia invariavelmente à cabeça um chapéuzinho meio roto, com a seguinte inscrição: "Eu sou é têia". Queria com isto dizer, certamente, que estava por cima, como um animado participante de um pagode na roça. No Jóquei Clube realizavam-se memoráveis churrascos, em seu mencionado bosque, com imensas mesas de tábuas, e aí eram recebidas pessoas gradas que vinham visitar a nova capital. (GOIÂNIA, 1985, p. 100 e 101).

O muro do Jóquei Clube de Goiás separava o clube de seu entorno. Porém, também tivera outra função no espaço urbano goianiense na década de 1990. O grupo de grafiteiros Pincel Atômico atuou entre 1987 e 1991, sendo formado pelos jovens artistas Edney Antunes e Nonatto Coelho. Como o próprio nome irônico indicava, o grupo utilizava elementos pictóricos para denunciar o acidente radioativo do Césio-137 e também buscava recuperar a autoestima do goianiense ao trazer “cor” para a cidade depois da tragédia. Esse grupo escolheu o muro do Jóquei Clube para o seu primeiro grafite-denúncia.

Eles escolherem esse local porque o muro “tinha grande visibilidade já que diariamente milhares de pessoas passavam pelo local” (FREITAS, 2014, p. 42). O grupo grafitou um sapo amarelo (cor que remeteria a radiação) e uma barata, animal que representaria a sujeira, o nojo e a repugnância, além de que na época havia a crença de que seria capaz de sobreviver à radiação (FREITAS, 2014). Curiosamente, nos depoimentos dos moradores pioneiros, o Jóquei Clube também aparecia várias vezes como um ponto de referência no espaço urbano da cidade. Enfim, do fim dos anos 1990 para o início do século XXI:

No entanto, as intervenções, além de descaracterizarem o partido original, levaram a instituição a assumir dívidas altíssimas. **Mesmo com essas tentativas para readequar o espaço físico e atrair e manter seus associados, o Jóquei foi perdendo sócios em um processo acelerado: se nos fins dos anos 1990 o clube contava com 4,5 mil sócios, em 2003 esse número já havia sido reduzido para apenas 900** (BANDEIRA, 29/06/2003). A dívida do clube era de mais de 4 milhões de reais (BANDEIRA, 29/06/2003) e entre suas pendências estava o pagamento de funcionários e fornecedores. A inadimplência foi tamanha que em 2003 o fornecimento de água, luz e energia foi cortado. (BOAVENTURA et al, 2016, p. 150) (grifo meu).

Assim, o histórico do Jóquei Clube com a inadimplência aumentava consideravelmente na década de 1990 e início de 2000. Os autores citam a má administração e o excesso de reformas caras e desnecessárias, assim como o surgimento de outras formas de lazer, como os principais motivos para a crise do clube. Entretanto, na década de 1950, o Jóquei Clube já fazia reformas “desnecessárias” e recebia cobranças “amigáveis” da Prefeitura de Goiânia por conta da inadimplência. Portanto, a perda de “prestígio” do clube junto à elite – principalmente aquela formada pela classe política – também foi um fator determinante. Até chegar a um ponto em que o clube já não oferecia mais festas e estava tão “deserto” que uma pessoa temia levar a filha ao Jóquei Clube:

Eu fui vendo a decadência, porque, antigamente, quando tinha eleição para escolher presidente, era um evento na cidade. Depois foi aquela coisa: parece que ninguém queria mais [...] aí eu não tive mais vontade de frequentar. Aí já estava muito deserto

e eu tinha medo de deixar a minha filha lá. Já não tinha mais recreadores (sic), já não tinha as festas (BOAVENTURA et al, 2016, p. 150).

Com as instalações debilitadas, sem o esplendor dos tempos passados, abandonado pela elite e pela classe média... O espaço do Jockey Clube de Goiás ainda encontraria novos usos e apropriações por parte da população goianiense. De acordo com Carvalho (2016), a comunidade maranhense que migrara para Goiânia, em 2007, buscava locais na cidade para as festas de forró e de reggae. Esta última uma música negra, que na capital de Goiás tem relação com um grupo marginalizado, pobre e alvo de preconceito da população goianiense.

Além das reuniões organizadas pelos Djs, existem as festas de maior porte promovidas, geralmente, por empreendedores também maranhenses, entre eles estão o já citado Junior Marley e outro maranhense identificado como Alacides fundador de uma associação de maranhenses. As festas costumam ser voltadas não somente para a massa regueira, mas para toda a comunidade maranhense residente na região [...] As mais populares são as que acontecem no Jockey Club de Goiânia e no Tetersal de Elite do parque agropecuário de Goiânia. Consideramos estes dois locais bastante simbólicos para pensarmos em sua apropriação por parte dos imigrantes do Maranhão, pois, o primeiro, localizado na região central de Goiânia, foi o primeiro clube fundando na capital em 1938, e ficou conhecido por sediar encontros e comemorações da elite goianiense ao longo do século XX, atualmente o clube encontra-se em situação de semi abandono não dispondo mais da mesma estrutura que era atrativa à membros das classes abastadas da cidade, seu espaço desde então passou a ser alugado para realização de atividades de festividades voltadas para as classes populares que começa a povoar esse antigo lócus representativo da segregação entre ricos e pobres da cidade. (CARVALHO, 2016, p. 108).

Dentro desse contexto, o Jockey Clube de Goiás fez uma polêmica parceria com a Faculdade Padrão. A diretoria do clube realizara uma parceria com a Faculdade Padrão em 2010, que utilizaria as dependências do clube como um estacionamento. Porém, o clube e a faculdade foram denunciados para a justiça por causa da negociação de 2,2 mil títulos para a Padrão em troca da faculdade assumir a dívida do clube, que na época girava em torno de R\$ 7 milhões. Uma decisão judicial anulou o acordo. “Em 2014, o juiz Jair Xavier Ferro, da 10ª Vara Cível entendeu que o estatuto do clube foi desrespeitado com a negociação de 2,2 mil títulos [...] O limite permitido era de cem títulos de sócio-proprietário que podem ser vendidos para cada pessoa” (CARVALHO, *JORNAL OPÇÃO*, 18 nov. 2017).



**Galeria do Jornal Opção mostra o estado de abandono do clube. Fonte: Jornal Opção (2016).**

Além disso, após o fim do acordo, o Jockey Clube continuava tendo cerca de 1,7 mil sócios. Entretanto, nenhum desses sócios pagava qualquer valor ao clube, por causa do contrato com a Sociedade de Educação e Cultura de Goiás S. A., a instituição que, em 2010, era responsável pela Faculdade Padrão (ABREU, *O POPULAR*, 11 mar. 2018). Em 2016, o *Jornal Opção* realizou uma reportagem que demonstrava o estado de abandono do clube. Intitulada “(Criadouro) Moradora denuncia possível foco de dengue no Jockey Clube, em Goiânia” (QUIXABEIRA, *JORNAL OPÇÃO*, 10 fev. 2016), a matéria destacava ainda que o clube “abandonado” estava com as piscinas descobertas e as telhas quebradas. O trecho a seguir resume a situação do Jockey Clube em 2016:

Uma vez sinônimo de diversão para a elite da sociedade goianiense, hoje o Jockey Clube de Goiás está em situação de abandono e, o que é mais grave, com o grande potencial de se tornar um grande criadouro do *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya. A professora Lorena Teixeira mora há um ano em um edifício ao lado do Jockey, no setor Central, e denuncia a situação de descaso nas dependências do clube. “Meu marido e minha filha estão com dengue. Não posso afirmar se foram contaminados por causa de algum foco do mosquito no Jockey, mas com certeza a proliferação ali é enorme”. De seu apartamento, a moradora tirou fotos que mostram telhas quebradas, brinquedos, vasos de plantas sem manutenção e as piscinas vazias, todos expostos à chuva. José Décio de Carvalho é síndico do prédio há 10 anos e afirma que a reclamação dos moradores é constante. “Ainda não recebi notícia de pessoas doentes, mas as pessoas me ligam preocupadas com a situação, com medo de uma epidemia de dengue causada pela proliferação do mosquito no clube”. Há cerca de seis meses, o síndico chegou a ligar para a vigilância sanitária, que enviou agentes ao local. “Na época, eu e minha esposa pegamos dengue. Quando os agentes vieram, encontraram focos do mosquito nas áreas internas e externas do clube. As piscinas foram esvaziadas, mas deixaram-nas descobertas. Com o volume de chuvas que temos

agora, ficamos preocupados novamente”, explica Carvalho. Até o fechamento da matéria, a reportagem do Jornal Opção não conseguiu contato com o órgão responsável, nem com o setor de Vigilância em Saúde da Prefeitura de Goiânia. (QUIXABEIRA, *JORNAL OPÇÃO*, 10 fev. 2016).

De um grande clube da elite para um foco de dengue, o Jockey Clube de Goiás integrou a paisagem de Goiânia desde os primeiros anos da cidade. Neste capítulo e neste tópico em especial, buscamos compreender as mudanças nas práticas sociais no espaço urbano goianiense e como elas se relacionavam com a história do clube. Com base no paradigma indiciário de Ginzburg (1989), este tópico buscou os indícios que levaram para a crise do clube. Essa crise não teria ocorrido por causa de um acontecimento ou de uma causa isolada, mas como uma consequência de escolhas das administrações passadas do clube, tais como: má administração, inadimplência e afastar públicos em potencial por elitismo. Além disso, e principalmente, também como uma consequência das mudanças das práticas sociais vivenciadas pela cidade e pelo Setor Central durante o século XX e o início dos anos 2000.

### CAPÍTULO 3

#### #SALVEJÓQUEI

Conforme Chartier (2002), o principal objetivo da história cultural é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos foi construída, pensada e interpretada uma determinada realidade social. As noções de práticas e representações são complementares. No segundo capítulo, abordamos a noção de práticas. Neste capítulo, o conceito fundamental é o de representações. Essas são sempre, segundo Chartier (2002), estabelecidas pelos interesses dos grupos que as forjaram. Por esse motivo, Chartier (2002) considera fundamental, em todos os casos, relacionar os discursos com as posições daqueles que fazem uso desses discursos.

Afinal, as percepções do social não seriam discursos neutros. Elas produzem práticas (sociais, escolares, políticas), estratégias e podem impor uma autoridade, legitimar projetos ou justificar escolhas e condutas individuais. Por causa disso, as representações estariam em um campo de concorrências e de competições “cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 2002, p. 17). Essas lutas de representações ajudam a compreender “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17).

A noção de “representações coletivas”, por sua vez, concilia as imagens mentais claras com os esquemas interiorizados, ou seja, as categorias que foram incorporadas com as que as geraram e as estruturaram. Assim, a representação funciona como um instrumento de conhecimento mediado que faria ver um objeto ausente por meio de uma imagem que lhe substituiria e reconstituiria. As representações “são pensadas num registro diferente: o da relação simbólica” (CHARTIER, 2002, p. 20). Chartier (2002) também pontua que um sentido e uma significação são historicamente produzidos em processos.

Hall (2016) define representações a partir da linguagem. Para o autor, a linguagem construiria uma cultura de significados compartilhados e interpretações do mundo semelhantes que operariam através do sistema representacional. “Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para os outros indivíduos nossos conceitos, ideais e sentimentos” (HALL, 2016, p. 18). A representação pela linguagem seria essencial para os processos de produção de significados.

Os significados culturais “organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos” (HALL, 2016, p. 20). Ainda

segundo Hall (2016), o sentido é atribuído pela maneira como representamos pelas palavras, pelas histórias narradas, assim como pelas imagens criadas a partir delas, pelas emoções associadas a elas, pelas maneiras como as classificamos e conceituamos e, por fim, pelos valores que estão embutidos nelas. O sentido seria produzido em uma variedade de mídias, mas atualmente é produzido principalmente pelos veículos de comunicação de massa.

Dessa forma, “pensar e sentir são em si mesmos “sistemas de representação”, nos quais nossos conceitos, imagens e emoções “dão sentido a” ou representam – em nossa vida mental – objetos que estão, ou podem estar, “lá fora” no mundo” (HALL, 2016, p. 23). Por esse motivo, Hall afirma que a representação seria uma parte essencial do processo em que os significados são produzidos e compartilhados pelos membros de uma mesma cultura. O ato de representar envolveria o uso da linguagem, dos símbolos, dos signos e das imagens que significariam ou representariam determinados objetos. Portanto, a representação seria a produção do significado dos conceitos mentais por meio da linguagem.

Fearing (1987) foi um autor pioneiro na definição e na pesquisa dos signos e dos símbolos. De acordo com o autor, um aspecto fundamental é que uma transação só ocorre quando ambas as partes participam do processo comunicacional, ou seja, é necessário que haja um sentido compartilhado entre o produtor do discurso e o seu receptor. O autor denomina a significação (ou produção de sentido) de “estruturação”. “Ao estruturar o meio o indivíduo *isola, seleciona, e interpreta* as características que lhe parecem relacionadas às necessidades que ele está tentando satisfazer no momento” (FEARING, 1987, p. 74).

Os símbolos e atos simbólicos são justamente os instrumentos utilizados nessa estruturação. Enquanto os signos seriam uma ocorrência natural, os símbolos seriam sempre intencionais: “...o significado dos símbolos surge socialmente por meio de uma interação social” (FEARING, 1987, p. 80). Por causa disso, os símbolos são manipuláveis, podem variar dependendo dos contextos em que estão inseridos e dependeriam da intenção do seu utilizador. As três características fundamentais dos símbolos dentro da comunicação:

- 1) são *produzidos* por agentes humanos – não existe prova convincente de que os animais produzem ou utilizem símbolos; 2) têm significado comunicativo somente na medida em que os comunicadores e receptores entraram previamente em acordo sobre o seu significado; 3) são produzidos com a intenção de estruturar situações em que as partes têm ou supõe-se que tenham interesses comuns. (FEARING, 1987, p. 79).

Essa relação entre os emissores e os receptores dos signos e símbolos, porém, é assimétrica na relação do jornalismo com o seu público. Conforme Wolf (2012), os emissores

dos veículos de comunicação de massa são grupos com níveis organizacionais formais e hierarquias, além de possuírem uma coesão condicionada pelos valores profissionais compartilhados. Enquanto isso, o público não estaria organizado e nem teria uma percepção coletiva de si mesmo como audiência.

Além disso, o jornalismo faz um uso amplo de signos e símbolos ao produzir representações. Um aspecto fundamental da representação dos jornais é que não está limitada a apenas uma categoria, afinal, os jornais são divididos em seções que abordam desde a “sociedade, a economia, a ciência e o ambiente, à educação, à cultura, à arte, aos livros, aos *media*, à televisão, e cobre o planeta com a divisão do mundo em local, regional, nacional (onde está essencialmente a política do país) e internacional” (TRAQUINA, 2012, p. 19).

Segundo Beltrão (1960), o jornalismo é a informação dos fatos atuais que seriam de interesse público. As principais características do jornalismo seriam a atualidade; a periodicidade; a variedade, ou seja, a universalidade de aspectos, a multiplicidade de setores, de objetivos e de temas; a interpretação dos acontecimentos; e a popularidade, pois destinaria-se sempre a uma coletividade. Já para Marques de Melo (2008), o jornalismo é um fenômeno universal, embora tenha raízes europeias.

O jornalismo é um fenômeno universal, mas suas raízes são européias, concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/empresas) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema/internet) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos). (MARQUES DE MELO, 2008, p. 07).

Em outro trabalho, Marques de Melo (2012) pontua que a pouca leitura da população é um grande problema do jornalismo brasileiro, com pouco mais de 10 milhões de exemplares diários em 2012 para uma população então na casa dos 180 milhões. Como mencionado anteriormente neste trabalho, conforme Medina (1988), a matéria jornalística surge como uma pauta, que pode ser intencional, procurada ou imprevista. Essa pauta passaria posteriormente por um processo de angulação em três níveis: o nível grupal (a linha editorial da empresa), o nível massa (pensada para um público heterogêneo) e o nível pessoal (subjetividade do jornalista). A partir dessa angulação, a mensagem será definida como informativa, interpretativa ou opinativa. Similarmente, Tuchman (1999) denomina a angulação de *frame*, que são constituídas pelos princípios da organização e pelo envolvimento da subjetividade de seu autor. Para Tuchman, as notícias são *estórias*, ou seja, narrativas:

Dizer que uma notícia é uma <<estória>> não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora de sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade selectiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente. (TUCHMAN, 1999, p. 262).

As notícias seriam “uma realidade seletiva” justamente porque são narrativas feitas a partir de seleções. Essa é a sua maior semelhança com a História, de acordo com Baccega (2015). A autora parte do pressuposto de que a linguagem constituiria o ser humano e o sentido seria instituído no social, na narrativa. Portanto, “se não houver narrativa, a palavra não terá sentido, pois ela não “vive” sozinha. O sentido aparece no seio da narrativa, em confronto ou complementação com os elementos do narrado, o que, por sua vez, vem carregando a história no seu interdiscurso” (BACCEGA, 2015, p. 119).

Os sentidos sociais, as condições de produção e as diferenças ideológicas seriam aspectos fundamentais na produção dessas narrativas. Isso porque “as condições de produção, o “lugar” do emissor na escala socioeconômica, por exemplo, marcam o sentido daquela fala” (BACCEGA, 2015, p. 121). Baccega pontua que a História é escrita por um sujeito no presente, com um determinado ponto de vista e objetivo social, a partir de algum paradigma e que fará uma seleção dos acontecimentos. Por isso, seria uma narrativa. Esses aspectos também se aplicam aos jornalistas. Outra semelhança seriam que ambos são textos referenciais.

As narrativas da História e do jornalismo “procuram sobrelevar o fato e não o ponto de vista (embora essa postura já revele um ponto de vista). Tanto o discurso da História quanto o da Comunicação constituem um texto a partir de uma pluralidade de vozes” (BACCEGA, 2015, p. 135) como se isso demonstrasse “a presença de vários pontos de vistas” (BACCEGA, 2015, p. 135). As maiores diferenças entre essas duas narrativas, segundo Baccega (2015), seriam que a narrativa histórica seria o resultado de uma análise feita pelo historiador, ou seja, é uma obra de natureza acadêmica, objeto de uma pesquisa sobre o passado, em que seu autor teve tempo para checar as informações e até mesmo reescrever o texto. Enquanto isso, a narrativa jornalística é ditada pelo tempo, sendo recebida pelo público pouco tempo após a sua escrita. Além disso, o jornalista “não reproduz a análise da História, mas elabora as análises e vai construindo a História” (BACCEGA, 2015, p. 138).

A reportagem é o material jornalístico que exige um maior tempo de elaboração e pesquisa. Ela é mais ampla do que a notícia, pois “além de apontar os eventos, suas razões e efeitos, levanta e problematiza questões, tece comentários, discute o contexto e tem um claro aporte argumentativo e analítico que não está focalizado somente no factual, além de, em geral,

indicar outros desdobramentos” (BORGES, 2013, p. 50). Segundo Rosana Borges (2013), o jornalismo possui uma relação próxima com o território em que está inserido e vice-versa, pois influenciaria “os significados do território, elaborados por quem produz o lugar em micro, meso e macro escalas” (BORGES, 2013, p. 55). Dessa maneira,

[...] pode-se dizer que os territórios onde o indivíduo circula, o que deles é apropriado e o modo como essa apropriação ocorre dependem da significação desse indivíduo no lugar e no mundo, bem como do modo como ele entende o lugar e o mundo. O próprio sentido de um território é produzido por discursos historicamente situados, que estão envoltos em hegemonias, disputas, impressões, conceitos, representações e imagens difundidas em distintas linguagens e discursos comunicacionais nada simples. [...] o real que está presente nas páginas dos jornais e revistas ou na telinha da TV não é a realidade em si, e sim uma das diversas leituras possíveis dos eventos e processos territoriais. É uma parte da vida social que é pautada, produzida, editada e, posteriormente, veiculada. O que é lido e visto é o produto final de uma conjuntura que possui suas tramas e que também carrega seus dramas. (BORGES, 2013, p. 55 e 56).

Portanto, para a autora, os veículos de jornalismo e de comunicação, na condição de instituições mediadoras dos conteúdos simbólicos, permeariam os processos de significação do mundo, dos lugares e da vida. Traquina (2016) parte do mesmo pressuposto de que os jornalistas seriam participantes ativos no processo de construção da realidade. “E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (TRAQUINA, 2016, p. 224). Haveria um “acordo” implícito entre os jornalistas e os seus leitores de que os textos não transgrediriam a fronteira que separaria o real da ficção.

Embora sendo índice do real, as notícias registram as formas literárias e as narrativas (news frames) utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: quem? O quê? Onde? Quanto?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo aliás orientado pela narrativa escolhida – são alguns exemplos de como a notícia, criando o acontecimento, constrói a realidade (Carey, 1986). Como escreve Robert Karl Manoff (1986), a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. Essa escolha é orientada pela aparência que a realidade assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas. As narrativas são elaboradas através de metáforas, exemplos, frases feitas e imagens, ou seja, símbolos de condensação (Gamson, 1984). [...] As formas literárias e as narrativas garantem que o jornalista, sobre a pressão tirânica do fator tempo, consegue transformar, quase instantaneamente, um acontecimento numa notícia. (TRAQUINA, 2016, p. 225).

Ainda segundo Traquina (2016), as decisões tomadas pelos jornalistas no processo de produção das notícias – ou *newsmaking* – devem ser compreendidas inserindo o jornalista no

contexto da organização para a qual trabalha. O jornalista seria socializado na política editorial da empresa por meio de uma sutil sucessão de recompensas e punições. Traquina (2016) enumera seis razões que levam a essa situação: “1) a autoridade institucional e as sanções; 2) as aspirações de mobilidade (a carreira profissional); 3) os sentimentos de obrigação e estima para com os seus superiores; 4) a ausência de conflitos de lealdade; 5) o caráter agradável do trabalho; e 6) as próprias notícias como valor” (TRAQUINA, 2016, p. 226).

Os acontecimentos seriam a matéria-prima do jornalismo que resultariam no seu produto (as notícias), “a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícias, numa palavra – noticiável (*newsworthy*)” (TRAQUINA, 2016, p. 226). O eixo central do campo jornalístico é o fator tempo, que muitas vezes é imprevisível. “O trabalho jornalístico é uma atividade prática e cotidiana orientada para cumprir as horas de fechamento” (TRAQUINA, 2016, p. 226). As empresas jornalísticas tentariam também impor uma ordem lógica sobre o espaço e o tempo. Conforme aponta o autor em diálogo com Tuchman e Wolf, autores mencionados anteriormente neste tópico.

No seu estudo, Gaye Tuchman (1978) explica que as empresas jornalísticas tentam impor ordem no espaço estendendo uma rede (*news net*) para “capturar” os acontecimentos. Para cobrir o espaço, as empresas jornalísticas utilizam três estratégias: 1) a territorialidade geográfica: dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial; 2) a especialização organizacional: estabelecem “sentinelas” em certas organizações que, do ponto de vista jornalístico, produzem acontecimentos noticiáveis; 3) a especialização em termos de temas: autodivide-se por seções que enchem certas “rubricas” do jornal. A consequência fundamental da extensão na “rede” é impor ordem no mundo social porque permite que acontecimentos noticiáveis ocorram mais em certas localidades e não em outras. [...] Mas, como dissemos, para além de tentar impor ordem no espaço, as empresas jornalísticas tentam igualmente impor uma estrutura sobre o tempo, estrutura essa que lhes permite levar a cabo o seu trabalho diário. Primeiro, a empresa jornalística tenta planejar o futuro através do seu serviço de agenda que elabora a lista de acontecimentos previstos, permitindo assim a organização do seu próprio trabalho com uma certa antecedência (Wolf, 1987). (TRAQUINA, 2016, p. 227 a 229).

As fontes com maior credibilidade geralmente são vistas como sendo aquelas em posições de autoridade. Dessa maneira, “a conclusão é que as pessoas com maior autoridade, essas que têm contatos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar a sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção de notícias” (TRAQUINA, 2016, p. 230 e 231). Portanto, as consequências da desigualdade entre as fontes são que ocorreria uma “estratificação social” do acesso às mídias; passaria a existir uma interdependência entre os jornalistas e as fontes “de rotina”; e uma parte significativa das notícias seria produzidas a partir de fontes que conheceriam bem a “mecânica” do trabalho

jornalístico. “1) a necessidade da matéria fornecida (os *press releases*) assumir certas formas e seguir certas convenções; e 2) o reconhecimento que um *timing* cuidadoso da informação divulgada pode influenciar não só a cobertura, mas também o conteúdo da notícia publicada” (TRAQUINA, 2016, p. 232). Por fim, o fator “tempo” interfere diretamente no “fazer” jornalístico. Essa relação é tão íntima que aparece inclusive nos nomes dos jornais. Por exemplo, entre as fontes analisadas neste capítulo, há o *Diário da Manhã*.

Mais, é o próprio conceito de “atualidade” que constitui o coração e a alma da atividade jornalística: o jornal, o telejornal, divulgam o que há de “novo”, o que “acaba” de acontecer. Lemos o jornal para saber o que é que aconteceu ontem e não há 15 dias; e se um acontecimento que teve lugar há 15 dias é notícia, provavelmente o é porque só agora o campo jornalístico teve conhecimento do sucedido. Os acontecimentos devem ser atuais; a própria atualidade constitui um fator de noticiabilidade. A existência de um acontecimento da atualidade já transformado em notícia pode servir de *news peg* (literalmente, “cabide” para pendurar a notícia) para outro acontecimento ligado a esse assunto, ou seja, a atualidade é utilizada como *news peg*. Mas o próprio tempo pode ser, e é, utilizado como *news peg*, nomeadamente os aniversários: um acontecimento é notícia porque aconteceu, faz hoje, um, cinco, dez anos. [...] em termos sociais, justificam que se fala (comemora) de um assunto e, em termos jornalísticos, tornando atual a abordagem desse assunto, ou seja, servindo de *news peg* para a transformação desse assunto em notícia [...] Esta questão é importante porque o campo jornalístico tem uma enorme dificuldade em abordar assuntos ou problemáticas. Como já foi dito, o trabalho jornalístico é uma atividade prática, onde os profissionais lutam contra a tirania da hora de fechamento. O ritmo do trabalho jornalístico exige uma ênfase sobre acontecimento e não problemáticas. (TRAQUINA, 2016, p. 233 e 234).

Assim, para analisar as representações dos jornais *O Popular*, *Jornal Opção* e *Diário da Manhã* do movimento para salvar o Jóquei Clube de Goiás é fundamental compreender o processo de produção das notícias. O abandono do Jóquei Clube em si não possuía noticiabilidade, mas tornou-se alvo de interesse a partir do momento em que foi cogitada a venda do clube. A ameaça da “perda” de um bem cultural tornou-se imediata, deixando de ser apenas uma potencialidade. Além disso, esse processo de produção interfere diretamente na maneira como cada jornal vai retratar os eventos. No próximo tópico, analisaremos como *O Popular*, *Jornal Opção* e *Diário da Manhã* se inserem dentro da História da Imprensa em Goiás. Além das histórias dos jornais, abordamos algumas das características das suas respectivas linhas editoriais, um aspecto fundamental da produção das suas notícias.

### 3.1 *O Popular, Jornal Opção e Diário da Manhã na História da Imprensa Goiana*

O objetivo deste tópico é apresentar brevemente as histórias dos jornais *O Popular*, *Jornal Opção* e *Diário da Manhã*. Além disso, também demonstrar algumas de suas semelhanças e de suas diferenças. A principal semelhança entre os três está na maneira como representaram o jornalismo empresarial em Goiás. Nesse sentido, *O Popular* se destaca por ser um precursor desse tipo de jornalismo no estado.

Com relação às diferenças, demonstramos por meio de um editorial selecionado de cada um como as respectivas linhas editoriais definem as suas características mais marcantes. Nos casos do *O Popular* e do *Jornal Opção*, os escolhidos são o primeiro editorial de cada jornal. No caso do *Diário da Manhã*, porém, optou-se pela *Carta ao Futuro*, editorial da edição comemorativa de 14 de março de 2016, *Especial de aniversário: 57 anos de liberdade, desde o Cinco de Março, 36 anos do Jornal Diário da Manhã*. Como pode ser percebido no título da edição, o jornal *Diário da Manhã* relaciona à própria origem ao emblemático semanário *Cinco de Março* e não a sua primeira edição.

*O Popular* foi fundado por Joaquim Câmara Filho e irmãos em 3 de abril de 1938. O jornal começou como semanário, mas atualmente é diário, com exceção dos finais de semana, com uma edição conjunta para sábado e domingo. A *Associação Goiana de Imprensa* assim o descreveu: “É o mais completo jornal do Estado, com uma tiragem diária de 25 mil exemplares. Dotado dos mais modernos recursos eletrônicos. Faz parte do Complexo Organização Jaime Câmara, que inclui rádios, televisão e jornais” (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980, p. 77). Segundo Rogério Borges (2018), a tiragem do jornal em 2013 era de 40 mil exemplares. Em 2018, diminuiu para 20 mil, ou seja, 5 mil a menos do que em 1980. O *site* do *O Popular* tem o conteúdo, em geral, restrito aos assinantes. Ao contrário do *O Popular*, os *sites* do *Diário da Manhã* e do *Jornal Opção* são abertos ao público em geral.<sup>54</sup>

Dois formatos em um: O *Diário da Manhã* online se divide em dois formatos, site interativo, em que as matérias trazem vídeos, gifs, links de direcionamento para outras páginas entre outros recursos. O segundo formato é uma réplica do jornal impresso, com a clássica diagramação com a qual o leitor está acostumado, a disposição da informação e formato flip, em que se pode passar as páginas como se estivesse com o jornal em mãos. Este formato foi criado pela equipe do DM. (CARELINE, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 14 mar. 2016, p. 5).<sup>55</sup>

<sup>54</sup> As tiragens do *Diário da Manhã* e do *Jornal Opção* geralmente não são divulgadas.

<sup>55</sup> A versão *online* do impresso fica disponível apenas temporariamente.

Assim como a versão *online* do *Diário da Manhã* (DM) tem duas versões, o jornal tem “duas” datas de aniversário: 12 de março de 1980 e também setembro de 1959. O *Cinco de Março* foi fundado por Batista Custódio e Telmo Faria. A *Associação Goiana de Imprensa* o descreveu como “Semanário. Opinativo e noticioso” (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980, p. 86). A descrição é mais curta do que recebera *O Popular*. Enquanto no outro fora destacado a sua importância e o fato de pertencer a Organização Jaime Câmara, o *Cinco de Março* apareceu como opinativo e noticioso.

O *Jornal Opção* recebeu uma descrição parecida. Fundado em 21 de dezembro de 1975, pelo jornalista Herbert de Moraes Ribeiro, a Associação Goiana de Imprensa o colocou já em 1976, “fundado em 1976, com o título **Opção**, passando a diário, sob o nome **Jornal Opção**, em 25 de março de 1979. Diretor e fundador: Hebert Moraes Ribeiro. Editor geral: José Luiz Bittencourt Filho. Opinativo e noticioso. Goiânia” (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980, p. 87). Assim, enquanto *O Popular* teve destacado o seu aspecto empresarial, o *Cinco de Março* e o *Jornal Opção* foram rotulados como opinativos.

Os três jornais surgiram em momentos diferentes da imprensa goiana. Borges e Lima (2008) dividem a história da imprensa em Goiás em cinco períodos inter-relacionados, que influenciaram e contribuíram para a construção do cenário atual da imprensa no estado. Esses períodos são: o surgimento da imprensa goiana (1830-1834); a consolidação da imprensa goiana (1834-1890); a imprensa goiana lança Goiás no cenário nacional (1890-1934); Goiânia e a reestruturação da imprensa goiana (1936-1945) e a emergência do modelo comercial de imprensa em Goiás (1945-1964).

Ainda segundo Borges e Lima (2008), o primeiro período abarca a fundação e o encerramento do primeiro jornal de Goiás: o *Matutina Meyapontense*, na cidade Meia Ponte (atual Pirenópolis). O segundo período, que vai do fim do *Matutina* ao início do *Correo Oficial de Goyás*, em 1890, foi marcado pelo “surgimento de periódicos em muitas cidades goianas, movimento que também acompanha uma expansão da imprensa nacional, tendo em vista que, enfraquecido, o Império não mais conseguiu impedir a aquisição de tipografias e a circulação dos jornais” (BORGES, LIMA, 2008, p. 73 e 74). Ainda segundo as autoras, no final do século XIX, Vila Boa (atual Cidade de Goiás) tinha mais de 30 jornais em circulação, cujas linhas seguiam a maioria dos periódicos nacionais da época, com “ideários republicanos e liberais e duras críticas ao governo” (BORGES, LIMA, 2008, p. 74).

O terceiro período, a imprensa goiana lança Goiás no cenário nacional (1890-1934), teve uma ativa atuação da imprensa goiana no cenário que levou a mudança da capital de Goiás. As autoras demarcam esse período a partir da expansão dos periódicos, a fundação da

Associação Goiana de Imprensa até o início da mudança da capital. Com a expansão da imprensa pelas cidades goianas, a Cidade de Goiás deixara de ser o único centro cultural e econômico. Rio Verde, Catalão, Itaberaí, Pirenópolis, Jataí, Anápolis, entre tantos outros, já contavam com os próprios jornais que participavam ativamente do debate político. “Os embates políticos ocorriam por meio dos jornais, que não se limitavam aos debates gerais, partindo para questões pessoais e “ferindo a honra” dos digladiadores” (LIMA, BORGES, 2008, p. 74).

Nesse sentido, a mudança da capital de Cidade de Goiás para Goiânia fora intensamente debatida na imprensa goiana. Conforme Arrais (2013), tantos os mudancistas contra os antimudancistas possuíam “exímios oradores” que publicavam nos jornais, como *O Democrata* (antimudancista, ligado à família Caiado) e *A Voz do Povo* (mudancista, ligado à Pedro Ludovico Teixeira), etc. “Os grupos que se digladiavam contavam, em ambos os lados, com exímios oradores – Laudelino Gomes, Alfredo Nasser, Domingos Vellasco, Claro Godoy e Zoroastro Artiaga são apenas alguns deles” (ARRAIS, 2013, p. 21).<sup>56</sup> Se em Goiás a vitória dos revoltosos em 1930 resultara em um intenso debate na imprensa, além da perseguição aos jornalistas e à censura a imprensa contrária ao interventor Pedro Ludovico, no cenário nacional as consequências também foram sentidas imediatamente.

“Assim que a vitória dos revoltosos foi confirmada, vários periódicos identificados com a chamada República Velha foram alvo de ataques e acabaram sendo empastelados” (LUCA, MARTINS, 2006, p. 54). Jornais como *O País* e *Correio Paulistano* desapareceram, enquanto outros, como o *Jornal do Brasil*, mudaram de mãos ou passaram a ocupar um lugar secundário no cenário da imprensa. Com a intensificação da repressão pelo regime e a aprovação da *Lei de Segurança Nacional* pelo Congresso Nacional, em 1935, vários líderes operários, políticos, parlamentares, jornalistas e intelectuais tiveram que deixar o país ou foram presos. Enquanto isso, os jornais oposicionistas que não foram fechados tiveram que mudar a linha editorial para sobreviver. “A grande imprensa não só aplaudiu as medidas e cerrou fileiras em torno de Vargas, que saiu do episódio muito fortalecido, como contribuiu para criar um ambiente favorável à difusão da onda anticomunista e para legitimar as medidas de exceção adotadas pelo governo” (LUCA, MARTINS, 2006, p. 61). Com o Estado Novo, a censura da imprensa ganhou forma na Constituição de 1937.

Em relação aos meios de comunicação, o artigo 122 da Constituição de 1937 considerava a imprensa um serviço de utilidade pública e determinava que os periódicos não poderiam se recusar a inserir comunicados do governo. O direito do

---

<sup>56</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre esse período, recomendamos o livro *Mobilidade Discursiva: o periodismo político em Goiás*, de Arrais (2013).

cidadão de manifestar seu pensamento subordinava-se a condições e limites prescritos em lei. Ainda de acordo com o texto constitucional, a legislação poderia prescrever, com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, teatro, cinema, radiodifusão, além de permitir às autoridades competentes poderes para proibir a circulação, difusão ou representação do que fosse considerado impróprio. [...] Outro poderoso instrumento de controle foi o decreto que dispôs sobre a isenção de taxas alfandegárias na importação do papel utilizado pela imprensa (LUCA, MARTINS, 2006, p. 64 e 65).

Em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) exercia um forte controle na produção cultural e na imprensa nacional. Além disso, também foram criados os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs) para exercer controle no nível regional. Nesse contexto de censura da imprensa nacional e local, há o quarto período da imprensa goiana delimitado por Borges e Lima (2008), Goiânia e a reestruturação da imprensa goiana (1936-1945). A disputa entre as oligarquias dos Caiados e dos Ludovicos nos jornais, que tinha como principal tema a transferência da capital, perdia força, pois “praticamente todos os veículos de comunicação, as instituições e pessoas que ocupavam alguma posição social ou se relacionavam profissionalmente com o Estado acompanharam Pedro Ludovico” (BORGES, LIMA, 2008, p. 77). O *Correio Oficial*, jornal do estado, foi transferido para Goiânia já em 1936. Em 1939, havia cerca de 40 periódicos em circulação em Goiás, sendo que eram 6 jornais e 2 revistas em Goiânia, 5 jornais em Anápolis e 27 nas outras cidades do interior.

“Principalmente pelo discurso desenvolvimentista em que se baseou a transferência, houve o fechamento de espaço para o jornalismo político e opinativo e, simultaneamente, a abertura dos caminhos ao jornalismo empresarial” (BORGES, LIMA, 2008, p. 78). Assim, em 1938, foi inaugurado o jornal *O Popular* em Goiânia, antes mesmo do Batismo Cultural da cidade, em 1942. O pioneiro do modelo comercial de jornalismo em Goiás chegou atrasado com relação ao mundo. Conforme Traquina (2012), a comercialização da imprensa a nível mundial teve início já no final do século XIX:

Assim, no século XIX, verificamos a emergência de um novo paradigma – informação, não propaganda – que é partilhado entre os membros da sociedade e os jornalistas; a constituição de um novo grupo social – os jornalistas – que reivindica um monopólio do saber – o que é notícia; e a comercialização da imprensa – a informação como mercadoria, visível com o surgimento de uma imprensa mais sensacionalista nos fins do século, aquilo que se chamou o “jornalismo amarelo” nos Estados Unidos. Numa história universal do jornalismo, cada vez mais visível na era da globalização, dois processos fundamentais marcam a evolução da atividade jornalística: 1) a sua comercialização; e 2) a profissionalização dos seus trabalhadores. (TRAQUINA, 2012, p. 34 e 35).

*O Popular* marcou tanto a inauguração desse modelo comercial como também uma maior profissionalização do jornalismo em Goiás. O jornal foi fundado pelos irmãos Jaime

Câmara, Vicente Rebouças Câmara e Joaquim Câmara Filho, sendo que cada um exerceu um papel importante na sua consolidação. Na década de 1930, Jaime Câmara era dono da Tipografia Popular, em sociedade, que era uma empresa de impressão e também uma papelaria localizada na Cidade de Goiás. De acordo com Borges e Chaveiro (2013), essa empresa familiar ficou para a história da antiga capital, com a emergência da J. Câmara & Cia já em 1945, “cujas atividades englobavam impressão e venda de papelaria em geral, publicação do Jornal O Popular, importações e exportações, que giravam em torno de bens duráveis e insumos garantidores das atividades de impressão, como maquinários, tintas e papéis” (BORGES, CHAVEIRO, 2013, p. 11).

Jaime Câmara era o presidente, o gerente era Vincente Rebouças Câmara e Joaquim Câmara Filho ocupava os cargos de vice-gerente, editor, repórter e redator. Joaquim Câmara Filho fora aliado de Pedro Ludovico Teixeira e lutara na Força Revolucionária como major, tendo sido nomeado em 1932 pelo próprio Pedro Ludovico para comandar as forças de Goiás contra a Revolução Constitucionalista. As suas conexões políticas podem ter sido importantes nesse primeiro momento de estabelecimento do jornal (AZEVEDO, 2018). A Associação Goiana de Imprensa (1980) nomeia Câmara Filho como o fundador do jornal *O Popular*.

Segundo Borges e Chaveiro (2013, p. 6), Joaquim Câmara Filho foi o diretor-geral do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica (DPEE), órgão que teria representado o início da Assessoria de Comunicação e das Relações Públicas em Goiás. Arrais considera Câmara Filho “um misto de jornalista, relações públicas, marqueteiro e agrônomo” (2013, p. 71). Ele também foi o primeiro presidente, em Goiânia, da Associação Goiana de Imprensa (AGI); fundador e diretor da Associação Comercial de Goiás; delegado (em Goiás) do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil; e, principalmente, foi o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em Goiás. Ou seja, *O Popular* tinha como editor-chefe o responsável pela censura da imprensa em Goiás.

Nesse período de 1937 a 1945, durante o Estado Novo, a imprensa era censurada por um órgão governamental que Romancini e Lago (2007) afirmam que tinha inspiração fascista. O jornalista e pesquisador da imprensa goiana Sabino Junior (1957) descreveu os DIPs como “verdadeiros aparelhos compressores da liberdade de pensamento e de consciência” (1957, p. 418). Conforme Sabino Junior (1957), o DIP funcionava em Goiás com o mesmo propósito de censurar e fiscalizar a imprensa que havia no nível nacional. *O Popular*, ainda segundo Sabino Junior (1957), não resistira à ditadura do Estado Novo em Goiás. Pelo contrário, é possível que o jornal também tenha se beneficiado desse período.

Por fim, o principal responsável pelo fortalecimento do modelo comercial de jornalismo no *O Popular* teria sido Vicente Rebouças Câmara. O gerente do jornal teria se incumbido da sua comercialização e da sua distribuição, estabelecido relações comerciais em Goiânia e percorrido o interior do estado para territorializá-lo (AZEVEDO, 2018). Essa atuação fora importante para que *O Popular* se consolidasse no quinto período da história da imprensa goiana, após o fim do Estado Novo. Conforme Borges e Lima (2008), esse quinto período foi caracterizado pela emergência do modelo comercial de imprensa em Goiás.

As autoras colocam esse período entre 1945 e 1964, quando a Ditadura Militar “ressuscitou antigas práticas de censura, inclusive prévia, e fomentou o fortalecimento de alguns veículos e conglomerados de comunicação dentro da política desenvolvimentista da difusão da comunicação no País” (BORGES, LIMA, 2008, p. 81). Entre 1945 e 1964, houve o surgimento de grandes grupos de comunicação, desenvolvimento das tecnologias usadas no meio e um processo de profissionalização da imprensa. A Organização Jaime Câmara, por exemplo, inaugurou a TV Anhanguera em 1962, consolidando-se como um grande conglomerado de mídia do Centro-Oeste brasileiro (AZEVEDO, 2016).

Segundo Luca e Martins (2006), o jornalismo brasileiro começou a adotar o modelo norte-americano de jornalismo na década de 1950, a partir da influência das agências de publicidade e de informação, dos primeiros cursos brasileiros de jornalismo e dos profissionais que voltavam para o país após estagiarem nos Estados Unidos. Em 1951, o *Diário Carioca* adotou o lide<sup>57</sup> e também inovou na introdução de uma equipe de copidesque. Essa dependência levou a imprensa a fazer uma autocensura pelo medo de perder as verbas publicitárias. Afinal, conforme Luca e Martins (2006), 80% das rendas da imprensa jornalística desse período provinham da publicidade. Ainda segundo Luca e Martins (2006), a imprensa atuou como um importante ator político nos acontecimentos que resultaram no Golpe Militar de 1964.

Os principais grupos jornalísticos seguiam atuando como porta-vozes de partidos e/ou correntes políticas, criticando e combatendo por ideais, valores e apreensões do mundo em campanhas apaixonadas que se valiam do poder de escrita. Ao longo da empreitada, os proprietários dos veículos de comunicação de massa – grandes jornais, revistas, estações de rádio e da ainda principiante rede de televisão – demonstrariam, de forma inequívoca, os limites do liberalismo que professavam e a relativa rapidez com que estavam dispostos a abrir mão da democracia, da liberdade de expressão e do respeito às instituições e preceitos legais. (LUCA, MARTINS, 2006, p. 96).

---

<sup>57</sup> O lide é a principal técnica do jornalismo brasileiro: o primeiro parágrafo da notícia deve responder as perguntas *o que, como, quando, onde e por que* na ordem de relevância.

Os primeiros jornais a serem fechados foram os com ideais de esquerda ou que traziam reivindicações populares. Com o AI-5, a censura, a perseguição a veículos e a jornalistas, as torturas e as mortes foram institucionalizadas. Os grandes jornais nacionais colocavam poemas e receitas nos lugares das matérias censuradas. Nesse período, houve também uma diminuição no número de grandes jornais. No Rio de Janeiro, por exemplo, os matutinos e vespertinos passaram de 22, em 1950, para apenas 7 no final de 1970. As autoras apontam as possíveis causas para os fechamentos dos jornais como sendo as pressões políticas, os constrangimentos políticos, os problemas administrativos e de má gestão financeira e o aumento vertiginoso do preço do papel.

Além disso, para Luca e Martins (2006), os proprietários dos jornais poderiam ser contra a censura, mas não necessariamente se opunham aos preceitos do regime. Além disso, muitos grandes jornais modernizaram-se com os recursos oficiais. Trazendo para o contexto goiano, conforme Borges e Lima (2008), os jornais goianos começaram a ser censurados nos primeiros dias após o golpe militar. Em Goiás, “a censura tinha caráter prévio e geralmente era feita por meio de ofícios enviados via telex, telegrama ou fax. Em pouco tempo, o poder de censurar a imprensa goiana foi ampliado para todo e qualquer militar” (BORGES, LIMA, 2008, p. 82). Segundo as autoras, os jornais goianos não ousavam tanto quanto os jornais nacionais no desafio à censura, preferindo optar por substituir as matérias censuradas por conteúdos mais amenos, aprovados pelos censores. Os veículos oposicionistas à ditadura circulavam sob a mira dos censores e da polícia, chegando a atuar na clandestinidade.

Nesse contexto, um jornal goianiense se destacaria na sua oposição: o *Cinco de Março*. Esse jornal foi criado em 1959, “após forte repressão da polícia a uma manifestação de estudantes secundaristas – que protestavam contra o aumento das passagens no transporte coletivo e das mensalidades escolares – ocorrida no dia em que se batizou o jornal” (BORGES, LIMA, 2008, p. 83). O *Especial de aniversário: 57 anos de liberdade, desde o Cinco de Março, 36 anos do Jornal Diário da Manhã* trouxe inclusive uma notícia de 6 de março de 1959, do *Jornal de Notícias (GO)*, escrita por Alfredo Nasser, narrando esse evento. Essa notícia tinha como título “Cinco de Março: Metralhados estudantes em Praça Pública”.

O *Cinco de Março* foi criado pelos líderes estudantis da União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES), Batista Custódio e Telmo Faria. O jornal também contou com a contribuição de outros estudantes da UGES, o Jávier Godinho e a Consuelo Nasser. O jornal foi viabilizado por “uma tipografia doada pelo Jornal de Notícias, de Alfredo Nasser. O equipamento, do início do século XX, imprimia duas páginas de cada vez, como conta Jávier

Godinho” (BORGES, LIMA, 2008, p. 83). Com base em um depoimento de Consuelo Nasser<sup>58</sup>, Borges e Lima (2008) afirmam que o jornal teve duas fases: até 1970, haviam fortes críticas aos governos nacional, estadual e municipal e um jornalismo opinativo que fazia uso de jargões, gírias e vícios; após 1970, devido ao endurecimento do regime militar, o jornal passou a ter um conteúdo mais “ameno” e conteúdo noticioso, sendo mais cauteloso e ouvindo os dois lados. O *Cinco de Março* sofreu forte repressão da ditadura:

O jornal *Cinco de Março* foi empastelado no dia 8 de agosto de 1964, após publicar uma notícia denunciando um rombo de CR\$ 5 milhões nos cofres da Polícia Militar de Goiás. Segundo a denúncia, feita por um oficial da PM, os policiais teriam rifado armas e munição para cobrir o rombo antes que fosse descoberto por algum superior. Poucas horas depois da abertura do jornal no referido dia, dois jipes da PM invadiram sua sede, atirando e quebrando tudo. O jornal ficou um mês sem circular, sob protestos da imprensa nacional. Mesmo tendo recorrido ao Judiciário contra os prejuízos materiais causados pela ação da PM, o jornal nunca foi ressarcido. Apesar da censura, do empastelamento e das transformações que o enfraquecimento da vida democrática do Brasil durante o golpe militar de 1964 causou na imprensa em geral, o *Cinco de Março* continuou mantendo a sua linha editorial voltada para denúncias de corrupção, má prestação de serviços e descuido com o caráter público inerente ao Executivo e Legislativo. (BORGES, LIMA, 2008, p. 84).

A resistência à Ditadura Militar foi um aspecto enfatizado pelo próprio *Diário da Manhã* ao rememorar a história do *Cinco de Março*. O jornalista Luiz de Aquino, que trabalhou no *Cinco de Março*, escreveu o texto “DM, 36 anos: a notícia é nossa vida” para a edição comemorativa *Especial de aniversário: 57 anos de liberdade, desde o Cinco de Março, 36 anos do Jornal Diário da Manhã*. Nesse texto, o jornalista relatou os horrores da ditadura e a perseguição contra a imprensa, destacando que era “preciso contar aos desavisados jovens que pedem intervenção militar o que foram os anos de total restrição das liberdades” (AQUINO, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 14 mar. 2016, p. 7). O jornalista seguiu relatando como o jornalismo era percebido pela ditadura:

Era um tempo em que a imprensa passou a ser tachada de esquerdista - por se tornar uma pedra dentro dos coturnos. Lembro-me de um oficial do Exército, comissionado coronel para comandar a PM de Goiás, que fechava uma das mãos e abria os dedos, um a um, enumerando "jornalistas"; "índios"; "estudantes"; "professores"; "músicos"; "poetas" - e os qualificava genericamente: – Tudo comunista! Com isto, justificava as prisões e torturas, mas quanto às mortes ela não tinha respostas claras. Preferia dizer que "a gente solta e eles somem, são os companheiros que dão sumiço neles porque suspeitam que o cara abriu" (por "abriu", entenda-se "delatou"). Foi sob esse clima que deixei o Jornal Opção - então diário - e fui para o *Cinco de Março*. O semanário de Batista Custódio tinha fama de libertário [...] Era no *Cinco de Março* que apareciam as mais sérias denúncias, sem a barreira do poder político ou econômico. Havia um apego quase obsessivo pela "verdade, doa a quem doer" e o slogan era: Nem

<sup>58</sup> Alfredo Nasser era tio da Consuelo Nasser.

Washington, nem Moscou nem Roma - Tudo pelo Brasil! (AQUINO, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 14 mar. 2016, p. 7).

O *Jornal Opção*, mencionado por Aquino, foi fundado em dezembro de 1975, tendo um caráter opinativo desde a sua concepção. Na sua primeira capa havia o desenho de uma abóbora envolta pelas frases e palavras: “a dívida externa brasileira”, “política”, “as raízes da crise”, “pré-metrô”, “surgem as primeiras dívidas” (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980). Segundo o depoimento de Joaquim Rosa, articulista desse jornal em 1980, o ambiente do jornalismo goiano era cheio de qualidades, com poucas exceções. “Eu estou militando em Goiânia, no jornal Opção, e estou chegando à conclusão de que essas qualidades, de ética, de cultura, de dignidade e de apego à profissão, elas estão bem disseminadas aqui no ambiente goiano” (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980, p. 231). Nesse período, o Brasil já começava os primeiros passos para uma reabertura política, portanto, havia relativamente mais liberdade para a imprensa do que nos anos anteriores. Conforme Luca e Martins (2006), houve uma diminuição da censura e durante a redemocratização a imprensa “atuou como a ligação entre o Estado e a sociedade civil” (LUCA, MARTINS, 2006, p. 112 e 113). Barbosa (2007) defende que inúmeras mudanças ocorreram no jornalismo brasileiro a partir de 1980:

Inúmeras são as mutações que podem ser apontadas no jornalismo diário a partir dos anos 1980: a utilização das tecnologias de informática; o avanço dos temas econômicos, tornando a editoria de Economia uma espécie de carro chefe de diversas publicações; a eclosão do chamado jornalismo investigativo, fazendo dos profissionais espécies de investigadores do cotidiano, numa clara estratégia de natureza política; a radicalização do que alguns autores chamam ‘jornalismo cidadão’, ou seja, a visão construída de que a ação quotidiana da imprensa deve ter uma utilidade social, [...] a multiplicação de cadernos especializados em contraposição à criação de um estilo redacional entrecortado, onde as colunas de pequenas notas proliferam de maneira emblemática, entre outras. (BARBOSA, 2007, p. 221).

Com base no editorial “O jornalismo crítico do Jornal Opção completa quarenta anos” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 19 dez. 2015), a principal inspiração do jornalista Herbert de Moraes para criar esse periódico foi o semanário *Opinião*, fundado pelo empresário Fernando Gasparin. Esse jornal contava com articulistas renomados, como Millôr Fernandes e Oscar Niemeyer, e possuía uma postura crítica a ditadura. “Com o objetivo de criar um jornal de ideias, que se tornasse um veículo iluminista no Estado, Herbert de Moraes viajou com Nanci Guimarães de Melo Ribeiro, sua mulher, para o Rio de Janeiro” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 19 dez. 2015). Opondo-se a ideia de que não seria bom para os negócios fazer jornalismo opinativo na ditadura, “Herbert de Moraes acreditava que, com o uso inteligente das frestas, era

possível fazer jornalismo crítico e responsável e contribuir para a redemocratização” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 19 dez. 2015).

Essa “contribuição” para a redemocratização seria feita por meio de um jornal que produzisse um “debate mais aberto e inteligente [...] Por isso abrigou em suas páginas intelectuais e jornalistas críticos” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 19 dez. 2015). O *Jornal Opção* mantém a mesma linha editorial desde a sua fundação, a pedido do próprio Herbert de Moraes, “trata-se de manter o veículo como um jornal de opinião e com certa multiplicidade de ideias — o que não quer dizer populismo — para evitar uma espécie de entropia e a hegemonia do pensamento único” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 19 dez. 2015). Assim, era um veículo de natureza opinativa, que estimulava debates e permitia que houvesse interpretações ao noticiar os acontecimentos.

Em 1980, também durante a redemocratização, surgiu o jornal *Diário da Manhã*, atendendo aos pedidos por uma versão diária do *Cinco de Março*. Enquanto Consuelo Nasser dirigiria o semanário *Cinco de Março*, Batista Custódio cuidaria do novo jornal diário, que trazia o *Cinco de Março* em seu DNA. “No começo dos anos 1980, a ditadura de 1964 ainda agonizava, mas já se podiam enxergar as cores de um novo horizonte. [...] Foi neste cenário esperançoso que no dia 12 de março de 1980 nascia o **Diário da Manhã**. No seu DNA o semanário *Cinco de Março*” (PLANALTO, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 14 mar. 2016, p. 3). Em 1980, o jornalista Oscar Sabino Junior destacou a evolução da imprensa goiana e do jornalismo empresarial, embora ainda houvesse uma certa dependência das verbas políticas em uma parte considerável dos jornais. Sabino Junior fez um breve resumo da história da imprensa goiana na segunda metade do século XX, trazendo *O Popular*, *Jornal Opção* e o *Cinco de Março* como alguns dos principais jornais de Goiás no início da década de 1980.

O desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado, nas últimas décadas, propiciou a gradativa industrialização do setor gráfico das empresas jornalísticas. [...] Os diários e periódicos têm hoje estrutura moderna e instalações funcionais, ocorrência que permitiu abandonar-se a improvisação e conferir sentido empresarial aos instrumentos de comunicação de massa. O jornal partidário cedeu lugar a uma imprensa mais planejada e menos dependente de fatores apenas da oficina de trabalho. [...] A modernização da agência de propaganda, que ganhou caráter profissional, concorreu bastante para tirar o aspecto artesanal dos jornais e, de resto, transformá-los em empresas economicamente organizadas. [...] Até 1958, pode-se dizer que os governos viveram, de certa forma, dentro de um quadro em que prevalecia o jornal de orientação partidária. [...] Pouco a pouco começou a se impor novo estilo de imprensa, de alguma maneira descompromissada com o governo e, até certo ponto preocupada em não se deixar absorver politicamente. Porém, ainda assim, não inteiramente sem dependência dos poderes públicos, que continuam sendo a fonte de sobrevivência financeira de muitas empresas jornalísticas. Entre os diários, temos **O Popular**, fundado em 1938, **Folha de Goiaz** (1939) e, semanalmente, o **Cinco de Março**

(1959), **o Repórter** (1974) e **Opção** (1976). (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980, p. 295 e 296).

Luca e Martins (2006) apontam que a Constituição de 1988 foi um marco localizador da história das comunicações no Brasil, pois estabeleceu a liberdade de imprensa como fundamental. A partir de então, a imprensa passou a contar com uma infra-estrutura de ponta, houve uma profissionalização do setor, além de novas gerações saídas dos cursos de jornalismo e a chegada do jornalismo eletrônico com a Internet, que gerara mudanças nas práticas de fazer e de consumir os jornais. Entretanto, a linha editorial continuaria sendo um aspecto fundamental de cada jornal. Por isso, observemos o que o primeiro editorial do *O Popular* informava sobre a linha editorial desse periódico:

Passamos às mãos de nossos leitores **O Popular**. O nosso programa resume-se tão somente em servir ao Brasil, trabalhando por Goiânia e Goiás. Pelas folhas volantes deste jornal procuraremos defender a causa das coletividades do Estado, focalizando os seus problemas mais vitais e sugerindo para os mesmos medidas solucionadoras. Quem funda um jornal assume grande responsabilidade perante a opinião pública e nós estamos convictos do compromisso que assumimos. (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980, p. 369).

Assim, *O Popular* enfatizava o papel da imprensa de divulgar notícias de interesse público. Um jornal que sabia a “grande responsabilidade” da imprensa ao divulgar os problemas “mais vitais” da cidade e do estado. Ele também se dispôs a oferecer “medidas solucionadoras” para esses problemas. Percebe-se também o caráter empresarial e profissional do jornal já no seu primeiro editorial, evitando usar adjetivos, informando desde o começo que estaria “trabalhando” com total noção da responsabilidade da produção de um veículo jornalístico. Possivelmente, essa linha editorial ainda continuaria vigente no jornal atualmente. Como veremos no próximo tópico, ao representar a possível venda do Jóquei Clube de Goiás e o movimento para salvar o clube, o jornal trataria o risco da perda de um patrimônio cultural como um problema e ofereceria “medidas solucionadoras” para esse “problema”. Já o primeiro editorial do *Jornal Opção* teve um texto mais longo, portanto, vejamos um trecho:

Este é um jornal de circulação dirigida. Isso quer dizer que se você o recebeu é porque está incluído entre cinco mil cidadãos residentes em áreas onde uma pesquisa revelou morarem pessoas que representam um mercado potencial para um tipo de imprensa como este: não é o fato, mas a análise dele; não apenas a notícia e também a interpretação; e não o problema simplesmente, mas o debate sobre as possibilidades e formas de solução. [...] Existe, na atualidade, um volume quase sufocante de informações, fornecidas pelos diversos veículos; jornal, rádio, televisão. As notícias, os dados estatísticos e até os elementos de natureza técnica são tantos que o leitor muitas vezes se perde ao invés de se informar. Esse fluxo não é um mal em si. Mas para que ele seja convenientemente aproveitado pelo leitor, o ouvinte ou o espectador,

achamos de bom alvitre ordená-lo, procurando a linha lógica dentro da qual se desenvolve o processo de raciocínio, mostrando as convergências e as contradições da atuação dos homens sobre os fatos e até buscando, pelo estímulo da reflexão e do debate, abrir novas perspectivas para o fluxo das idéias e o encontro de soluções. Está evidenciado, dentro desses propósitos, que não pretendemos trazer soluções prontas e acabadas. É que achamos as verdades absolutas um anacronismo perigoso, até mesmo no terreno das relações pessoais, quanto mais no campo do interesse público. O que nos guia são alguns princípios fundamentais, incoerentes à pessoa humana e que dizem respeito à sua vida, à sua liberdade e dignidade. Quanto ao mais, bem ao jeito brasileiro, conversando é que a gente se entende, desde que, logicamente, haja patriotismo, honestidade e humanismo. Com patriotismo, honestidade e humanismo, pretendemos patrocinar e estimular a discussão as questões que mais de perto interessam à comunidade goiana (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980, p. 372 e 373).

Dessa maneira, desde a sua origem, o *Jornal Opção* já se apresentava como possuindo um forte caráter opinativo e interpretativo em uma época em que haveria uma quantidade “sufocante” de veículos que se limitavam ao conteúdo noticioso. Afinal, esse periódico surgiu em um momento que havia relativamente mais liberdade de imprensa, o que possibilitava que ousasse mais com relação aos outros veículos, aos quais fez uma crítica indireta por sua “natureza técnica”. Além disso, o jornal enfatizava não acreditar em “verdades absolutas”, preferindo estimular debates ao invés de oferecer soluções. Como veremos adiante, isso também vai estar presente na representação do *Jornal Opção* dos eventos em torno do Jôquei Clube. Há questionamentos acerca dos “dois lados” envolvidos na questão. Por fim, como o *Cinco de Março* não teve um editorial na sua primeira edição e o *Diário da Manhã* surgiu quando a ideia inicial era que ambos existissem em conjunto, optamos por um trecho do editorial *Carta ao Futuro*, da edição de aniversário de 2016.

O jornal **Diário da Manhã** celebra 36 anos de existência com um caderno especial que diz muito sobre sua luta: estão neste caderno as dificuldades, os enfrentamentos políticos, as campanhas editorializadas e acima de tudo a efetivação concreta dos sonhos que foram sonhados dia e noite pelos jornalistas Batista Custódio e Consuelo Nasser - jovens idealistas, fundadores do lendário *Cinco de Março*, que abandonaram a segurança da vida para abrir o peito e se jogar nas mais árduas batalhas em defesa da dignidade humana. Com os 21 anos do semanário *Cinco de Março*, hoje apenas na memória, esta soma nos dá 57 anos de busca pela Liberdade. Nesta edição exclusiva de comemoração, sua equipe de reportagem fez diferente: O DM é que se transformou em notícia. E muitos destes jovens jornalistas ainda se espantaram com a história desse impresso que marcou de forma decidida a vida pública de Goiás e do Brasil. [...] O **DM** é o único diário de Goiás que atravessou a ditadura e chegou ao regime democrático sem jamais comungar com os princípios autoritários ou na desfaçatez da visão ideológica monolítica. O único que reuniu os melhores jornalistas do país. E o que mais forma profissionais para a grande imprensa. Desde seu início foi um jornal cuja existência se firmava em fundamentos da liberdade, tão cara aos que nele militaram seus credos e ideologias. Se existe um abrigo dos perseguidores e 'outsiders', o endereço é este aqui, com dois domicílios, inicialmente na avenida 24 de outubro, em sua primeira década de existência, e outro na avenida Anhanguera, no setor Universitário. O **Diário da Manhã** chega aos 36 anos como um guerreiro, que enfrentou - como nunca - forças políticas que preferiam, de fato, sua não existência.

[...] O **DM** foi torturado e asfixiado de todas as formas. E jamais enfrentou a angústia e o medo de não ter saídas de emergência - mesmo que elas não existissem. [...] Esse **DM** segue com mastro quebrado, velas rasgadas, marinheiros estropiados, mas permanece com o jornalista Batista Custódio no leme vendo portos seguros antes que a tribulação aviste terra. Talvez a sina do **Diário da Manhã** seja jamais encontrar este porto seguro. Mas a epopeia provoca a cada dia epifanias em seus combatentes, a ponto de compensar todas as dificuldades e prazeres fáceis. Portanto, aqueles que tentaram destruir o **DM**, apenas o moldando aos seus interesses mesquinhos, sabem no (in) consciente do que se fala aqui: apesar da pressão, das tentativas de destruição, das silenciosas torturas, nossa caravela vai seguir e contar a história para o futuro. Nós corremos risco sem parar. Temos vocação para as chuvas mais fortes e as tempestades mais inimagináveis. Quem viver verá. (DIÁRIO DA MANHÃ, 14 mar. 2016, p.1).

O **DM** enfatizou a importância de seus fundadores, Batista Custódio e Consuelo Nasser, além da resistência do *Cinco de Março* contra a Ditadura Militar e a sua defesa da democracia. Além disso, o jornal usou uma forte adjetivação, com uma linguagem puxada para o literário, numa construção quase heróica da própria história, sem hesitar em mandar indiretas para os seus supostos inimigos. Importante também como o **DM** destacou ser feito por “jovens jornalistas”. Isso vem desde a sua origem, afinal, o *Cinco de Março* foi fundado por estudantes. Em segundo lugar, ao reafirmar a sua luta pela “liberdade”, o *Diário da Manhã* se colocou como “um abrigo dos perseguidores e outsiders”. Na coluna *Opinião Pública* são publicados os textos enviados pelos leitores. Essa coluna publicou textos de um membro do movimento para salvar o Jóquei Clube de Goiás. Apesar de ter poucas notícias sobre o caso do Jóquei Clube em comparação ao *O Popular* e o *Jornal Opção*, os *jovens jornalistas* do *Diário da Manhã* foram os primeiros a noticiarem a possível venda do Jóquei Clube de Goiás.

Assim, os tópicos seguintes demonstram como cada jornal representou os eventos que se sucederam ao risco da venda do clube. Os seguintes questionamentos serviram de eixo para as análises: 1) segundo o veículo, qual o lugar do Jóquei Clube de Goiás na história e na memória de Goiânia? 2) como o patrimônio cultural apareceu na representação desse jornal? 3) Quais foram os motivos para a crise financeira? 4) Quem recebeu “espaço de fala” dentro do jornal? 5) Como foi retratado o movimento para salvar o Jóquei Clube? Dessa maneira, buscamos compreender como o processo de tombamento e o movimento para salvar o Jóquei Clube foram representados pelo *O Popular*, pelo *Jornal Opção* e pelo *Diário da Manhã*.

### 3.2 Para sempre na memória: A representação do *O Popular*<sup>59</sup>

Entre os três jornais analisados, *O Popular* deu o maior espaço para a cobertura desse caso. Além disso, também cobriu por mais tempo, dando atenção a disputa pela presidência do clube no ano seguinte e atualizando o público sobre a condição do Jóquei Clube anos depois. O jornalista Vandrê Abreu foi o responsável pela maioria das matérias sobre o Jóquei Clube de Goiás para *O Popular*.<sup>60</sup> Vandrê Abreu Batista de Oliveira é graduado em jornalismo e também em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Ele era responsável pela cobertura do novo plano diretor de Goiânia na época, por isso, em 28 de novembro de 2017, participou da 71ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO). Conforme a ata da reunião:

Vice-Presidente do CAU/GO, **Maria Ester de Souza**, ampliando a discussão do tema trazido por Lana – meio ambiente – **informou aos presentes sobre a necessidade de preservação do Jóquei Clube de Goiás**, no centro da capital. **As instalações do clube mais antigo da cidade situam-se em área envoltória de bem de tombamento estadual. Portanto, defender o Jóquei é defender a história de Goiânia – a história de Goiás, tornando incabível qualquer possibilidade de desconfiguração** (CAU-GO, 2017). (grifo meu)

Maria Ester de Souza iria liderar, posteriormente, o movimento #SalveJóquei, sendo que nessa reunião do CAU-GO já havia apresentado alguns dos seus principais motivos para defender a salvaguarda do Jóquei Clube, como mostrou o trecho grifado. A reportagem “Sede do Jóquei Clube está à venda” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017) saiu no dia seguinte a essa reunião do CAU-GO, sendo assinada por Vandrê Abreu. *O Popular* ouviu o advogado e ex-deputado Manoel de Oliveira Mota, então presidente do clube, sócios remidos do Jóquei Clube e Kléber Adorno, então Secretário Municipal de Cultura. O jornal assim noticiou a venda:

Os carnavais mais memoráveis de Goiânia nas décadas de 1940 a 1970 poderão dar lugar aos cultos evangélicos nos próximos anos. A sede do Jóquei Clube de Goiás, o mais antigo da capital, localizada no Centro, entre a Avenida Anhanguera e Rua 3, está à venda. O processo foi iniciado em outubro, com a aprovação, em assembleia dos sócios, da proposta da atual diretoria do clube, encabeçada pelo advogado e ex-deputado Manoel de Oliveira Mota, pela venda da sede principal para o pagamento das dívidas, que somam R\$ 40 milhões, e reconstrução de outro clube, no terreno do

<sup>59</sup> Este tópico foi baseado em nosso Trabalho de Conclusão de Curso da especialização em História e Cultura, *As lutas pela patrimonialização na cobertura d’O Popular: os casos estádio Antônio Accioly e Jóquei Clube de Goiás* (AZEVEDO, 2020), além do nosso artigo *O patrimônio cultural e o espaço urbano: os casos Jóquei Clube de Goiás e estádio Antônio Accioly* (AZEVEDO, 2022).

<sup>60</sup> As matérias foram assinadas por: Vandrê Abreu (10), Redação *O Popular* (2), Michelle Rabelo (1), Thiago Burigato (2), Pedro Nunes (1), Carol Almeida (2), Clenon Ferreira (2), Arthur Rezende (1), Luisa Guimarães (1).

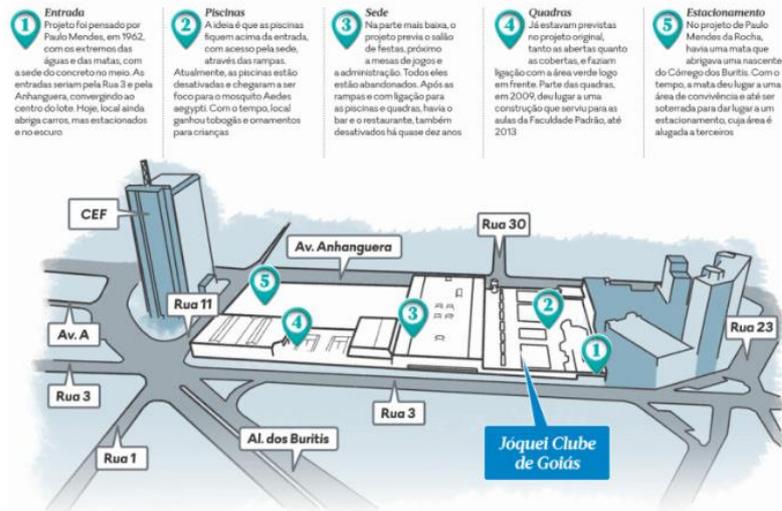
Hipódromo da Lagoinha, no Setor Cidade Jardim. A expectativa da diretoria é que a venda da histórica sede no Setor Central seja finalizada neste ano. A reportagem do POPULAR apurou que a negociação mais avançada é com a Igreja Universal, que teria interesse na construção de um templo no local. [...] O presidente reforça que não há nenhuma cláusula ou legislação que dê à sede o patamar de patrimônio histórico e, logo, é possível que ele venha a ser demolido. (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017).

A venda para a Igreja Universal poderia resultar na demolição da “histórica” sede do Jockey Clube, onde ocorrera os “carnavais mais memoráveis de Goiânia”. Outro fator digno de nota é como essa notícia levava em consideração o patrimônio histórico, sendo que o prédio poderia ser demolido justamente porque não haveria “nenhuma cláusula ou legislação” que lhe desse esse “patamar”. Essa reportagem ganhou um subtópico denominado “Sem tombamento”. Nesse subtópico, *O Popular* informou que a diretoria do clube consultara o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pois o Jockey Clube de Goiás se localizava em uma região com vários locais tombados, incluindo o prédio na sua frente. “Os joqueanos acreditam que falta apenas essas informações para que o negócio possa avançar” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017). Mesmo que de maneira indireta, a patrimonialização já aparecia como um “impedimento” para a venda na retórica do *O Popular* desde a primeira notícia.

O jornal enfatizou que a ideia da diretoria seria vender o terreno, possibilitando a demolição da sede, “cujo projeto data de 1962 e é assinado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, segundo brasileiro a ganhar o maior prêmio mundial da arquitetura, o Pritzker, em 2006” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017). A importância do arquiteto era recorrente na representação desse periódico, sempre reforçando os prêmios que ganhara. O fator econômico justificaria a venda, pois seria uma necessidade para quitar as dívidas do clube. Além disso, *O Popular* apontou que o projeto original de Paulo Mendes da Rocha já havia sido alterado ao longo do tempo, para a construção de um estacionamento, “o idealizado deu lugar à funcionalidade e necessidade de fazer dinheiro para o Clube” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017). A alteração do projeto fora realmente por funcionalidade e economia? Afinal, como demonstrado no capítulo 2, as alterações no projeto tinham um cunho elitista, impedir que o clube passasse pelo processo de popularização que atingia o Setor Central na década de 1980.

## Fim de uma era

Sede histórica do Jôquei Clube, entre a Rua 3 e Avenida Anhanguera, no Centro de Goiânia, está à venda e deve ser demolida



### HISTÓRICO

#### Tempo de ouro

**Década de 1950** - Entre o final da década anterior e a de 1950, recebeu doações do governo estadual, chegando a uma área de 23 mil metros quadrados. Se torna a grande referência dos bailes e da elite goiana, que já o frequentava desde seu início.

**Década de 1960** - Com a imaginação de novos clubes, o Jôquei se modernizou. Ocorre a demolição da antiga sede social do clube, chamada de casarão. Em 1962, a nova sede, o "Casarão", de desenho do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, é iniciada.

#### O auge

**Década de 1970** - A nova sede é inaugurada em 1975, com intensa atividade ligada ao lazer e ao esporte. Se torna referência nas atividades esportivas e de lazer. Times formados pelo Jôquei começam a se destacar até fora do País.

**Década de 1980** - Mesmo com a continuidade das vitórias esportivas, ainda há grande participação na vida da elite da capital. Clube também é referência nos bailes de carnaval na cidade.

#### Crise

**Década de 2010** - O clube é praticamente fechado com a parceria e uma série de transformações são realizadas na estrutura.

**Em 2010** - Jôquei Clube emite 2.200 títulos de sócios que foram vendidos por R\$ 9,8 milhões para a empresa que administra a Padrião.

**Em 2014** - Luiz Fernando de Moraes é eleito com ajuda desses títulos, considerados ilegais pela Justiça no final do ano. Começa uma disputa judicial sobre quem administra o Jôquei e sobre o contrato de parceria, já repassado

#### Tentativa

da Padrião à Sociedade de Educação e Cultura de Goiás.

**Em março de 2015** - Luiz Fernando afirma que a empresa deixou de dar recursos ao Jôquei Clube sobrevive com renda de aluguel de salas nos fundos e espaço de estacionamento.

**Dezembro de 2016**: Final de mandato de Luiz Fernando e novas eleições são chamadas para o próximo dia 21. Associação Amigos do Jôquei, que questionou administração atual na Justiça, inscreve chapa para concorrer ao pleito.

**2017** - Chapa formada pela Associação Amigos do Jôquei vence as eleições, com a presidência de Manoel Mota. É feita uma auditoria da situação do clube, que chega a conclusão da existência de R\$ 40 milhões em dívidas. Em setembro, é realizada uma assembleia com os sócios para mostrar a situação e propor soluções. Venda da sede social no Centro é vista como única maneira para salvar o Jôquei. Intenção il-de que a negociação ocorre até o final deste ano.

(Figura 1) Gráfico “Fim de uma era” Resumo da história do Jôquei Clube de Goiás sob a perspectiva d’O Popular. (ABREU, O POPULAR, 29 nov. 2017).

Esse gráfico separou a história do Jôquei Clube por décadas. Em 1950, fora a “grande referência dos bailes e da elite goiana”. Na década de 1960, teria se “modernizado” com a demolição da antiga sede e o projeto da nova sede, de Paulo Mendes da Rocha. Na década de 1970, o jornal enfatizou a inauguração da nova sede e ser uma “referência” ligada ao lazer e ao esporte, com times se destacando internacionalmente. As vitórias esportivas também foram destacadas na década de 1980, assim como os bailes de carnaval. Já a partir da década de 2010, o jornal focou nos problemas advindos da parceria com a Faculdade Padrão.

No mesmo dia, 29 de novembro de 2017, *O Popular* liberou outra notícia sobre o Jôquei Clube de Goiás, “Arquitetos lutam pela história” (ABREU, O POPULAR, 29 nov. 2017 B). Essa notícia introduziu as campanhas nas redes sociais e a líder do movimento, Maria Ester de Souza. “Os profissionais questionavam o fim de uma parte da história da capital com a possível demolição do prédio, que deveria ser tombado pelo patrimônio arquitetônico da cidade” (ABREU, O POPULAR, 29 nov. 2017 B). Essa matéria ouviu, além de Maria Ester, a conselheira do CAU-GO Lana Jubé e o o arquiteto Ioav Blanche, presidente do Sindicato dos

Condomínios e Imobiliárias do Estado de Goiás (Secovi-GO). Para Lana Jubé, em citação direta do jornal, “Aquilo é a história de Goiânia, há um patrimônio e também a paisagem construída” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017 B).

Segundo Jubé, se o Jóquei fosse tombado, esse seria o primeiro bem de arquitetura modernista tombado em Goiânia. A narrativa do jornal reforçou novamente a importância do arquiteto: “até pela representatividade por se tratar de um projeto de Paulo Mendes da Rocha” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017 B). Já Iovi Blanche apareceu como um “outro lado”, pois discordava que o Jóquei fosse um patrimônio cultural, embora defendesse a sua preservação. “No mundo ideal, teria de a Prefeitura tomar conta de lá, criar um museu ou um centro cultural” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017 B) por estar próximo a locais que são patrimônios culturais tombados da cidade.

“Após matéria publicada pelo O POPULAR” (*O POPULAR*, 30 nov. 2017), o CAU-GO enviou uma nota à imprensa defendendo ser primordial garantir a integridade da estrutura da edificação do Jóquei Clube de Goiás. Assim, para o CAU-GO, quem viesse a comprar o clube deveria garantir a manutenção da sua estrutura. Além da nota, nesse dia, em 30 de novembro de 2017, o CAU-GO lançou a campanha #salvejóquei nas redes sociais. *O Popular* disponibilizou esse texto integralmente, destacando o trecho grifado abaixo dentro da matéria:

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU/GO) manifesta sua preocupação a respeito do futuro de um dos maiores patrimônios históricos e arquitetônicos da capital e do Estado: o Jóquei Clube de Goiás. Projetado em 1962 pelo maior nome vivo da arquitetura brasileira, Paulo Mendes da Rocha, **a edificação integra o movimento moderno brasileiro, constitui a paisagem do Centro de Goiânia e faz parte da memória afetiva e da identidade do goianiense.** (*O POPULAR*, 30 nov. 2017). (grifo meu).

Essa nota apresentou pela primeira vez aquela que seria a retórica recorrente do CAU-GO dentro do *O Popular*. Em primeiro lugar, a instituição considerou o Jóquei Clube como um dos “maiores” patrimônios históricos e arquitetônicos de Goiânia e de Goiás. Em segundo lugar, enfatizou a importância do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Por fim, a parte que o jornal julgou como a de maior relevância, pois decidiu destacá-la no corpo da matéria: “A edificação integra o movimento moderno brasileiro, constitui a paisagem do Centro de Goiânia e faz parte da memória afetiva e da identidade do goianiense” (*O POPULAR*, 30 nov. 2017). Para *O Popular*, o estilo arquitetônico era um fator descritivo, sendo assim, o valor do Jóquei Clube estaria *na memória e na identidade goianiense*.

Isso se tornaria ainda mais perceptível em uma reportagem de 8 de dezembro de 2017, “Jóquei Clube: Para sempre na memória” (RABELO, *O POPULAR*, 8 dez. 2017). A jornalista

Michelle Rabelo fez um perfil do artista plástico Amaury Menezes. “Primeiro clube da capital, envolto em polêmica ao ser colocado recentemente à venda, faz parte da trajetória de diferentes gerações” (RABELO, *O POPULAR*, 8 dez. 2017). A sede abrigaria “os traços do modernista Paulo Mendes da Rocha, ícone da arquitetura nacional” (RABELO, *O POPULAR*, 8 dez. 2017). A “comoção” ganhou força porque o prédio, “localizado no coração da cidade [...] guarda memórias afetivas de diferentes gerações” (RABELO, *O POPULAR*, 8 dez. 2017). Dessa forma, Amaury Menezes foi usado como um personagem que representaria essas gerações, pois conhecia o clube desde criança e pintara os quadros que compunham a galeria dos presidentes do Jóquei. O artista afirmou que acabar com o Jóquei Clube “é acabar com a história de Goiânia” (RABELO, *O POPULAR*, 8 dez. 2017), porque a sobrevivência da cidade se deveria aos lugares que, como o clube, fizeram a iniciativa privada acreditar em Goiânia. Amaury Menezes foi ainda mais enfático em sua crítica: o clube “descuidado” assim seria “uma mutilação a memória da cidade” (RABELO, *O POPULAR*, 8 dez. 2017).

Em 14 de dezembro de 2017, “CAU propõe tombar o Jóquei Clube de Goiás” (BURIGATO, *O POPULAR*, 14 dez. 2017). O jornal informou que o CAU-GO protocolou a proposta de tombamento do Jóquei Clube junto ao Iphan, a partir de um parecer técnico do arquiteto e urbanista Lucas Jordano, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). A então vice-presidente do CAU-GO e líder do movimento #salvejóquei, Maria Ester de Souza, foi quem teve a ideia de tombar o clube. A justificativa para o tombamento se aproximou da retórica da primeira nota do CAU-GO e do parecer técnico analisado no primeiro capítulo desta dissertação: o foco estava no autor do projeto do prédio, Paulo Mendes da Rocha, enfatizando as premiações recebidas pelo arquiteto. *O Popular* reproduziu essa retórica, porém, também destacou a relevância histórica do Jóquei:

A ideia de pedir o tombamento do edifício veio da vice-presidente do CAU-GO, Maria Ester de Souza, que teme a possibilidade que ele seja demolido. "a gente entende que o edifício que o Jóquei representa é um dos mais importantes do mundo em arquitetura modernista. O autor do projeto dele, Paulo Mendes da Rocha, é vencedor de prêmios internacionais, de relevância para a arquitetura mundial", afirmou. Entre os prêmios recebidos por Paulo Mendes estão o Prtizker, considerado o Nobel da Arquitetura, o Mies van der Rohe e o Leão de Ouro, da Bienal de Veneza. Em Goiânia, ele é autor, também, dos projetos do Estádio Serra Dourada e do Terminal Rodoviário. Para embasar a proposta de tombamento, o CAU-GO solicitou parecer técnico do arquiteto e urbanista Lucas Jordano, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). **Ao POPULAR, ele afirmou que o Jóquei agrega valor histórico e artístico a Goiânia.** "O edifício é um projeto muito aberto, com pouca compartimentação. Ele ensina como fazer um projeto urbano, denso de forma que o projeto possa ser reaproveitado da maneira que a cidade precisar", destacou. (BURIGATO, *O POPULAR*, 14 dez. 2017).

Essa matéria também comunicou que haveria um protesto em 17 de dezembro. Vandré Abreu novamente cobriu esse acontecimento na matéria intitulada “Novo protesto pede Jóquei preservado” (ABREU, *O POPULAR*, 17 dez. 2017). Os joqueanos foram descritos como “grupo de manifestantes”, “manifestantes”, que seriam “Sócios, arquitetos, professores e entusiastas voltam a se reunir em frente a edificação no Centro para reclamar de venda e possível demolição do local” (ABREU, *O POPULAR*, 17 dez. 2017). Os manifestantes pretendiam realizar um abraço simbólico em todo o quarteirão da sede, o que não foi possível por não haver pessoas suficientes. O então presidente do Jóquei Clube de Goiás, posteriormente, debochava disso em 2018:

Para Mota, mesmo se estivesse tudo arrumado no Jóquei Clube nem 10% dos sócios compareceriam no local. “Destruíram tudo aqui e eles não vieram e agora vão vir ratear 20 e poucos mil reais? **Eles fizeram movimento com mídia espontânea, com a vontade de dar abraço no Jóquei e conseguiram abraçar só o portão**”, afirma. [...] a venda da razão da sede, que estava praticamente selada em dezembro para a Igreja Universal, em mais de R\$ 45 milhões. O pedido de tombamento do patrimônio da construção, segundo ele, afastou o interesse. (ABREU, *O POPULAR*, 11 mar. 2018). (grifo meu)

Entretanto, o aspecto mais curioso dessa notícia foi ter sido a única em que *O Popular* debateu diretamente política com relação ao movimento para salvar o Jóquei. Em primeiro lugar, por conta da presença dos então vereadores Paulo Magalhães (então PSD) e Jorge Kajuru (então PRP) na manifestação. “Na última quinta-feira, representantes dos sócios do Jóquei estiveram na Câmara Municipal para elucidar os vereadores sobre a situação do Jóquei Clube, em que foi sugerida posterior realização de audiência pública para a discussão do futuro da entidade” (ABREU, *O POPULAR*, 17 dez. 2017). Além do protesto, o periódico informou que os sócios do clube entrariam com uma ação pública, pois a maioria não teria sido informada sobre a assembleia que decidira pela venda, descobrindo por meio das notícias sobre a venda.

A manifestação também cobrou uma ação política para negociar a dívida do clube, já que a maior parcela, 30 milhões de R\$42 milhões, seria com a Prefeitura de Goiânia, por conta dos atrasos de pagamento do IPTU. Na primeira notícia sobre a venda do Jóquei Clube, Manoel Mota informara *O Popular* que a primeira tentativa de venda fora em uma negociação com a Prefeitura de Goiânia. Contudo, a prefeitura propôs a troca da dívida do IPTU pelo terreno, mas a diretoria recusou o acordo. (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017).

Essa dívida seria também o motivo pelo qual a prefeitura interferiria na venda do clube para a Igreja Universal. Em 19 de dezembro de 2017, o periódico noticiou que “Justiça suspende a venda do Jóquei Clube de Goiás” (NUNES, *O POPULAR*, 19 dez. 2017). A Procuradoria Geral do Município de Goiânia pediu pela suspensão do imóvel, tornando-o indisponível para

a venda, já que a alienação da propriedade potencialmente caracterizaria fraude à execução fiscal. Assim, a ordem judicial “impede a aquisição do imóvel por pessoa física ou jurídica enquanto existir débitos com a municipalidade” (NUNES, *O POPULAR*, 19 dez. 2017). A justiça exigiu ainda que o clube comprovasse ter patrimônio suficiente para pagar a dívida e intimou a Igreja Universal do Reino de Deus a informar sobre o andamento das negociações. O pedido de tombamento foi lembrado pelo jornal, assim como Maria Ester de Souza, “que teme a possibilidade de que ele seja demolido” (NUNES, *O POPULAR*, 19 dez. 2017). Segundo a decisão judicial, a Prefeitura de Goiânia agiu por causa das notícias da venda:

Conforme pontuado, o exequente informa que o executado está desfazendo de seu patrimônio imobiliário com a finalidade de impedir o pagamento de seus credores. **Para subsidiar suas alegações, apresenta, entre outros documentos, diversas notícias veiculadas em meios de comunicação** dando conta de que a Igreja Universal do Reino de Deus pretende adquirir o imóvel situado na Avenida Anhanguera para nele construir um templo, além de parecer expedido pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação em processo administrativo instaurado pela mencionada instituição religiosa para viabilizar a utilização da área. A controvérsia, portanto, reside na constatação de estar ou não o executado praticando atos que, em tese, caracterizam fraude à execução fiscal. (GOIÁS. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 1ª Vara de Fazenda Pública Municipal. Processo nº 0245949.84.2000.8.09.0051. Exequente: Município de Goiânia. Executado: Jóquei Clube de Goiás. Relator: Juiz substituto Vitor França Dias Oliveira. Goiânia, 18 de dezembro de 2017. Disponível *on-line*) (grifo meu).

Conforme Traquina (2016), o fator “tempo” é definitivo na produção do jornalismo. As rotinas nem sempre permitem tempo suficiente para verificar adequadamente uma informação. Talvez esse seja o motivo para um erro cometido pelo jornalista Vandrê Abreu em uma notícia de 19 de janeiro de 2018, que ignorou a interferência da prefeitura e responsabilizou o pedido de tombamento pela desistência da Igreja Universal. Afinal, a notícia da proibição da venda fora assinada pelo jornalista Pedro Nunes, com informações da Prefeitura de Goiânia. “Após pedido de tombamento da sede, compradores deixaram de ter interesse e diretoria tenta achar solução para dívidas” (ABREU, *O POPULAR*, 19 jan. 2018). Nessa notícia, o jornal descreveu o Jóquei como “um edifício esquecido e esvaziado” que foi projetado por um “arquiteto premiado” (ABREU, *O POPULAR*, 19 jan. 2018).

Único entrevistado dessa notícia, Manoel Mota culpou o pedido de tombamento pelo recuou da Igreja Universal e pelo Jóquei perder a participação no programa de refinamento fiscal (Refis) da Prefeitura de Goiânia. Para Mota, esse “pessoal não tem noção dos prejuízos que causou ao Jóquei e ao Município” (ABREU, *O POPULAR*, 19 jan. 2018). Outro problema apontado foi que a notícia da venda aumentou “o número de processos em desfavor do Jóquei” (ABREU, *O POPULAR*, 19 jan. 2018). Com relação ao movimento, o jornal lembrou que a igreja entrou com um processo para avaliação do solo do projeto de construção de um templo

no local, o “projeto chegou a ser considerado apto para o local em novembro, quando se iniciaram uma série de manifestações contrárias à venda da sede, sobretudo de sócios remidos do clube e de arquitetos e urbanistas” (ABREU, *O POPULAR*, 19 jan. 2018). Além de serem responsabilizados pelo fracasso da venda, também houve uma “indireta” para os manifestantes: “Um membro da diretoria, que prefere não se identificar, lembra que o movimento contrário à venda partiu de pessoas que não iam mais ao clube e que também não apresentaram qualquer alternativa para o pagamento das dívidas” (ABREU, *O POPULAR*, 19 jan. 2018). *O Popular* encerrou essa notícia dando espaço para o movimento no último parágrafo:

O argumento dos sócios era sobre a ilegalidade no processo que permitiu a venda da sede, após uma assembleia ocorrida em outubro que contou com apenas 20 pessoas aptas a votar e o resultado ainda foi apertado, com 11 a 9 para a possibilidade de venda. Muitos sócios alegavam não terem sido avisados do encontro, cuja convocação teve a publicação em um jornal da capital no final de setembro. A diretoria afirma que, com isso, todo o processo foi legalizado. Quanto ao futuro do clube, os sócios acreditam ser possível uma renegociação da dívida e abertura para a entrada de novos interessados, além da possibilidade de uma parceria para usar a sede. (ABREU, *O POPULAR*, 19 jan. 2018).

Se a última matéria focara no então presidente do clube, no mesmo dia, o jornal também dedicou uma matéria para o ponto de vista de Maria Ester de Souza. A principal notícia era que o pedido estava no âmbito federal do Iphan. O jornal usou esse espaço para explicar como funcionava o processo de patrimonialização, informando ainda que o Iphan possuía um prazo de cinco anos para a definição do tombamento.

O pedido de tombamento da sede social do Jóquei Clube de Goiás foi feito no dia 15 de novembro e a única movimentação até agora no processo é que a superintendência goiana do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) passou o caso para o âmbito federal do órgão. **Segundo a assessoria de imprensa do Iphan, foi considerada “a relevância do bem e a polêmica local que envolve o tema”**, para que o processo fosse enviado para manifestação da Câmara Técnica do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. (ABREU, *O POPULAR*, 19 jan. 2018 B). (grifo meu).

De acordo com *O Popular*, o Iphan acompanhava a polêmica do tema e considerava a “relevância do bem”. Porém, como visto anteriormente, o Iphan indeferiu o pedido de tombamento e acusou o movimento para salvar o Jóquei Clube de “censura estética”, pois, para o Iphan, o objetivo seria impedir a construção da igreja e não para “salvar” o clube. Até que ponto o Iphan de fato considerava essa relevância? Além disso, nessa mesma notícia, Maria Ester afirmava que a falta de compradores não era uma vitória sacramentada do movimento, que continuaria existindo e procurando mais apoiadores, porque “em uma reunião que eu

participei na Câmara Municipal percebi que havia forte interesse de um grupo econômico e, quando há um grupo com dinheiro interessado, normalmente eles vencem” (ABREU, *O POPULAR*, 19 jan. 2018 B). O jornal não nomeou qual seria esse grupo econômico. Entretanto, como veremos adiante, o *Jornal Opção* e o *Diário da Manhã* nomeariam um vereador.

A questão ambiental como parte da justificativa para a preservação do Jóquei Clube apareceu pela primeira vez nessa notícia, possivelmente pelo foco maior em Maria Ester. O parecer técnico de Lucas Jordano “também levou em consideração o aspecto ambiental da área em que a sede está, já que o leito do Córrego dos Buritis passa pelo local” (ABREU, *O POPULAR*, 19 jan. 2018 B). Dessa maneira, em 19 de janeiro de 2018, *O Popular* fez duas matérias sobre o caso Jóquei Clube. Uma majoritariamente do ponto de vista de Manoel Mota, a outra focada principalmente em Maria Ester de Souza. Assim, deu espaço para os “dois lados” envolvidos nessa questão.

A partir desse ponto, a disputa entre esses “lados” passaria a ser pela presidência do Jóquei Clube de Goiás. Por exemplo, em fevereiro, *O Popular* noticiou que para impedir a venda da sede, um grupo de joqueanos buscou sócios remidos por meio das redes sociais para, com o apoio de no mínimo 130 remidos, conseguir formar uma assembleia, que votaria a destituição da então diretoria. A diretoria, naquele ponto, ainda era presidida pelo advogado e ex deputado federal Manoel Mota. O jornal informou ainda que os sócios já estariam próximos do número necessário para formar a assembleia e lembrou ainda que a votação da venda ocorreu numa assembleia “polêmica”. “Em dezembro, duas manifestações foram feitas na sede do Jóquei, com apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO, que entrou com pedido de tombamento do prédio junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)” (ABREU, *O POPULAR*, 5 fev. 2018).

A diretoria desistiu definitivamente da venda em março. “Processo de demolição do Jóquei Clube é arquivado pela Prefeitura de Goiânia” (ALMEIDA, *O POPULAR*, 6 mar. 2018). O pedido do arquivamento partira da própria diretoria do clube, pois o processo de demolição fora iniciado quando ainda havia negociação com a Igreja Universal. Entretanto, a disputa pela presidência continuou mesmo depois do arquivamento. Inclusive, com uma notícia trazendo no título uma citação direta de Mota: “Apresentem solução e eu renuncio” (ABREU, *O POPULAR*, 11 mar. 2018). A matéria foi predominantemente do ponto de vista de Manoel Mota, que ainda defendia a venda como a única solução para o pagamento das dívidas. O pedido de tombamento foi novamente responsabilizado pelo fracasso da venda. “Após pedido de tombamento da sede do clube, igreja desistiu da compra” (ABREU, *O POPULAR*, 11 mar. 2018). Em um subtópico que apresentava o outro lado, “Grupo vai à Justiça para obrigar a realização de Assembleia

Geral” (ABREU, *O POPULAR*, 11 mar. 2018). Além disso, Mota teria impedido a entrada de um grupo de sócios no clube, porque “o local está totalmente destruído, sem água ou energia” (ABREU, *O POPULAR*, 11 mar. 2018).

Em 19 de março de 2018, o jornal entrevistou Andrey Rosenthal Schlee, então diretor nacional do Iphan e responsável pelo indeferimento do pedido de tombamento do Jóquei Clube de Goiás. A primeira pergunta do jornalista Clenon Ferreira, d’*O Popular*, foi: “O prédio do Jóquei Clube precisou ser alvo de possível demolição para que as pessoas olhassem com atenção ao espaço. O mesmo acontece na Estação Ferroviária, que estava completamente abandonada. Por que sempre preocupações tardias?” (FERREIRA, *O POPULAR*, 19 mar. 2018). A resposta de Schlee não mencionou o Jóquei Clube, explicando que no Brasil “não temos uma cultura de conservação e preservação” (FERREIRA, *O POPULAR*, 19 mar. 2018). A segunda pergunta foi diretamente sobre o Jóquei: “Como está o processo de tombamento do Jóquei Clube?”.

Os recentes debates sobre o Jóquei Clube demonstram que há uma atenção clara pela preservação do patrimônio histórico de Goiânia. No caso das obras do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, fico com pena porque a população só despertou agora, um pouco tarde, quando os prédios já estão descaracterizados, a exemplo da Rodoviária (de Goiânia) e do Estádio Serra Dourada. Trata-se de um arquiteto importante. As obras deveriam estar num estado de conservação muito melhor. A superintendência do Iphan em Goiás recebeu o pedido de tombamento, e já foi encaminhado para Brasília, como todos são, em um procedimento formal do Iphan. Já estou levando essa discussão para a Câmara Técnica de Conselho Consultivo, presidido por arquitetos, advogados, arqueólogos, entre outros profissionais inseridos no contexto, para que eles possam estudar o caso levando em consideração o valor histórico da obra. Está em andamento e percorrendo as fases. Um processo leva em média cinco anos. Mas assumimos com a Superintendência em acelerar o processo. (FERREIRA, *O POPULAR*, 19 mar. 2018).

Assim, *O Popular* demonstrou interesse pelo tombamento do Jóquei Clube, comparando com a Estação Ferroviária, um patrimônio cultural tombado em Goiânia. Quando o Jóquei Clube convocou novas eleições em dezembro de 2018, para eleger a diretoria para o biênio de 2019/2020, o jornal continuou dando espaço para os dois lados da disputa, com o jornal teorizando que se centraria no tópico da venda. De um lado, Mota buscava a reeleição, do outro lado, o movimento Salve Jóquei, compondo a chapa de oposição. “Com a publicação das negociações da venda da sede, sócios e a sociedade em geral realizaram manifestações contrárias à ação” (ABREU, *O POPULAR*, 4 dez. 2018).

Segundo o jornal, esse grupo foi quem protagonizou as manifestações contra a venda da sede do clube na Rua 3, do Centro. Na época, sócios remidos e seus representantes iniciaram uma campanha para chamar outros sócios remidos para assinarem um abaixo assinado para

fazer uma ação civil que impedisse a venda da área. Ainda segundo o jornal, o grupo conseguira uma liminar judicial que mantinha impossibilitada a venda da sede do clube e a diretoria atual teria recorrido dessa decisão. A ação da Prefeitura de Goiânia não foi mencionada, sendo atribuído novamente o fracasso da venda a liminar conseguida na justiça pelo movimento Salve Jóquei. “A reportagem verificou que a proposta continua válida, desde que não se tenha mais impedimentos judiciais” (ABREU, *O POPULAR*, 4 dez. 2018).

No subtópico “Tombamento ainda não está decidido” (ABREU, *O POPULAR*, 4 dez. 2018), o jornal resumiu o caso até aquele ponto. Referindo-se ao CAU-GO, a “entidade classicista defendia o posicionamento de preservação do prédio, sem deliberar sobre a venda ou não. Isso porque a obra é de autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, um ícone da área, e por representar características do movimento conhecido como brutalismo” (ABREU, *O POPULAR*, 4 dez. 2018). Em seguida trouxe uma resposta do Iphan, que confirmara que o processo de tombamento ainda estava em andamento e que vinha “sendo analisado com a maior celeridade pelo Iphan” (ABREU, *O POPULAR*, 4 dez. 2018).

Em 30 de dezembro de 2018, *O Popular* noticiou que a chapa “Operação Fênix”, do movimento Salve Jóquei e liderada por Iwana Nápoli, venceu a disputa pela presidência do clube, com 161 votos contra 8 da chapa “O Jóquei é dos Joqueanos”, liderada por Manoel Mota, e 1 voto nulo (*O POPULAR*, 30 dez. 2018). No mesmo dia, o jornal também noticiou que “Eleição do Jóquei Clube pode ir parar na Justiça” (ALMEIDA, BURIGADO, *O POPULAR*, 30 dez. 2018 B). Manoel Mota afirmara que entraria na justiça contestando o resultado da eleição, pois a chapa vencedora estaria impugnada. Iwana Nápoli, por sua vez, retrucou que sua chapa não fora oficialmente notificada sobre a impugnação e que recebera apenas um e-mail de Mota contestando a possibilidade de participação de três sócios integrantes, o que não procederia, de acordo com ela. Esse caso acabou na justiça. Em 2020, o juiz Silvânio Divino de Alvarenga decidiu pelo indeferimento do processo iniciado por Mota, já que a eleição fora para o biênio 2019/2020, portanto, não faria sentido anulá-la em 2020.

A vitória da chapa contrária a venda foi comemorada pelo colunista Arthur Rezende. “No finzinho de 2018, as cinzas da negociação do Jóquei Clube renasceram com a vitória da Operação Fênix, graças à união de sócios contrários à venda da área e o fechamento do lugar de tanta história” (REZENDE, *O POPULAR*, 6 jan. 2019). Em agosto de 2019, *O Popular* informou que o Jóquei Clube recebeu uma proposta de revitalização do prédio. Essa reportagem entrevistou Iwana Nápoli, Carlos Alberto de Paula Moura Júnior, presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Goiânia (Codese), e Henrique Alves, secretário da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação (Seplanh). Essa

proposta não foi em frente. Porém, o jornal fez um gráfico digno de nota, denominado de “História”: “Jóquei Clube foi referência de Goiânia, mas amarga anos de abandono” (ABREU, *O POPULAR*, 15 ago. 2019). Dividido em: Tempo de ouro, o auge, decadência, crise, tentativa e nova proposta. Nesse gráfico, o pedido de tombamento foi novamente responsabilizado pelo fracasso da venda. “Há proposta de tombamento do prédio, o que inviabilizou a venda”. (ABREU, *O POPULAR*, 15 ago. 2019).



(Figura 2) Gráfico de 15 de agosto de 2019, um resumo da história do Jôquei Clube de Goiás sob a perspectiva de *O Popular*. O tombamento foi novamente responsabilizado pelo fracasso da venda. (ABREU, *O POPULAR*, 15 ago. 2019).

“Proposta para o Jôquei Clube em Goiânia é utilizar área ao lado da sede para gerar renda” (ABREU, *O POPULAR*, 16 ago. 2019). Essa matéria de 16 de agosto não apresentou nada de novo, funcionando mais como uma errata da reportagem de 15 de agosto. A principal correção era que o local utilizado para gerar renda seria onde se localizava o estacionamento, enquanto a sede seria revitalizada para cumprir o seu objetivo original (com espaços esportivos). Dois anos depois, na edição mista de fim de semana de 2 e 3 de outubro de 2021, o Jôquei Clube de Goiás ganhou espaço na capa do *O Popular*. Dessa vez, por causa de uma proposta de transformar o clube em um Centro Cultural Banco do Brasil, que também não foi em frente, e por causa de um projeto fotográfico para resgatar parte da história do clube. O título na capa foi “Patrimônio”, com as descrições “Memórias afetivas do Jôquei Clube” e “Projeto documenta espaço histórico da capital, que virou foco de dívidas e abandono” (*O POPULAR*, 2 e 3 out. 2021).



Capa da edição de 2 e 3 de outubro de 2021 (Arquivo Pessoal).

Dando um espaço de duas páginas, o jornal entrevistou os responsáveis pelo projeto fotográfico, Renato Vital e Marcelo Medeiros, além do presidente do clube em 2021, Fausto Gomes. A principal atualização dessa matéria partiu de Fausto Gomes, que informou que a dívida do Jóquei Clube chegara a R\$100 milhões de reais. No subtópico “#SalveJóquei” (GUIMARÃES, *O POPULAR*, 2 e 3 out. 2021 B) relembrou a venda, que resultara nessa “mobilização popular” e levara “o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), estudantes e população a se manifestarem contra” (GUIMARÃES, *O POPULAR*, 2 e 3 out. 2021 B).

Portanto, o jornal abraçou a retórica do movimento #salvejóquei e do CAU-GO para justificar o tombamento do clube, seja a retórica da perda de um bem cultural com a demolição, seja a ênfase na importância do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Porém, o jornal também buscou mostrar os “dois lados” da questão, dando espaço para Manoel Mota e para Maria Ester de Souza em matérias diferentes publicadas no mesmo dia. Por fim, *O Popular* continuamente demonstrou preocupação com o patrimônio cultural de Goiânia, entrevistando o diretor do Iphan, procurando o Iphan por informações sobre o processo de tombamento e continuamente destacando que o Jóquei Clube de Goiás se encaixava na história e na memória de Goiânia. Embora não tenha opinado explicitamente, dentro da representação do jornal *O Popular*, o Jóquei Clube de Goiás pertencia à história e à memória de Goiânia.

### 3.3 Disputa de Davi contra Golias: A representação do *Jornal Opção*

O *Jornal Opção* tem como principal característica dar um espaço maior para as opiniões de seus colunistas e jornalistas.<sup>61</sup> Entre os três jornais analisados, foi o último a noticiar a possível venda do Jóquei Clube de Goiás. Em 11 de dezembro de 2017, o jornal publicou a matéria intitulada “Dia do Arquiteto será comemorado com filme sobre autor do projeto do Jóquei Clube” (PARRODE, *JORNAL OPÇÃO*, 11 dez. 2017), o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, “um dos profissionais mais reconhecidos no Brasil e no mundo” (PARRODE, *JORNAL OPÇÃO*, 11 dez. 2017). Além disso, a notícia trouxe uma fala de Arnaldo Mascarenhas Braga, então presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO), sobre o Jóquei Clube de Goiás: “Conhecer mais sobre este arquiteto essencial ganha importância neste momento, quando se discute na cidade o futuro da edificação do Jóquei Clube” (PARRODE, *JORNAL OPÇÃO*, 11 dez. 2017). Em 19 de dezembro de 2017, o jornal noticiou que a justiça suspendeu a venda do Jóquei Clube de Goiás. A matéria informou que a justiça acatou o pedido da Procuradoria Geral do Município de Goiânia,

suspendeu supostas negociações para venda do Jóquei Clube de Goiás, em que o clube transferiria a propriedade do seu imóvel, localizado no centro de Goiânia. A ordem judicial impede a aquisição do imóvel que abriga a sede do Jóquei Clube de Goiás por qualquer pessoa física ou jurídica enquanto existir débitos com a municipalidade. Na decisão que tornou o imóvel indisponível para o mercado imobiliário, a justiça entendeu que a alienação daquela propriedade poderia caracterizar fraude à execução fiscal e, por isso, foi determinado que o Jóquei Clube comprove que tem patrimônio suficiente para pagar a dívida que possui com o município. [...] Conforme reportagem do **Jornal Opção**, atualmente, o clube é administrado pela Associação Amigos do Jóquei, liderada pelo ex-deputado estadual e advogado Manoel de Oliveira Mota. A chapa que compõe a nova diretoria foi eleita em dezembro do ano passado. Segundo o presidente, a dívida atual do Jóquei Clube chega ao montante de R\$ 41 milhões. A maior parte do débito, cerca de R\$30 milhões, tem como credor a Prefeitura de Goiânia e corresponde à dívida de IPTU. (MONTEIRO, *JORNAL OPÇÃO*, 19 dez. 2017).

Portanto, a cobertura do *Jornal Opção* do caso Jóquei Clube começou realmente com a suspensão da venda pela Prefeitura de Goiânia. Também houve um resumo sobre a crise financeira do clube que seria o motivo para a possível venda, a dívida de R\$ 41 milhões, sendo 30 milhões de IPTU, além de informações sobre Manoel Mota e a diretoria que decidira pela venda. O movimento Salve Jóquei não foi mencionado nesse primeiro momento, porém, o

---

<sup>61</sup> As matérias foram assinadas por: Alexandre Parrode (1), Matheus Monteiro (2), Elder Dias com Augusto Diniz e Cezar Santos (1), *Jornal Opção* (1), Marcelo Gouveia (2), Mayara Carvalho (1), Nathan Sampaio (2), Thauany Melo (1).

*Jornal Opção* dedicou um espaço considerável para uma entrevista com Maria Ester de Souza, líder do Salve Jóquei e vice-presidente do CAU-GO, em 30 de dezembro de 2017.

“Luta contra a demolição da sede do Jóquei Clube é disputa de Davi contra Golias” (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017). O título dessa entrevista comparou o caso do Jóquei Clube com o conto bíblico em que um homem normal venceu um gigante. “Vice-presidente do CAU/GO explica por que é tão importante a preservação do prédio no Centro e chama a atenção para a memória arquitetônica da capital” (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017). Assim, a partir do ponto de vista de Maria Ester de Souza, a preservação do Jóquei Clube foi colocada como importante para a preservação da memória arquitetônica de Goiânia. O parágrafo de apresentação da entrevistada foi o seguinte:

“Não estou a fim de desistir dessa ideia”. A frase transmite muito do espírito de Maria Ester de Souza, vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU/GO), que puxa agora a luta contra a demolição da **histórica sede social do Jóquei Clube de Goiás. Mais do que histórica, porém, a construção é icônica: é uma das quatro obras na cidade que foram desenhadas por um arquiteto reconhecido mundialmente.** Em Goiânia, os traços de Paulo Mendes da Rocha criaram ainda uma casa no Setor Sul, o Terminal Rodoviário e – obra cartão-postal da cidade – o Estádio Serra Dourada. Ela literalmente vestiu a camisa da causa – chegou com ela no corpo à sede do *Jornal Opção* para o bate-papo com os jornalistas. Mas a luta não está fácil, o que explica as palavras que abrem este texto. “É uma luta entre Davi e Golias, na qual somos Davi”, diz ela. **Do outro lado, de olho no terreno do Jóquei para erguer mais um portentoso templo, está uma das denominações religiosas mais poderosas do País, que conta com um vereador na Câmara de Goiânia claramente disposto, segundo Maria Ester, a cumprir a missão de transformar em local de cultos a área de lazer de arquitetura única.** (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017). (grifo meu)

No primeiro trecho destacado, a sede social do clube foi descrita como histórica e icônica, sendo esse último adjetivo por ter sido projetado por “um arquiteto reconhecido mundialmente” (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017). No segundo trecho destacado, Maria Ester de Souza explicou a frase que comparava essa situação a Davi e Golias: um vereador do lado da Igreja Universal, mencionada de forma indireta. Entretanto, quem seria esse vereador? Em primeiro lugar, esse seria possivelmente o “grupo econômico” não nomeado pelo jornal *O Popular*? Em segundo lugar, Maria Ester de Souza nomearia o vereador e pastor Rogério Cruz<sup>62</sup> como o representante da Universal ao longo da entrevista.

<sup>62</sup> A nota na íntegra: “O vereador Rogério Cruz (PRB) participou, na última semana, de audiência pública na Câmara Municipal de Goiânia para discutir a possibilidade de venda e demolição do Jóquei Clube de Goiás, o primeiro e mais tradicional clube da capital, localizado em uma extensa área no centro da cidade. O prédio está abandonado há mais de uma década e tem dívidas trabalhistas e com a Prefeitura. O encontro contou com a participação de vereadores e representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), Secretaria de Planejamento de Goiânia, Secretaria de Educação, sócios-proprietários do clube, entre outros. O prédio ainda não foi vendido porque a diretoria está

A primeira pergunta, do jornalista Elder Dias, apontou o processo de negociação e a possibilidade do local virar um templo da Igreja Universal do Reino de Deus, emendando com o questionamento se esse prédio seria realmente importante para a cidade. A resposta de Maria Ester de Souza, que enfatizou a grande importância do Jóquei Clube, pode ser dividida em duas partes. Na primeira parte, comentou o parecer técnico elaborado por Lucas Jordano para o pedido de tombamento do clube, citando os quatro argumentos analisados no capítulo 1 desta dissertação. Assim, a ênfase ficou na importância do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.<sup>63</sup> O quarto argumento do parecer, a restauração da nascente do Córrego Burritis abaixo do estacionamento do clube, foi considerado o mais relevante pela líder do Salve Jóquei. A segunda parte da resposta explicou como Maria Ester de Souza descobriu sobre a possível venda e como surgiu o movimento para salvar o Jóquei Clube de Goiás.

Com o passar do tempo, **a administração do clube foi perdendo o controle do uso e uma série de fatores aconteceram também. Um deles é que os usuários do Jóquei foram envelhecendo – na manifestação que fizemos semanas atrás, um joqueano, ex-jogador de basquete do clube, fez essa análise, que achei muito certa – e seus filhos se mudaram do Centro para outros bairros e para condomínios fechados.** O joqueano hoje talvez ainda more por ali, mas já é um ser humano sem muita mobilidade e sem muita disposição. A função do clube, então, começou a perder espaço para outras funções da modernidade. Com o advento da vida virtual, muito do que é entretenimento, **diversão, fica a cargo da internet** e as pessoas deixam de sair de casa para ir a um espaço como esse. Isso também faz com

---

impedida pela Justiça de prosseguir com as negociações. Uma liminar poderá liberar a venda se o clube quitar as dívidas que tem com a administração municipal. Enquanto isso, o CREA tenta impedir a demolição do prédio e solicitou o tombamento do prédio devido ao seu valor histórico e arquitetônico, medida também defendida pelos sócios-proprietários. Para Rogério Cruz é necessário avaliar todas as possibilidades em relação ao caso e envolver a população na discussão. “O Jóquei está totalmente abandonado, em degradação total. Hoje, qualquer projeto que surgir para beneficiar o centro da cidade, onde está o imóvel, que seja a venda ou o que for, será bem-vindo”, ressaltou o republicano. Texto e foto: Ascom – vereador Rogério Cruz” (REPUBLICANOS [online], 2017). Rogério Cruz foi candidato a vice-prefeito na chapa de Maguito Vilela. Com o falecimento do prefeito eleito de Goiânia em janeiro de 2021, Rogério Cruz assumiu a Prefeitura de Goiânia. Na época, comentários nas redes sociais dos jornais questionavam se esse não seria aquele que tentou demolir o Jóquei Clube. Este trabalho começou no nosso TCC da especialização em História e Cultura, no qual pesquisamos O Jóquei no *O Popular*, o qual não mencionara a participação do então vereador, diferentemente do *Jornal Opção* e do *Diário da Manhã*.

<sup>63</sup> “Sim, muito importante. O professor Lucas Jordano, da Faculdade de Artes Visuais (FAV) da UFG, fez um parecer muito bom sobre o porquê de o prédio do Jóquei precisar ser tombado. Tem quatro pontos importantes: 1) a relevância da arquitetura moderna para o conjunto de nossa história; 2) a importância do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, autor do projeto arquitetônico da sede do Jóquei e um dos mais importantes do mundo, com prêmios internacionais que poucos profissionais conseguiram, além de ter mais três projetos construídos em Goiânia – o Estádio Serra Dourada, a Estação Rodoviária de Goiânia e uma casa no Setor Sul, esta já descaracterizada; 3) o edifício é representativo de um tipo de arquitetura chamada “brutalista”, que é o extremo do modernismo, usando todas as informações possíveis – os grandes vãos, as linhas muito retas, espaços de múltiplo uso e um desenho muito bem articulado; 4) esse é o elemento que considero mais importante: em 1962, quando Paulo Mendes ganhou o concurso para desenhar a sede do Jóquei, um dos elementos que o tornou vencedor foi o fato de ter preservado o Córrego Buritis na área do projeto. Ele deixa o curso d’água à mostra, o “desencapa”. O Buritis é todo canalizado desde o Clube de Engenharia até o lago do bosque; depois, todo subterrâneo, sai da Assembleia, passa por baixo da Alameda dos Buritis, atravessa a Avenida Anhanguera e desemboca no Córrego Capim Puba, sempre canalizado. Em seu projeto, Paulo Mendes criou um bosque dentro da sede e pôs o córrego novamente a céu aberto. Veja bem, ainda na década de 60 o arquiteto já trazia esse detalhe como importante para a cidade.” (DIAS et al., JORNAL OPÇÃO, 30 dez. 2017).

que haja um tipo de deterioração do uso do clube. Assim, uma parte dos associados começou a se mostrar interessada na venda do Hipódromo da Lagoinha, que faz parte do patrimônio do Jóquei também. Ocorre que essa área já era tombada. Isso culminou na situação de um grupo hoje interessado na venda e outro, não. **Eu soube da possibilidade de demolição da sede por meio de um pedido de uso do solo para o qual eu deveria dar um parecer, por ter a cadeira do CAU/GO no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural. Era a solicitação de um pastor que queria saber se aquele local era protegido e se poderia erigir lá um templo para 8 mil fiéis, anexando ilustrações do que seria a nova construção. Foi isso que desencadeou toda a movimentação. Quando peguei o processo já havia dois pareceres: um da Seduce [Secretaria do Estado da Educação, Cultura e Esporte], negando veementemente a possibilidade do uso requerido, porque o edifício teria de ser mantido; e o segundo do Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional], este menos enfático, aceitando a possibilidade de análise do projeto, desde que não mudasse o traçado do meio-fio da Avenida Anhanguera.** Diante disso, começamos um movimento de reação. Era papel do CAU/GO puxar isso? Não acho, talvez fosse algo para o IAB ou para as universidades. Chamamos a UFG, um representante da UEG [Universidade Estadual de Goiás] esteve na plenária sobre o assunto e todos concordaram que era necessário comprar essa briga para impedir ao máximo a demolição. (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017).

Para a líder do movimento, a administração do clube ter perdido o controle, o envelhecimento do público do Jóquei, os condomínios fechados e a Internet tomando o espaço do lazer da população foram alguns dos fatores que resultaram na crise do clube. Além disso, um “pastor” seria o responsável pela solicitação do uso do solo para o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural, que obteve uma resposta negativa da Secretaria do Estado da Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE) e um favorável, desde que cumprisse alguns pré-requisitos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por fim, segundo Maria Ester de Souza, além do CAU-GO, a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Estadual de Goiás (UEG) também integravam o movimento para salvar o Jóquei Clube de Goiás.<sup>64</sup>

Com relação ao estacionamento no lugar do bosque do Jóquei Clube, “basta desmanchar. Para isso, só é preciso uma britadeira. Depois, fazer o replantio de árvores. Assim se recompõe o meio ambiente, porque a água está lá, correndo por baixo, límpida” (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017). Maria Ester de Souza também lembrou a época em que o estacionamento fora construído em cima do córrego. “Eu me lembro do dia em que demoliram o bosque, creio que no fim da década de 80. Fiquei chocada e sei de pessoas que ficaram doentes” (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017). Assim, para a líder do movimento, a preservação ambiental era essencial na sua motivação para “salvar” o Jóquei Clube de Goiás.

---

<sup>64</sup> Conforme o parecer técnico do Iphan que indeferiu o pedido de tombamento do Jóquei Clube de Goiás, a UFG e a UEG se expressaram favoravelmente ao tombamento do clube.

Além disso, nessa entrevista, Maria Ester de Souza também deu detalhes maiores sobre a participação do vereador Rogério Cruz nesse caso:

**Elder Dias – O que pode ser feito agora, de modo prático?** [Maria Ester:] Sinceramente, eu fiquei muito desanimada. A vereadora Cristina Lopes realizou uma audiência pública, da qual participou o vereador Rogério Cruz (PRB), que representa a igreja que está envolvida na compra da área. E, sem nenhuma cerimônia, o vereador se coloca a serviço da igreja, o que eu considero muito grave e complicado. É uma estratégia política da denominação – o que não está errado em si. O problema é quando isso afeta um pensamento como o nosso, pelo qual podemos ter um prejuízo material de um edifício como esse. Quando há um registro materializado da história e ele se torna um símbolo, isso ajuda a cultura de um povo a ter outra visão sobre a cidade. Em outras palavras, a cidade onde eu moro se torna símbolo da modernidade, porque tem um edifício dos mais importantes para a arquitetura mundial. Vêm pessoas do mundo inteiro conhecer Brasília, por ter um projeto moderno. Mas aí a população da cidade, sem ter noção disso, autoriza a destruição desse prédio. Um representante de um segmento religioso a serviço desse objetivo pode causar, no fim, um prejuízo muito grande para o entendimento da história de nossa cidade. [...] **Elder Dias – Então, enquanto estiver em trâmite esse pedido, não há como o prédio ser afetado?** [Maria Ester:] Em tese, sim, mas há um problema: um vereador interessado. Alguém que elabora a lei e que está claramente com essa missão, com um poderio econômico muito grande por trás. Ele foi muito claro ao deixar transparecer que ele é a lei, que a lei é o que ele quer. É uma luta entre Davi e Golias e nós somos o Davi. A lei não serve para o Davi, nesses casos. [...] **Elder Dias – Mas, na história bíblica, é Davi quem ganha...** [Maria Ester:] É por isso que é uma história (risos). Na vida real é uma disputa muito difícil. O vereador coloca o nome de Deus, como se fosse o próprio Deus o interessado na obra. Lutar contra a vontade de um ser poderoso assim é muito difícil. (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017).

Ao ser questionada sobre o que estava sendo feito para proteger a sede social do Jóquei Clube, Maria Ester de Souza respondeu que o pedido de tombamento impediria a modificação do prédio até que fosse deliberado. Por esse motivo, no dia 15 de dezembro, “no Dia do Arquiteto, de forma emblemática –, o CAU/GO protocolou [...] o pedido de tombamento do edifício do clube. O fato de o protocolo ter sido aceito já é indício de que pode haver deferimento. [...] O protocolo, no entanto, protege o prédio” (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017). Como visto anteriormente, conforme Rodrigues (2001), o pedido de tombamento foi usado de forma recorrente pelos movimentos pela patrimonialização em São Paulo com a finalidade de impedir a destruição ou alteração de um determinado local. Portanto, com base nessa entrevista, é possível que o pedido de tombamento tenha sido utilizado da mesma maneira pelo CAU-GO para impedir a demolição do Jóquei Clube de Goiás.

Apesar do espaço de fala dado para Maria Ester de Souza nessa entrevista, o *Jornal Opção* não cobriu as manifestações contra a venda do Jóquei Clube de Goiás. Em 20 de janeiro de 2018, o periódico noticiou que “O governo do Estado planeja a criação do Palácio da Educação em Goiânia. Uma opção é utilizar o prédio do Jóquei Clube, no Centro, com a devida preservação da arquitetura original e da história da capital” (*JORNAL OPÇÃO*, 20 jan. 2018).

O prédio seria nomeado em homenagem a um ex-prefeito de Goiânia, o Nian Albernaz, sendo iniciativa do então governador Marconi Perillo.

Em 2 de fevereiro de 2018, o jornal informou que a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (SEPLANH) avaliava o processo de demolição do Jóquei Clube, pois havia encaminhado o pedido à Superintendência da Ordem Pública da pasta na quinta-feira, 1 de fevereiro de 2018. A reportagem entrara em contato com a Seplanh, mas não obtivera resposta. O jornal lembrou que: “Ordem judicial de dezembro do ano passado, anterior à requisição de demolição, impediu a aquisição do imóvel que abriga a sede do Jóquei Clube de Goiás por qualquer pessoa física ou jurídica enquanto existir débitos com a prefeitura” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 2 fev. 2018). Além da ordem judicial, o jornal também relembrou o pedido de tombamento no parágrafo seguinte: “Apesar do parecer contrário e do levante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) em prol do tombamento do clube, a direção entrou com o pedido para demolir o espaço” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 2 fev. 2018). O jornal também deu espaço para o ex-deputado estadual e advogado Manoel de Oliveira Mota, então presidente da Associação Amigos do Jóquei, quem:

afirmou que a demolição foi solicitada para “agilizar” as negociações com eventuais compradores. O dirigente avalia ser descabida a determinação que impediu a venda do clube e afirma que vai recorrer, apesar de ainda não o ter feito. “O município já realizou a penhora de bens em um valor dez vezes maior que o valor da dívida. Por isso, o débito está garantido”, defende. Manoel também não acredita que o tombamento seja uma saída viável e revela que ainda tem mantido contato com possíveis compradores. Por isso, a direção não deve voltar atrás no pedido de demolição. “Estamos procurando vender ou realizar parcerias, mas ninguém se anima quando vê o montante de dívidas. [...] Tínhamos uma negociação em andamento que foi frustrada com o pedido liminar, mas este será devidamente atacado”, finaliza. (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 2 fev. 2018).<sup>65</sup>

O *Jornal Opção* reforçou que a liminar da prefeitura, principalmente, e o pedido de tombamento impediram a demolição. Embora tenha dado espaço para o lado pró-venda, por meio de Manoel Mota, o jornal se posicionou dentro da matéria ao apontar que a direção ignorou o parecer contrário do CAU-GO e a decisão da justiça em favor da Prefeitura de Goiânia. Em 6 de março de 2018, esse assunto voltou a receber espaço no jornal, com uma matéria também assinada por Marcelo Gouveia. “Prefeitura de Goiânia arquiva pedido de demolição do Jóquei Clube” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 6 mar. 2018). Assim, a “direção do espaço resolveu voltar atrás e entrou com pedido de desistência e arquivamento em definitivo do processo” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 6 mar. 2018).

---

<sup>65</sup> “[...]” foi colocado pelo próprio jornal nesse trecho.

Ao relembrar a liminar da prefeitura, o *Jornal Opção* novamente apontou que a diretoria do Jóquei Clube ignorara a decisão judicial. “Mesmo com decisão liminar que impediu a venda do espaço, um alvará de demolição solicitado pela própria direção do clube foi protocolado no dia 26 de dezembro no Paço” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 6 mar. 2018). Assim como *O Popular* enfatizara o seu papel na mobilização do CAU-GO para salvar o clube, o *Jornal Opção* também destacou o próprio papel ao fazer com que a diretoria desistisse da demolição: “Após reportagem do **Jornal Opção** tratar sobre a existência do alvará, a atual direção do Jóquei resolveu voltar atrás e entrou com pedido de desistência e arquivamento em definitivo do processo” (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 6 mar. 2018). No subtópico “Relembre o caso”, o jornal resumiu o caso Jóquei Clube até ali:

Ordem judicial de dezembro do ano passado, anterior à requisição de demolição, impediu a aquisição do imóvel que abriga a sede do Jóquei Clube de Goiás por qualquer pessoa física ou jurídica enquanto existir débitos com a prefeitura. Apesar do parecer contrário e do levante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) em prol do tombamento do clube, a direção entrou com o pedido para demolir o espaço. Em entrevista ao *Jornal Opção* no início do último mês, o presidente da Associação Amigos do Jóquei, o ex-deputado estadual e advogado Manoel de Oliveira Mota, afirmou que a demolição foi solicitada para “agilizar” as negociações com eventuais compradores. (GOUVEIA, *JORNAL OPÇÃO*, 6 mar. 2018).

Assim, o *Jornal Opção* reforçou mais de uma vez que a decisão judicial fora ignorada pela direção do Jóquei Clube ao continuarem com o projeto de demolição da sede social. Além disso, é interessante observar como o *Jornal Opção* resumiu os acontecimentos, trazendo em primeiro lugar a liminar conseguida pela Prefeitura de Goiânia e em seguida o pedido de tombamento. Também ao colocar que “apesar” de saber dessas duas coisas, a direção do clube seguiu em frente com o pedido de demolição, o jornal possivelmente se posicionou contra essa ação, que, afinal, ia contra a decisão da justiça.

Contudo, em uma matéria de 17 de março de 2018, o pedido de tombamento foi responsabilizado pelo fracasso da venda. Com o título “(Imbróglio) Com processo de tombamento, Jóquei Clube interrompe negociações de venda” (CARVALHO, *JORNAL OPÇÃO*, 17 mar. 2018), essa reportagem deu espaço de fala para Manoel Mota. “Enfrentando a pior crise financeira de sua história [SIC], o Jóquei Clube de Goiás interrompeu as negociações que vinha fazendo para a venda de sua sede depois que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) pediu o tombamento do clube” (CARVALHO, *JORNAL OPÇÃO*, 17 mar. 2018). O jornal informou ainda que o pedido estava sendo analisado pelo Iphan. Em entrevista ao jornal, Mota afirmara que não desistira da venda e que não enxergava outra saída para resolver a questão das dívidas. O jornal o descreveu como “desanimado” com o rumo da venda,

contrário ao tombamento do Jóquei Clube e que estaria disposto a entregar a administração se não encontrasse outra solução para as dívidas.

De acordo com ele, o investidor com quem negociava já tinha se comprometido a assumir um cronograma de pagamento ao clube que, por sua vez, assumiria o pagamento dos débitos. “Ele era o único pretendo comprador e que estava pagando um pouco acima do valor de mercado. Mas desistiram da compra, ninguém quer um imóvel que não pode ser mexido”, lamentou se referindo ao processo de tombamento do qual se posiciona contrário. [...] “Essa questão de salvar o Jóquei passa por salvar os débitos do clube. Quem trabalha contra a venda da sede está trabalhando contra o clube, contra os interesses dos trabalhadores, da União, do município.” (CARVALHO, *JORNAL OPÇÃO*, 17 mar. 2018).

Assim, o então presidente do clube afirmou para o *Jornal Opção*, como fizera para *O Popular*, que os membros do movimento agiram contra os interesses do Jóquei Clube e de Goiânia, acrescentando também os trabalhadores e a União. “O advogado lembra que, sem ter meios para pagar as dívidas, o clube vai acabar sendo levado a leilão, o que ele classifica como “uma panacéia para a especulação imobiliária.” (CARVALHO, *JORNAL OPÇÃO*, 17 mar. 2018). Para Mota, mesmo sendo “arrematado por terceiros por valor abaixo do mercado, o clube ainda continuará com os débitos” (CARVALHO, *JORNAL OPÇÃO*, 17 mar. 2018).

Em 2 de maio de 2018, o *Jornal Opção*, a partir de um caso de um edifício que desabara em São Paulo após um incêndio, pontuou que haveria 373 edifícios abandonados em Goiânia. Entre esses locais, estaria o Jóquei Clube de Goiás, “projetado por Paulo Mendes da Rocha” (MONTEIRO, *JORNAL OPÇÃO*, 2 mai. 2018). O caso do clube foi lembrado e resumido pelo jornal: “Em situação de abandono e comprometimento estrutural, o Jóquei também representa riscos, devido à falta de manutenção do edifício nos últimos anos. Em dezembro de 2017, o CAU/GO encaminhou ao Iphan pedido de tombamento, visando a preservação do ícone arquitetônico” (MONTEIRO, *JORNAL OPÇÃO*, 2 mai. 2018).

O *Jornal Opção* também cobriu as eleições para a presidência do clube em dezembro de 2018, que colocava “em questão o futuro do local” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018). Assim, “a saga do primeiro clube a ser fundado na nova capital” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018) dependeria da escolha da nova diretoria do Jóquei Clube de Goiás. “Cercado por dívida milionária e desejos de revitalização versus venda” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018). As chapas “O Jóquei é dos Joqueanos”, da diretoria, e “Operação Fênix”, do Salve Jóquei, tinham projetos diferentes para o espaço do clube, “parte do primeiro grupo defende a possível venda da área e o segundo quer continuar lutando pela revitalização e total utilização do espaço” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018).

A chapa “O Jóquei é dos Joqueanos” era encabeçada, segundo o jornal, pelo ex-deputado estadual pelo MDB Manoel de Oliveira Mota, junto com integrantes da Associação de Joqueanos e Amigos do Jóquei, além de sócios remidos. A chapa era a favor da possível venda da área do clube, “informação confirmada por Mota à imprensa em outras ocasiões, e contra o tombamento por considerar o ato uma “desapropriação indireta e uma intervenção estatal na propriedade privada e que não perdoa os débitos do IPTU”.” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018). Após a publicação da matéria, Mota enviou um comentário para o jornal, que o colocou na íntegra dentro da reportagem:

- 1) *Aqui é MANOEL MOTA, ATUAL PRESIDENTE DO JÓQUEI.*
- 2) *Em razão de administrações anteriores, estamos com um passivo de mais de R\$ 50 milhões, que só há duas maneiras de saldá-lo: Rateá-los entre os sócios remidos (1750) ou vender algum ativo para ir os anéis e ficar os dedos;*
- 3) *Com o resultado da venda (que já tinha praticamente acontecido) pagaríamos as dívidas e ainda nos restaria recursos suficientes para revitalizar o Hipódromo da Lagoinha e construirmos um clube, compacto, moderno consentâneo os tempos modernos;*
- 4) *Venda praticamente acertada não se concretizou em razão de um desproposital pedido de tombamento junto ao IPHAN;*
- 5) *Tombamento não isenta, dívidas, tanto é que o hipódromo é tombado e deve mais de 20 milhões só de IPTU;*
- 6) *Esta é a realidade nua e crua, o resto é fantasia. Todo o patrimônio do Jóquei encontra-se penhorado para garantir débitos, fiscais, tributários, trabalhistas, fornecedores, que podem ser facilmente vistos nos sites do TJGO, TRT18 E JUSTIÇA FEDERAL;*
- 7) *Quem defende outra posição joga contra o patrimônio do Jóquei. o Glamour dos anos 60, 70- e 80 é pura fantasia. Respondemos a mais de 120 ações na Justiça;*
- 8) *Razão assiste a quem não tem proposta, porque desconhece a situação real e nem querem entender. (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018).*

A chapa “Operação Fênix” também foi descrita pelo *Jornal Opção*, sendo encabeçada pela produtora Iwana Nápoli, por sócios e amigos do Jóquei Clube. Essa chapa de oposição propunha a “salvação” do clube e entregar “o local de volta para os joqueanos. “Não temos como falar de outras propostas mais concretas, pois não sabemos o que está de fato acontecendo, já que a atual diretoria não nos informou de nenhum dado para que possamos realmente ver a situação do mesmo”, explicou” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018). O jornal reforçou ainda que o clube possuía uma dívida de cerca de R\$ 40 milhões, com o estado, o município e também por questões trabalhistas com a União.

Vale lembrar, também, que em 2017 o local foi protagonista de uma polêmica que quase rendeu a venda do clube para o pagamento da dívida e para a construção de uma nova sede social, que prevista para ser erguida no Hipódromo da Lagoinha. Apesar disso, alguns sócios e cidadãos promoveram manifestações contrárias à ação, que impediram o negócio. (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018).

O jornal também pontuou que o tombamento ainda não estava decidido, pois o processo junto ao Iphan continuava em análise e o prazo legal era de cinco anos. “Mesmo com a ajuda do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO), o movimento Salve Jóquei que impediu a negociação da venda da sede do clube em 2017, que defendeu a preservação do prédio” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018). A “polêmica” resultara em manifestações e no movimento Salve Jóquei, que teria impedido a venda da sede social do clube, “o que ajudou a impedir a venda da área para a igreja Universal foi a liminar judicial conseguida pelos sócios remidos no começo deste ano, que estagnou o negócio” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018). Conforme a apuração do *Jornal Opção*, “o clube seria vendido por R\$ 45 milhões mais o pagamento das dívidas do clube e que a proposta continua válida” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018). Nessa matéria, o jornal resumiu a história do Jóquei Clube de Goiás de uma forma parecida com os gráficos do concorrente *O Popular*, com a década de 1990 como o início da crise.

O Jóquei Clube surgiu na época de Pedro Ludovico Teixeira, existente desde 1937, foi o primeiro clube a ser fundado na nova capital, o Jóquei Clube de Goiás, inauguração oficialmente apenas na década de 40, com a presença do então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Entre a década de 1940 e 1950 recebeu doações do governo estadual, chegando a uma área de 22 mil metros quadrado, tornando-se a grande referência de eventos da elite goiana. Com anos de uso, o local se modernizou e, em 1962, uma nova sede, o chamado “caixote”, de desenho do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, foi iniciada e inaugurada em 1975. Entre estes anos de 1975 e os anos 80, o clube passou pelo auge e uma intensa atividade ligada ao lazer e ao esporte, tornando-se referência nacional, já que times formados pelo Jóquei começam a se destacar até fora do País. No anos 90 é que o local começa a ser deixado de lado. Com o fim das atividades esportivas profissionais e festas realizadas em outros locais maiores e mais modernos, o clube começa a acumular dívidas e questionamentos jurídicos. Daí em diante, a crise se instalou, transformando a construção em um grande fantasma no centro da cidade. (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018).

Assim, o jornal destacou que o Jóquei Clube fora o primeiro clube fundado em Goiânia, com a presença de Getúlio Vargas, recebera doações de uma área de 22 mil metros quadrados pelo governo estadual nas décadas de 1940 e 1950, e era um espaço de lazer da elite goiana. A nova sede, inaugurada em 1975, seria uma modernização do clube. Esse período seria o auge do Jóquei Clube, enquanto a década de 1990 marcaria quando ele começara a ser “deixado de lado”, em prol de outros locais “maiores e mais modernos”, passando a acumular dívidas e processos judiciais que aumentariam a sua crise até transformá-lo em um “fantasma no centro” de Goiânia (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 28 dez. 2018).

A vitória da chapa “Operação Fênix” foi noticiada pelo jornal em 30 de dezembro de 2018, com 170 votos no total, 161 para a “Operação Fênix”, um voto nulo e 8 votos para a

chapa “O Jôquei é dos Joqueanos”. “Às vésperas do fim de 2018, que quase pôs fim ao prédio do Jôquei Clube de Goiás em um processo de venda impedido, a direção do local mudou” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2018). As duas notícias sobre as eleições do clube foram assinadas pelo jornalista Nathan Sampaio. Iwana Nápoli, líder da chapa vencedora, declarou para o jornal que buscaria a recuperação da Jôquei Clube de Goiás. Pela primeira vez, houve uma opinião explícita do jornal em uma notícia sobre o caso da venda do Jôquei Clube:

A disputada pode ter colocado, por enquanto, um ponto final na possibilidade de venda do Jôquei, que era defendida pela atual direção, mas é contestada pela chapa vitoriosa. Apesar disso, o local segue com uma dívida que chega a R\$42 milhões. Vale lembrar que, mesmo que ambas chapas tivessem ideias bilaterais sobre a venda da área, seus representantes afirmaram que defendem a “salvação” do clube. Manoel de Oliveira Mota, por exemplo, diz que a venda do local pagaria dívidas e poderia favorecer, ainda, a construção de um novo Jôquei. Já a vencedora, Iwana, declarou que irá identificar a situação real do local e depois se posicionar à imprensa. (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2018).

O jornal chamou atenção para como as duas chapas se posicionavam como a “salvação” do Jôquei Clube de Goiás, apesar de possuírem “ideias bilaterais sobre a venda da área” (SAMPAIO, *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2018). Além disso, também reforçou que o clube seguia com uma dívida que chegava a R\$ 42 milhões. A última notícia analisada do *Jornal Opção* data de 6 de julho de 2020, quando o periódico veiculou a matéria intitulada “No âmbito do Patrimônio Histórico, vereadora apresenta emendas ao Plano Diretor” (MELO, *JORNAL OPÇÃO*, 6 jul. 2020). A vereadora Sabrina Garcez (PSD) defendeu três emendas ao Novo Plano Diretor de Goiânia relacionadas ao Patrimônio Histórico e Cultural da capital de Goiás. Segundo Garcez, isso evitaria que imóveis fossem tombados sem diálogo com a população e daria incentivos fiscais para que os proprietários pudessem garantir a manutenção desses locais.

Serão apresentadas três emendas para Patrimônio Histórico e Cultural de Goiânia: No art. 76: sugere mudança em alguns dos seus incisos, para que haja um Programa de incentivo e Apoio a preservação e tombamento dos imóveis particulares de interesse histórico, urbanístico e arquitetônico, para que assim os proprietários tenham condições de arcar com a preservação desses espaços a partir de fomentos. Também é sugerido um Programa de Requalificação dos tecidos urbanos de interesse histórico para que seja garantido uma fiscalização pelo Município. No art. 151: propõe garantir a regulamentação, a ser realizada pelo Município, de que em até 180 dias, sejam oferecidos incentivos fiscais e urbanísticos aos proprietários de imóveis tombados para sua restauração, reparação e conservação. Os proprietários que se enquadrarem nos requisitos poderão solicitar o tombamento ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, de modo a que, se concedido, fazer jus a incentivos tributários e fiscais. No art. 147: recomenda mudanças nas áreas que integrarão a unidade territorial identificada como Área de Patrimônio Cultural (APAC), compreendendo, agora, o Setor Central, Setor Sul, Setor Campinas, as áreas dos bens tombados pela União, Estado de Goiás e Goiânia, o muro da Alameda das Rosas e o trampolim do Lago das Rosas, e o conjunto projetado por Paulo Mendes

**da Rocha, (Estação Rodoviária, o Estádio Serra Dourada, Jóquei Clube e uma casa localizada na rua 83, no Setor Sul).** Após apresentação, as propostas serão votadas em plenário e, caso aprovadas, serão sancionadas pelo prefeito Íris Rezende. (MELO, *JORNAL OPÇÃO*, 6 jul. 2020). (grifo meu)

Até o presente momento, as emendas não foram acrescentadas ao Plano Diretor, nem o Jóquei Clube de Goiás e nem o Estádio Serra Dourada possuem tombamento em qualquer esfera. Porém, essa matéria é digna de nota, pois o *Jornal Opção* fora o único entre os três jornais analisados a publicá-la. Além disso, foi uma das poucas ocasiões em que o Jóquei Clube de Goiás apareceu como um patrimônio cultural de Goiânia nas páginas desse periódico. De modo geral, o *Jornal Opção* representou o caso do Jóquei Clube a partir da decisão judicial de impedir a venda por conta das dívidas junto à Prefeitura de Goiânia. Quando o jornal expressou uma opinião dentro da matéria sobre esses acontecimentos, apontou que ambos os lados se colocavam como os salvadores do Jóquei Clube de Goiás, embora o clube já acumulasse uma dívida na época de R\$ 42 milhões. Assim, o lado que sobressaiu no *Jornal Opção* foi o da Prefeitura de Goiânia, com exceção do espaço considerável dado para a entrevista com Maria Ester de Souza.

### **3.4 O fim do éden na selva de pedra: a representação do *Diário da Manhã***

O jornal *Diário da Manhã* (DM) apresentou algumas diferenças significativas com relação ao *Jornal Opção* e ao *O Popular*. Em primeiro lugar, não foi possível identificar a autoria da maioria das matérias, pois essa informação não foi disponibilizada pelo site. Por conta disso, não foi possível identificar os nomes de parte dos jornalistas responsáveis.<sup>66</sup> Contudo, o jornal creditou os autores dos textos opinativos, sobretudo daqueles que foram enviados pelo público. Essa foi a segunda diferença para os outros jornais analisados: membros do movimento Salve Jóquei receberam espaço dentro da coluna *Opinião Pública*, reservada para os textos enviados pelos leitores do DM. Por fim, a terceira diferença esteve na fonte especialista, ou seja, nos especialistas consultados pelo jornal sobre o caso Jóquei Clube. Como veremos adiante, além dos arquitetos, o *Diário da Manhã* também ouviu um historiador.

O DM foi o primeiro periódico a noticiar a possível venda do Jóquei Clube de Goiás. Na matéria intitulada “Jóquei pode virar atacadão ou templo da Universal” (*DIÁRIO DA*

---

<sup>66</sup> Também há a possibilidade de que essas matérias foram escritas por estagiários, que, de modo geral, não podem assinar matérias jornalísticas. As matérias foram assinadas no site por Diário da Manhã (4) e Rariana Pinheiro (1). Já os artigos de opinião por: Walter Menezes (1), Alexandra Machado Costa (2).

*MANHÃ*, 22 out. 2017), o DM entrevistou o então presidente do clube, Manoel Mota, e um “advogado que assessora o grupo que administra o clube desde os tempos da Faculdade Padrão” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 22 out. 2017). Quem seria esse advogado? Seria o próprio Manoel Mota, que também era advogado? Tal informação não ficou clara dentro do texto. No primeiro parágrafo, o jornal informou que a diretoria do clube e a Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia S/A, que administrava a Faculdade Padrão, negociavam uma “saída honrosa para o uso da sede social do aristocrata clube que tem um passivo de mais de R\$ 30 milhões. O terreno e o prédio que já foi uma joia da arquitetura goiana estão [...] em pleno Centro de Goiânia, um dos endereços mais valorizados da capital” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 22 out. 2017). Em seguida, descreveu a situação de deterioração em que o clube se encontrava:

"Não sei se sou presidente do clube ou síndico de uma massa falida", lamenta o atual presidente, Manoel Mota. O advogado e ex-deputado tem pela frente a missão de administrar o que sobrou do dilapidado patrimônio do Jockey Clube que após décadas de desmandos e acúmulo de dívidas é apenas um elefante branco de concreto armado no coração de Goiânia. Uma quadra que já quase não é mais utilizada, piscinas cheias de rachaduras que acumulam água da chuva suja e fedorenta e que sempre viram criadouros de mosquitos da dengue, o que foi o glamoroso salão de baile hoje padece de sujeira e muitas goteiras e o que era um bonito bosque virou um estacionamento que alguns espertos usam para salvar algum dinheiro. Até o piano de cauda, relíquia dos tempos dourados do aristocrático clube foi surrupiado e ninguém sabe onde foi parar. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 22 out. 2017).

Assim, com uma linguagem descritiva e literária, o DM comparou o Jockey Clube de Goiás com um “elefante branco de concreto armado no coração de Goiânia” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 22 out. 2017). Os problemas do clube foram descritos da mesma maneira enfática: dívidas na casa dos R\$ 30 milhões, “desmandos”, rachaduras que acumulam água “suja e fedorenta”, piscinas que viraram “criadouros” da dengue, um salão de baile sujo e cheio de goteiras, com um estacionamento onde antes havia um “bonito bosque” sendo usado para “espertos” lucrarem. Outro ponto de nota foi a descrição do Jockey como “aristocrático clube”. Essa primeira matéria também lembrou a negociação com a Faculdade Padrão, comparando a situação com uma novela que se arrastaria havia uma década.

A novela do Jockey se arrasta há coisa de 10 anos, desde que a diretoria da época tentou vender tudo e passar o patrimônio nos cobres. Ações pontuais de sócios impediram a negociação, mas não serviram para impedir que a dilapidação continuasse. Na época o empresário Walter Paulo Santiago, dono da Faculdade Padrão, tentava comprar a sede da Avenida Anhanguera para montar uma unidade de sua faculdade. Foi feito um contrato com uma entidade que poderia dar destinação diversa de clube à construção e terreno. Essa entidade era uma tal Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia S/A e à sua frente estava Alex Marcório Santiago, filho de Walter Paulo Santiago. Depois disso a Padrão afundou-se em dívidas, notas baixas do Ministério da Educação e Cultura, caiu de 11.000 alunos para pouco mais

de 1.000 gatos pingados em suas salas de aula e perdeu o bonde da história, além de não ter mais canja para pleitear a exploração do patrimônio que sobrou da sede social do Jóquei Clube. Walter Paulo virou vice-prefeito de Senador Canedo e abandonou a educação. Hoje a direção da Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia está a cargo de um advogado que gere os interesses de terceiros interessados em salvar o que restou do patrimônio e dar alguma destinação decente ao prédio e terreno. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 22 out. 2017).

Nesse primeiro momento, como demonstrou esse trecho, a crise financeira do clube, para o DM, seria uma consequência da parceria com a Faculdade Padrão. Além disso, também chamou atenção a descrição negativa da faculdade, com o jornal apontando que perdera cerca de dez mil alunos, ficando apenas com “1.000 gatos pingados” após perder “o bonde da história” e não poder mais explorar o “patrimônio que sobrou da sede social do Jóquei Clube” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 22 out. 2017). Conforme o *Diário da Manhã*, R\$ 8 milhões das dívidas seriam trabalhistas, enquanto a dívida do IPTU passaria de R\$ 10 milhões. O jornal opinou ainda que “ninguém sabe ao certo como isso deverá ser quitado. O que se sabe é apenas que tentam enxugar gelo e rolar o passivo para ser pago em suaves prestações” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 22 out. 2017). O advogado não nomeado pelo texto dera o furo jornalístico para o DM. Segundo esse advogado, a revitalização do Jóquei Clube requeria obrigatoriamente uma negociação:

Há grupos interessados que já ofereceram acordos plausíveis para uma ocupação correta e que gere renda capaz de solucionar os problemas e evitar o acúmulo de débitos”, explica. Esse mesmo consultor dá o mote do que poderá se suceder com a sede do Jóquei Clube. “Representantes da Igreja Universal acenaram positivamente com a intenção de erguer um templo porque a Avenida Anhanguera é uma das principais artérias da capital e o tráfego de pessoas é alto, o que interessa muito a uma igreja popular assim”, comenta. Outro segmento que tem grande interesse no local é um atacadista que quer atingir o público do Centro e Setor Oeste, setores nobres de Goiânia desprovidos de um serviço assim. Um atacadista instalou recentemente em plena Avenida Independência, onde um dia foi a Casa de Prisão Provisória. “Acreditamos que a negociação flua com rapidez e segurança nos próximos meses para podermos concluir a tentativa de salvar o que restou do patrimônio”, finaliza. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 22 out. 2017).

É possível também que o *Diário da Manhã* deliberadamente optou pelo sigilo da fonte, garantindo o seu anonimato, como indicaria a sua descrição como: “Esse mesmo consultor” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 22 out. 2017). Em 28 de novembro de 2017, o jornal publicou o artigo de opinião de Walter Menezes, “ex-presidente, Conselheiro Permanente da Associação Goiana de Imprensa (AGI) e diretor do Jornal de Cultura Goiana” (MENEZES, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 28 nov. 2017). O título do artigo questionava “Um supermercado no lugar do Jóquei Clube?” (MENEZES, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 28 nov. 2017). Walter Menezes acusou os jornais de

Goiânia de se calarem diante da possível venda do Jóquei Clube, com exceção do colunista Luiz Augusto Pampinha, na coluna *Geleia Geral* do próprio *Diário da Manhã*.

O atilado e muito bem informado Jornalista Luiz Augusto Pampinha publicou, dias atrás, em sua coluna *Geleia Geral* que o Jóquei Clube de Goiás está sendo vendido para no local ser construído um primoroso supermercado. Ele, somente ele, o Pampinha, tocou no assunto enquanto os jornais de Goiânia haviam se calados até o brado do jornalista. Sabe-se que a Faculdade Padrão está inserida na problemática e que teria procuração dos associados do clube para tratar do assunto. Mas nem todos estão de acordo com a transferência em pauta. Perguntem ao Dr. Edilberto da Veiga Jardim Filho, ao José Mendonça Teles, ao Gabriel Nascente, a Jane Sebba, aos familiares de Pedro Ludovico Teixeira, Venerando de Freitas Borges, Belkis Spencieri Carneiro de Mendonça ou Antonio Rodarte se transferiram suas ações para terceiros tratem do assunto pergunte a mesma coisa ao [SIC] desembargadores Gilberto Marques Filho e D'jalma Tavares de Gouveia (MENEZES, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 28 nov. 2017).

Como o DM informara anteriormente, a principal negociação da venda era com a Igreja Universal. Porém, esse artigo trouxera menções a indivíduos vinculados de longa data ao Jóquei Clube de Goiás, como José Mendonça Teles, Belkis Spencieri, Jane Sebba e os familiares de Pedro Ludovico Teixeira. Outro ponto de destaque foi novamente a responsabilização da Faculdade Padrão pela crise financeira e pela possível venda do Jóquei Clube de Goiás. O jornal também deu espaço para membros do movimento Salve Jóquei na coluna *Opinião Pública*. Esse foi o caso da poetisa, assistente social e servidora municipal Alexandra Machado Costa.

No artigo de opinião “Jóquei Clube de Goiás: o fim do éden na selva de pedra – II” (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez. 2017), de 2 de dezembro de 2017, Costa divulgou que ocorreria a manifestação Salve Jóquei, domingo, às 10 horas, em frente a sede social do clube no centro de Goiânia. “Historicamente administrado e frequentado por famílias tradicionalmente relacionadas à construção e à vida de Goiânia e do Estado de Goiás” (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez. 2017), o Jóquei Clube “tem enfrentado, nos últimos anos, uma crise oriunda da não adequação do clube às mudanças do mundo pós-moderno” (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez. 2017).

Essa crise seria em parte por causa dos prédios e dos condomínios fechados, para a autora do artigo, pois os clubes recreativos tiveram “o número de frequentadores em ritmo decrescente em função de vários fatores, entre os quais, a proliferação dos prédios e condomínios residenciais com área recreativa e esportiva privadas” (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez. 2017). Outro motivo apresentado por Costa foi que com o “quadro de viabilidade administrativa caótica e da baixíssima frequência dos associados, o clube, fechou seus portões” (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez. 2017). Esse artigo também deu detalhes

de um projeto social que fora realizado nas dependências do Jóquei Clube de Goiás na década de 2000:

Em gestão do Dr. Joviro, articulei uma parceria com a Prefeitura e deu certo. Em 2007, o sr. Joaquim me pediu e eu escrevi uma proposta de trabalho social, para o clube. Cheguei a articular com o sec. Kléber Adorno e escrevi uma justificativa para que a Secult provocasse uma parceria, mas a mesma não vingou, por desinteresse do clube, infelizmente. (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez. 2017).

Costa defendia a possibilidade de uso do clube para um trabalho social. A autora do artigo também relembrou a derrubada do bosque para a construção do estacionamento privativo, descrevendo-o como um crime. “Inúmeras árvores foram arrancadas e mortas, no desvario acéfalo, do mercado. Uma capela foi derrubada. E lá está, há quase 10 anos, a prova do crime, no coração, no centro da cidade” (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez. 2017). Costa também destacou que trouxera a discussão de revitalização do Centro Histórico de Goiânia e que a região precisava ser valorizada, “não é um "Templo de Salomão", um hipermercado ou um hotel no lugar do Jóquei, que serão capazes disso” (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez. 2017). Afinal, “Abandonado no centro da capital do Estado de Goiás, o Jóquei Clube ainda possui amplo parque aquático, áreas e equipamentos de lazer e de esportes privilegiadas, além de saunas e restaurante” (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez. 2017). Por esse motivo, defendia que a Prefeitura de Goiânia trabalhasse a cultura como elemento integrante e integrador da sociedade, aproveitando-se das dependências do clube. Costa reforçou a função social de um terreno doado pelo poder público, que também seria um patrimônio arquitetônico, cultural e histórico de Goiânia:

Nesta semana, enfim, surgiu o Movimento Salva Jóquei. Pessoas e entidades como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás estão empenhadas no resgate do clube e de sua função social em terreno público doado e que, portanto, não pode ser vendido. O Jóquei Clube, localizado na área central da cidade, há 67 anos, pode somar esforços em parceria junto ao poder público, enquanto "poro oxigenador" da cidade, em torno de um trabalho socializador integral, através dos esportes, da convivência, da música, das artes culinárias, plásticas e cênicas e da literatura, ampliando a qualidade de vida e desenvolvendo a potencialidade das pessoas envolvidas, o que amplia o fluxo de pessoas na região, movimentando o comércio e atraindo público para a Revitalização do Centro Histórico de Goiânia. [...] Segundo o atual presidente, ex deputado Manuel Mota, o clube soma uma dívida de quarenta milhões, com Estado, Município e questões trabalhistas. O patrimônio arquitetônico está dilapidado, como o patrimônio cultural e histórico (acervo fotográfico e de registros diversos, móveis como um piano de cauda, troféus etc.). (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez. 2017).

Dessa maneira, concluiu que salvar “o Jóquei Clube de Goiás, em Goiânia, é salvar uma parte importante da história e do patrimônio da cidade” (COSTA, *DIÁRIO DA MANHÃ*, 2 dez.

2017). Alexandra Machado Costa viria a publicar outro artigo de opinião na coluna *Opinião Pública*, em 28 de dezembro de 2017. Antes disso, em 7 de dezembro de 2017, o jornal noticiou que o Jóquei Clube poderia se transformar em um templo religioso. Essa reportagem entrevistou os especialistas Eliézer Cardoso<sup>67</sup>, professor de História da UEG e autor do livro *História Cultural de Goiânia*, e Alexandre Perini, arquiteto e especialista em responsabilidade social. Ao longo da reportagem, o *Diário da Manhã* usou imagens do projeto de Paulo Mendes da Rocha. O DM também resumiu a história do Jóquei Clube de Goiás:

Fundado em 1938, o Jóquei Clube é tão antigo quanto Goiânia. Sendo apenas cinco anos mais jovem, o então chamado "Automóvel Clube" nasceu seguindo a ânsia pela construção de uma capital moderna, se voltando para a exploração da modernidade dos automóveis dos anos 30. Em 43, em busca de recursos do governo federal, mudou seu nome para Jóquei Clube de Goiás. O local funcionava como espaço de lazer destinado à alta classe goianiense, localizado entre a Avenida Anhanguera e a Rua 3, ao lado do Teatro Goiânia. Ao longo de seus 75 anos de histórias, muitas memórias foram feitas, eventos culturais marcaram a identidade da cidade e o fomento ao esporte, ainda que restrito, produziu grandes equipes de basquete. O Jóquei, contudo, chega a 2017 com os portões fechados e uma dívida estimada pelo atual presidente do clube, Manoel Mota, de R\$ 42 milhões. O montante seria fruto de dívidas trabalhistas e previdenciárias de até 30 anos e uma parceria não cumprida, além dos déficits com água, energia e IPTU. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017).

A dívida seria em torno de R\$ 42 milhões, com base em Manoel Mota, por causa das dívidas trabalhistas e previdenciárias, além da parceria “não cumprida”, provavelmente em referência a Faculdade Padrão. Além disso, o *Diário da Manhã* enfatizou que o Jóquei Clube de Goiás seria tão antigo quanto Goiânia, tão “moderno” quanto a capital no seu surgimento. Também construiu o clube como um local de histórias, memórias culturais e esportivas que marcaram a identidade da cidade. A venda apareceu como uma solução para a dívida, embora tenha gerado “polêmica” entre “grupos” que acreditavam que o Jóquei fizesse parte da memória e da história de Goiânia, com ênfase em Paulo Mendes da Rocha:

A solução encontrada pela gestão foi a venda do local, que já recebeu uma proposta da Igreja Universal. A notícia foi motivo de polêmica por grupos que acreditam que o Jóquei faz parte da memória e história da capital goiana. Com projeto arquitetônico de Paulo Mendes Rocha [SIC], um dos maiores arquitetos do Brasil e do mundo, a sede foi construída dentro de um movimento radical de arquitetura da época, conhecido como brutalismo, que destaca o concreto armado, vigas e pilares. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017).

---

<sup>67</sup> Três trabalhos de Eliézer Cardoso de Oliveira foram utilizados ao longo desta dissertação: Oliveira (1999), Oliveira (2012) e seu livro em parceria com Cristiano Arrais e Tadeu Arrais (2016).

Para demonstrar a importância do Jockey Clube e do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, o DM usou uma citação do arquiteto Alexandre Perini: “O que está em defesa é um edifício emblemático da arquitetura e engenharia brasileira. Essa tendência do brutalismo é muito importante para a engenharia, e ela é, talvez, umas das maiores obras da época” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). O jornal também adicionou em complemento a fala de Perini: “Diferentemente da atual sede, a primeira é considerada pouco expressiva, com baixa relevância histórica” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). Esse arquiteto valorizou a relevância arquitetônica do edifício, porém criticou o foco nos “amores pelo clube”, ou seja, na ligação afetiva dos membros do movimento com o local.

Perini lembra que o prédio já é patrimônio histórico e cultural pela sua alta relevância arquitetônica, porém, é uma propriedade privada. “Muita gente está confundindo os amores pelo clube, por ter vivido a juventude naquele local, querendo que ele volte a ser como era antes. O foco é a preservação do edifício por conta do seu valor histórico e arquitetônico. O resto é assunto para os sócios, para a população o que interessa é a preservação do edifício”, completa. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017).

Manoel Mota também recebeu espaço, ressaltando a degradação do patrimônio físico do Jockey Clube, informando também que a intenção da diretoria era erigir uma nova sede na área do Hipódromo da Lagoinha. Ele defendeu a cidade enquanto um espaço de mudança, que o Jockey como se encontrava seria um espaço urbano morto. “As estruturas da cidade têm que ter vida, elas são [SIC] mutáveis. Se até as pessoas não são as mesmas, porque os prédios e as edificações têm que ser as mesmas? [...] A gente fica preso ao passado, isso faz com que os espaços urbanos morram, e o Jockey é um espaço urbano morto” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). O DM também trouxe como contraponto a nota do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) contra a demolição do prédio, destacando o trecho que o CAU-GO pedia pela manutenção da integridade do prédio.

“Na nota, o CAU também ressalta que o edifício é um dos maiores patrimônios históricos e arquitetônicos da capital e do Estado” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). No parágrafo seguinte, o DM pontuou que o CAU-GO “também destacou que a obra foi projetada por Paulo Mendes da Rocha” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017), quem seria o “maior nome vivo da arquitetura brasileira” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). Conforme o DM, Manoel Mota discordava. “Na verdade, a única coisa que tem do Paulo Mendes é o vão central. Há muitos anos estão tentando revitalizar a Anhanguera. Daquele ponto para baixo é uma via morta, qualquer tipo de construção vai revitalizar aquela região” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). Havia uma disputa direta entre os discursos do CAU-GO e do Mota nesses dois

parágrafos. Essa reportagem também apresentou o subtópico “Vidas Joqueanas” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). Nesse subtópico, apresentou personagens que guardavam memórias do clube, Alessandra Teles e Cidinha Tôres.

Alessandra Teles, de 50 anos, filha do escritor goiano José Mendonça Teles, é uma das pessoas que reservou boa parte das memórias de sua infância dentro do Jóquei. Atraído pelo glamour do clube, seu pai, por vezes, pulava o muro do local para ter acesso aos eventos que ali aconteciam. Em todas as tentativas, era retirado pelos seguranças, os chamados leões de chácara. Anos depois, Mendonça Teles se tornou sócio e passou a desfrutar do local, juntamente com sua família. [...] Entre o fim da década de 70 e o início de 80, Alessandra passou sua infância entre piscinas e quadras daquele local. "A gente ia para a escola pela manhã e à tarde estávamos no Jóquei, praticando atividades esportivas, encontrando amigos e conhecendo novas pessoas", afirma a artista plástica. O local funcionava também como espaço de fomento a habilidades que poderiam nunca serem descobertas. No caso de Alessandra, até seu aniversário de 15 aconteceu no clube, em 1982. "Foi lá que descobri minha paixão pelas piscinas. Eu tinha 14 anos quando aprendi e até hoje nado. Até hoje pratico esportes e frequento academia por conta do Jóquei", conta a fotógrafa Cidinha Tôres, de 58 anos, integrante da Sociedade Goiana Art Decò [SIC], que também guarda as principais memórias de sua infância naquele local. Cidinha, que começou a frequentar o local em 1975, foi uma das fundadoras dos Inimigos do Ritmo, um grupo musical que surgiu dentro do clube e reuniu jovens amantes de música. Eles se reuniam e ensaiavam no Jóquei e, aos finais de semana, tocavam nos bares de uma jovem capital setentista. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017).

Enquanto o artigo de opinião de Costa lembrou um projeto social que ocorrera dentro do Jóquei Clube, as memórias de Alessandra Teles sobre a relação de seu pai, José Mendonça Teles, com o clube, também traziam um outro olhar: de uma pessoa que pulava o muro para ter acesso aos eventos do clube na infância, tornando-se um sócio anos depois, não necessariamente membro da elite goianiense. Dessa maneira, o *Diário da Manhã* demonstrou uma outra faceta do “aristocrático” Jóquei Clube de Goiás, do público não necessariamente desejado – afinal, José Mendonça Teles teria sido pego pelos seguranças e expulso, e a diretoria do clube, conforme Costa, não levava adiante o projeto social – mas que ainda assim usufruía das dependências do clube. No caso de José Mendonça Teles, criando uma relação afetiva que passaria para a sua filha.

“Por muitos anos, o carnaval de Goiânia foi marcado pelas festividades no Jóquei” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). Conforme o jornal, esses “carnavais recebiam em média 3 mil pessoas, o que gerava uma renda suficiente para cobrir as despesas do clube por cerca de 8 meses. Uma série de acontecimentos fizeram com que, não só o carnaval, mas o Jóquei inteiro, se transformasse em páginas de um livro de história” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). A referência ao livro de história serviu de deixa para que o jornal introduzisse o historiador Eliézer Cardoso, quem reforçou a importância do Jóquei Clube para a história do lazer em Goiânia.

As formas como as pessoas se divertem dizem muito sobre a história de uma cidade. No caso de Goiânia, o lazer é um importante documento sobre a cultura da cidade", afirma. Nos seus primeiros 30 anos, quando possuía cerca de 40 mil habitantes, Goiânia tinha uma sociabilidade provinciana. "Nesse período, os pobres se divertiam principalmente com banhos nos córregos e rios da cidade e com o futebol, famoso pela rivalidade entre Atlético e Goiânia. Já o lazer da elite constituía-se nas reuniões e eventos do Automóvel Clube, saraus no Palácio das Esmeraldas, espetáculos no Teatro Goiânia e o footing, uma espécie de passeio pela praça Cívica [SIC] e Avenida Goiás", explica Cardoso. Entre as décadas de 60 e 80, a capital experimenta um forte crescimento demográfico, chegando perto dos seus 1 milhão de habitantes. "O lazer popular continua voltado para o futebol, agora Vila Nova e Goiás são os times mais expressivos. A cidade expressa uma sociabilidade mais metropolitana, surgindo as boates, na região da Praça Tamandaré, voltadas para a juventude", conta. Essa é a mesma época de ouro do Jockey, que foi interrompida no final dos anos 80. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017).

Assim, segundo o historiador Eliézer Cardoso de Oliveira, o Automóvel Clube – atual Jockey Clube de Goiás – constituía-se no local de lazer da elite goianiense. Apesar de reforçar que a década de 1980 fora o auge do Jockey Clube, o *Diário da Manhã* também a colocou como a época da origem da crise financeira. O discurso do jornal sobre a história de Goiânia, embora não seja creditado diretamente ao historiador, assemelha-se bastante ao trabalho de Oliveira (1999) sobre a história cultural de Goiânia:

No final da década de 80, o local já dava sinais de abandono. Em meados de 1990, grandes shoppings começaram a ser erguidos na capital, juntamente com megaempreendimentos residenciais. As dívidas milionárias e as novas formas de lazer da classe média goiana transformaram o Jockey em um espaço esquecido. Hoje, o edifício está à venda. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017).

Com relação à venda, o jornal informou que a assembleia que deliberou pela venda também cogitou outra proposta, ratear a dívida entre os cerca de mil sócios, com R\$ 40 mil para cada associado. O DM apontou ainda que a assembleia foi questionada pelos sócios e que esses alegavam não terem sido notificados, como Alessandra Teles. “Eu não fui notificada de nada e olha que meu pai é um dos primeiros sócios de lá” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). Haveria 20 pessoas na assembleia, na qual apenas 11 votaram a favor e 9 votaram contra. O jornal também lembrou a parceria com a Faculdade Padrão, em 2008. “De acordo com o presidente Manoel Mota, essa parceria frustrada foi um dos principais fatores que determinaram o afundamento do Jockey em dívidas” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). O DM reforçou que a possível demolição gerou reações:

[...] que pedem pela revitalização e tombamento do local. A lei que estabelece o patrimônio histórico e cultural, de 1937, determina que um bem pode ser tombado quando "sua conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico,

etnográfico, bibliográfico ou artístico". O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), se posicionou contrário à construção de um templo religioso no local. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017).

Interessante apontar o uso do Decreto-lei 25, de 1937, pelo jornal para definir o patrimônio cultural. Além disso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi mencionado pela primeira vez na narrativa desse periódico, com a informação de que o Iphan se colocara contra a construção da igreja no local do clube. Manoel Mota opinou que o tombamento não resolveria o problema das dívidas, usando como exemplo o Hipódromo da Lagoinha, tombado, mas com 20 milhões de déficit de IPTU. Com relação ao movimento Salve Jóquei, o jornal informou que “membros da sociedade” realizaram um protesto em frente ao Jóquei Clube de Goiás e estariam organizando um novo ato para o dia 17 de dezembro.

“Precisamos que a população pioneira de Goiás tenha conhecimento da importância desse edifício para que possamos contribuir com a não demolição do Jóquei”, diz a chamada do ato em evento do Facebook” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). Essa frase foi repetida com destaque em negrito no final da matéria, servindo como seu encerramento. Essa reportagem do *Diário da Manhã* talvez tenha sido a mais completa sobre o caso da possível venda do Jóquei Clube de Goiás, pois trouxe os pontos de vista de um historiador, de um arquiteto, das personagens vinculados ao clube, do lado pró-venda representado por Manoel Mota e do contrário a venda, representado pelo CAU-GO e pelo Iphan. Em 20 de dezembro de 2017, o *Diário da Manhã* noticiou que a venda do Jóquei Clube foi suspensa pela justiça. Na narrativa do *Diário da Manhã*, o impedimento da venda foi devido à decisão judicial. Não houve nenhuma menção ao movimento Salve Jóquei:

A justiça aceito [SIC] nesta terça-feira (19/12) o pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM) de Goiânia e suspendeu supostas negociações de venda do Jóquei Clube de Goiás, em que o clube transferiria a propriedade do seu imóvel, localizado no centro de Goiânia. Segundo a ordem judicial, está impedido a aquisição do imóvel que abriga a sede do Jóquei Clube de Goiás por qualquer pessoa física ou jurídica enquanto existir débitos com o município. Na decisão que tornou o imóvel indisponível para o mercado imobiliário, a justiça entendeu que a alienação daquela propriedade poderia caracterizar fraude à execução fiscal, motivo pelo qual o magistrado determinou que o Jóquei Clube comprove que tem patrimônio suficiente para pagar a dívida que possui com o município. Com isso, o município tem resguardado seu direito ao recebimento do crédito tributário em questão. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 20 dez. 2017).

Alexandra Machado Costa publicou novamente na coluna *Opinião Pública* em 28 de dezembro de 2017. Nesse artigo, trouxe detalhes da Audiência Pública ocorrida no gabinete da vereadora Dra. Cristina, em 21 de dezembro de 2017, para discutir a possível venda do Jóquei

Clube de Goiás para a Igreja Universal. “Nós, do Movimento Salve Jóquei, queremos a proteção deste patrimônio, que é histórico, cultural, social e arquitetônico. Para tanto, precisaremos do apoio do poder público” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). Participaram dessa audiência:

A mesa de discussões foi composta pelo ver Rogério Cruz - representando a Iurd, a arquiteta Maria Ester, Presidente do CAUGO, Beatriz Santana - Coordenadora do Iphan, Maria Abadia Silva - representando a Secretária Raquel Teixeira, Henrique Alves - coordenador geral da revisão do Plano Diretor de Goiânia e Superintendente de Planejamento e Gestão Sustentável da Seplanh e Celeocy Cotrim, também da Seplanh. No auditório, a presença de sócios joqueanos, pastores, várias pessoas do povo, assessores de Vereadores, arquitetos, funcionários públicos, dentre outros. Contamos também, com as presenças dos vereadores Paulo Magalhães e Vinícius Cerqueira. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017).

Nesse artigo, Costa reconheceu que poucas pessoas “estão fisicamente nesta luta. Mas se perdermos e perdermos o Jóquei, as críticas aos políticos que aí estão envolvidos, virão fortes” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 dez. 2017). A autora, que era membro do movimento Salve Jóquei, nomeou o vereador e pastor Rogério Cruz como o negociador da Igreja Universal. “O fato de termos contado com a presença do ver Rogério Cruz, foi muitíssimo relevante, pois ele é o agente negociador, da Iurd, nesta questão” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 28 dez. 2017, p. 9). Costa relatou como foi a audiência:

Ouvimos ali, que a Igreja Universal está em mais de 180 países e que aqui em Goiânia tem 55 mil fiéis, distribuídos em 150 igrejas. Ouvimos também, de outro pastor da igreja, que somos poucos e que a igreja consegue fazer um abraço com 4 voltas, ao redor do Jóquei, diferentemente de nós. Fomos, como sócios, questionados sobre "o estado de abandono do clube". Chegou a ser por um outro pastor da IURD, que já que lutamos pelo Jóquei, deveríamos pegar umas vassouras e baldes e ir lá, limpar, cuidar do clube, que está cheio de lixo e mosquitos da dengue e chikungunha. Vexatório! [...] O bom, foi que o ver Rogério Cruz, disse que a Igreja está aberta a todos os questionamentos e que, se realmente, a Assembleia que "optou" pela venda clube [SIC], foi viciada, a Iurd recua. Temos provas disto [...] Diga-se de passagem, são inúmeras, as pessoas idosas, moradoras da região central e seu entorno, que poderão se beneficiar de uma parceria entre o poder público e o Jóquei. Não se pensa aqui, apenas em lazer e esportes para crianças e jovens. [...] Caíque, estudante de arquitetura, ressaltou o valor do debate para o esclarecimento da população. Fala da importância da preservação pelo patrimônio e que há vários movimentos de estudantes de arquitetura a favor da preservação do prédio. [...] Ouvimos da Sra. Maria Abadia, da Seduce, que o Governador se ofereceu como mediador, na construção de uma melhor solução. A Prof.<sup>a</sup> Raquel Teixeira, desde o início, se colocou como nossa parceira, na defesa deste patrimônio. [...] O vereador Paulo Magalhães, que há meses criticou, via imprensa, a situação do Jóquei, criticou o luxo das igrejas, as grandes construções dos templos. Pediu respeito à história da cidade, ao neto de Pedro Ludovico presente na Audiência, contando sobre alguns dos grandes eventos realizados no Jóquei, desde quando ele era menino e acompanhava Pedro Ludovico, dizendo que era engraxate, mas participava dos eventos, no Jóquei. [...] Em suas considerações finais, o pastor, ver Rogério Cruz, disse que contra a "vontade de Deus ninguém pode" e que se "tiver que criar leis para a cidade, que vai criar, conforme o entendimento que ele tem", "sem o menor problema". Mas também, pastores mesmo disseram que, "se não for da vontade de Deus, não vão comprar o Jóquei". [...]

Impecável, a condução da ver Dra. Cristina. Democrática, elegante e imparcial, embora também desde o início, na luta conosco, pela preservação do nosso patrimônio, que como já foi dito, ainda é histórico, cultural, social e arquitetônico, embora não seja mais, ecológico. Pretendemos rearborizar a área concretada e recuperar as minas d'água, ali sufocadas. A luta continua. Salve Jóquei!! (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 28 dez. 2017, p. 9).

Esse longo relato destacou-se por ser uma cobertura de uma audiência pública que fora mencionada de forma indireta no *O Popular* e, no *Jornal Opção*, mencionada na entrevista de Maria Ester de Souza. Além de defender o Jóquei Clube como patrimônio histórico, cultural, social e arquitetônico, a autora do artigo propôs um uso social para o clube. Também deu detalhes sobre as pessoas que participaram da audiência, de ambos os lados da disputa, e do papel do então vereador Rogério Cruz como representante da Igreja Universal. Políticos como Dra. Cristina, Raquel Teixeira e Paulo Magalhães participaram da audiência do lado do movimento Salve Jóquei. Enquanto isso, Rogério Cruz representou o lado da Igreja Universal, ao lado de outro pastor que tecera acusações de perseguição religiosa ao movimento. Costa retrucou “penso que deixamos claro, que nosso Movimento é para salvar o Jóquei, não tem nada a ver com a igreja” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 28 dez. 2017, p. 9).

Por fim, o *Diário da Manhã* não cobriu a disputa pela presidência do Jóquei Clube de Goiás no final de 2018. Em 9 de fevereiro de 2018, o jornal publicou que o Jóquei poderia ser encampado pela Prefeitura de Goiânia. Sebastião Ferreira Leite, ex secretário de planejamento nos governos de Darci Accorsi (1993-1996) e Paulo Garcia (2014-2016), defendeu que a prefeitura arrastasse a área do clube. Isso porque o artigo 64 da Lei 13.465, autorizava o arrecadamento de imóveis abandonados. Sebastião Ferreira Leite também argumentou que o Jóquei Clube deveria se tornar um patrimônio de Goiânia.

E o que presume o abandono deste imóvel: a falta de pagamento de impostos. Tem mais de 20 anos que o Jóquei Clube não paga impostos para a prefeitura, e isto configura que o imóvel não cumpre com a sua função social e por isto pode ser requerido em pagamento pelas finanças do município [...] **Embora haja uma tentativa de alvará de demolição, considero que o Jóquei deve ser incorporado ao patrimônio do município, pelo não pagamento de impostos e também no sentido de preservação da memória de Goiânia.** O Jóquei Clube está dentro do projeto original de Atílio Correia Lima, o chamado "Manto de Nossa Senhora", onde o centro da Capital, partido [SIC] da Praça Civica, descendo pelas avendias [SIC] Araguaia, Goiás, Tocantins e a avenida Paranaíba, constituem um desenho que corresponde ao manto da Padroeira do Brasil. Se o Jóquei está dentro do Manto e Nossa Senhora, juntamente com outros ícones do patrimônio históricom [SIC] como o Teatro Goiânia, o Colégio Ateneu, o Lyceu e o Colégio Aplicação (José Carlos de Almeida), entendo que o Jóquei merece ser preservado como patrimônio histórico (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 9 fev. 2018). (grifo meu)

Sebastião Ferreira Leite ainda reforçou a importância de Paulo Mendes da Rocha, por ter projetado o Estádio Serra Dourada e ganhado os prêmios Pritzker e Leão de Ouro. O jornal colocou outra citação direta do ex secretário de planejamento de Goiânia: “O Jóquei, portanto, deve ser preservado pela memória da cidade, e por se tratar de uma obra que também representa a genialidade [SIC] de um arquiteto de renome internacional” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 9 fev. 2018). Relembrando a história do clube, o DM destacou que o Jóquei Clube também foi relevante no esporte, com atletas na seleção brasileira de basquete, como o ex-campeão brasileiro Cesar Sebba. A possibilidade do uso do espaço do clube para um projeto social foi novamente reforçada pelo jornal:

Para Sebastião Ferreira, a localização e os equipamentos do Jóquei Clube são perfeitos para que a prefeitura venha a desenvolver atividades para a terceira idade, e escolas de formação esportivas, visando a educação de crianças e jovens através do esporte, e também a revelação de talentos olímpicos. "O Jóquei Clube é bem servido de transporte coletivo, com pontos de ônibus na Avenida Anhanguera e também na Avenida B (rua 3). O prédio pode atender a programas de reabilitação [SIC] de idosos e para criar oportunidades para os jovens. É um patrimônio que a prefeitura deve abrir mão", resume. (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 9 fev. 2018).

A última menção ao movimento esteve em uma reportagem da jornalista Rariana Pinheiro em 8 de julho de 2022, que propôs ao leitor um passeio “pela capital das décadas passadas, com seus símbolos, construções, hábitos e personalidades que não existem mais” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 8 jun. 2022). A partir das memórias de Ubirajara Galli, escritor e presidente da Associação Goiana de Letras (AGL), o jornal lembrou a história do Jóquei Clube, que se encontrava em estado de “abandono”. A arquiteta Marília Mota Rezende também foi entrevistada pela reportagem: “De acordo com a arquiteta, Goiânia mal consegue preservar suas construções tombadas” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 8 jun. 2022). Essa afirmação foi “em relação ao Jóquei Clube. [...] Suas pesquisas tiveram enfoque na ética aplicada na preservação do Patrimônio Histórico e Cultural e no Patrimônio da Praça Cívica em Goiânia” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 8 jun. 2022).

O *Diário da Manhã* questionou a arquiteta sobre quais eram as construções e os monumentos de Goiânia que estariam em situação de abandono, que foram ou ainda seriam símbolos da cidade. Rezende respondeu que o “Jóquei Clube é um grande exemplo. As disputas sobre o futuro de uma das obras do arquiteto Paulo Mendes da Rocha em Goiânia permanecem. O símbolo de uma geração inteira da cidade não vê andamento no seu processo de tombamento e segue abandonado” (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 8 jun. 2022).

Dessa maneira, o jornal *Diário da Manhã* representou o caso Jóquei Clube de Goiás de uma forma distinta aos outros dois jornais analisados. O periódico deu espaço para membros do movimento Salve Jóquei publicarem artigos de opinião, trazendo detalhes da audiência pública entre políticos mediadores, o movimento Salve Jóquei e a Igreja Universal. Além disso, em momentos diferentes, apresentou defesas de que o espaço do clube fosse reaproveitado para algum projeto social. Por fim, o *Diário da Manhã* também inseriu o Jóquei Clube entre os patrimônios culturais de Goiânia, com ênfase tanto em Paulo Mendes da Rocha quanto nos indivíduos que construíram memórias na sede social do Jóquei Clube de Goiás.

## Considerações finais

Na introdução apresentamos dois isqueiros. Ambos remeteriam a um período determinado, seriam da mesma marca e “idênticos”. Entretanto, o que os diferenciava era o valor simbólico que um adquiriu por ter participado de um evento histórico importante. A partir dessa analogia, indagamos o que é o patrimônio cultural? O que moveria as pessoas a se mobilizarem para “salvar” um bem cultural? Qual o papel do Jóquei Clube de Goiás na história de Goiânia? E como a imprensa local representara esse caso? O primeiro capítulo respondeu as duas primeiras perguntas na perspectiva desta pesquisa. Enquanto isso, o segundo capítulo buscou responder a terceira questão. Por fim, a representação da imprensa foi abordada no terceiro capítulo, por meio dos jornais *O Popular*, *Jornal Opção* e *Diário da Manhã (DM)*.

Além disso, o conceito de “aura”, do clássico trabalho de Walter Benjamin (1955), pode ajudar a responder qual isqueiro é o Jóquei Clube de Goiás para Goiânia. O autor definiu o que seria uma possível perda da “aura” da arte. O cinema, hoje considerado a sétima arte, é por essência um produto da comunicação de massa. Ele busca alcançar um público amplo e heterogêneo, para tanto, sendo reproduzido das mais diversas maneiras. Por esse motivo, Benjamin o toma como o agente mais poderoso da reprodutibilidade técnica. Essa reprodução, se levada para as obras de arte, poderia fazer com que essas perdessem a sua “aura”, aquilo que as torna únicas e inestimáveis. Um patrimônio também é, para Gonçalves (1996), detentor dessa aura. Ela é o que o torna algo único e inestimável.

Dessa maneira, neste trabalho, analisamos como a representação do movimento joqueano e do processo de tombamento do Jóquei Clube de Goiás por três periódicos se relacionaria com a história das lutas pela patrimonialização dos bens culturais no Brasil e em Goiânia. De quem o Jóquei Clube de Goiás seria patrimônio cultural? Em primeiro lugar, apesar ou até mesmo por causa do seu caráter elitista, defendemos com base no capítulo dois que o Jóquei Clube pode ter passado por um processo de ressignificação ao longo de sua história. O clube foi de uma origem elitista ao abandono, com uma maior presença da classe média nas décadas de 1970 a 1990; além das classes baixas no início dos anos 2000, com uma comunidade maranhense frequentando o clube e também um uso do espaço para um projeto social.

Afinal, qual a função de um muro? O muro do Jóquei Clube afastava os públicos indesejados, mas também poderia despertar fascínio pelo que haveria do outro lado, com esse mesmo público indesejado pulando o muro para acessar o local. O capítulo dois também respondeu ao questionamento se haveriam outras explicações para o “abandono” do Jóquei

Clube fora das lutas pela patrimonialização. Mudanças em geral nas práticas sociais de lazer do goianiense; condomínios fechados; má administração; afastar outros públicos em potencial, sobretudo as classes mais baixas; o histórico de inadimplência e dívidas de IPTU; entre outros motivos, levaram a crise financeira e ao “abandono” do Jóquei Clube de Goiás.

O objetivo geral desta dissertação foi analisar, dentro da perspectiva da história das lutas pela patrimonialização dos bens culturais no Brasil, a representação do processo de tombamento do Jóquei Clube de Goiás pelos principais jornais impressos de Goiânia, *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção*. O caso Jóquei Clube possuiu muitas semelhanças com as características dos movimentos sociais urbanos pela patrimonialização delineadas no capítulo um. Por exemplo, o uso do pedido de tombamento como um instrumento para frear a demolição. Além disso, houve uma forte presença de políticos nos dois lados desse debate. O vereador e pastor Rogério Cruz, prefeito de Goiânia em 2022, representou o “lado” da Igreja Universal a favor da venda; enquanto isso, políticos como a Dra. Cristina e o Paulo Magalhães participaram de uma audiência pública ao lado do movimento Salve Jóquei. Essa participação política na audiência e no protesto tanto podem ser uma ligação genuína desses políticos com o clube, como também por interesse eleitoral, comum nas relações entre movimentos sociais urbanos e políticos, como vimos no capítulo um.

Dessa forma, nos capítulos um e dois, buscamos examinar objetivos específicos deste trabalho. O objetivo “analisar como o processo de tombamento do Jóquei Clube de Goiás se relacionaria com a história da patrimonialização dos bens culturais no Brasil e em Goiânia” foi objeto do primeiro capítulo. Há de fato uma correlação entre as características dos movimentos sociais urbanos pela patrimonialização e o Movimento Salve Jóquei. Já “investigar as mudanças nas práticas sociais do público-alvo do Jóquei Clube de Goiás, as classes alta e média alta, em Goiânia e no Brasil, por meio de uma bibliografia especializada da história, da geografia, da arquitetura, entre outras áreas” foram explorados pelo capítulo dois.

Os objetivos restantes foram explorados pelo capítulo três: “examinar por meio de uma análise do discurso como os jornais *Diário da Manhã*, *O Popular* e *Jornal Opção* retrataram o movimento dos joqueanos e o processo de tombamento do Jóquei Clube de Goiás” e “analisar a representação feita pelos jornais e relacioná-la com os conceitos de memória e de identidade regional por meio do patrimônio cultural”. Cada jornal abordou esse caso a partir da própria linha editorial. *O Popular* e *Jornal Opção* seguiram uma linha de cunho mais noticioso. Já o *Diário da Manhã* deu um grande espaço para artigos de opinião. Os três descreveram o papel do Jóquei Clube de Goiás na história de Goiânia, destacando ser o clube mais antigo da capital; as festas de carnaval e ano novo; o sucesso esportivo de seus atletas e ser o lugar mais

frequentado pela “sociedade” nos primórdios de Goiânia. Qual seria essa “sociedade”, também enfatizada pelos moradores pioneiros e por membros do Movimento Salve Jóquei? Trata-se da elite goianiense do período, sobretudo aquela vinculada ao grupo político de Pedro Ludovico Teixeira. A ligação de Pedro Ludovico com o clube pode ser vista, inclusive, na participação de seu neto na audiência pública descrita no *Diário da Manhã*.

A representação do *O Popular* enfatizou continuamente que o Jóquei Clube de Goiás pertencia à história e à memória de Goiânia. O arquiteto Paulo Mendes da Rocha fora considerado importante para o tombamento do clube, pois o jornal adotara a retórica do CAU-GO. Porém, a maior ênfase do jornal esteve no valor do Jóquei Clube para a memória, a história e a identidade goianiense. Na narrativa desse periódico, o Jóquei Clube de Goiás era um patrimônio cultural de Goiânia e por isso deveria ser preservado. Mesmo quando apontou a possibilidade de que não o fosse, a partir das fontes que não o consideravam patrimônio, ainda demonstrou a preocupação com a sua preservação pela proximidade com outros locais tombados. Por exemplo, a primeira notícia do jornal sobre a venda destacou esse aspecto, de que havia edifícios tombados no seu entorno, no subtópico *Sem tombamento*. Essa preocupação é coerente com a história do jornal, afinal, José Mendonça Teles tinha espaço para defender o patrimônio cultural goianiense nas páginas do *O Popular* nas últimas décadas do século XX.

*O Popular* apontou que a crise financeira teria começado na década de 1990, mas seria em parte devido aos atrasos de pagamento do IPTU e, principalmente, ao fechamento na década de 2010, com problemas advindos da parceria com a Faculdade Padrão. Além disso, o jornal deu espaço de fala para os dois lados. Nesse sentido, a cobertura adquiriu ares novelescos, com trocas de farpas, acusações e disputas de ambos os lados. Entretanto, acabou também reproduzindo o discurso de Manoel Mota sem questioná-lo, responsabilizando o movimento para salvar o Jóquei e o pedido de tombamento pelo fracasso da venda. O “terceiro” lado, da Prefeitura de Goiânia, fora mencionado apenas na notícia da suspensão da venda pela justiça. Outro ponto que chamou atenção foi uma nítida ausência de Rogério Cruz e o “grupo econômico” não nomeado que estaria interessado na demolição do clube.

O jornal continuamente acompanhou o andamento do processo de tombamento junto ao Iphan. Inclusive entrevistando o então diretor do Iphan, Andrey Rosenthal Schlee, que afirmara que as manifestações sobre o Jóquei Clube demonstravam atenção pela preservação do patrimônio histórico de Goiânia. Curiosamente, Schlee assinou o indeferimento do pedido de tombamento, acusando os manifestantes de desejarem impedir a construção de um templo da Universal. *O Popular*, por sua vez, descreveu o movimento como uma “mobilização popular”, um “grupo de manifestantes” composto por sócios do clube, arquitetos, estudantes, professores

e entusiastas. A venda, para esse jornal, causara polêmica por conta do clube pertencer à memória de diferentes gerações. Além disso, ao lembrar o caso em 2021, mesmo após o indeferimento do pedido de tombamento em 2019, o jornal listava o Iphan junto com os manifestantes contrários à venda e o CAU-GO. Seria possível que o indeferimento do pedido de tombamento fora ignorado pelo jornal? Ou, mais provavelmente, o Iphan dessa reportagem de 2021 não seria o nacional, mas sim a Superintendência Estadual do Iphan em Goiás. A definição de patrimônio cultural no *O Popular* alinhava-se à Constituição de 1988, com ênfase na história, na memória e na identidade dos diferentes grupos da sociedade brasileira.

O *Jornal Opção*, por sua vez, descreveu a sede social do Jóquei Clube como histórica e icônica, um ícone arquitetônico que só poderia ter sido projetada por “um arquiteto reconhecido mundialmente”; ícone arquitetônico que virara um grande fantasma no centro da cidade. O resumo da história do Jóquei Clube de Goiás feita pelo jornal foi semelhante aos gráficos do *O Popular*: uma grande referência de eventos da elite goiana nas suas primeiras décadas, que modernizou-se em 1962 com uma nova sede e se tornou uma referência nacional no campo esportivo. Porém, ao contrário do *O Popular*, o *Jornal Opção* raramente recorreu a memória ou a identidade goianiense. A palavra memória, por exemplo, apareceu em referência a *memória arquitetônica da cidade*. Também é digno de nota que a primeira notícia sobre a venda girava em torno de um filme sobre o arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Assim, na narrativa desse jornal, o Jóquei Clube de Goiás seria potencialmente um patrimônio arquitetônico.

A crise financeira seria ocasionada pela dívida, com Maria Ester de Souza sugerindo que os fatores que levaram a essa dívida foram: a administração do clube, o envelhecimento do público do Jóquei Clube, os condomínios fechados e a Internet. O *Jornal Opção* dedicou um espaço significativo para uma entrevista com a líder do Salve Jóquei e vice-presidente do CAU-GO. Com esse espaço, Maria Ester de Souza nomeou o então vereador e pastor Rogério Cruz como o representante da Igreja Universal e do grupo econômico interessado na venda do clube, comparando essa situação com uma disputa entre Davi e Golias. Quando deu espaço de fala para Manoel Mota, houve uma responsabilização do movimento e do pedido de tombamento pelo impedimento da venda.

Entretanto, a decisão judicial de impedir a venda por conta das dívidas junto à Prefeitura de Goiânia recebera o maior espaço de fato dentro da narrativa desse jornal, sendo esse o “lado” defendido explicitamente pelo jornal. Quanto à “polêmica da venda”, o *Jornal Opção* se mostrou crítico aos dois “lados”, apontando que apesar de divergirem sobre a venda, as duas chapas disputando a presidência do clube se posicionavam como a “salvação” do Jóquei Clube de Goiás. Possivelmente, a mudança em relação ao período em que entrevistara Maria Ester de

Souza se dera com a decisão judicial impedindo a venda e, provavelmente, o *Jornal Opção* considerava esse um assunto já “encerrado” pela justiça. Já a definição de patrimônio cultural do *Jornal Opção* seguia o parecer para o tombamento do clube, aproximando-se ao Decreto-Lei nº 25, de 1937, ou seja, o excepcional valor artístico do prédio da sede social.

Primeiro periódico a noticiar a possível venda do Jóquei Clube de Goiás, o *Diário da Manhã* apresentou uma narrativa substancialmente diferente dos outros dois. O DM construiu o Jóquei Clube como um local de histórias, memórias culturais e esportivas que marcaram a identidade de Goiânia. Embora destacasse o caráter elitizado do clube, também o colocou como o local onde ocorrera um projeto social na década de 2000. Em segundo lugar, enquanto *O Popular* e o *Jornal Opção* ouviram somente especialistas arquitetos, o DM entrevistou o historiador Eliézer Cardoso de Oliveira, quem apontou o lugar do Jóquei Clube na história do lazer da elite goianiense.

Nas matérias jornalísticas, a crise financeira seria uma consequência da parceria com a Faculdade Padrão, das dívidas trabalhistas e da dívida do IPTU. Contudo, nos artigos de opinião da assistente social e servidora municipal Alexandra Machado Costa, passaria a ser oriunda da não adequação do clube às mudanças do mundo pós-moderno; da má administração; e por causa dos prédios e dos condomínios fechados. Membro do movimento Salve Jóquei, Costa publicou artigos na coluna *Opinião Pública*. As matérias deram espaço para especialistas, lado pró-venda e contra a venda. Já na coluna *Opinião Pública*, houve espaço somente para o lado contrário à venda do clube. Em um longo relato sobre a audiência pública realizada no escritório da política Dra. Cristina, Costa contou detalhes do envolvimento do vereador e pastor Rogério Cruz como negociador da Igreja Universal.

Além disso, na narrativa do *Diário da Manhã*, o impedimento da venda foi devido à decisão judicial em favor da Prefeitura de Goiânia. Em nenhum momento o pedido de tombamento foi responsabilizado pelo fracasso da venda. Como em *O Popular*, o DM também construiu o Jóquei Clube de Goiás como um patrimônio histórico e cultural de Goiânia, também alinhando-se com a Constituição de 1988. Entretanto, mais do que o tombamento do edifício, o DM defendia a revitalização e um uso social do local. Isso apareceu nas matérias do jornal e nos artigos de Alexandra Machado Costa. O DM também dedicou uma matéria para a posição de Sebastião Ferreira Leite, ex secretário de planejamento de Goiânia, que defendia que a prefeitura arrastasse a área da sede social, patrimonializasse o Jóquei Clube e desse um uso social para a área do clube. De certa maneira, a posição de Leite representava perfeitamente aquela que foi defendida explícita e implicitamente ao longo da narrativa do *Diário da Manhã*.

Portanto, consideramos que as principais hipóteses que guiaram esta pesquisa foram confirmadas parcialmente. *O Popular* e o *Diário da Manhã* de fato retrataram o Jóquei Clube de Goiás como pertencente à memória, à história e à identidade goianiense; além disso, os jornais reforçaram a retórica da perda do movimento joqueano; esses jornais construíram o patrimônio cultural como detentor da memória e da identidade regional. Porém, o *Jornal Opção* seguiu uma linha diferente, para esse jornal, o Jóquei Clube poderia ser um patrimônio arquitetônico por conta do arquiteto responsável pelo projeto.

O processo de tombamento do Jóquei Clube de fato refletiu como historicamente bens arquitetônicos são tombados no Brasil e em Goiás, sobretudo pelo parecer de tombamento focar nesse aspecto e em nenhum momento ter havido uma consulta prévia da população de Goiânia sobre o futuro desse local. Enquanto isso, o “abandono” desse clube também refletiu uma mudança nas práticas sociais das classes alta e média alta. Embora essa hipótese esteja confirmada, houve também um uso do Jóquei Clube por um público da classe média no final do século XX e pelas classes mais baixas no início da década de 2000. Por fim, é possível responder “qual isqueiro” é o Jóquei Clube de Goiás a partir daquilo que foi destacado pelos três jornais, pelos moradores pioneiros de Goiânia, pelos membros do Movimento Salve Jóquei e até mesmo pelo lado que desejava pela demolição do clube: o seu lugar na história de Goiânia. É esse lugar que lhe confere a sua aura, que o torna inestimável e desperta o fascínio da população que conhece a história de Goiânia.

## Referências

### Fontes impressas e virtuais

ATA DO CAU-GO. Goiânia: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Goiás, 71ª Reunião, Nov. 2017.

Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Goiânia. **Diário Oficial do Município** – Eletrônico. Goiânia, 2019. GOIÂNIA, Prefeitura Municipal de Goiânia.

FRACALOSSI, Igor. "Clássicos da Arquitetura: Sede Social do Jockey Clube de Goiás / Paulo Mendes da Rocha e João Eduardo de Gennaro" 10 Set 2014. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/627109/classicos-da-arquitetura-sede-social-do-jockey-clube-de-goias-paulo-mendes-da-rocha-e-joao-eduardo-de-gennaro>> Acessado 1 Mar 2022.

GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. Assessoria Especial de Cultura. **Memória cultural:** ensaios da história de um povo. Goiânia: Gráfica Ipiranga, 1985.

GOIÂNIA. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Processo nº 5468725.42.2019.8.09.0051. Exequente: Manoel Mota. Executado: Jockey Clube de Goiás. Relator: Juiz Silvânio Divino de Alvarenga. Goiânia, 2020.

GOIÁS. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 1ª Vara de Fazenda Pública Municipal. Processo nº 0245949.84.2000.8.09.0051. Exequente: Município de Goiânia. Executado: Jockey Clube de Goiás. Relator: Juiz substituto Vitor França Dias Oliveira. Goiânia, 18 de dezembro de 2017.

JORDANO, Lucas. Parecer para solicitação de tombamento do edifício sede do Jockey Clube de Goiás. Goiânia, 2017.

Rogério Cruz participa de audiência para discutir destino do clube mais antigo de Goiânia. **REPUBLICANOS**, Goiânia, 2017. Disponível em:

<https://republicanos10.org.br/noticias/rogerio-cruz-participa-de-audiencia-para-discutir-destino-do-clube-mais-antigo-de-goiania/> Acesso em 26 dez. 2022.

ROCHA, Hélio. **Sete décadas de Goiânia**. Goiânia: Contato Comunicação, 2003.

ROCHA, Paulo Mendes da. VILLAC, Maria Isabel. **América, cidade e natureza**. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

SAMPAIO, Adovaldo F. **Cavaleiro sem temor nem jaça**. In: TELES, José Mendonça. **Em defesa de Goiânia**. 2 ed. Goiânia: Kelps, 2011.

SCHLEE, Andrey R. **PARECER TÉCNICO nº 4, DEPAM**: Processo de tombamento número 1846-T-18, referente ao Jockey Clube de Goiás, no município de Goiânia, Estado de Goiás. Proc. 01516.900398/2017-95. Brasília, 17 jun. 2019.

TELES, José Mendonça. **Em defesa de Goiânia**. 2 ed. Goiânia: Kelps, 2011.

TELES, José Mendonça (org.). **Memórias goianienses**. Goiânia, UCG/SUDECO, 1986.

Edições do Jornal de Notícias (GO) disponíveis na Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Acesso em 5 jan. 2022.

### ***O Popular (em ordem cronológica)***

ABREU, Vandrê. Sede do Jockey Clube está à venda. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/sede-do-j%C3%B3quei-clube-est%C3%A1-%C3%A0-venda-1.1406071> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandrê. Arquitetos lutam pela história. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/sede-do-j%C3%B3quei-clube-est%C3%A1-%C3%A0-venda-1.1406071> Acesso em 13 mar. 2020.

Conselho de arquitetura defende que edifício do Jockey Clube de Goiás deve ser mantido, 2017. **O POPULAR**, Goiânia. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/conselho-de-arquitetura-defende-que-edif%C3%ADcio-do-j%C3%B3quei-clube-de-goi%C3%A1s-deve-ser-mantido-1.1406823> Acesso em 13 mar. 2020.

RABELO, Michelle. Jockey Clube: Para sempre na memória. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/j%C3%B3quei-clube-para-sempre-na-mem%C3%B3ria-1.1413283> Acesso em 13 mar. 2020.

BURIGATO, Thiago. CAU propõe tombar o Jockey Clube de Goiás. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/cau-prop%C3%B5e-tombar-o-j%C3%B3quei-clube-de-goi%C3%A1s-1.1419090> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandr . Novo protesto pede Jockey preservado. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/novo-protesto-pede-j%C3%B3quei-preservedo-1.1420042> Acesso em 13 mar. 2020.

NUNES, Pedro. Justiça suspende a venda do Jockey Clube de Goiás. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/justi%C3%A7a-suspende-a-venda-do-j%C3%B3quei-clube-de-goi%C3%A1s-1.1421613> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandr . Negocia es de venda do Jockey Clube estão paradas; **O POPULAR**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/negocia%C3%A7%C3%B5es-de-venda-do-j%C3%B3quei-clube-est%C3%A3o-paradas-1.1443001> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandr . Pedido está no âmbito federal do Iphan. **O POPULAR**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/pedido-est%C3%A1-no-%C3%A2mbito-federal-do-iphan-1.1443002> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandr . Joqueanos buscam sócios para tentar destituir atual diretoria. **O POPULAR**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/joqueanos->

buscam-s%C3%B3cios-para-tentar-destituir-atual-diretoria-1.1454534 Acesso em 13 mar. 2020.

ALMEIDA, Carol. Processo de demolição do Jockey Clube é arquivado pela Prefeitura de Goiânia. **O POPULAR**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/processo-de-demoli%C3%A7%C3%A3o-do-j%C3%B3quei-clube-%C3%A9-arquivado-pela-prefeitura-de-goi%C3%A2nia-1.1475007> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandr . “Apresentem soluço e eu renuncio”, diz presidente do Jockey. **O POPULAR**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/apresentem-solu%C3%A7%C3%A3o-e-eu-renuncio-diz-presidente-do-j%C3%B3quei-1.1478471> Acesso em 13 mar. 2020.

FERREIRA, Clenon. “Não temos uma cultura de preserva o”, diz diretor nacional do Iphan. **O POPULAR**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/n%C3%A3o-temos-uma-cultura-de-preserva%C3%A7%C3%A3o-diz-diretor-nacional-do-iphan-1.1484170> Acesso em 13 mar. 2020.

FERREIRA, Clenon. Diretor do Iphan Andrey Schlee reflete a tardia aten o ao patrimônio de Goiânia. **O POPULAR**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/diretor-do-iphan-andrey-schlee-reflete-a-tardia-aten%C3%A7%C3%A3o-ao-patrim%C3%B4nio-de-goi%C3%A2nia-1.1484161> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandr . Jockey convoca novas elei es. **O POPULAR**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/j%C3%B3quei-convoca-novas-elei%C3%A7%C3%B5es-1.1677252> Acesso em 13 mar. 2020.

Chapa “Opera o Fênix” vence elei o para a presidência do Jockey Clube de Goiás. **O POPULAR**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/chapa-opera%C3%A7%C3%A3o->

f% C3% AAnix-vence-elei% C3% A7% C3% A3o-para-a-presid% C3% AAncia-do-j% C3% B3quei-clube-de-goi% C3% A1s-1.1694959 Acesso em 13 mar. 2020.

ALMEIDA, Carol. BURIGATO, Thiago. Eleição do Jóquei Clube pode ir parar na Justiça. **O POPULAR**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/elei% C3% A7% C3% A3o-do-j% C3% B3quei-clube-pode-ir-parar-na-justi% C3% A7a-1.1695045> Acesso em 13 mar. 2020.

REZENDE, Arthur. Sócios se unem contrários à venda do Jóquei Clube. **O POPULAR**, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/arthur-rezende-1.145039/s% C3% B3cios-se-unem-contr% C3% A1rios-% C3% A0-venda-do-j% C3% B3quei-clube-1.1698866> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandr . J quei Clube em Goiânia recebe nova proposta. **O POPULAR**, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/j% C3% B3quei-clube-em-goi% C3% A2nia-recebe-nova-proposta-1.1865034> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandr . Proposta para o J quei Clube em Goiânia é utilizar área ao lado da sede para gerar renda. **O POPULAR**, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/proposta-para-o-j% C3% B3quei-clube-em-goi% C3% A2nia-% C3% A9-utilizar-% C3% A1rea-ao-lado-da-sede-para-gerar-renda-1.1865873> Acesso em 13 mar. 2020.

GUIMARÃES, Luisa. Impasse de concreto. **O POPULAR**, Goiânia, edição de 2 e 3 de out. 2021, p. 26 e 27.

### ***Jornal Opção (em ordem cronológica)***

GOUVEIA, Marcelo. O jornalismo crítico do Jornal Opção completa quarenta anos. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/editorial/o-jornalismo-critico-do-jornal-opcao-completa-quarenta-anos-54798/> Acesso em 12 dez. 2022.

QUIXABEIRA, Larissa. (Criadouro) Moradora denuncia possível foco de dengue no Jóquei Clube, em Goiânia. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/moradora-denuncia-possivel-foco-de-dengue-no-joquei-clube-em-goiania-58375/> Acesso em 12 dez. 2022.

CARVALHO, Mayara. (Crise financeira) Com dívida de R\$ 41 milhões, Jóquei Clube segue abandonado. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/com-divida-de-r-41-milhoes-joquei-clube-segue-abandonado-110075/>Acesso em 12 dez. 2022.

PARRODE, Alexandre. Dia do Arquiteto será comemorado com filme sobre autor do projeto do Jóquei Clube. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/dia-do-arquiteto-sera-comemorado-com-filme-sobre-autor-do-projeto-do-joquei-clube-112185/> Acesso em 12 dez. 2022.

MONTEIRO, Matheus. Justiça suspende venda do Jóquei Clube de Goiás. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/justica-suspende-venda-do-joquei-clube-de-goias-112949/> Acesso em 12 dez. 2022.

DIAS, Elder. DINIZ, Augusto. SANTOS, Cezar. “Luta contra a demolição da sede do Jóquei Clube é disputa de Davi contra Golias”. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/luta-contrademolicao-da-sede-do-joquei-clube-e-disputa-de-davi-contragolias-113762/> Acesso em 12 dez. 2022.

(Homenagem a Nion Albernaz) Governo quer instalar Palácio da Educação no prédio do Jóquei Clube; **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/bastidores/governo-pretende-instalar-palacio-da-educacao-no-predio-do-joquei-clube-115211/> Acesso em 12 dez. 2022.

GOUVEIA, Marcelo. Prefeitura de Goiânia avalia pedido de demolição do Jóquei Clube. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/prefeitura-de-goiania-avalia-pedido-de-demolicao-do-joquei-clube-116189/> Acesso em 12 dez. 2022.

GOUVEIA, Marcelo. Prefeitura de Goiânia arquiva pedido de demolição do Jockey Clube. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/prefeitura-de-goiania-arquiva-pedido-de-demolicao-do-joquei-clube-118793/> Acesso em 12 dez. 2022.

CARVALHO, Mayara. (Imbróglio) Com processo de tombamento, Jockey Clube interrompe negociações de venda. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/com-processo-de-tombamento-joquei-clube-interrompe-negociacoes-de-venda-119623/> Acesso em 12 dez. 2022.

MONTEIRO, Matheus. CAU-GO diz que todos os imóveis abandonados em Goiânia oferecem risco. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/cau-go-diz-que-todos-os-imoveis-abandonados-em-goiania-oferecem-risco-124220/> Acesso em 12 dez. 2022.

SAMPAIO, Nathan. Eleição da diretoria do Jockey Clube coloca em questão o futuro do local. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/eleicao-da-diretoria-do-joquei-clube-coloca-em-questao-o-futuro-do-local-155629/> Acesso em 12 dez. 2022.

SAMPAIO, Nathan. Grupo que atua contra venda do Jockey Clube de Goiás vence eleição para presidência. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/grupo-que-atua-contravenda-do-joquei-clube-de-goias-vence-eleicao-para-presidencia-156215/> Acesso em 12 dez. 2022.

MELHO, Thauany. No âmbito do Patrimônio Histórico, vereadora apresenta emendas ao Plano Diretor. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/no-ambito-do-patrimonio-historico-vereadora-apresenta-emendas-ao-plano-diretor-266527/> Acesso em 12 dez. 2022.

*Diário da Manhã (em ordem cronológica)*

Carta ao Futuro. Especial de aniversário: 57 anos de liberdade, desde o Cinco de Março, 36 anos do Jornal Diário da Manhã (org. PAZ, Arthur da. CARLOS, Welliton). **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2016, p.1.

PLANALTO, Maria. O terceiro melhor do Brasil. Especial de aniversário: 57 anos de liberdade, desde o Cinco de Março, 36 anos do Jornal Diário da Manhã (org. PAZ, Arthur da. CARLOS, Welliton). **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2016, p.3.

CARELINE, Calipso. Pioneirismo no mundo digital. Especial de aniversário: 57 anos de liberdade, desde o Cinco de Março, 36 anos do Jornal Diário da Manhã (org. PAZ, Arthur da. CARLOS, Welliton). **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2016, p.5.

AQUINO, Luiz de. DM, 36 anos: a notícia é nossa vida. Especial de aniversário: 57 anos de liberdade, desde o Cinco de Março, 36 anos do Jornal Diário da Manhã (org. PAZ, Arthur da. CARLOS, Welliton). **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2016, p.7.

Jóquei pode virar atacadão ou templo da Universal. **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cotidiano/2017/10/joquei-pode- virar-atacado-ou-templo-da-universal/> Acesso em 12 dez. 2022.

MENEZES, Walter. Um supermercado no lugar do Jóquei Clube? **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/opiniao/2017/11/um-supermercado-no-lugar-do-joquei-clube/> Acesso em 12 dez. 2022.

COSTA, Alexandra M. Jóquei Clube de Goiás: o fim do éden na selva de pedra – II. **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2017. Acesso em 12 dez. 2022.

Jóquei Clube de Goiás pode se transformar em um templo religioso. **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cotidiano/2017/12/uma-luta-pela-memoria-joquei-clube-de-goias/> Acesso em 12 dez. 2022.

Venda do Jóquei Clube de Goiás é suspensa pela justiça. **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cotidiano/2017/12/venda-do-joquei-clube-de-goias-e-suspensa-pela-justica/> Acesso em 12 dez. 2022.

COSTA, Alexandra M. A Iurd conversou com o Salve Jôquei. Há salvação!! **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, edição de 28 de dez. 2017, p. 19.

Jôquei Clube pode ser encampado pela prefeitura. **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cotidiano/2018/02/joquei-clube-pode-ser-encampado-pela-prefeitura/> Acesso em 12 dez. 2022.

PINHEIRO, Rariana. A Goiânia esquecida. **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://www.dm.com.br/cidades/2022/07/a-goiania-esquecida/> Acesso em 12 dez. 2022.

## **Bibliografia**

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru (SP): Edusc, 2007.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia. **Memória e (re) sentimentos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**, Goiânia, v.4, n.1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

ARAÚJO, Márcia. **Núcleo Pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?** Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio Ambientais – IESA, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.

ARRAIS, Cristiano P. A. **Cidades e Identidades de Fronteira (Um Estudo Sobre a Construção de Goiânia a partir do Conceito de Momento de Fronteira)**. Dissertação de Mestrado. Goiânia, UFG, 2003.

ARRAIS, Cristiano Alencar. **Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 2013.

ARRAIS, Cristiano Alencar; ARRAIS, Tadeu Alencar; OLIVEIRA, Eliézer C. de. **O século XX em Goiás: o advento da modernização**. Goiânia: Cânone Editorial, 2016.

ARGAN, Giulio C. **História da arte como história da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **História oral**, v.19, n.1, p.115-127, jan./jun. 2016.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Natane R. A memória e o esquecimento no movimento social para o tombamento do Jóquei Clube de Goiás. In: XIX Semana de História - UFG História em tempos de crise: Anticientificismo, Negacionismos e Revisionismos, **Anais**, Goiânia, 2020.

AZEVEDO, Natane R. A narrativa histórica no parecer para o tombamento do Jóquei Clube de Goiás. **Revista Diversidad de Las Culturas**, v. 2, p. 12-26, 2022.

AZEVEDO, Natane R. **Contra-agendamento: o papel das redes sociais na pauta do telejornalismo goianiense**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Faculdade Sul-Americana, Goiânia, 2016.

AZEVEDO, Natane R. Memórias de Goiânia: 80 anos de O Popular. XVII Semana de História, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DO PASSADO. **Anais** [...] Goiânia, 2018.

AZEVEDO, Natane R. Movimentos sociais urbanos pela patrimonialização de bens culturais em Goiânia e São Paulo no final do séc. XX. **Revista Caliandra**, v. 2, p. 17-30, 2022.

AZEVEDO, Natane R. O patrimônio cultural e o espaço urbano: os casos Jóquei Clube de Goiás e estádio Antônio Accioly. In: III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Resistência e Direitos, **Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio**

**Cultural** [recurso eletrônico]: Patrimônio, Resistência e Direitos, 04 a 08 outubro de 2021. Fortaleza-CE, 2022.

BACCEGA, Maria A. **A construção do "real" e do "ficcional"**. In: FIGARO, Roseli (org.) **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2015. (Edição do Kindle).

BARBOSA, Marivalda. **História Cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Covilhã: Labcom, 2007.

BARRETO, Michelle Aline. ALMEIDA, José Júlio. Considerações sobre as condições histórico-sociais dos atletas paralímpicos medalhistas de 1976 a 1992. **Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral: História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade**. Associação Brasileira de História Oral, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 01 a 04 mai. 2016.

BAUER, Martin W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, M.W. GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica**. 1955. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4179833/mod\\_resource/content/1/A%20OBRA%20DE%20ARTE%20NA%20ERA%20DE%20SUA%20REPRODUTIBILIDADE%20T%C3%89CNICA.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4179833/mod_resource/content/1/A%20OBRA%20DE%20ARTE%20NA%20ERA%20DE%20SUA%20REPRODUTIBILIDADE%20T%C3%89CNICA.pdf) Acesso em 26 nov. 2019.

BELÉM, Euler. **Jornal Opção faz 43 anos conectado com seu tempo e forte presença na internet**. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/jornal-opcao-faz-43-anos-conectado-com-seu-tempo-e-forte-presenca-na-internet-154797/>. Acesso em 19 de out. 2020.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1960.

BOAVENTURA, Carolina R., FIACCADORI, Fabrício S., BOAVENTURA, Deusa M. Espaços memoráveis e esquecimento: o Jóquei Clube de Goiás na paisagem do Centro de Goiânia. **REVISTA MIRANTE**, Anápolis (GO), v.9, n.1, jun. 2016.

BORGES, Rogério. O elemento noticioso e a intertextualidade nos textos cronísticos da Coluna Crônicas Outras Histórias, do Jornal *O Popular*. **Panorama**. Goiânia, v. 8, n. 2, p. 9-19, jul./dez. 2018.

BORGES, Rosana M. R.; CHAVEIRO, Eguimar F. As entrelinhas não publicadas de um jornal diário: o roubo da história de Câmara Filho na criação e consolidação do jornal O Popular (GO). **9º Encontro Nacional de História da Mídia UFOP-Ouro Preto-Minas Gerais**, p.1-15, 2013.

BORGES, Rosana M. R.; LIMA, Angelita P. de. História da imprensa em Goiás: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. Dossiê 200 anos da imprensa no Brasil. **Revista UFG**, Goiânia, v.5 n.5, p.68-86, dezembro 2008.

BORGES, Rosana. O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. **Contemporânea**, n.21, ano 11, vol. 1, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras (Portugal): Celta Editora, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

BRANDÃO, Helena N. **Enunciação e construção do sentido**. In: FIGARO, Roseli (org.) **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2015. (Edição do Kindle).

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Casa Civil, [1937]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em 6 jul. 2021.

CAIXETA, Eline Maria; DIAS, Raiane. Jóquei Clube de Goiás: um olhar sobre uma cidade em desenvolvimento. In: MONTEIRO, R. H. e ROCHA, C. (Orgs). Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual. Goiânia-GO: UFG, FAV, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CAMPOS, Rosângela. ANDRADE, Rita M. de. A natação competitiva feminina goianiense na década de 1970: memórias, mitos e maiôs. In: DE JESUS, S. (Org). **Anais do VIII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual:** arquivos, memórias, afetos. Goiânia, GO: UFG/ Núcleo Editorial FAV, 2015.

CAMPOS, Yussef D. S de. **Imaterialidade do Patrimônio e Identidade Social:** uma análise da lei “Robin Hood” de Minas Gerais. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: 2010.

CAMPOS, Yussef D. S. de. **Lugar de memória e memória coletiva:** questões epistêmicas sobre o patrimônio imaterial. In: In: BEZERRA, Daniele; MARCHI, Darlan; VINASCO, Isabel; CASTRO, Jaime; NAZARETH-TISSOT, Karla e OLIVEIRA, Priscila (Orgs.). **Memória coletiva:** entre lugares, conflitos e virtualidade. [ Recurso eletrônico ] Porto Alegre: Casalettras; Pelotas: PPGMP/UFPel, 2021.

CAMPOS, Yussef D. S. **Palanque e patíbulo:** o patrimônio cultural na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). 2 ed. Goiânia: Palavrear, 2019.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2018.

CAPELATO, Maria Helena R. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988.

CARVALHO, Adriana F. **Privê Atlântico – de conjunto habitacional a condomínio:** um caso incomum de valorização imobiliária. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Projeto e Cidade, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Cleber A. TAVARES, Maria G. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Sociedade e Território**, Natal, vol.28, n.2, p.117-135, jun./dez. 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 3 ed. Editora Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Algés: DIFEL, 2002.

CHAUL, Nasr F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 5 ed. Goiânia: UFG, 2018.

CHUVA, Márcia R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 147 – 165, 2012.

CYMBALISTA, Renato. Lugares de memória difícil: as medidas da lembrança e do esquecimento. In: CYMBALISTA, R; FELDMAN, S; KÜHL, B. (org.). **Patrimônio Cultural: Memória e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume, 2017.

DICK, Philip K. **O homem do castelo alto**. Trad. Fábio Fernandes. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 1983.

DUTRA, Eliana. A memória em três atos: Deslocamentos interdisciplinares. In: Dôssie Memória, **Revista USP**. São Paulo, nº 98, p. 69-86, jun./jul./agosto 2013.

FEARING, Franklin. **A Comunicação Humana**. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e Indústria Cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. 5 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

FENELON, Déa. **Políticas Culturais e Patrimônio Histórico**. In: **CICLO DE DEBATES SOBRE CULTURA E MEMÓRIA: PERSPECTIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA HOJE**. Brasília: ENAP, 1993.

FENTRESS, James. WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FERNANDES, José R. O. **O parlamento na contramão da lei**: as proposições de declaração do patrimônio cultural no legislativo federal. In: CAMPOS, Yussef D. S. LANARI, Raul A. de O. SOARES, Inês V. P. **Patrimônio imaterial e políticas públicas no Brasil**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

FIGARO, Roseli. **Introdução**. In: FIGARO, Roseli (org.) **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2015. (Edição do Kindle).

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003.

FREITAS, Nathália de. **A representação visual do grupo Pincel Atômico em Goiás na década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

FROTA, José Artur; CAIXETA, Eline Maria. Clube de Regatas Jaó: documentação, projeto e construção. **9º seminário docomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente**. Brasília, jun. 2011. Disponível em: [www.docomomobsb.org](http://www.docomomobsb.org) Acesso em 11 fev. 2022.

GOMIDE, Cristina H. **História da transferência da capital**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.

GOMIDE, Cristina H. **Patrimônio, memória e história na Cidade de Goiás**. In: GOMIDE, Cristina H. RIBEIRO, Miriam B. **Ensino de história regional e as linguagens: uma experiência viva na história de Goiás**. Goiânia: SemiBreve, 2020.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODINHO, Daniele S de S., OLIVEIRA, Adriana M. V. de, PRADO, Cristina M. C. O Bairro de Campinas em Goiânia: reflexões sobre memória, história e identidade. **Anais do Simpósio Nacional de História XXIX – contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GONÇALVES, José R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José R. S. **As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente**. In: TAMASO, Izabela M; LIMA FILHO, Manuel F. **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia. 2012.

GONZÁLES, Pablo. **El antipatrimonio: fetichismo y dominación em Maragatería**. Madrid, 2017.

GOUTHIER, Déborah M. **Comunicação e preservação do patrimônio cultural: a Praça Cívica de Goiânia entre afetos e estórias de jornal**. Dissertação (Mestrado em Preservação do

Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

GUIMARÃES, Maria C. R. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicurl, 2016.

HEYMANN, Luciana. O “dever de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direito. Rio de Janeiro: **CPDOC**, nov. 2006.

HERSCOVITZ, Heloiza G. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia, BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado: literatura historiográfica, periodismo e memórias públicas da fundação de Toledo (PR) 1953-2011**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

LUCA, Tania. MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

JARDIM, Luana; MOREIRA, Deolinda; RODRIGUES, Leandra. **Goiânia, poder público e o patrimônio cultural**. In: CAMPOS, Yussef D. S. de. FERREIRA, Lúcio M. **Tramas do patrimônio cultural: identidade, memória e localidade**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

LEITE, Rogerio P. *A Inversão do Cotidiano: Práticas sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea*. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010, pp. 737 a 756.

LEITE, Rogerio P. **Patrimônio e centros históricos**. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2020.

LIMA FILHO, Manuel F. **Múltiplos olhares sobre Goiânia**. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia, Cênone Editorial, Ed. UCG, 2007.

LIMA FILHO, Manuel F. **Trilhas patrimoniais de Goiânia**. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia, Cênone Editorial, Ed. UCG, 2007.

LOPES, Edmar. Goiânia: dinâmicas do patrimônio e da memória entre a instituição da cidade-monumento e a cidade-praticada: diálogos e desafios. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 275-296, dez. 2018.

MAHLER, Christine R. SILVA, Ciro Augusto de O. **Conceitos, estilos e formas arquitetônicas**. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia, Cênone Editorial, Ed. UCG, 2007.

MANHÃES, Eduardo. **Análise do discurso**. In DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo, Atlas S.A., 2009.

MARQUES DE MELO, José de. **Cidadania glocal, identidade nordestina: ética da comunicação na era da internet [livro eletrônico]**. Campina Grande: Latus, 2011.

MARQUES DE MELO, José. **Metodologia da Pesquisa em Comunicação: Itinerário Brasileiro**. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES DE MELO, José. **Prefácio**. In: LAGO, Cláudia, BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública.** Tradução de Jacques A. Weingberg. Petrópolis: Vozes, 2009.

MEDEIROS, Wilton de A. **Goiânia de ontem nos mapas de memória.** In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade.** Goiânia, Cãnone Editorial, Ed. UCG, 2007.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.** 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.

MONNET, JÉRÔME. O álibi do patrimônio. In: Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. **Revista do Iphan**, nº24, 1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8847>

MOTTA, Lia. **Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial.** In: SORGINE, Juliana; MOTTA, Lia; GRIECO, Bettina. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950.** Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

NASCIMENTO, Darlos F. **O periodismo político-partidário goiano entre 1945 e 1964.** (Dissertação de Mestrado). Goiânia, UFG, 2016.

NASCIMENTO, Darlos F. O Popular e Folha de Goiaz: o sucesso na produção de hegemonia e as contribuições para a formação de uma sociedade civil em Goiás (1930 – 1960). **Revista Espaço Acadêmico** – n.202, março/2018, mensal. Ano XVII.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Ana Khoury. **Prof. História**, São Paulo. 10 dez. 1993.

OLIVEIRA, Eliézer C. A realidade da ficção: representações da cidade de Goiânia nos contos literários e poemas. **História Revista**, Goiânia, v.17, n. 1, p. 143-164, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Eliézer C. **Imagens e mudança cultural em Goiânia.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

OLIVEIRA, Irina A. **Avenida Goiás: lugar, monumento e memória.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Projeto e Cidade, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015.

PAES, Tereza. **Prefácio.** In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos.** Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2020.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza D. Patrimônio cultural – uso público e privatização do espaço urbano. **XI Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR.** Salvador, 23-27 mai. 2005.

PAULA, Waléria C. de. **Somos de Campinas: Atlético Clube Goianiense – O estádio Antônio Accioly como lugar de memória.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação on-line.** São Paulo: Summus, 2003.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRADO, Cristina M. C. **Bairro, futebol e territorialidades: Campinas e o Atlético Clube Goianiense.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. **Territórios do patrimônio:** tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

ROMANCINI, R.; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2007.

ROMUALDO, Elana. **Edifícios habitacionais em altura no Setor Central de Goiânia (1953-1975):** análise tipo-morfológica. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Projeto e Cidade, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento:** seis ensaios da história das idéias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SABINO JUNIOR, Oscar. Aspectos da imprensa em Goiás. In: CONGRESSO NACIONAL DE JORNALISTAS, 7, 1957, Rio de Janeiro. **Anais...** – Rio de Janeiro: [s.n.], 1957, v.2, p. 412 – 433.

SAMPAIO, Giuliana Beatriz. **Condomínios Verticais Residenciais na cidade de São Paulo (2000-2008):** Condomínios-clubes. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2009.

SANTANA, Francis; BONETT, Maria Cristina; MACÊDO, Maurides. **Pioneiros:** comendo o passado. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade.** Goiânia, Cânone Editorial, Ed. UCG, 2007.

SIGNATES, Luiz. Jornalismo de fonte ou notícia prêt-à-porter: a substituição do jornalista pelo assessor de imprensa os acordos comerciais nas publicações do jornal Diário da Manhã, de Goiânia. In: **Estudos contemporâneos em jornalismo (coletânea 7).** Goiânia: editora FIC UFG, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Luiz\\_Signates/publication/333198714\\_2018](https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Signates/publication/333198714_2018) Acesso em 20 de out. 2020.

SILVA, Ciro Augusto de O. **Primeiros traços e formas urbanos de Goiânia**. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia, Cênone Editorial, Ed. UCG, 2007.

SILVA, Ciro Augusto de O. **Primeiros traços e formas urbanos de Goiânia**. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia, Cênone Editorial, Ed. UCG, 2007.

SILVA, Luiz. **Sociedade, esfera pública e agendamento**. In: LAGO, Cláudia, BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, Rosana F. da. **Condomínios horizontais fechados em Goiânia**. Um caso: Privê Atlântico. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2003.

SILVA, Sônia M. Os historiadores e os “fazedores de história”: lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência midiática. **OP SIS**, Catalão (GO), vol.7, n.9, p.187-198, jul./dez. 2007.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London, New York: Routledge, 2006.

SOARES, Inês; CAMPOS, Yussef; LANARI, Raul. (org.). **Patrimônio imaterial e políticas públicas no Brasil**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

SOUZA, Rildo. **"A História não perdoa os fracos"**: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.

SORGINE, Juliana. **A Campanha em benefício de Ouro Preto**. In: SORGINE, Juliana; MOTTA, Lia; GRIECO, Bettina. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

SUBIRATS, Eduardo. **O arquiteto e o intelectual**. In: ROCHA, Paulo Mendes da. VILLAC, Maria Isabel. **América, cidade e natureza**. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

TRAQUINA, Nelson. **As notícias**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Florianópolis: Insular, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2012.

TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2 ed. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. **Contando estórias**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2 ed. Lisboa: Vega, 1999.

VIANA, Nildo. **Os movimentos sociais**. Curitiba: Primas, 2016.

WICKRAMASINGHE, Nira. **History as heritage: Producing the present in post-war Sri Lanka**. In SANDIS, Constantine. **Cultural heritage ethics: Between theory and practice**. Cambridge: Open Book Publishers, 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 6 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

WOLLMANN, Luciana P. **Movimento Ambientalista**. In: CORRÊA, Larissa R. FONTES, Paulo. FORTES, Alexandre. (org.). **Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)**. Rio de Janeiro: Governo Federal, UFRJ, 2014.

WOLLMANN, Luciana P. **Movimento pela Reforma Urbana**. In: CORRÊA, Larissa R. FONTES, Paulo. FORTES, Alexandre. (org.). **Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)**. Rio de Janeiro: Governo Federal, UFRJ, 2014.

